

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

DANILO PARANHOS BATISTA

TERRITORIALIDADES HAITIANAS EM CUIABÁ - MT

CÁCERES – MT

2019

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

DANILO PARANHOS BATISTA

TERRITORIALIDADES HAITIANAS EM CUIABÁ/MT

Dissertação apresentada à Universidade do Estado de Mato Grosso, como parte das exigências do Programa de Pós-graduação em Geografia para obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Prof.^a. Dr.^a Luciana Pinheiro Viegas

Coorientador: Prof. Dr. Evaldo Ferreira

CÁCERES – MT

2019

FICHA CATALOGRÁFICA

Walter Clayton de Oliveira CRB 1/2049

B333t	BATISTA, Danilo Paranhos . Territorialidades Haitianas em Cuiabá - Mt / Danilo Paranhos Batista – Cáceres, 2019. 199 f.; 30 cm.(ilustrações) Il. color. (sim) Trabalho de Conclusão de Curso (Dissertação/Mestrado) – Curso de Pós-graduação Stricto Sensu (Mestrado Acadêmico) Geografia, Faculdade de Ciências Humanas, Câmpus de Cáceres, Universidade do Estado de Mato Grosso, 2019. Orientador: Professora Dra. Luciana Pinheiro Viegas Coorientador: Professor Dr. Evaldo Ferreira 1. Trabalho. 2. Sociabilidades. 3. Identidade. 4. Espaço Urbano. I. Danilo Paranhos Batista. II. Territorialidades Haitianas em Cuiabá - Mt : . CDU 911.375(817.2)
-------	--

FOLHA DE APROVAÇÃO

DANILO PARANHOS BATISTA

TERRITORIALIDADES HAITIANAS EM CUIABÁ – MT

Essa dissertação foi julgada e aprovada como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Cáceres, 15 de março de 2019.

Banca examinadora

Professora Doutora Luciana Pinheiro Viegas
Orientadora
Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT)

Professor Doutor Evaldo Ferreira
Coorientador
Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT)

Professor Doutor Rafael Faleiros de Pádua
Avaliador Externo
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

Professora Doutora Judite Azevedo do Carmo
Avaliadora interna
Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT)

CÁCERES – MT

2019

“todo o homem é uma ilha (...) é necessário sair da ilha para ver a ilha, que não nos vemos se não nos saímos de nós, se não saímos de nós próprios.”

(SARAMAGO, 1999, p. 27-28)

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus por estar ao meu lado na realização deste sonho, por ter me concedido sabedoria e discernimento desde o início do projeto a conclusão da pesquisa.

Ao professor Coorientador Doutor Evaldo Ferreira, por ter me salvado, acredito que não conseguiria desenvolver a dissertação se fosse pela sua imensa ajuda. Muito obrigado por me ter corrigido quando necessário sem nunca me desmotivar.

Agradeço a minha professora Orientadora Doutora Luciana Pinheiro Viegas, é claro, que acreditou em meu potencial, pelas conversas breves, porém importantíssimas, que demonstrou paciência, empenho e sentido prático com a pesquisa.

A Universidade do Estado de Mato Grosso e ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da UNEMAT pela oportunidade oferecida para a qualificação profissional. Aos professores do Mestrado que contribuíram imensamente para minha formação e profissional.

Aos colegas e amigos da turma de 2017/1 que me ajudaram de forma diretamente e indiretamente, pelo companheirismo, e por terem me proporcionado muita aprendizagem nos quanto as dúvidas e incompreensões.

Aos professores doutores, Evaldo Ferreira, Rafael Faleiros de Pádua e Judite Azevedo do Carmo pelas contribuições valorosas na participação da banca de defesa da dissertação.

Aos professores doutores Rafael Faleiros de Pádua e Danilo Volochko, que sempre me incentivou desde a Graduação em Geografia na Universidade Federal de Mato Grosso, ao despertar crítico da geografia, que me inspirou, acreditou e contribuiu para meu ingresso no mestrado e contribuindo direto ou indiretamente para a realização deste trabalho.

Aos meus familiares, colegas e a todos os amigos que me incentivaram durante todo curso para que eu continuasse firme na conclusão da pesquisa.

SOBRE O AUTOR

Danilo Paranhos Batista é Licenciado em Geografia pela Universidade do Federal de Mato Grosso (UFMT) - Campus de Cuiabá (2014). Especialista em Educação pelo Centro Universitário Claretiano de Batatais - Campus de Cuiabá (2015), tendo como a História e Cultura Afro-Brasileira e Africana como base de estudo. Estudante de Mestrado em Geografia pela Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) - Campus de Cáceres (2019), tendo a questão da Dinâmica Espacial como temática de Estudo, em específico nas Territorialidades Haitianas em Cuiabá-MT.

É Professor Estatutário de Geografia e Ciências Humanas e pertence ao quadro de professores da Secretaria de Educação do Estado de Rondônia (SEDUC-RO) desde 13/07/2017. Tem experiência na área de Geografia Humana, com ênfase no Ensino de Geografia, Geografia Urbana e Território, atuando nos seguintes temas: didática e o ensino de geografia, desenvolvimento local e regional, produção do espaço urbano e territorialidades.

Os trabalhos publicados nos últimos três anos, artigos: O Processo de Reterritorialização Haitiana em Cuiabá: Percepções e Concepções Diante da Receptividade entre Haitianos e Cuiabanos na XVIII Semana de Geografia, IV Seminário de Pós-graduação em Geografia e III Seminário de Práticas de Ensino em Geografia - UNEMAT (2018); Territorialidades Haitianas em Cuiabá MT: O Processo de Reterritorialização Mediante ao Centro de Pastoral de Migrante de Mato Grosso na XX SEMANA DA GEOGRAFIA UFMT (2018); Educação em Direitos Humanos: Levantamento Diagnóstico para Implementação no Plano Político-Pedagógico da Escola Estadual Marechal Rondon - Corumbiara/RO no 26º Seminário de Educação - SemiEdu (2018); Educação no Campo e as Relações Étnico-Raciais: Desafios e potencialidades no ensino de Geografia na XII Jornada Desigualdades Raciais na Educação Brasileira (2018); Territorialidade Haitianas em Cuiabá/MT: Processo de Imigração do Haiti para o Brasil em XVII Semana de Geografia, III Seminário de Pós-graduação em Geografia e II Seminário de Práticas de Ensino em Geografia - XVII SEMAGEO (2017); Territorialidade Haitianas em Cuiabá/MT: Reflexões Iniciais no Simpósio Nacional de Geografia Urbana - SIMPURB (2017); O Município de Nossa Senhora do Livramento, Espacialidade e vida cotidiana no VIII Encontro Latino Americanos de Estudantes de Geografia ELEG Paraguai (2016); O Parque Antônio Pires de Campos na Produção do Espaço Cuiabano no XVIII Encontro Nacional de Geógrafos ENG São Luís (2016).

Viajante, tem uma afinidade com os estados da Região Norte do Brasil e países Latino-Americano; cinéfilo desde 2001, que viaja aproximadamente 180km para ir ao cinema mais próximo de sua residência; Cristão Protestante e membro da Igreja Presbiteriana do Brasil.

LISTA DE SIGLAS

ADHIMI-MT	- Associação de Defesa dos Haitianos Imigrantes e Migrantes em Mato Grosso
ADMH/MT	- Associação em defesa dos migrantes haitianos em Mato Grosso
AIDS	- Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (acquired immunodeficiency syndrome)
CAGED	- Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CRAS	- Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	- Centro de Referência Especializado de Assistência Social
CEJA ALMIRA	- Centro de Ensino de Jovens e Adultos Almira Amorim Silva
CEP	- Conselho de Ética em Pesquisa
CEPAL	- Comissão Econômica para a América Latina
CETRAP	- Comitê Estadual de Prevenção e Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas
CNS	- Conselho Nacional de Saúde
CONARE	- Comitê Nacional para os Refugiados
CONSUNI	- Conselho Universitário
CONEP	- Comissão Nacional de Ética em Pesquisa
CNIg	- Conselho Nacional de Imigração
CPA I	- Centro Político e Administrativo I
CPA III	- Centro Político e Administrativo III
CPF	- Cadastro de Pessoa Física
CPM	- Centro de Pastoral para o Migrante
DPU	- Defensoria Pública da União
EUA	- Estado Unidos da América
FDHT	- Fórum de Direitos Humanos da Terra
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPCC	- Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas
MERCOSUL	- Mercado Comum do Sul
MINUSTAH	- Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti
MTE	- Ministério do Trabalho e Emprego
MPT	- Ministério Público do Trabalho
OAB-MT	- Organização dos Advogados do Brasil em Mato Grosso
OBMIGRA	- Observatório das Migrações Internacionais

OEA	- Organização dos Estados Americanos
ONU	- Organização da Nações Unidas
OIT	- Organização Internacional do trabalho
OPL	- Organização Política Lavalas
OSAMB	- Organização de Suporte das Atividade dos Migrantes no Brasil
PNAD	- Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios
PF	- Polícia Federal
PFL	- Partido da Família Lavalas
RAIS	- Relatório Anual de Informações Sociais
SETAS	- Secretaria de Estado de Assistência Social e Trabalho
SMADSDH	- Secretaria Municipal de Assistência Social e Desenvolvimento Humano de Cuiabá
UNESCO	- Organização das Nações Unidas para Ciência e Cultura
UFMT	- Universidade Federal de Mato Grosso
UNASUL	- União de Nações Sul-americanas
UNEMAT	- Universidade do Estado de Mato Grosso
UNIC	- Universidade de Cuiabá
UNIVAG	- Universidade de Várzea Grande
UNIVEL	- Centro Universitário de Cascavel

LISTA DE ABREVIATURAS

Art.	- Artigo
Ed.	- Edição
f.	- Folha
p.	- Página
Nº	- Número

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Naturalidade dos imigrantes atendidos pelo CPM em 2013.....	118
Tabela 2 – Naturalidade dos imigrantes atendidos pelo CPM em 2014.....	120
Tabela 3 – Naturalidade dos imigrantes atendidos pelo CPM em 2015.....	121
Tabela 4 – Naturalidade dos imigrantes atendidos pelo CPM em 2016.....	121
Tabela 5 – Naturalidade dos imigrantes atendidos pelo CPM em 2017.....	122
Tabela 6 – Principais atividades econômicas que mais admitiram entre 2014 e 2016	152

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Lista de Presidentes do Haiti a partir de 1988	82
---	----

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa de localização do Haiti	71
Figura 2 – Rota imigratória entre o Haiti e o Brasil.....	111
Figura 3 – Rota imigratória entre os estados do Acre e Mato Grosso.....	113
Figura 4 – Configuração dos bairros do Carumbé, Sol Nascente, Itamarati e Jardim Eldorado	128
Figura 5 – Banner informativo do CEJA Almira	146
Figura 6 – Anuncio do Salão de Cabeleireiro Mike Designer	148

LISTA DE FOTOS

Foto 1 – Jogo da Paz: Brasil e Haiti	86
Foto 2 – Acre teme superlotação de haitianos em Brasília	106
Foto 3 – Acre teme superlotação de haitianos em Brasília	106
Foto 4 – Acre teme superlotação de haitianos em Brasília	107
Foto 5 – Centro de Pastoral para o Migrante (CPM)	117
Foto 6 – Atendimento no Centro de Pastoral para o Migrante	130
Foto 7 – Imigrantes haitianos fazem fila para serem atendidos no Centro de Pastoral para o Migrante	131
Foto 8 – Estabelecimento comercial constituído na nova centralidade, no bairro Sol Nascente	133
Foto 9 – Escola Dominical na Igreja Presbiteriana do Brasil Comunidade Haitiana, Bairro Jardim Eldorado.....	134
Foto 10 – Feira Livre no bairro Sol Nascente.....	136
Foto 11 – Bar do Haitiano, bairro Sol Nascente	136
Foto 12 – Gravação do Programa Selfie Show no Parque das Águas em Cuiabá.....	139
Foto 13 – Vila Haitiana, bairro Carumbé	141
Foto 14 – Sala de aula do Centro de Educação de Jovens e Adultos Almira Amorim Silva (CEJA ALMIRA).....	145
Foto 15 – Delima, dono do estabelecimento comercial Beraca, frutaria e verduraria em geral	147
Foto 16 – Eniel exibindo quadro produzido em homenagem a Jean Jacques Dessalines.....	149
Foto 17 – Michelet editando arquivos de vídeos	150
Foto 18 – Western Union Goiabeiras Shopping	150
Foto 19 – Curso de gastronomia para mulheres haitianas	151
Foto 20 – Foto anexada à denúncia feita ao MPT mostra câmera no vestiário...	154
Foto 21 – Seminário Fluxos Migratórios	159

RESUMO

Em janeiro de 2010 ocorreu no Haiti um dos maiores desastres naturais de sua história, um terremoto de grandes proporções, levando a destruição de parte do país e resultando em um transtorno econômico e social, promovendo a emigração de sua população em busca de melhoria de vida. O Brasil se tornou um dos destinos, pois exercia, naquele momento, uma forte influência devido a organização de grandes eventos esportivos, como a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016; Cuiabá, exerceu influência por ser subsede da Copa do Mundo, recebendo muitos haitianos. Passada a Copa do Mundo de 2014, é comum encontrarmos haitianos em Cuiabá. Os grandes eventos passaram e ficaram as territorialidades haitianas, com peculiaridades, culturas e expressões que nos chamam a atenção e nos preocupam devido a sua vulnerabilidade pela falta de políticas públicas. No entanto, eles se unem e se identificam e buscam melhoria de vida e direitos sociais. De acordo com esta análise, buscamos compreender como se dá a construção das territorialidades haitianas em Cuiabá? O presente trabalho tem como objetivo investigar as territorialidades haitianas em Cuiabá/MT. Neste sentido, realizamos uma análise sobre a produção do espaço urbano e a dinâmica existente entre os sujeitos sociais que atuam e interagem nessa produção e/ou reprodução espacial com ênfase na espacialidade, sociabilidade, moradia, mercado de trabalho e vida cotidiana. Perfazemos objetivamente uma caracterização da produção socioespacial da capital mato-grossense a contar com a chegada dos haitianos, descrevendo o processo de reterritorialização. Realizamos o mapeamento através de entrevistas, registros fotográficos, coleta de dados e leituras bibliográficas, que através da sistematização resultou em uma dissertação. Procedeu-se pela escolha do estudo/análise da espacialidade e vida cotidiana dos haitianos em Cuiabá, o estudo foi realizado a partir do mapeamento do processo de imigração entre a capital haitiana Porto Príncipe a Cuiabá, capital do Estado do Mato Grosso no Brasil. Os sujeitos da pesquisa são os haitianos que moram em Cuiabá, a qual foram observadas as relações sociais de produção do espaço e as políticas públicas. De acordo com esta pesquisa, podemos concluir que os conflitos produzidos no processo territorialização, desterritorialização, e reterritorialização resultaram em resistência política, sobretudo, da busca por melhoria de vida, afinal, a cidade reflete formas, assume funções, apresenta conteúdos e essa dinâmica influi e é influenciada pelas relações humanas. O resultado desta pesquisa demonstrou que a falta de amparo das políticas públicas é um desafio, desta forma, a sua identidade é o fator importante para ajudá-los a se reterritorializar em um novo espaço vivido.

Palavras-chave: Trabalho. Sociabilidades. Identidade. Espaço Urbano. Território.

ABSTRACT

In January 2010 one of the largest natural disasters in its history occurred in Haiti, a major earthquake, leading to the destruction of part of the country and resulting in an economic and social upheaval, promoting the emigration of its population in search of better life. Brazil became one of the destinations, because at that time it was strongly influenced by the organization of major sporting events, such as the 2014 World Cup and the 2016 Olympics; Cuiabá, exerted influence by being sub-headquarters of the World Cup, receiving many Haitians. After the 2014 World Cup, it is common to find Haitians in Cuiabá. The great events have passed and become Haitian territorialities, with peculiarities, cultures and expressions that attract us and concern us because of their vulnerability due to the lack of public policies. However, they unite and identify and seek improvement of life and social rights. According to this analysis, do we seek to understand how the construction of Haitian territorialities takes place in Cuiabá? The present work aims to investigate the Haitian territorialities in Cuiabá / MT. In this sense, we analyze the production of urban space and the dynamics existing between social subjects that interact and interact in this production and / or spatial reproduction with emphasis on spatiality, sociability, housing, labor market and everyday life. We objectively characterize the socio-spatial production of the capital of Mato Grosso, counting on the arrival of the Haitians, describing the process of reterritorialization. We performed the mapping through interviews, photographic records, data collection and bibliographical readings, which through systematization resulted in a dissertation. The study was carried out based on the mapping of the immigration process between the Haitian capital Port-au-Prince and Cuiabá, capital of the State of Mato Grosso, Brazil, by the study / analysis of the spatiality and daily life of the Haitians in Cuiabá. The subjects of the research are the Haitians living in Cuiabá, which were observed the social relations of space production and public policies. According to this research, we can conclude that the conflicts produced in the territorialization, deterritorialization, and reterritorialization process resulted in political resistance, above all, the search for better life, after all, the city reflects forms, assumes functions, presents contents and this dynamic influence and is influenced by human relations. The result of this research demonstrated that the lack of protection of public policies is a challenge, in this way, their identity is the important factor to help them reterritorializar in a new lived space.

Keywords: Work. Sociabilities. Identity. Urban Space. Territory.

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	20
2.	CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS SOBRE O ESPAÇO, TERRITÓRIO E SEUS DESDOBRAMENTOS NA AMÉRICA LATINA	24
2.1.	O espaço geográfico como organismo dinâmico: diálogo entre conceitos	24
2.2.	Território e territorialidade: do campo de forças à identidade.....	32
2.3.	Territorialização, desterritorialização e reterritorialização: território em movimento e ressignificação	39
2.4.	Territorialização e desterritorialização: os fatores implicadores	46
2.5.	A reterritorialização como ordem de saída e de chegada	50
2.6.	América Latina e o conteúdo socioespacial	53
2.7.	Políticas imigratórias enquanto assistência do Poder Público ao imigrante.....	59
3.	MATERIAL E MÉTODOS	66
3.1.	Plano de Pesquisa.....	66
3.2.	Universo e Sujeitos da pesquisa	67
3.3.	Instrumento de Pesquisa.....	67
4.	MIGRAÇÕES HAITI – CUIABÁ: OS CONDICIONANTES HISTÓRICO-GEOGRÁFICO	70
4.1.	O Haiti no contexto socioeconômico latino-americano: Matrizes históricas da dependência e as diásporas.....	70
4.2.	O processo de migração do Haiti para o Brasil: Caminhos entre Porto Príncipe e Cuiabá.....	89
5.	TERRITORIALIDADES HAITIANAS	116
5.1.	O processo de reterritorialização mediante ao Centro de Pastoral para o Migrante de Mato Grosso	116
5.2.	Os imigrantes haitianos em Cuiabá: da segregação socioespacial e vida cotidiana para uma nova centralidade	127
5.3.	Mercado de trabalho e moradia como processo de inserção na produção do espaço urbano de Cuiabá.....	140
5.4.	Políticas Públicas para migrações: necessidades e desafios aos haitianos no acesso a assistência em políticas públicas.....	158
6.	CONDERAÇÕES FINAIS	168

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	172
ANEXO	186
APÊNDICE 1 – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO DA COMISSÃO ÉTICA EM PESQUISA	195
APÊNDICE 2 – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM OS HAITIANOS.....	198
APÊNDICE 3 – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM ENTIDADES SOCIAIS E PODER PÚBLICO	199

1 INTRODUÇÃO

No dia 12 de janeiro de 2010, aconteceu no Haiti – América Central – um dos maiores terremotos de sua história, deixando um saldo de mais de 250 mil mortos, conforme informou Coggiola (2010, p. 1), e aproximadamente três milhões de pessoas sofreram com o desastre. Desde então, um fluxo de haitianos passou a buscar refúgio no Brasil, deixando o seu país em busca de melhoria de vida e condições financeiras para sustentar suas famílias que em grande parte permaneceram no Haiti.

As desolações do desastre provocados pelo terremoto, agravou a economia de um país que, segundo Moraes, Andrade e Matos (2013, p. 7), “[...] é o país mais pobre da América, além de ser marcado pela violência, desigualdade social e instabilidade política, presente desde o início de sua formação.” Neste contexto, foi promovida grande emigração para o território brasileiro devido à atração exercida pelo país e a realidade social e econômica ao qual o Brasil presenciava naquele momento – em 2013, ano a qual Cuiabá começou a receber os primeiros haitianos – com a Copa de Mundo de 2014 e futuramente com os Jogos Olímpicos de 2016 no Rio de Janeiro. Moraes, Andrade e Matos (2013, p. 07) afirma que:

O crescimento econômico do Brasil, as grandes obras de infraestrutura – como as da Copa do Mundo de 2014 e as dos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro de 2016 – bem como a perspectiva da exploração de petróleo da camada do Pré-Sal, tendem a transformar o país em um novo destino para migrantes do mundo.

Em tempo, vale lembrar da importância de analisar as principais evidências que tornou o Brasil uma influência para imigrações provindas do Haiti, sendo o Estado do Acre a principal porta de entrada para os imigrantes haitianos, passando a utilizar a fronteira entre a Bolívia e o Peru para entrar em território brasileiro. Segundo os haitianos, a viagem até o Brasil é cara e perigosa, devido aos transtornos enfrentados com as autoridades e os “coiotes” no Peru.

No Brasil, para muitos haitianos, a capital acreana Rio Branco é uma cidade transitória, porque depois de dispor de documentos brasileiros seguem para as seguintes regiões: Centro Oeste, Sudeste e Sul do Brasil. Isso se deve, pela possibilidade de oferecer condições de melhorias de vida, principalmente em oportunidades de emprego, onde a oferta - mesmo de forma injusta e mão de obra barata - é maior.

Em Cuiabá/MT, mais especificamente no bairro Carumbé e o seu entorno, concentram-se muitos haitianos que moram em quitinetes ou casas alugadas; os

recém-chegados, recebem assistência do Centro Pastoral para o Migrante - entidade administrada pela Igreja Católica Apostólica Romana – até conseguirem trabalho e, no mesmo bairro, podemos encontrar igrejas onde a comunidade religiosa se constitui majoritariamente pelos haitianos. Dessa forma, observamos que as práticas cotidianas mesclam as culturas haitianas e brasileiras, fortalecem a identidade e constroem o sentimento de pertencimento a um novo espaço, produzindo territorialidades.

De acordo com a análise inicial, identificamos algumas questões ao qual apontamos nesta pesquisa: como ocorreu o processo emigratório dos haitianos que vivem em Cuiabá? O que implicou em sua decisão de migrar no Brasil? Qual a sua expectativa? O que a cidade de Cuiabá representa para os haitianos? E o que os haitianos representam para os cuiabanos? Qual a conduta procedida pelos haitianos para distanciar-se da vulnerabilidade social produzida pela ação de se desterritorializar e se reterritorializar? Quais os conflitos revelados que se deu ao processo de construção das territorialidades haitianas?

Contudo, compreendemos que a sua reterritorialização na Capital Mato-grossense implica no enfrentamento, a partir da desagregação da ligação com o seu território, dos percalços ocorridos em todo processo imigratório, no acolhimento em um novo território que é capaz de segregar ou incluir o imigrante e sua reconstrução em um novo espaço vivido. Portanto, ao observamos estes questionamentos que resultam em certa incompreensão quando se considera que há diversas territorialidades sendo exercidas na produção do espaço cuiabano, mas não especificada, ou exacerbada pelas divisões sociais produzidas pelo capital, a partir destas incertezas, buscamos entender esta identidade reproduzida em nosso cotidiano.

Conforme este diagnóstico, esta dissertação tem como objetivo geral investigar as territorialidades haitianas na produção do espaço urbano da cidade de Cuiabá-MT, em específico, fundamentado em cinco aspectos, como investigar o processo de imigração do Haiti para o Brasil e os motivos que levaram à vinda para a cidade de Cuiabá; analisar o processo de acolhimento dos haitianos na capital mato-grossense, partindo dos aspectos gerais, da segregação socioespacial seguindo para a produção de novas centralidades; descrever as percepções da sociedade cuiabana perante a reterritorialização haitiana e da concepção haitiana diante da receptibilidade dos moradores de Cuiabá; investigar a vida cotidiana e territorialidades dos haitianos

através do processo de inserção no mercado de trabalho, moradia, consumo e sociabilidade; identificar as necessidades e as possibilidades oferecidas aos haitianos em relação a assistência e políticas públicas.

A dificuldade de comunicação através da Língua Portuguesa e a falta de políticas públicas – pois não há assistência do poder público - ocasiona na desvalorização da mão de obra do imigrante, que encontra acesso somente aos trabalhos penosos, como por exemplo: na construção civil, prestação de serviços com atividades que condicionam os sujeitos a condições penosas, entre outros.

Segundo Carlos (2004, p. 57) “o espaço é acumulação desigual de tempos”, e desde a sua primeira apropriação espacial, observamos as manifestações e resíduos da vida social enquanto cultura haitiana se apropriando de influências sociais/culturais de Cuiabá, produzindo novos cotidianos. Carlos (2004, p. 63) considera que:

A mudança das relações espaço-tempo revela a profunda mudança nos costumes e hábitos sem que as pessoas pareçam se dar conta, pois as inovações são aceitas de forma gradual, quase despercebidas, embrulhadas pela ideologia que aponta a degradação do cotidiano.

De acordo com o exposto por Carlos (2014), é apropriado pensar a noção de lugar, que primeiramente ao refletirmos sobre a análise supracitada, podemos compreender que há uma imprecisão nas relações de lugar com pertencimento, pois de certo modo, não há ligação direta entre estes conceitos, porém, o que podemos compreender através do seu pensamento, é que a transformação que o lugar de pertencimento sofre, principalmente quando é influenciado a partir do momento que um morador presencia a presença de um estranho em seu próprio lugar, produzindo relações sociais de forma objetiva e subjetiva.

De modo geral, nestas perspectivas, a pesquisa nos apresenta alguns aspectos, como, por exemplo: as expressões/construções de identidade no lugar vivido, desenvolvido pelo processo de reterritorialização, produzindo um sentimento de pertencimento; a religiosidade como fonte de inserção no espaço; a relação entre participação cidadã e identidade; a moradia como expressão da territorialização; os desafios com o idioma na inserção no mercado de trabalho e, o espaço vivido e suas peculiaridades, ou seja, o que podemos observar é o deslocamento de um território para outro (desterritorialização e reterritorialização) que transforma lugares por meio das territorialidades transcorrendo relações de lugar/território.

O Brasil atualmente, não está mais em processo de crescimento econômico como no período da realização dos grandes eventos mundiais e do grande fluxo imigratório de haitianos para o Brasil que ocorreram a partir de 2013, inclusive, é perceptível que há também drásticos cortes de direitos sociais por parte do Governo Federal, refletindo não somente para os brasileiros, mas para os imigrantes que chegam ao Brasil, é perceptível também, de acordo com estas novas realidades, a criação de diretrizes bem mais restritivas para se permitir que o desterritorializado se reterritorialize e possa buscar recomeçar a vida e evadir-se da pobreza, dos conflitos civis e da vulnerabilidade social.

Conforme estas conjunturas, inferimos como os haitianos se apropriam do território e produzem territorialidades em Cuiabá, observamos através desta apropriação condições que se caracteriza na territorialidade cuiabana, apresentada através da dimensão política, criando movimentos sociais como a Organização de Suporte das Atividade dos Migrantes no Brasil (OSAMB) e da Associação de Defesa dos Haitianos Imigrantes e Migrantes em Mato Grosso (ADHIMI-MT); nas dimensões culturais através das reproduções de sua identidade em eventos musicais, artísticos, atividades gastronômicas e exposições de artes. No campo econômico através das lutas de classes sociais, nos conflitos produzidos na inserção do imigrante no mercado de trabalho, seguindo, enfim, para uma dimensão natural e apresentando o comportamento dos haitianos em seu ambiente físico.

De acordo com os objetivos apontados, é necessário compreender de modo eminente como ocorreu o processo de territorialização haitiana em Cuiabá através da observação das transformações socioespaciais decorrentes deste processo que provavelmente ainda é desconhecida, sendo que estas transformações ocorreram por agentes externos com identidades complexas ao nosso entendimento, decorrendo da necessidade de entender de onde partiu, para onde prosseguiu e o que este processo resultou.

2 CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS SOBRE O ESPAÇO, TERRITÓRIO E SEUS DESDOBRAMENTOS NA AMÉRICA LATINA

2.1 O espaço geográfico como organismo dinâmico: diálogo entre conceitos

Segundo Castrogiovani (2000), quando nascemos somos apresentados ao espaço e ao longo do nosso crescimento vamos construindo através de nossas aprendizagens, relações com o espaço em que vivemos, desde o momento em que rastejamos e engatinhamos - quando éramos bebês -, até o momento que passamos a andar, procurar, descobrir, entre outros. Neste sentido, passamos a descobrir o mundo a nossa volta e estabelecemos uma relação com o espaço vivido. Sobre o assunto, Callai (2005, P. 233) comenta dizendo que:

Desde que a criança nasce os seus contatos com o mundo, seja por intermédio da mãe, seja pelo esforço da própria criança, buscam a conquista de um espaço. Um espaço que não é mais o ventre materno onde ela está protegida, mas um espaço amplo, cheio de desafios e variados obstáculos, e que, para ser conquistado precisa ser conhecido e compreendido.

A apropriação da criança no espaço permite aprender a relacionar-se e através da vivência cotidiana, busca se inserir no lugar onde vive. Ao pensar no uso do espaço como mediação para a socialização dos habitantes, traz a importância de estarmos sempre em busca de conhecer o espaço geográfico onde vivemos, analisando formas e características particulares das relações sociais produzidas a partir do uso destes lugares.

Conforme Corrêa (2003), dentre as cinco categorias de análise que estruturam a Geografia – lugar, paisagem, território, região e espaço - o espaço é responsável por permear todos eles através da “estrutura, forma, função e processo” (SANTOS, 1985 p. 144). Sendo assim, entende-se que o espaço geográfico é a essência da Geografia e a partir do entendimento de sua dinâmica, foram criadas diversas formas de análise a qual está presente em um conjunto de temas/teorias que permeiam por esta ciência.

Considerando que o espaço geográfico é o principal conceito da Geografia, podemos então dizer que o mesmo é produto do trabalho da sociedade e das relações sociais, os demais conceitos estruturantes – citados no parágrafo anterior - são as categorias de análise existentes provindos da própria análise do espaço geográfico, que produz o espaço e são considerados como essência da Geografia. Lefebvre (2008, p. 34) contribui dizendo:

Do espaço não se pode dizer que seja um produto como qualquer outro, um objeto ou uma soma de objetos, uma coisa ou uma coleção de coisas, uma mercadoria ou um conjunto de mercadorias. Não se pode dizer que seja simplesmente um instrumento, o mais importante de todos os instrumentos, o pressuposto de toda produção e de todo o intercâmbio. Estaria essencialmente vinculado com a produção das relações (sociais) de produção.

Sendo assim, espaço é a estrutura que se relaciona de forma micro e macro em todo processo das relações de produção, interagindo entre os elementos naturais - os quais são produzidos pela natureza - e os culturais - produzidos pelos seres humanos. Deste modo, podemos entender que não há espaço sem a presença do homem. Lefebvre (2008), contribui dizendo que a sociedade está vinculada essencialmente na formação espacial, Santos (2009, p. 21) complementa dizendo: “(...) propomos que o espaço seja definido como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e de sistemas de ações.

Este conjunto indissociável de sistemas nos remete a um exemplo bem prático: imaginamos aquele brinquedo chamado Lego, são peças de plásticos de diferentes dimensões e com diversos encaixes, a sua finalidade basicamente juntar/montar um com o outro, originando construções diversificadas. Se não montarmos o lego, o brinquedo não tem função, perde o seu objetivo; a partir do momento que vemos algo muito além do que as simples peças, conseguiremos produzir uma forma material, que tenha sentido, ou seja, vemos a estrutura e o processo organizados em um sistema de ações que permitem a materialidade do objeto, a construção dele.

Os sistemas de objetos e de ações apresentados por Santos (2009, p. 21), nos mostram que não é possível produzir o espaço sem associarmos o natural com o humano, é como se as peças de Lego sejam os objetos/natural e as construções que estas peças irão resultar, sejam as ações humanas; ou seja, o homem com a sua força de trabalho irá transformar o espaço natural, resultando em espaço geográfico e essa transformação ocorre através da dinamicidade cotidiana entre a sociedade, o natural e o particular, deste modo, Santos (2009) enfatiza neste sistema que cada momento histórico favorece ao desenvolvimento de determinada técnica e é isso que permeia os sistemas de ações e sistemas de objetos.

Historicamente, o homem sempre se apropriou da natureza, mas não de forma igual ao longo de sua história, a ação de transformar o natural é percebida desde o seu nascimento pois é uma necessidade de sobrevivência, intrínseca da humanidade.

Esta associação entre os sistemas de objetos e ações produzem historicidades, são descobertas passadas que irão ter significados futuramente. Santos (2009, p. 77-78) complementa dizendo que objetos e ações se dão de modo associado e estão “reunidos numa lógica que é, ao mesmo tempo, a lógica da história passada (sua datação, sua realidade material, sua causação original) e a lógica da atualidade (seu funcionamento e sua significação presentes).”

Sendo assim, estas lógicas resultam nas necessidades “humanas, materiais, imateriais, econômicas, sociais, culturais, morais e afetivas; próprias ou criadas” (SANTOS, 2009, p. 77-78). Pois pensar no uso do espaço como mediação para a socialização dos habitantes, resulta em formas e características particulares das relações sociais produzidas a partir do uso destes lugares. Carlos (2010, p. 11) contribuí dizendo que “o espaço apresenta um sentido profundo, pois se revela condição, meio e produto da ação humana.”

Certamente, após o entendimento destes conceitos, faz-se necessário permear as configurações geográficas dentro do estudo do espaço e refletir, através desta teoria ações/funções que nos proporcionam uma inspiração que nos sugestiona uma nova forma de olhar.

O Espaço é Lugar! Principalmente quando se considera o social com o vivido, produzindo sentimento de pertencimento e significado a um espaço visível “repleto de componentes humanos, como uma rua, uma praça, uma casa, um bairro, uma cidade.” (PEREIRA, 2012, p. 31).

Ao pensar no lugar buscamos definir o espaço vivido e a sua relação com o nosso cotidiano. Certamente, o espaço em que vivemos passa por transformações, refletindo na vida das pessoas que ali vivem, pois segundo Carlos (2004, p. 51), “é através de seu corpo e de seus sentidos que o homem constrói e usa os lugares (...), e neste processo vão se identificando nos lugares da vida, marcando/apoiando a relação de um com o outro”.

A dinâmica do lugar não é homogênea, pois a forma como as pessoas se relaciona com o lugar onde vivem são diferentes e com o passar dos anos se modificam conforme a produção da vida no espaço, a rua é um exemplo claro do processo de transformação. Antigamente as pessoas se encontravam mais, pois era comum que os moradores, ao final da tarde, sentassem na porta de suas casas para conversar com os vizinhos e contar histórias, comentar as notícias e até falar de outros vizinhos. A rua era cheia e movimentada, as crianças brincavam de soltar pipa, pique-

esconde, pega-pega, brincadeira de roda, passar o anel entre outras, além da famosa “pelada de rua”; as meninas cantavam e se encontravam para cantar músicas de seus cantores favoritos, tudo possuía o sentido de festa, até mesmo assistir aos vizinhos brigando.

O lugar segundo Carlos (2004), é o reconhecimento da identidade, é o sentimento de pertencimento produzido pela necessidade de se apropriar do espaço vivido, construindo relações, expressando sua identidade e produzindo territorialidades. Sendo assim, o lazer, o trabalho, a cultura, a religiosidade, a vida privada, entre outros, são ações reprodutoras da vida humana como cita Carlos (2004, p. 47):

As relações que ocorrem no plano do morar e de tudo que essa expressão significa enquanto relação da vida humana englobando os momentos de lazer, do trabalho, da vida privada, e com isso, o sentido do dinamismo entre necessidades e desejos que pautam a reprodução da vida.

Descrever o espaço atual é importante para reconhecermos o espaço vivido, pois, para Carlos (2004, p. 17), “são essas relações que criam o sentido de lugares porque o espaço só poderá ser compreendido em suas referências a partir da produção de um conjunto de sentidos, impressos pelo uso”. Sendo assim, cada relação tem a sua importância para dar o sentido de lugar, por exemplo, quando utilizamos os espaços públicos, quando saímos de casa para ir ao trabalho, quando esperamos o ônibus no ponto e sabemos o horário que o mesmo irá passar e qual o motorista estará dirigindo, da feirinha de rua de sexta-feira a qual se torna ponto de encontro de uma comunidade, ou seja, os moradores saem dos seus domicílios e se relacionam com o lugar onde vivem e essas relações criam sentido para a vida humana.

Assim, todo ambiente onde as pessoas detêm características peculiares e se reconhecem pelo sentimento de estarem fazendo parte de um espaço é um lugar! E são essas relações concretas e próximas que são perpassadas pelas determinações gerais da sociedade, produzindo o sentimento de pertencimento, que se torna necessária na constituição de grupos sociais a fim de buscar métodos, identificar necessidades e possibilidades para manter a sua cultura e continuar imprimindo a sua marca no espaço vivido, pois este pertencimento pode revelar segregações, estranhamentos, conflitos, entre outros. Carlos (2007, p. 22) afirma:

O lugar é produto das relações humanas, entre homem e natureza, tecido por relações sociais que se realizam no plano do vivido o que garante a

construção de uma rede de significados e sentidos que são tecidos pela história e cultura civilizadora produzindo a identidade, posto que é aí que o homem se reconhece porque é o lugar da vida.

Por meio da política e das relações de poder, o espaço se transforma em território, isso considerando as relações sociais que constituem forças políticas que atuam em favor de um grupo/comunidade dentro de um determinado espaço “a ideologia molda comportamentos e atitudes, condiciona normas e regras e vice-versa” (SAQUET, 2010, p. 33).

Raffestin (1993, p.143) afirma que "espaço vem, portanto, primeiro, ele é preexistente a toda ação", o que nos faz compreender que todo conceito da Geografia tem como base o espaço geográfico e sendo assim, toda e qualquer análise parte desta configuração. Ao refletir sobre definição de território, vem a premissa que para que se exista este conceito estruturante precisa-se partir do espaço, ou seja, “quando apropriarmos de um espaço, de forma concreta ou abstratamente” (RAFFESTIN, 1993, p.143) se produz o território.

Segundo Moreira (1981, p. 85 e 86), “O espaço geográfico é a materialidade do processo de trabalho. “É a relação homem-meio” na sua expressão historicamente concreta.” Analisando por este ponto de vista, nos faz refletir do processo de trabalho exercido pelo homem no espaço, pois através de sua força, o homem é capaz de modificar a natureza, mas esta relação não termina, pois é um processo contínuo, ou seja, mesmo após a transformação de um determinado espaço, o homem é capaz retransformar novamente o mesmo espaço, como processo contínuo, determinado pela necessidade humana na produção espacial.

Moreira (1981, p. 86), chama este processo de “a história de seu devir perpétuo.” quando é “a natureza em seu vaivém dialético: ora a primeira natureza que se transforma em segunda, ora mais adiante a segunda que se reverte em primeira, para mais além voltar a ser segunda” (MOREIRA, 1981, p. 86). Assim entende-se que o espaço geográfico se apresenta como resultante da história.

O resultante da história significa a necessidade humana de sobrevivência, pois sempre foi primordial ao homem buscar formas para viver/sobreviver no espaço e, a partir deste entendimento, podemos refletir que a natureza produz meios de subsistência e o homem, em sua consciência, obtém meios de interagir com o natural e tomar para si meios/formas de se alimentar, manter-se vivo e reproduzir.

De acordo com esta análise, podemos mediar segundo Marx (2012), o seguinte exemplo: a história do trabalho, onde os primeiros registros encontrados

revelam que surgiu no período primitivo, a qual os homens no intuito de sobreviverem a um mundo hostil, cria as primeiras ferramentas a fim de poder extrair da natureza meios de subsistência e se proteger. Toda esta força de trabalho, permitiu que o homem adquirisse técnicas de adaptação, modificação e reutilização do espaço natural. A seguir, Marx (2012, p. 118) complementa dizendo:

O trabalho é, em primeiro lugar, um processo entre o homem e a natureza um processo integrado no qual o ser humano faculta, regula e controla a sua forma material com a natureza através de sua atividade... Ao atuar sobre a natureza externa a si, modificando-a, o ser humano modifica simultaneamente sua própria natureza [...].

O modificar da natureza humana é devido à evolução das técnicas de trabalho na natureza, Moreira (1981, p. 87) contribui dizendo que “produz se meios de subsistência e meios de produção que se destinam a reproduzir homens vivos.” E assim, produz um processo transformador do homem na sociedade.

O espaço é construído através das práticas sociais, que são as percepções e as vivências dos indivíduos carregados de significados e valores, sendo o lugar o espaço do cotidiano onde as práticas sociais se concretizam. Dentro disso, o modo de vida e a relação com espaço habitado perpassam por discussões como práticas socioeconômicas, características identitárias, sociabilidade e expressões culturais presentes no cotidiano.

Diante desta perspectiva, entendemos que o espaço urbano é um importante campo de transformações, trazer um olhar investigativo para sua realidade possibilita compreender e refletir sobre o que influencia nas mudanças sociais, econômicas e estruturais deste espaço, a partir do contexto que ali permeia a historicidade de um determinado lugar, uma vez que, a ‘mudança’ tem poder de alterar a construção social deste espaço urbano, logo, proporciona um novo olhar e novas propostas estabelecidas a partir da nova realidade.

A vida cotidiana segundo Lín don et al (2015, p. 371) é a “materialização dos movimentos e as realizações diárias que os sujeitos levam a cabo para produzir a vida” (Tradução nossa). A partir do momento em que há uma identidade forma-se um território, onde há uma junção de poder político, identidade cultural e religiosa, que juntos produzem o lugar vivido, e essa identidade é constituída através das relações cotidianas com o espaço-tempo. Carlos (2004, p. 12) complementa afirmando que:

A vida cotidiana se exprime como expressão aprofundada do mundo enquanto ação – ato. Atividade humana marcada por uma relação profunda e significativa com os espaços-tempos dos gestos que exprimem uma ação,

na qual o movimento do corpo e dos olhos compõem e dão significado à vida, não somente a realidades interiores.

Estas práticas cotidianas é quase uma referência na vida dos haitianos que moram na cidade de Cuiabá, um hábito comum de quem busca sair do quadro de vulnerabilidade, onde o trabalho é a atividade primordial para sua sobrevivência, outras ações, como as sociabilidades, são realizadas caso não comprometa o trabalho.

É comum hoje nas grandes cidades encontrar as pessoas e suas famílias trancadas dentro de suas casas e realizando atividades particulares, se fechando à comunidade. Carlos (2007, p. 52) afirma que:

O que temos é que as casas de hoje, na metrópole, vivem trancadas com pessoas dentro, diante da televisão, sem contatos com a vizinhança, pois cada vez mais a casa tem a função de preservar a individualidade, reforçando o privado. Desse modo o que era público, o que acontecia no ambiente da rua se fecha "intramuros". Desse modo os lugares da cidade se delimitam, se fecham se tornam exclusivos.

Portanto, as ruas estão mais vazias, as crianças cresceram e agora estão exercendo atividades que fazem com que o seu bairro e a sua casa acabam sendo apenas lugares para dormir. Hoje a internet traz novos elementos para a constituição do espaço social: de um lado, estamos cada vez mais dentro de nossas casas e dificilmente saímos à rua.

O que vemos hoje são resquícios da vida social do passado. Ainda vemos esporadicamente as crianças correndo atrás de pipas, o futebol de rua, os vizinhos conversando na porta de casa, as festas juninas; as brincadeiras de pega-pega, pique esconde, rouba bandeira foram praticamente extintas. Carlos (2004, p. 63) considera que:

A mudança das relações espaço-tempo revela a profunda mudança nos costumes e hábitos sem que as pessoas pareçam se dar conta, pois as inovações são aceitas de forma gradual, quase despercebidas, embrulhadas pela ideologia que aponta a degradação do cotidiano.

Em contrapartida, observamos as relações cotidianas dos haitianos na apropriação da rua, no caso, se analisássemos os haitianos residentes em Cuiabá, onde de suas práticas cotidianas em parte, são diferentes as dos brasileiros, a rua é usual para eles, tem sentido e importância para o convívio social. Encontramos moradores haitianos, ao final da tarde, sentados na porta de suas casas para conversar com os vizinhos – que em grande maioria também são haitianos – e contar histórias, comentar as notícias e até falar de outros vizinhos, também observamos que

há uma distância de relações entre haitianos e brasileiros, porém, é observado um processo de aproximação destas relações, pois distinguimos convívio de ambas identidades.

Em vista disto, podemos apreender que segundo Carlos (1996, p. 17) “são essas relações que criam o sentido de lugares porque o espaço só poderá ser compreendido em suas referências a partir da produção de um conjunto de sentidos, impressos pelo uso”. Para os haitianos, a rua é um evento cotidiano que tem se tornado um hábito, provavelmente sendo a reprodução da vida cotidiana no Haiti, apresentando grande movimento de pessoas que a utilizam para atividades como caminhadas, encontrar os amigos, consumir produtos nos estabelecimentos comerciais feira de rua e o lazer. Segundo Carlos (2001, p. 224) “são elementos da vida cotidiana que marcam o eclipse da rua e atenuando as relações de vizinhança posto que esvazia as possibilidades de encontro das pessoas entre o fechamento dos locais,” pois viver na cidade é viver a partir dos lugares que frequentamos e, mesmo com alguns problemas de infraestrutura, a rua passa a ser uma referência não tão distante de suas casas.

Segundo Serpa (2013, p. 16) “a apropriação social dos espaços públicos urbanos tem implicações que ultrapassam o design físico”. Nesse sentido, observamos a necessidade de muitos moradores haitianos de se apropriar de um lugar que independente dos problemas físicos acabam suprindo precariamente as suas necessidades, pois todas os habitantes precisam ter acesso à saúde, lazer, cultura e às centralidades da cidade. Não fornecer o mínimo de infraestrutura é tirar das pessoas o direito de acesso e assim retirar o direito ao encontro, ao lazer.

De acordo em este entendimento referente ao dinamismo do espaço, é importante caracterizar conceitos que elucidam os processos migratórios, emigratórios e imigratórios, critérios que interagem com o espaço geográfico como organismo vivo. De modo geral, os fenômenos migratórios se referem aos deslocamentos de um lugar para o outro, “a movimentações que possuem uma origem e um destino imbuídos de um propósito, de se fixar ou residir em outro território.” (RESSTEL, 2015, p. 37).

Segundo Samaria (2002), os fenômenos imigratórios têm referências as ligações de poder, firmado em seu imaginário social onde os “interesses econômicos e políticos, e por dinamismos psicológicos” (Tradução nossa) (SAMTAMARIA, 2002, p. 23), em compreensão mais específica das características dos fenômenos migratórios Resstel (2015, p. 37-38) descreve:

(...) movimentações tendem a formar fluxos de trânsito de uma região a outra, dentro de um mesmo país, como no caso das chamadas “migrações internas”, ou fluxos de movimentações entre diferentes países ou continentes, como ocorre com os chamados “migrantes internacionais”, comumente designados “imigrantes”. Os fluxos de partida foram nomeados “emigração” e os da chegada ao destino, “imigração”.

Contudo, podemos compreender que todo fluxo de trânsito, independente se o deslocamento é de partida (emigração) ou de chegada (imigração) é designado de migração/migrações, no entanto, há essas especificidades que caracteriza os processos de partida e chegada (emigração e imigração respectivamente), para facilitar o entendimento deste “conceito que não é simples e tampouco consenso” (RESSTEL, 2015, p. 37), pois nos dias atuais, podemos observar novas formas e diferente experiências humanas quando se trata do deslocamento e da mobilidade, porém, para esta pesquisa o que mais se aproximou com a realidade dos sujeitos analisados se expressão no que chamamos de fenômeno migratório.

Enfim, considerando as análises realizadas, podemos entender que o espaço é um organismo dinâmico produzido pelo processo do trabalho humano. Assim, é apropriável dizer que o espaço geográfico é a sociedade; a qual conta a história da sua produção e/ou reprodução das relações humanas desde o domínio da natureza, as lutas de classes, o capitalismo e as relações de poder.

2.2 Território e territorialidade: do campo de forças à identidade

Ao longo da história do pensamento geográfico, este conceito tem sucedido diversos debates acerca de sua abrangência, a qual resulta em uma análise das diversas funções que o Território produz no espaço; é importante compreender que são as relações sociais com a natureza que resultam em uma “fragmentação do espaço com distintas funções, cuja organização, gestão, manutenção ou, mesmo, reorganização conjugarão interesses dos atores envolvidos.” (DANTAS; MORAES, 2008, p. 5).

No território, os atores envolvidos possuem interesses em comum e buscam proteger a sua identidade, a partir deste sentimento de proteção a efetivação do território se torna real, pois esta ideologia molda comportamentos, assumindo significados que definem determinado grupos sociais na produção espacial, resultando em uma territorialidade.

Etimologicamente a palavra Território deriva do Latim, *territorium*, que “significa pedaço de terra apropriado.” (CRESPO, 2010, p. 01). Este termo latino tem uma ligação muito forte ao termo derivado da palavra latina “terra”, ou seja, fração do

espaço onde se constroem as relações sociais, que produzem relações de poder de uma forma mais direta. Segundo Pereira (2012, p. 29), “Território é poder!”.

No contexto da Geografia, o conceito de território apresenta um duplo sentido, ao qual Haesbaert (2004, p. 43) comenta citando que: “o que se propagou sobre território diz respeito a um duplo sentido: à terra e aos sentimentos.” Assim, mais especificamente, o termo à terra se traduz ao território como materialidade; seguindo pelo que se traduz do sentido de sentimento ao idealismo, que representa ação que vivifica o território – terra –, que “inspira, por exemplo, medo (para quem é dele excluído) e satisfação (para quem dele usufrui ou com ele se identifica)” como cita Dantas e Moraes (2008, p. 6).

As relações entre terra e sentimentos são indissociáveis para a produção das territorialidades, pois a sociedade constitui na natureza seus sentimentos, e conjuntamente desenvolvem relações de poder, como que se aquele espaço, constituindo o território, fosse parte da vida de quem vive nele, como se houvesse uma ligação de sentimental, Dantas e Moraes (2008, p. 6) considerando o exposto neste parágrafo complementa dizendo:

(...) as diferentes definições de território atestam essa condição, cujos sentidos variam de uma abordagem jurídica, social e cultural, e mesmo afetiva, cuja problematização se ancora em aspectos vinculados a relações que a sociedade estabelece com a natureza, mediadas por mecanismos de apropriação, dominação, ocupação ou posse de uma fração do espaço.

Assim, o território é constituído por meio de interesses dos atores envolvidos, e os interesses moldam aspectos e características no espaço onde quem o vê, irá identificá-lo conforme as suas particularidades.

Haesbaert (2004), tem dedicado nos últimos anos um profundo estudo sobre o território, e a partir de diversas análises, resultou em várias concepções que foram agrupadas em quatro vertentes sendo: a política, a cultura, o econômico e o natural. Crespo (2010, p. 02) complementa dizendo:

Dentro do debate geográfico, surgem abordagens importantes na análise territorial que levam em conta: sua diferenciação em relação ao conceito de espaço; a dualidade materialismo-idealismo; e as quatro dimensões principais do conceito: econômica, política, cultural e natural.

Desta maneira, foi através de discussões que o conceito de território desenvolveu um avanço significativo no campo da Geografia, permitindo a ampliação em diversidade sobre o entendimento deste assunto, pois este processo foi motivado a partir do momento que percebemos a ação de determinadas/diversas forças na base

material, indo muito além do sentido da materialidade. Saquet (2009, p. 33) complementa dizendo:

O território, nesta multidimensionalidade do mundo, assume diversos significados, a partir das territorialidades plurais, complexas e em unidade. E esta é uma questão fundamental, que marcou a redescoberta do conceito de território sob novas leituras e interpretações: mudam os significados do território conforme se altera a compreensão das relações de poder.

Com a ampliação da compreensão do território, desconstruímos o pensamento de que a base material tinha uma importância superior ao sentimento; antes, oferecíamos maior relevância – dentre os sentidos de terra e sentimento – ao sentido de materialidades, isso ocorreu devido ao fato do mesmo estar presente desde a origem dos primeiros pensamentos sobre este conceito – ao contrário do sentimento. Sobre a dualidade, Haesbaert (2009, p. 42) contribui dizendo:

Dentro do par materialismo-idealismo, portanto, podemos dizer que a vertente predominante é, de longe, aquela que vê o território numa perspectiva materialista, ainda que não obrigatoriamente ‘determinada’ pelas relações econômicas ou de produção, como numa leitura marxista mais ortodoxa que foi difundida nas Ciências Sociais. Isto se deve, muito provavelmente, ao fato de que o território, desde a origem, tem uma conotação fortemente vinculada ao espaço físico, à terra.

Em outro momento, Haesbaert (2009, p. 43-44) complementa dizendo:

(...) muito do que se propagou depois sobre território, inclusive a nível acadêmico, perpassou direta ou indiretamente, estes dois sentidos: um, predominantemente, dizendo respeito à terra e, portanto, ao território como materialidade, outro, minoritário, referido aos sentimentos que o território inspira.

Analisando todo contexto, conseguiremos alcançar a seguinte definição sobre as dualidades, ou seja, que a concepção terra/materialidade está ligada em três dentre as quatro vertentes do território, sendo elas: o natural, político e econômico, assim, a concepção sentimento/idealismo está ligada à cultura. Considerando a análise realizada, é importante entendermos mais profundamente as vertentes aqui relacionadas e sua produção no espaço geográfico.

A concepção natural, inicialmente é muito estudada na disciplina de Biologia, pois utilizam o conceito de território no âmbito das características naturais, como por exemplo o *habitat* de determinadas espécies de animais, que exercem sua soberania dentro de um território: um Leão – nas savanas africanas – exerce o seu poder sobre os demais integrantes de seu grupo, onde existem regras pelas quais protegem seu território de inimigos, não permitindo que leões ou animais de outros grupos adentrem e/ou interajam com os integrantes que compõe a sua comunidade.

Certamente, quando buscamos analisar a concepção natural do território, nos correlacionamos com o comportamento animal, no entanto, não são só os animais que corresponde ao território, segundo Andrey (1969), o comportamento do homem corresponde semelhantemente aos dos animais. No entanto, Haesbaert (2009, p. 56) defende que somente o homem é uma “espécie territorial”, e complementa falando com cautela sobre esta relação, pois teme que este termo desassocie a sociedade da natureza. Na Geografia esta associação sociedade-natureza se refere ao comportamento do homem com o seu ambiente físico, produzindo territorialidades.

Seguindo, sob o enfoque econômico, podemos analisar território como provedor de recursos, onde o homem, no exercício de seu poder explora e domina o natural a fim de dominar e prover relações econômicas na sociedade. Godelier (1984 apud Haesbaert, 2002, p. 20) complementa dizendo:

(...) uma porção da natureza e, portanto, do espaço sobre o qual uma determinada sociedade reivindica e garante a todos, ou à parte de seus membros, direitos estáveis de acesso, de controle e de uso com respeito à totalidade ou parte dos recursos que aí se encontram e que ela deseja e é capaz de explorar.

É válido analisar e compreender que essas relações em muitos casos são excludentes, pois nem todos que compõem determinada sociedade terá acesso aos recursos que nela são produzidos, assim, resultam nas formações de classes sociais, criando embates onde uma minoria possui mais direitos que a maioria, como consequência dessas ações ocorrem as lutas de classes. Haesbaert (2009, p. 59) contribui dizendo:

(...) enquanto "para atores hegemônicos, o território usado é um recurso, garantia de realização de seus interesses particulares" para os "atores hegemonzados" trata-se de um "abrigo, buscando constantemente se adaptar ao meio geográfico local, ao mesmo tempo que recriam estratégias que garante sua sobrevivência nos lugares.

Esta vertente nos faz pensar que essa relação do homem e território é complicada, pois apresenta relações conflitantes, neste contexto podemos observá-lo reproduzido nas ações humanas na sociedade – como algo que se complementa com as outras quatro vertentes – por um lado, observamos quem exerce o poder, pelo outro, quem sofre devido ao exercício do poder.

Quem sofre devido ao exercício de poder de determinado sujeito ou do Estado, são excluídos, ou marginalizados, inseridos em uma condição indefensável, segregados sociais. Para os haitianos submetidos a está premissa, a defesa contra a exploração é a produção de uma unidade, onde se constituem e se organizam para

lutar por direitos e justiça social, a partir deste ponto que podemos inferir a composição através da coletividade influenciados pela identidade que os assemelham e ajudam buscar soluções para problemas e a conquista de lugar de direito na sociedade.

Deste modo, podemos observar segundo Dantas; Moraes (2008), que as quatro dimensões das territorialidades – política, cultural, econômica e cultural – pode auxiliar na busca pela luta de classes, na conquista de direitos, pois é através das práticas em sociedade que pode ser possível a conquista de direitos.

O território assume formas e características com base nas ações exercidas pelos atores hegemônicos, a exemplo dos centros urbanos, onde a cidade exerce particularidades a fim de atender a um determinado poder econômico, como é o caso das relações do campo-cidade. Outro exemplo é o caso de parques industriais, que precisam de mão de obra das classes baixas/pobres e constrói todo um complexo de infraestrutura e redes e fluxo para atender as necessidades do capital, assim, bairros são construídos próximos das fábricas, centros de formação e toda uma rede de transporte é planejada para atender a demanda econômica. Complementando a análise, Santos (2008, p. 231) diz que: “território como um todo se torna um dado dessa harmonia forçada entre lugares e agentes neles instalados, em função de uma inteligência maior, situada nos centros motores da informação.”

Pensemos agora sobre as concepções políticas. Crespo (2010, p. 06) diz que esta dimensão “certamente pode ser considerada a mais clássica. Aqui, as relações de poder são o principal fator a ser considerado na análise.”. Assim, esta poderia ser a definição para território político, pois relaciona-se com a soberania sobre um determinado espaço, Crespo (2010, p. 1), ainda contribui dizendo que “o território é instituinte do Estado”

Portanto, entendemos que o território é formado a partir das relações humanas com a natureza, onde os vínculos produzem relações de poder no espaço vivido através da identidade, da cultura e economia; deste modo, o que efetiva o território são as suas características singulares, isto é, o território é o processo inicial que irá decorrer para efetivação do Estado. Ratzel (1990. p. 73) cita:

[...] os organismos que fazem parte da tribo, da comuna, da família, só podem ser concebidos junto com seu território. Sem isso não é possível o seu desenvolvimento, assim como sem território não se poderia compreender o incremento da potência e da solidez do Estado.

Para Gottmann (1912, p. 13) “a unidade política é o território”, a qual exerce a função de dividir/separar os seus habitantes conforme suas características e logo, o espaço é delimitado por fronteiras físicas ou imaginárias, tornando-se Estado.

O território também pode ser produzido através da concepção idealista representada pela cultura; esta perspectiva vai muito além das fronteiras, pois não é uma expressão especificamente física no espaço. O território cultural segundo Haesbaert (2009, p. 69) tem “referências muito mais enfáticas a estes ‘poderes invisíveis’ que fazem parte do território”, portanto, os atores envolvidos se diferenciam por meio das expressões humanas exercidas no espaço.

A cultura delimita o território através de suas imaterialidades, é representada pela diferenciação linguística peculiar de um determinado lugar que situa e identifica os atores produtores desta identidade, como a religião que expressa as ações cotidianas na sociedade, os grupos étnicos que constituem territórios através de suas tradições culturais – como por exemplo as comunidades quilombolas. “Nesse sentido, o território é visto como produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido.” (DANTAS E MORAES, 2008, p. 5).

O território apresenta uma pluralidade de conceitos e definições que nos dias atuais é inadequado analisar o mesmo e restringir-se apenas ao poder político ou somente à economia. Esta diversidade de pensamentos só foi permitida a partir do momento em que a globalização aproximou o homem do mundo, permitindo ser analisada com maior profundidade, nos trazendo amplas referências sobre as diferentes transformações humanas exercidas na produção do espaço mundial.

Analisando a dualidade apresentada neste tópico, entendemos que as vertentes – em muitos casos – agem de forma indissociável, pois cada conceito tem uma finalidade como campo de força para a identidade do homem, correspondendo a um espaço territorializado.

É importante apontar que um espaço pode apresentar diversas territorialidades. Dentro desta perspectiva podemos analisar o seguinte exemplo: um centro comercial de uma grande cidade, que durante o dia é o território do comércio, do mercado financeiro e das empresas; a noite passa a ser outros territórios, as relações sociais que se dão neste espaço são diferentes, temos a questão da prostituição, do tráfico de drogas, ou seja, as relações de poder apresentam mudanças. Carlos (2007, p. 47) afirma que “há também outros usos que definem uma certa territorialidade através das formas de apropriação difusa e em alguns casos

delimitadas, até certo ponto, pelo Poder Público, como é o caso das áreas de prostituição.” A autora fala sobre a apropriação difusa, que são territórios dentro de um território, podendo não haver nenhuma conexão entre eles, mas que possuem os mesmos direitos; e mesmo assim não deixam de produzir territorialidades.

Segundo Ratzel (1990, p. 72), o território é distinguido a partir de sua formação política, onde a sua fronteira física delimita o Estado, e se posiciona em relação à reprodução da sociedade dentro do Estado, sendo o mesmo encarregado pela humanização desta ciência como cita Itaborahy (2015, p. 02), “Ratzel traz o conceito de território para a Geografia e para as ciências humanas.” Toda identidade requer um território, porque além de ser físico, também é social, imaterial, produzido e reproduzido.

Os processos políticos e culturais estão ligados diretamente ao território, e há a necessidade de integrá-los, pois por meio da interação possui uma maior força de grupos sociais para lutarem por seus direitos e solicitar igualdades, então, Haesbaert (1997, p. 34) confirma a seguir, que esses dois processos são os principais definidores de cada território:

Há uma conjugação, nessa concepção, entre os processos políticos e culturais como principais definidores de cada território. O território envolve, ao mesmo tempo, diferentes graus de correspondência e intensidade, uma dimensão simbólica, cultural, através de uma identidade atribuída pelos grupos sociais ao espaço onde vivem, e uma dimensão mais concreta, de caráter político-disciplinar, de controle do espaço como forma de domínio dos indivíduos.

É importante compreender que é indispensável a caracterização de território e territorialização e a sua diferenciação com o conceito de Espaço Geográfico, ou seja, são as relações sociais de produção da sociedade, o material invisível e a dimensão social; assim, podemos compreender que existem diferentes territórios contidos dentro em uma mesma cidade/área/região como cita a seguir Saquet e Briskievicz (2009, p. 09):

[...] espaço e território não possuem conteúdos idênticos. É fundamental ressaltar que o espaço constitui, em sentido figurado, a “matéria-prima” para a produção do território, ou seja, o território é a apropriação do espaço (econômica, política e culturalmente) por atores que realizam determinadas atividades sociais.

Finalizando esta análise, compreendemos que o território é a categoria de análise da Geografia – mesmo estudado em outras disciplinas – sendo uma das configurações estruturantes da Geografia, permeando seus conceitos através do espaço geográfico, permitindo uma reflexão profunda e particular de cada indivíduo.

2.3 Territorialização, desterritorialização e reterritorialização: território em movimento e ressignificação

Todo ser humano precisa ter um sentido na vida, ter um espaço físico para se relacionar “seja ele como fonte de rendimento, ou como sentimento de pertencimento e/ou segurança.” (OLIVEIRA, 2011, p. 11). É ímprobo pensar no ser humano sem um espaço, ou seja, a existência humana está relacionada a sua produção espacial, estando sempre em movimento, territorializando-se e/ou reterritorializando pois “a vida é um constante movimento de desterritorialização e reterritorialização, ou seja, estamos sempre passando de um território para outro, abandonando territórios, fundando novos” (HAESBAERT, 2004, p.138).

É natural do ser humano se territorializar, movimentar-se pelo espaço criando, abandonando e recriando novos territórios, a fim de satisfazer as suas necessidades e produzir um sentido à vida no espaço geográfico. Assim, o território se resume a uma necessidade humana. Territorializar-se é, se identificar com as particularidades nele constituída, é entender que aquele espaço possui outros atores que expressam algo em comum, trazendo realização e significado.

O processo de se reterritorializar em alguns casos é penoso, esta ação envolve muitas mudanças, pois altera/transforma a identidade de quem se insere no espaço ou traz prejuízo ao sentimento da pessoa quando por alguma ação/tragédia se vê obrigada a abandonar o seu território e se reterritorializar em outro espaço, promovendo a ruptura do elo de ligação homem-território resultando em “riscos, tornando-a assim numa relação vulnerável e susceptível, pondo em causa a topofilia, o sentimento afetivo que une o homem ao seu território” (OLIVEIRA, 2011, p. 11).

Quando ocorre a quebra de elo – do homem com o seu território – estamos diante do processo de desterritorialização. Certamente, a desterritorialização tem inúmeras interpretações. A partir deste ponto vamos discutir alguns conceitos que atendem aos objetivos da nossa pesquisa, analisando diferentes interpretações a fim de apresentar convicções para levantar um diálogo sobre o assunto.

Segundo Oliveira (2011), se observamos a era das grandes monarquias absolutistas, principalmente no século XVIII, a qual conhecemos através dos livros de história, iremos observar como eram constituídos os territórios naquele período, tudo era centrado no Rei, os reinos eram fechados, não havia uma mobilidade de pessoas entre reinos, a identidade de cada nação era clara e particular. Com o passar dos anos o planeta “diminuiu”, mas este diminuir não representa o tamanho, mas a forma como

o ser humano se relaciona com meio. A globalização proporcionou uma aproximação da sociedade com o espaço mundial.

Há cem anos atrás, provavelmente não imaginávamos que poderíamos conversar simultaneamente com qualquer pessoa em qualquer lugar do planeta. Se acessarmos a Internet neste momento, iremos conhecer territórios jamais imaginados, podemos nos desterritorializar apenas por uma fotografia vista em uma rede social ou no *Google Maps*. Imaginemos por exemplo, os grandes conjuntos de pagogas – templos milenares budistas – localizados em um vale de Bagan, no país Mianmar, Ásia, onde o simples desejo de estar contemplando este lugar caracteriza em uma desterritorialização. Segundo Haesbaert (2007, p. 130): “pensar é desterritorializar. Isto quer dizer que o pensamento só é possível na criação, e para criar algo novo é necessário romper com o território existente, criando outro”.

A *internet* é um instrumento importante e que contribui para a desterritorialização, hoje nós podemos fazer compras ou transações econômicas em qualquer lugar do mundo, podemos estudar em outro país sem ao menos conhecê-lo fisicamente, este processo de desterritorializar só é possível através do pensamento e o ato de pensar é criar algo novo. Oliveira (2011, p. 13) complementa dizendo:

(...) e para se criar algo novo, é necessário romper com o território existente, criando outro. Novos encontros são necessários, novas funções, novos arranjos. A desterritorialização de pensamento é sempre acompanhada por uma reterritorialização. Essa reterritorialização é a obra criada, é o novo conceito, é a canção pronta, o quadro finalizado.

Neste sentido, compreendemos que o conceito de territorialização, desterritorialização e reterritorialização são processos indissociáveis; território é um espaço geográfico formado e constituído, quando ocorre a desterritorialização, este território é transferido para outro espaço, promovendo a reterritorialização e assim, reproduzindo neste novo espaço as características do território anterior. Saquet (2009, p. 214) complementa afirmando:

No movimento, simultaneamente à desterritorialização dá-se a reterritorialização. São processos intimamente ligados na mobilidade de força de trabalho. No primeiro, há a perda do território inicialmente apropriado e reconstruído, [...] e no segundo, uma reprodução de elementos do território anterior, em algumas de suas características.

Contudo, este processo nos faz refletir sobre o termo “perda de território”, onde os elementos que constituíam esse território podem se reproduzir em outro espaço, criando outro território. Se analisarmos algumas ocorrências mundiais iremos figurar diversas relações com o movimento a qual Saquet (2009, p. 214) explicita no

parágrafo anterior. Exploremos por exemplo, os fatos ocorridos durante e depois da Segunda Guerra Mundial (1939 – 1945), onde o conflito militar, em específico no continente europeu resultou em grandes diásporas de pessoas pelo mundo fugindo da Guerra e ao se reterritorializarem em um novo espaço geográfico criaram um novo território, reproduzindo suas identidades/territorialidades.

Distintamente dos autores Haesbaert e Oliveira, Saquet (2009) apresenta uma visão de reterritorialização distinta, pois o mesmo se contextualiza a partir de uma perspectiva materialista e os outros numa perspectiva mais pós-moderna. Numa visão materialista, a desterritorialização e a reterritorialização se dá através das relações sociais concretas, e não simplesmente através do pensamento e da percepção. Nesse sentido o pensamento e a percepção são também resultado do processo social, das migrações, das chegadas em outros lugares, da reconstrução concreta da vida em um outro país, entre outros.

A maioria dos dicionários define o conceito de Diáspora à dispersão, ou seja, ao deslocamento de grandes massas populacionais; anteriormente, esta palavra grega era associada à retirada de determinada comunidade de um lugar, sendo obrigados a abandonar a sua terra natal dando-se a mudança para outros lugares. Sousa (2013, p. 17) complementa dizendo:

De facto, “diáspora” começou por ser uma noção conotada com aqueles que eram literalmente arrancados da sua terra natal e deportados para uma outra, sendo por isso associada à dispersão, como no caso das colónias imigrantes gregas, ou em relação ao extermínio dos judeus.

Nos dias atuais, independente do motivo, as diásporas estão ligadas à emigração, seu significado foi alterado devido aos processos desenvolvidos “por via do fenómeno da globalização.” Sousa (2013, p. 18). Este termo também está associado aos povos africanos, é importante realizar esta análise para compreendermos este processo.

Contando com o ensejo, podemos pensar no exemplo onde as diásporas africanas exerciam relações entre a África e a América, onde a escravidão nos moldes capitalista, o tráfico e a sujeição dos povos africanos eram considerados um fenómeno de inserção dentro da ocupação europeia nas Américas; então, possuímos episódios envolvendo a escravidão africana em alguns países da América do Sul, Caribe e nos Estados Unidos; hoje existe toda uma linha historiográfica que estuda estes fenómenos, como cita Bethwell (2010, p. 137):

Nessa mesma época, a Inglaterra e a Espanha lutavam em prol do domínio do Caribe. A Inglaterra tomou Barbados em 1627, e a Jamaica em 1655. As plantações locais exigiam uma mão de obra importante, que decuplicou ao longo de quarenta anos, graças à chegada de um grande número de escravos de Angola, Costa do Ouro, Congo, Nigéria, Daomé, e após 1690, de Madagascar.

A escravidão segundo Bethwell (2010), é um fenômeno muito antigo e a África está no centro desta dispersão desde a antiguidade, primeiro o Norte da África e depois paulatinamente o restante do continente. É importante pensar que no período medieval os muçulmanos eram acostumados a capturar cristãos na Europa e vendê-los como escravos no mundo árabe, da mesma maneira que negociavam com lideranças da África Subsaariana para venderem escravos negros para algumas regiões da Europa. Bethwell (2010, p. 135) fundamenta abaixo citando:

Africanos também participaram no ano de 711, da campanha muçulmana na Ibéria. Nos séculos seguintes, marcados por guerras incessantes entre o Islã e a cristandade, eles combateram como soldados e trabalharam como escravos. De fato, a partir do século XIII, nas feiras de Guimarães, no norte de Portugal, encontravam-se mouros, mercadores de escravos vendendo africanos oriundos das regiões situadas ao sul do Saara.

De acordo com Bethwell (2010), a escravidão africana no contexto posterior se distingue da escravidão anterior pelos moldes capitalistas, em que o tráfico passou a se dar pelas diásporas, começando muito antes que os navios negreiros aportassem no Brasil, no Caribe ou nos Estados Unidos; e quando se pensa nas relações entre África e o Brasil é importante que se pense que não somente os africanos vieram para cá, mas, que alguns voltaram para o seu território natural como o Benim e Daomé, África, e nesse sentido mostra o retorno de algumas famílias após um período no Brasil como escravos. Assim, podemos observar os seguintes processos da diáspora africana, ou seja, foi exercida a desterritorialização africana, seguido da reterritorialização no Brasil, e posteriormente a desterritorialização brasileira e, por fim, a sua reterritorialização novamente na África.

Assim, este é um exemplo histórico de muitos outros que se sucederam na história da humanidade. As diásporas atualmente são apresentadas com uma nova definição, isso é devido às novas produções espaciais exercidas e a um novo pensamento sobre este estudo.

Analisando o contexto histórico, pensamos sobre as relações sociais no espaço que produziram as territorialidades. Certamente, no processo de dispersão da população africana ocorreu – como denominamos na Geografia – a desterritorialização, neste caso, desterritorializar não consiste em mudar o seu

cotidiano de lugar, mas levar consigo toda a sua identidade e reproduzi-la em um novo espaço.

Para compreendermos melhor o processo de desterritorialização, é importante observar que a partir do momento que está ação acontece, o território não deixa de existir, mas muda de local, as relações sociais são transferidas para um novo espaço, adquirindo novos sentidos. Haesbaert (2006, p.156) afirma dizendo:

É importante enfatizar que a desterritorialização não é um processo linear, de mão única, mas um processo caracterizado pela própria globalização. Onde existe desterritorialização há também reterritorialização. Desterritorialização é uma condição ambígua que combina benefícios e custos com várias tentativas de estabelecer. Assim, a desterritorialização não pode significar o fim da localidade, mas sua transformação em um espaço.

Neste sentido, com a dispersão de territórios – como vimos nos exemplos acima – muitos outros foram criados pelo processo de reterritorialização, no entanto, esta ação deixa aberta para o sentido de que o território não é constituído somente por um espaço físico – com fronteiras e características naturais – mas por uma construção invisível manifestada pelos atores daquele espaço. Não é necessário viver no continente africano para reproduzir a sua identidade.

Atualmente, a economia também influencia na destituição de territórios, segundo Badie (1995, p. 155):

Todas as histórias contemporâneas contribuem para a desestabilização dos territórios, simplesmente porque a cena mundial acolhe, neste final de milênio, todo um conjunto de estratégias políticas, econômicas ou sociais que contradizem o princípio da territorialidade.

Assim, esta dimensão econômica é responsável pelo processo o qual faz com que os indivíduos percam o seu território, sendo motivados a se reterritorializarem em outros lugares motivados pela economia. As indústrias globais é exemplo a qual uma empresa se fragmenta em diversos países, influenciados pelas características sociais de determinado local aonde poderá contribuir ou desfavorecer a vida das populações locais através do seu processo de produção. Oliveira (2011, p. 12) contribui dizendo que “à importância da dimensão econômica neste processo, no qual, os territórios perdem identidade e os indivíduos o seu território por razões de dimensão econômica.”

Atualmente a maioria das empresas – mesmo possuindo uma atuação territorial – não buscam mais constituir-se em um território, pois o foco está voltado para o capital, com estratégias territoriais, ou seja, elas vão para onde podem produzir mais lucro, quando o lugar onde a empresa está instalada perde o seu lucro, é mais conveniente a mudança para outras regiões; os atores envolvidos neste processo são

obrigados a se reterritorializarem em outros espaços atraídos pelo mercado econômico.

Hoje em dia, uma indústria pode transformar uma região e promover uma movimentação de pessoas, produzindo territórios, buscando serviços e mão de obra; “as lógicas de mobilidade sobrepõem-se às de territorialização: as empresas já não se referem, na sua estratégia, a um espaço territorial preciso, mas às posições que têm de ocupar no seio de uma rede de produção” (BADIE, 1995: p.157).

Desta forma, juntando ao fato de as empresas terem o território como estratégia econômica, podemos observar que é mais lucrativo à sua instalação “em territórios propícios para otimização da produção” (OLIVEIRA, 2011, p. 12). Esta estratégia promove uma mobilidade de pessoas/trabalhadores, sucedendo mudanças na produção espacial.

Outro aspecto deste conceito se refere na dinamicidade das comunicações nos dias atuais, hoje a mídia possui uma grande abrangência no espaço mundial, onde é possível noticiar acontecimentos como: conflitos civis, guerras e tragédias naturais. Sendo assim, a facilidade de acesso à informação, oportuniza a interferência de outros países; a exemplo do Brasil, que realizou ações humanitárias à serviço da Organização das Nações Unidas (ONU) no Haiti após um terremoto em 2010 que destruiu o País, a inserção do Brasil na ilha caribenha através da Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti (MINUSTAH), influenciou muitos haitianos, promovendo e/ou motivando uma reterritorialização deles no Brasil. Oliveira (2011, p. 13) complementa que “hoje em dia qualquer tumulto ou revolta social num determinado território, é notícia no resto do mundo e muitas vezes outros países vão interferir nesse território.”

Após a sua desterritorialização, o homem quebra o elo de ligação com o território de origem. No entanto, é da essência do homem se territorializar e buscar um novo espaço para realizações de vida, muitas vezes a busca é penosa, pois produz consequências uma vez que, para Santos (1997, p. 9), o processo de reterritorialização é a “transformação”, onde os indivíduos envolvidos apresentam relações particulares em novo espaço.

Esta transformação citada por Santos (1997, p. 9), apresenta um pensamento quanto as apropriações dos agentes em novo espaço na constituição de um novo território, ele ainda diz que “cada momento histórico cada elemento muda o seu papel e a sua posição no sistema temporal e no sistema espacial”, ou seja, reterritorializar é

reproduzir a sua identidade em um novo espaço, e também, apropriando-se das particularidades exercidas por ele, como se houvesse uma troca de similaridades. Saquet (2007, p.161) contribui dizendo:

O velho é criado no novo, num movimento concomitante de continuidade e descontinuidade, de superações. A continuidade se dá na mudança e na própria descontinuidade, que contém, em si, elementos do momento e da totalidade anteriores. Com isso, o velho não é suprimido, eliminado, mas superado, permanecendo, parcialmente no novo. É um processo inerente ao movimento universal e à dinâmica territorial, histórica e geográfica.

Medeiros (2006, p. 283) complementa:

O que ocorre aqui é um duplo processo inserido neste ato de sair e de chegar, pois, ao mesmo tempo em que expressa as ilusões daqueles que saem, expressa também o sofrimento daqueles que atravessam a fronteira do desconhecido. É a partir de então que uma nova necessidade se impõe, ou seja, é preciso mudar o modo de ver o mundo externo dando espaço para o surgimento de novos valores que lhe orientarão e lhe permitirão organizar-se no novo ambiente. O viver em grupo lhes permitirá um enraizamento não tão doloroso quanto foi o desenraizamento e, assim, a construção da sua identidade com o novo.

Conseqüentemente, a vida em um novo território e a cultura de massa – produzida pelo mesmo – promove um processo de homogeneização cultural, ou seja, "todos" os indivíduos daquele ambiente passam a seguir o mesmo padrão de cultura ou mesclam a sua identidade com as particularidades produzidas no novo território; em alguns casos é imposto pela mídia ou outros poderes ao qual possui símbolos e interesses universais, como o culto a marcas famosas, consumismo e a busca pela beleza padrão, ocorrendo uma perda gradual da identidade cultural, Chelotti; Pessoa (2010, p. 172) contribui dizendo que:

Estamos, portanto, diante de um mundo que está conectado, principalmente por um padrão de consumo uniformizante, retirando a exclusividade de determinadas identidades culturais que, cada vez mais, sofrem influências externas.

Enfim, podemos observar que ainda há – em alguns casos – a persistência em manter as identidades em um território. Segundo Chelotti; Pessoa (2010), ainda existem a noção de pertencimento a um lugar e a uma cultura. A noção de reterritorialização relaciona-se com a incorporação do imaterial sobre a produção do espaço e das territorialidades no espaço vivido; promovendo contraditoriamente resistência à globalização.

2.4 Territorialização e desterritorialização: os fatores implicadores

Os fatores implicadores para a ocorrência do processo de desterritorialização é dos mais diversificados, podemos observar desde a história da humanidade os motivos que influenciaram e auxiliaram para que esta ação ocorresse, que suscitam o rompimento do elo homem-território. Oliveira (2011, p.18) contribui a seguir afirmando que:

As crises políticas, as crises económicas e o desemprego, a guerra, os projectos de desenvolvimento sejam vias de comunicação ou barragens, a patrimonialização, os confinamentos espaciais, o envelhecimento demográfico e a doença são exemplos de causas humanas que estão na origem de processos de desterritorialização. Entre as causas naturais temos entre outros, as erupções vulcânicas, as cheias, os sismos, os incêndios florestais e os movimentos de vertente.

Deste modo, Oliveira (2011) destaca que o processo de desterritorialização pode ocorrer através de dois modos, as causas naturais e/ou humanas, podendo ser aplicada de duas formas, como a voluntária, em que o homem por si só, entende e busca um novo território, como também, de forma involuntária, a qual o sujeito é obrigado a abandonar o seu território se reterritorializar em um novo espaço.

Desterritorializar, pode ser compreendido como a ação onde o homem perde a sua relação social com o espaço vivido, onde o território a qual se identificava, perde o sentido para produção da vida. Fernandes (2008, p. 634), relaciona este entendimento dizendo que “numa dessas perspectivas atribui-se à desterritorialização a ideia de desmaterialização física e geográfica dos processos sociais.”.

Para Haesbaert (1995, p. 204), esta definição é um pouco mais complexa, pois entende-se que “os processos de desterritorialização correspondem a uma perda de referências espaciais”, assim, podemos caracterizar que o processo de desenraizamento pode ser resultado dos fatores propiciados por ações naturais ou humanas, destituindo as relações com o espaço.

Considerando esta breve observação deste conceito, iremos analisar e refletir, de forma específica sobre este processo, que transforma e muda as relações humanas na produção do espaço mundial.

Iniciemos esta análise destacando os fatores naturais enquanto implicadores para o processo de desterritorialização. Estes fatores, produzem – em muitos casos – a quebra deste elo homem-território, uma erupção vulcânica, enchentes, abalos sísmicos e qualquer atividade produzida pela natureza, podem transformar a relações humanas com o espaço vivido.

Observando esses fatores como resultante da desterritorialização, podemos analisar alguns exemplos, o primeiro, foi o caso do Vesúvio, um vulcão localizado na região de Nápoles na Itália, que no ano de 79 d.C. ocorreu uma erupção vulcânica que destruiu a cidade portuária de Pompéia; a população sobrevivente desta cidade se desterritorializou involuntariamente, sendo submetida a se reterritorializar em um novo espaço.

Há outras ações naturais que produzem as mesmas reações, como o terremoto que atingiu o Japão em 2011, onde os abalos sísmicos provocaram um tsunami que destruiu parte do litoral japonês e provocou um dos maiores acidentes nucleares da história, onde a Usina Nuclear de Fukushima sofreu problemas estruturais contaminando as áreas próximas da usina. Como forma de proteger os moradores desta região, o governo japonês promoveu a desocupação do território contaminado; seus moradores, foram obrigados a se desterritorializarem.

Para Oliveira (2011, p. 26) “(...) a desterritorialização implica na deslocação do indivíduo que sofreu um processo de desterritorialização.” Deste modo, esses fatores nos fazem refletir que provavelmente o sujeito que se envolveu no processo de desterritorialização está socialmente vulnerável e se reterritorializar é procedimento necessário para viver e reproduzir a sua identidade.

Fernandes (2008, p. 10) analisa este processo e questiona o caso do sujeito desterritorializado não conseguir se reterritorializar, que pode resultar na formação de aglomerados móveis ou campos de concentração, como é caso dos refugiados de guerra que imigraram da Síria para a Europa – desde o início do conflito em 2011 – produzindo uma problemática social, excluindo os agentes envolvidos da sociedade, promovendo a pobreza seguindo pela extinção da identidade e de seu território.

Em contraponto, consideremos também o processo de desterritorialização produzida de forma voluntária, quando ocorre por livre vontade do sujeito, ou seja, quando a quebra do elo homem-território se dissipa pela própria vontade do homem e não por um objeto/ação motivador. Mezzadra (2015, p.13) aponta esta forma de migração como inabitual dizendo que “é evidente que muito raramente a migração é completamente “voluntária” ou “livre”.

Desta forma, se migramos é porque não encontramos mais uma ligação íntima com o território, quando nos reterritorializamos é porque encontramos um elo de ligação com o novo espaço. Talvez o uso do termo “raro” pelo Mezzadra (2015, p.13) subentende como flexível para a realidade atual, pois pode haver facilidade de mover-

se pelo espaço geográfico, apresentando em alguns casos de fronteiras com fácil acesso, outras com sistemas burocrático de trânsito e até limites de territórios intransitáveis, a qual podem aumentar, diminuir e/ou impedir o fluxo de migrações; promover o transito legal e/ou ilegal; sistemas que facilitam e burocratizam a permanência no novo espaço/território vivido e entre outros.

Podemos analisar diversos exemplos, como os turistas que viajam para um determinado país e nele encontra uma ligação intrínseca, decidindo se mudar para este novo território. Vemos também a mobilidade estudantil que ocorre principalmente na graduação, onde a faculdade/universidade onde o discente irá estudar se encontra há muitos quilômetros de distância de sua casa, em outras cidades, estados, províncias, países, enfim, em outro território.

Servindo-se deste momento, torna-se oportuno analisar o processo de desterritorialização pelo ponto de vista das ações humanas, podemos compreender que o próprio homem produz esta ação através de interferências de outros sujeitos que constituem o mesmo território, ocasionado principalmente por interesses e relações de poder, sendo capaz de suceder diásporas de dezenas há milhares de pessoas. Como entrevemos no tópico anterior sobre a Segunda Guerra mundial.

Na Segunda Grande Guerra, a exemplo, apresentou-se uma forma de desterritorialização caracterizada por Haesbaert (2004) de confinamento espacial, que associa aos guetos construídos pela Alemanha Nazista para o aprisionamento de judeus e um exemplo, é o Gueto de Varsóvia. Sendo assim, é válido lembrar que todo processo de desterritorialização fragiliza os sujeitos envolvidos. Haesbaert (2004, p. 259) ainda contribui dizendo:

No caso do gueto de Varsóvia, milhares de pessoas eram deslocadas de seus lares para viver numa mesma área da cidade, cada vez mais exígua e sob condições sanitárias cada vez mais deploráveis (desterritorializadas na medida em que perdiam o controle sobre suas vidas ao perderem o controle sobre seu espaço de reprodução).

Outros exemplos nos levam a refletir, com as doenças que fazem populações fugirem de determinadas áreas devido a algum surto/epidemia; às crises políticas que podem levar a população de um determinado território a se desterritorializarem por alguma ação/definição política que prejudica a qualidade de vida de seus habitantes; às crises econômicas que promovem o desemprego, que leva populações a buscarem trabalho – para ajudar sua família e/ou não perecerem de fome – em outros territórios.

Enfim, esses e outros exemplos que poderíamos citar correspondem ao processo de desterritorialização – pelas ações humanas – no entanto, esse procedimento pode nos fazer realizar o seguinte questionamento: para onde iremos nos reterritorializar? Possivelmente como resposta, poderíamos refletir e entender que toda saída tem uma entrada; todo início tem um fim. Fernandes (2008, p. 10) acrescenta dizendo:

(...) a desterritorialização conduz com frequência à sua posterior realocação em áreas urbanas (...) aqui se fixam (...) aglomerados moveis de exclusão, que procuram nos espaços urbanos uma difícil oportunidade de reterritorialização, isto é, um processo de atenuação da desterritorialização que para ali as conduziu.

Certamente, o estudo da desterritorialização é complexo, a qual possui uma pluralidade de relações e definições a qual Oliveira (2011, p. 26) caracteriza:

Podemos caracterizar a desterritorialização por outros parâmetros, a desterritorialização total ou parcial, a desterritorialização permanente ou temporária, a desterritorialização individual ou coletiva e a desterritorialização forçada ou voluntária.

As ações humanas quanto ao processo de se desterritorializar possui representações distintas, que irá variar dos fatos que motivaram a ruptura do elo com o território, sendo capaz de desterritorializar um território por completo ou parcialmente, de forma permanente ou temporária. O homem é livre em sua existência, o que redundando no direito de escolha, dispondo de sua essência e manifestando a necessidade de se identificar ao espaço vivido.

Se a desterritorialização, em alguns casos, fragiliza o homem, porque desterritorializar? Certamente, porque a partir do momento em que o sujeito analisa, compreende e decide romper com o seu território é porque espera – mesmo enfrentando dificuldades – encontrar uma melhoria de vida em um novo espaço e assim, se reterritorializar. Corrêa (2002, p. 252) caracteriza:

Desterritorialidade é entendida como perda do território apropriado e vivido em razão de diferentes processos derivados de contradições capazes de desfazerem o território. Novas territorialidades ou re-territorialidades por sua vez, dizem respeito à criação de novos territórios, seja através de reconstrução espacial, in situ, de velhos territórios, seja por meio de recriação parcial, em outros lugares, de um território novo que contém, entretanto, parcela das características do velho território: neste caso os deslocamentos espaciais como as migrações, constituem a trajetória que possibilita o abandono no velho território para o novo.

Na citação de Corrêa (2002, p. 252) é reafirmada a forma de entendimento quanto à função da desterritorialização e às contradições produzidas por este modo, as diásporas podem ser vistas, em alguns casos, como impostas aos sujeitos, em

outros casos não. Outrossim, Haesbaert (2004) distingue este modo denominando de processos de desterritorialização *in situ* e desterritorialização *ex situ*.

Mais especificamente, a desterritorialização *in situ* “ocorre sem alteração dos referenciais de localização do indivíduo, este não abandona a sua habitação, o seu território, mas deixa de ter acesso aos seus espaços, aos seus territórios.” (OLIVEIRA, 2011, p. 25). Desta forma, o sujeito irá se reterritorializar, no entanto, o seu território de origem continuará existindo e mesmo continuará fazendo parte do mesmo, mas sem apropriá-lo.

De outro modo, a desterritorialização *ex situ* “implica a deslocação do indivíduo que sofreu um processo de desterritorialização.” (OLIVEIRA, 2011, p. 25). Ou seja, o sujeito é obrigado a deixar o seu território “sejam a crise política, a guerra, a construção de projetos de desenvolvimento, e as catástrofes ambientais.” Haesbaert (2004) explicita que, caso esses indivíduos não consigam se reterritorializar, sucederá em problemas de vulnerabilidade social.

Assim, compreendemos que fazemos parte de um território e também em algum momento nos desterritorializamos, de forma voluntária ou forçada; individual ou coletivamente; *ex situ* ou *in situ*; de forma física ou pelo pensamento; isto é, não importa como deixamos o nosso território, porque “toda desterritorialização é acompanhada de uma reterritorialização”. (HAESBAERT, 2004, 131).

2.5 A reterritorialização como ordem de saída e de chegada

Considerando a análise nos últimos tópicos, podemos entender que provavelmente o homem não consiga viver sozinho, pois é de sua natureza a sociabilidade, nós podemos até observar alguns poucos casos de pessoas que conseguem subsistir em lugares inóspitos, sem outra vida humana por perto, mas para a maioria, sempre iremos buscar fazer parte de uma sociedade, de encontrar no meio de milhões de pessoas características que nos identifique, também apropriar de relações que irá permitir nos inserir no espaço.

Quando quebramos o elo com o(s) nosso(s) território(s), seja qual for o motivo, é natural a busca por nos reterritorializar. Para Haesbaert (2004, p. 131) “nunca nos desterritorializamos sozinhos, mas pelo menos de dois em dois”, pois este processo – em muitos casos – são derivados por feitos que causam danos a uma sociedade, que envolvem comportamentos e que desestabilizam a vida das pessoas, este ato

não pode ser realizado individualmente, sempre há um meio motivador, sempre irá começar por alguém e que influenciará os demais.

Reterritorializar-se é saciar um sentimento que desponta pelo desejo de se realizar, de ser feliz. Não é compreensível nos desterritorializar para sermos infelizes em outro território, desta forma, buscamos sempre uma melhoria de vida, no entanto, para alcançarmos este resultado, é necessário passar por situações penosas, uma vez que o ato de se mudar para um novo espaço – uma nova territorialidade – não irá dizer que iremos nos adaptar facilmente.

Criar vínculo com o novo território “poderá ser mais ou menos moroso, tudo dependerá da capacidade de resiliência do indivíduo e também da sua vulnerabilidade.” (OLIVEIRA, 2011, p. 43). Todo processo dependerá de como o sujeito irá se adaptar uma nova identidade, o idioma, por exemplo, é um fator implicador para criar laços em um novo espaço.

As diferenças socioeconômicas entre o território de origem e o de chegada poderão deixar o indivíduo vulnerável, que dificultarão a criação de laços com o novo espaço de vida, pois terminam “confinadas a uma qualidade de vida muito precária” (OLIVEIRA, 2011, p. 43), sendo expresso em algumas áreas da sociedade, como a moradia, mercado de trabalho e as sociabilidades. Haesbaert (2004, p. 372) ainda contribui dizendo:

[...] o que está dominando é a complexidade das reterritorializações, numa multiplicidade de territorialidades nunca antes vista, dos limites mais fechados e fixos da guetoificação e dos neoterritorialismos aos mais flexíveis e efêmeros territórios-rede ou “multiterritórios” da globalização. Na verdade, seria mais correto afirmar que o grande dilema desse novo século será o da desigualdade entre as múltiplas velocidades, ritmos e níveis de des-re-territorialização, especialmente aquela entre a minoria que tem pleno acesso e usufrui dos territórios-rede capitalistas globais que asseguram sua multiterritorialidade, e a massa ou “aglomerados” crescentes de pessoas que vivem na mais precária territorialização ou, em outras palavras, mais incisivas, na mais violenta exclusão e/ou reclusão socioespacial.

Certamente, com capital definindo as relações internacionais, os processos de diásporas, ou melhor, de fluxos de território-rede, torna-se comum em relação às populações de países subdesenvolvidos, onde a des-re-territorialização é produzida em um ritmo muito dinâmico e comum, movidos principalmente pela oferta de mão de obra e acesso a serviços indisponível ou precariamente oferecidos aos sujeitos. Esta dinamicidade de fluxos de territórios-rede produz uma pluralidade de territórios no espaço geográfico.

O mercado de trabalho é um dos principais elementos que assegura e auxilia na produção territorial. Chegar a um novo território requer uma assistência, em muitos casos, o indivíduo se reterritorializa com poucas condições de viver/sobreviver, o emprego é a ferramenta que contribui para amenizar as perdas e criar vínculos com o novo território, pois as sociabilidades e a moradia resultam da inserção do indivíduo no trabalho, inegavelmente esta é a realidade, pois como foi dito, o capital define rumos das relações internacionais.

Um espaço, então, pode conter diversos territórios, aonde podemos denominá-los e compreendê-los de territorialidades cíclicas, ou seja, são “territórios que existem e são construídos (e desconstruídos) dentro de escalas temporais das mais diferentes e que podem ter um caráter permanente, mas também podem ter uma existência periódica ou cíclica.” (SOUZA, 1995, p. 81).

Em vista disso, uma reterritorialização pode promover mudanças na dinâmica territorial, direcionando ou incluindo novos sistemas de redes de passagens de fluxos e práticas socioespaciais no cotidiano que concretizam ações capazes de alterar o seu ritmo ocupacional.

E o processo provoca grandes implicações, pois, quando há a oportunidade de reterritorialização de uma identidade, ocasiona na desconstrução e mudanças culturais, políticas e econômicas. Chelotti; Pessoa (2010, p. 168) contribui dizendo: “O processo de reterritorialização ocorre com múltiplas implicações, sejam nas esferas sociais, econômicas, políticas ou culturais.”. Dessa forma, esse processo implica na miscigenação das esferas citadas por Chelotti, pois onde há a nova reterritorialização implica na absorção da cultura – em parte ou num todo – existente naquele território. Medeiros (2006, p. 283) acrescenta:

O encontro com uma nova realidade certamente provocará uma desterritorialização dos processos simbólicos, quebrando muitas vezes as coleções organizadas pelos sistemas culturais com novas ressignificações e redimensionamento dos objetos, coisas e comportamento e isso tudo certamente imbricado de conflitos.

Esta quebra se conclui com reterritorialização, pois nesta ação o indivíduo se apropria de particularidades no novo espaço vivido, resultando em uma miscigenação de identidades. A seguir, Medeiros (2006, p. 283) complementa dizendo que “(...) o viver em grupo lhes permitirá um enraizamento não tão doloroso quanto foi o desenraizamento e, assim, a construção da sua identidade com o novo.” Desta forma, a importância da vida em grupo contribui para a construção de um sentimento de

pertencimento a uma identidade, que auxilia na melhoria de vida e na adaptação em um novo território.

Desta forma, compreendemos que os grupos sociais constroem e desconstroem territórios, produzem laços e práticas que irão orientá-los através de ações para apropriação territorial que compreenderá um sentimento individual e/ou coletivo de pertencimento. Haesbaert (2006, p. 45) complementa:

(...) como o conjunto de múltiplas formas de construção/apropriação (concreta e/ou simbólica) do espaço social, em sua interação com elementos como o poder (político/disciplinar), os interesses econômicos, as necessidades ecológicas e o desejo à subjetividade.

Sem dúvida, o conceito de identidade nos faz refletir quanto ao processo de reterritorialização pois corresponde também à identidade, onde “o sentimento de pertencimento implica em um movimento de semelhanças ou de igualdade, de busca dos iguais.” (KOZENIESKI e MEDEIROS, 2008, p. 6). Deste modo, podemos pensar na frase do fabulista grego Esopo que se tornou um dito popular “a união faz a força”, onde a identidade permite que grupo se identifique e lute por direitos.

Assim, o poder transformador da identidade de um grupo poder criar, definir, redefinir um determinado território. Haesbaert (1999, p. 171) complementa dizendo:

Os grupos sociais podem muito bem forjar territórios em que a dimensão simbólica (como aquelas promovida pelas identidades) se sobrepõem a dimensão mais concreta (como a do domínio político que se faz uso de fronteiras territoriais para se fortalecer).

Enfim, considerando esta análise, concluímos através desta observação que a reterritorialização é um processo com diversas pluralidades, onde esta prática só será definida a partir do objeto motivador, sendo que esta dinâmica é um desafio para quem sai (deixa seu território) quanto para quem entra (reterritorializar), pois representa a reprodução da identidade, como se fosse transportada através de simbologias de um território para o outro.

2.6 América Latina e o conteúdo sócioespacial

As “Índias”, conforme Dreyer-Eimbcke (1996), foi a primeira denominação a esta extensa faixa territorial a qual chamamos atualmente de América, o navegador e explorador Cristóvão Colombo – um italiano sob os serviços da Coroa Espanhola – alterou seus parâmetros de navegação e buscou novos caminhos até as Índias. No entanto, ao final do século XV, na intenção de encontrar novas rotas comerciais marítimas até a Ásia, resultou no “descobrimento” – em relação aos europeus – de um novo continente. Dreyer-Eimbcke (1996, p. 113) complementa dizendo:

Na segunda metade do século XIV, quando Colombo fazia seus preparativos de viagem, era inconcebível a ideia de um imenso continente do outro lado do oceano, mais absurda ainda do que a proposta de Colombo de ir procurar a oeste as terras do Oriente extremo descritas por Marco Polo. O “ovo de Colombo” estava justamente na ideia original de velejar pelo oceano Atlântico na direção oeste para chegar à lendária Ásia oriental e à Índia [...]

Ao chegar a um conjunto de ilhas conhecidas atualmente como Antilhas (América Central), Colombo, segundo Farret e Pinto (2011), supôs e/ou concluiu ter chegado às Índias, surge a sua primeira denominação, a reconstrução de sua identidade. Mais tarde, os europeus passaram a chamar este território de Novo Mundo, Farret e Pinto (2011, p. 32) contribuem dizendo que “a extensa faixa territorial conquistada pelos europeus foi denominada, primeiramente de “Índias” e posteriormente de “Novo Mundo”. Em 1507, o alemão Martin Waldseemüller apresentou o seu mapa-múndi onde denominava este território de América em homenagem ao cartógrafo Florentino Américo Vespúcio, onde obteve uma responsabilidade quanto ao mapeamento deste território.

Em 1992, o diretor Ridley Scott dirigiu um filme chamado “1492 - A Conquista do Paraíso”, o qual mostrava os primeiros momentos da colonização do Novo Mundo e o encontro com os habitantes nativos deste lugar. Certamente, esta obra cinematográfica pode não reproduzir a realidade da história de formação do continente americano, mas retrata a descoberta de territorialidades e a inserção de novas identidades para a constituição do continente americano.

Outro filme, a qual se destaca pela excelente trilha sonora principalmente pela música “*Gabriel's Oboe*”, de Ennio Morricone chamado “A missão”, produzido em 1986, com a direção de Roland Joffé, vai muito além, e busca reproduzir como a cultura euro-centrista foi introduzida na identidade dos povos que viviam neste imenso território, destacando justamente a história dos jesuítas que buscavam evangelizar os povos indígenas, que foram obrigados e/ou manipulados à crerem em novos deuses, em novas culturas e assim, desconstruindo a sua identidade materna.

Antes mesmo das primeiras embarcações de Colombo atracarem na costa marítima das Antilhas, esta extensa área territorial já se apropriava de diversas historicidades, ou seja, não se originou a partir da chegada dos europeus, mas foi posta pelos próprios nos livros de história, pois civilizações nativas exerciam a soberania sobre muitas regiões, formando este território e produzindo territorialidades através da produção espacial. No entanto, com a apropriação europeia, tentou-se

dissipar toda uma construção de sentimentos, identidades e particularidades, ou seja, tentou-se apagar a sua história.

O espaço, modificado pelo homem, reproduzia suas peculiaridades, cultura, economia e sociabilidades. No entanto, boa parte foi sucumbida pela cultura eurocentrista. Segundo Quijano (2005, p. 117), “um dos eixos fundamentais desse padrão de poder é a classificação social da população mundial de acordo com a ideia de raça.” Para O’Dwyer (2007, p. 56), “os nativos eram vistos como analfabetos, litigiosos, astutos e mentirosos aos olhos do um europeu.” Impor um padrão de poder a este território tão diversificado submeteu o homem nativo a se apropriar de ações que não são de sua natureza, resultando na perda de parte ou por completo de sua identidade. Farret e Pinto (2011, p. 31) contribuem abaixo dizendo:

A história da construção da denominação dessa vasta faixa de terra coincide com a história das tentativas de apropriação desse imaginário – e conseqüentemente das riquezas materiais que o acompanhavam. Primeiro os ingleses, os ibéricos, depois os franceses, mais tarde os “norte-americanos”.

Assim, com a reterritorialização europeia, foi introduzida neste espaço a sua identidade, promovendo uma miscigenação de culturas e particularidades. Imaginemos os povos nativos que viviam neste território, no qual perderam o seu poder e o seu direito de exercer as suas atividades próprias, muitos povos se desterritorializaram e buscaram se reterritorializar em outros lugares a fim de preservar/proteger a sua rede de relações sociais, permanecendo unidos e protegendo as suas características em comum. Possivelmente não houve - por parte dos europeus - a valorização da identidade dos nativos ao espaço vivido. Moraes (2005, p. 121) contribui dizendo:

Institutos, academias, grêmios literários, saraus eram espaços onde a identidade nacional (das elites) era construída pela imitação patética do estereótipo da vida cultural europeia. Já aos barões-do-café desagradava a realidade da paisagem vivenciada, daí as janelas falsas nas sedes das fazendas onde eram pintadas cenas do mundo rural europeu.

Acrescentando, Canclini (2008, p. 227) contribui externando abaixo que esta mistura/miscigenação/mestiçagem modificou a produção espacial do território latino-americano com formas e sentidos:

A mistura de colonizadores espanhóis e portugueses, depois de ingleses e franceses, com indígenas americanos, à qual se acrescentaram escravos trasladados da África, tornou a mestiçagem um processo fundacional nas sociedades do chamado “Novo Mundo”. Mas a importante história de fusões entre uns e outros requer utilizar a noção de mestiçagem tanto no sentido biológico – produção de fenótipos a partir dos cruzamentos genéticos – como

cultural: mistura de hábitos, crenças e formas de pensamento europeus com originários das sociedades americanas.

Guimarães (2008, p. 10) complementa apresentando uma amostra de uma ação de dominação luso-cristão que resultava na resistência indígena apontada pelos trabalhos dos jesuítas a fim de submeter os ameríndios a uma certa ordem social atendendo aos interesses políticos e, assim, conforme Guimarães (2008, p. 10) cita: “a eficaz ocupação das terras americanas e o desenvolvimento produtivo da colônia dependiam intrinsecamente do controle de seus habitantes nativos.”

É importante ressaltar que toda a contextualização histórica sobre a ocupação europeia no continente americano, nos faz refletir e questionar sobre a nossa essência, como seria os povos nativos caso não houvesse essa intervenção externa? Perdemos parte de nossa identidade a partir do momento que passamos a ser denominados de América, “a construção do nome deixou na penumbra e no esquecimento qualquer tentativa de valorizar os povos autóctones, indígenas ou negros.” (FARRET E PINTO 2011, p. 32).

E assim, os territórios se tornaram território; no entanto, ao longo dos anos, as transformações sociais, culturais, econômicas e políticas, induziram novas transformações no continente americano, sucedendo novas territorialidades, modificando territórios, inserindo novas práticas de produção espacial nos territórios existentes, ou seja, a reconstrução de um novo conteúdo socioespacial.

A manifestação humana na paisagem nos remete à frase dita por Santos (2006, p. 6) “o espaço geográfico é uma acumulação desigual de tempos”. O homem transforma a paisagem, se apropria do espaço e é através da acumulação de tempos que o homem encontra o sentido da vida.

O Continente Americano segundo Farret e Pinto (2011), adquiriu formas, ou melhor, configurações específicas, a qual identifica o homem ao espaço onde vive. A América Latina, é uma região geográfica que desde o período de colonização foi separada regionalmente pelos europeus, destinado a ser colônias de exploração, no entanto, enquanto os nossos recursos naturais eram degradados, a América do Norte se consolidou através de colônias de povoamento, o que levou a população a aceitar a ideia de América-Latina, que nos faz pensar na identidade, ficando a entender que este espaço condiciona aos latino-americanos somente a uma identidade. Farret e Pinto (2011, p. 31) contribuem dizendo: “a América Latina foi se estabelecendo no mundo ocidental moderno como periferia, inferiorizada e explorada.”

Desta maneira, a América-Latina se consolidou para o capital como conjunto de países subdesenvolvidos, que traz em sua história, as marcas do processo de colonização exploratória que transformou o espaço, modificou identidades e hoje tenta se consolidar no espaço econômico mundial.

Nada obstante, o que era para unir os povos latinos – em alguns casos – acabou se desintegrando. Há uma discrepância na constituição deste continente, pois foi condicionado a ser um território singular, entretanto, apresenta pluralidades territoriais que em alguns casos os países desenvolvidos não veem, contudo, é pertencer ao continente latino-americano é poder mover-se fisicamente ou por pensamento, pois há um elo de ligação destas nações constituídas na colonização, o que faz com que povos encontrem meios de movimentar-se por este imenso território e poder se reterritorializar em novos espaços, pois os países – que o constituem – transpassam uma influência no espaço mundial e demonstram garantia de que guarda em sua essência um pouco de cada identidade dos povos que a estabeleceram.

Atualmente, “o que caracteriza a cena social e cultural contemporânea é precisamente o apagamento das fronteiras entre instituições e esferas anteriormente consideradas como distintas e separadas.” (SILVA, 2005, p. 141). Desta maneira, podemos observar a quebra de barreiras de fronteiras entre países da América Latina, isso provavelmente acontece devido à desconstrução da ideia de identidade separada, a qual a identidade entre países compreende características semelhantes. No entanto, essa mesma quebra de barreira apresenta outro sentido, ou seja, ela é uma intenção, especialmente em relação com a UNASUL (União de Nações Sul-americanas), pois as crises econômicas e políticas na região acabam impedindo o avanço nesse sentido, especialmente a partir de 2018. Alvarez (2012, p. 5 e 7) complementa apontando para essa intenção:

A integração com a região não é um item menor dessa agenda. Ela permite que aprendamos uns com os outros em relação aos vários temas apontados, que identifiquemos e construamos interesses comuns e somemos forças para alcançá-los, que assim nos afirmemos no mundo em posição melhor do que seria possível se o fizéssemos cada um por si.

Desta forma, “as velhas identidades que por tanto tempo estabilizaram o mundo social estão em declínio. Novas identidades estão surgindo, deixando o indivíduo moderno fragmentado.” (HALL, 2006, p.7), o que no contexto atual permite uma mobilidade humana entre os espaços terrestres, movimentando-se a fim de adquirir direitos, melhoria de vida; se territorializando, desterritorializando e

reterritorializando, isto é, a globalização aproximou os territórios e permitiu esta mutabilidade de identidades.

Por conseguinte, considerando esta análise direcionada a esta pesquisa em questão, compete descrever o processo de produção espacial na questão socioespacial da América Latina, apresentando alguns dados, características e reflexões.

Primeiramente, aproveitando o ensejo da discussão, é importante caracterizar este continente, sendo assim, segundo Pont (2007), a América Latina é formada por 22 países, sendo eles a Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, El Salvador, Equador, Guatemala, Haiti, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Uruguai, Venezuela, Guiana Francesa e Porto Rico, sendo os dois últimos território francês e estadunidense respectivamente.

Segundo Farret e Pinto (2011), este continente recebeu este nome devido à colonização europeia, mais especificamente da Espanha, Portugal e França, atualmente, os países que constituem este território têm como línguas oficiais o espanhol, português e francês, idiomas derivados das transformações histórica do Latim, desta forma, a denominação de América Latina.

Nos dias atuais, a questão social tem sido muito debatida no contexto da América Latina, pois observamos durante alguns períodos da história diálogos entre nações a fim de sanar ou, pelo menos, amenizar esta problemática que tem promovido a divisão deste continente e principalmente as desigualdades produzidas no espaço. Kliksberg (2002, p. 9), destaca que:

O tema social encontra-se, atualmente, no centro do cenário histórico da América Latina. As advertências sobre a magnitude e a profundidade dos problemas que abalam a região no campo social têm como origem as mais variadas fontes.

Kliksberg (2002) nos permite rememorar, a Cúpula Hemisférica, realizada na cidade de Santiago do Chile, com o objetivo de controlar a pobreza e trazer melhoria de vida para a população latino-americano. O secretário da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), em seu discurso neste encontro, em 1998, disse que a pobreza, o emprego informal e as desigualdades têm aumentado nos últimos anos, e a perspectiva mostra que no futuro este nível não irá diminuir, isto é, as desigualdades sociais se encontram em países subdesenvolvidos e desenvolvido, entretanto, ela é mais significativa e impactante no primeiro.

Milton Santos (1999, p. 37) nos faz refletir sobre este assunto quando percebemos que os países da América do Norte e Europa – de certa forma – excluem os países em desenvolvimento, isso porque a nossa identidade sempre absorveu os reflexos destas regiões, isto é, da cultura euro-centrista e norte americana. Deste modo, buscamos referências de fora para dentro e esquecemos que dentro possuímos uma pluralidade de essências que necessitam ser compreendidas e aprimoradas, como cita Santos (2009, p. 37): “nunca pensamos o mundo a partir da América Latina. [...] A gente pensa Europa, Estados Unidos e exclui a África e a Ásia. [...] Essa é a realidade que cobra de nós uma outra epistemologia.”

Indubitavelmente, alguns países da América Latina apresentam um certo desenvolvimento promovido pelo crescimento econômico que resulta na redução da pobreza, no entanto, esta redução pode não chegar a ser significativa, pois no atual mundo capitalista, este crescimento promove desigualdades, pois a riqueza termina nas mãos de poucos, ou seja, não adianta crescer economicamente se não há uma distribuição desta riqueza. Barros, Henriques e Mendonça (2000, p. 126) confirmam dizendo que “os níveis de miséria e pobreza poderiam ser reduzidos mais substancialmente por meio de mudanças na distribuição do que pelo próprio crescimento.”

Desta forma, a questão social tem um peso importante para o delineamento espacial, onde as populações se desintegram em busca de melhoria de vida, ou seja, a população se desterritorializa, imigrando para outros países a fim de reverter a sua situação social, no entanto, conflitos ocorrem, pois se deparam com políticas migratórias que afetam os latinos americanos, deixando a sua situação mais vulnerável do que atualmente estão.

2.7 Políticas imigratórias enquanto assistência do Poder Público ao imigrante

A questão da imigração é muito delicada. Segundo Vainer (2001), se desterritorializar em um mundo globalizado se torna tão fatigante, principalmente porque o migrante necessitará se reterritorializar, produzindo conflitos e sucedendo à degradação do ser humano. Assim, as políticas públicas se divergem sobre este conceito, pois o mundo em tal intensidade passa por transformações em formas e concepções que as políticas públicas imigratórias não conseguem acompanhar. Deste modo, Vainer (2001, p. 182) complementa a seguir explicitando:

No mundo no qual parece se aproximar a realização plena da utopia neoliberal, muitos milhões são os deslocados compulsórios, os reassentados,

os refugiados e repatriados e deportados, os expulsos e clandestinos. Proibidos de ficar, confinados, interditados de entrar, obrigados a sair, eles nos dizem da natureza perversa da liberdade operada sob a hegemonia da globalização contemporânea: o mundo desterritorializado e sem fronteiras de uns é o mesmo mundo territorializado e guetificado de outros. Entre estes dois mundos, regulando suas relações e controlando seus conflitos e confrontos, os Estados que, através de suas múltiplas agências, locais e multinacionais, se fazem mais presentes do que nunca.

Esta argumentação nos remete à convenção das Nações Unidas realizada em Genebra (Suíça), em 1951, com o intuito de produzir uma regulamentação para os refugiados, entrando em vigor em 22 de abril de 1954 – três anos depois. No Estatuto, entende-se que se o sujeito, comprovadamente provar que é perseguido por circunstâncias de raça, religião, nacionalidade, participante de grupo político ou social, sem a proteção de seu país, por esses motivos é caracterizado como um refugiado, ao qual é fundamentada no Parágrafo 2, do Artigo 1, do Estatuto dos Refugiados e Apátridas, Resolução n. 429 (V), das Nações Unidas, conforme citamos abaixo:

As decisões de inabilitação tomadas pela Organização Internacional dos Refugiados durante o período do seu mandato, não constituem obstáculo a que a qualidade de refugiados seja reconhecida a pessoas que preencham as condições previstas no parágrafo 2 da presente seção; 2) Que, em consequência dos acontecimentos ocorridos antes de 1º de janeiro de 1951 e temendo ser perseguida por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas, se encontra fora do país de sua nacionalidade e que não pode ou, em virtude desse temor, não quer valer-se da proteção desse país, ou que, se não tem nacionalidade e se encontra fora do país no qual tinha sua residência habitual em consequência de tais acontecimentos, não pode ou, devido ao referido temor, não quer voltar a ele. (ONU, 1951).

No entanto, analisando esta resolução e buscando aplicá-la no contexto atual, inferimos que a mesma não atende à necessidade humana por completo, pois desde 1954¹ ocorreram transformações espaciais alterando a dinâmica do homem em relação ao território, mas esta resolução não acompanhou este quadro, sucedendo conflitos internos e externos sobre o conceito imigratório.

Decerto, é importante destacar que a essência do Estatuto dos Refugiados e Apátridas, era dar segurança aos perseguidos políticos e religiosos, como confirma Alencar (2013, p. 1) “A ideia inicial é assegurar a proteção a indivíduos perseguidos por seus ideais políticos ou religiosos no interior de seus próprios Estados.” Atualmente, observamos um debate sobre este conceito, pois novas ações imigratórias surgiram no espaço mundial e necessitavam de uma nova análise. Certamente, muitos países – inclusive o Brasil – alterou ou melhor, complementou o

¹ Ano que entrou em vigor o Estatuto dos Refugiados e Apátridas.

Estatuto para atender a necessidade do contexto atual. Alencar (2013, p. 1) ainda confirma dizendo:

(...) esse termo tem sido expandido por novas convenções mundiais e leis nacionais, como a brasileira, porém sua ideia principal ainda é a de que refugiado é aquele que, por algum perigo em sua terra natal, se vê forçado a fugir para outro território dentro ou fora de seu país.

Esta expansão nos remete aos objetivos que temos buscado nesta pesquisa, a dos refugiados ambientais – mais especificamente em relação as migrações haitianas – que mesmo não sendo considerado pelo Estatuto de 1951, carece de uma reflexão das Nações Unidas a fim de reconhecer este novo processo da produção territorial.

Pensar nos refugiados ambientais nos faz analisar o contexto atual das relações humanas no planeta. Seguramente, iremos analisar alguns exemplos, o primeiro é caso de Tuvalu², segundo o Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas³ (IPCC), este pequeno país localizado na Oceania enfrentará o aumento do nível dos oceanos devido ao aquecimento global, resultando no desaparecimento por completo ou parcial de seu país. Sobre este assunto Alencar (2013, p. 1) complementa:

Em 2007, cientistas independentes do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas afirmaram que, em 100 anos, os oceanos poderiam subir até 60 cm, o que impactaria na vida de, pelo menos, 600 milhões de pessoas por todo o mundo, atingindo em especial os habitantes de áreas costeiras.

Caso esta afirmação se concretize, poderemos presenciar o processo de desterritorialização dos sujeitos de um território, provocado principalmente por um problema ambiental, porém, quando associado a questões históricas e sociais, produz o aumento da precarização da vida em função da catástrofe natural, tendo como exemplo o Japão se comparado ao Haiti, onde ocorrem terremotos em seu território de magnitude superior ao ocorrido no Haiti em 2010, no entanto, não provocam tantos refugiados ambientais.

Em decorrência do processo de desterritorialização, se produz a necessidade de reterritorialização de uma nação, o que implica é, como ocorrerá este processo a qual poderá suceder conflitos, deixando os seus habitantes em situação vulnerável. Deste modo, compreendemos que os problemas ambientais provocados poderão

² Um Estado da Polinésia com aproximadamente 26 km² e cerca de 10 mil habitantes,

³ Organização criada pelas Nações Unidas em 1988.

impactar no destino de milhões de pessoas, “somente no ano de 2008 pelo menos 20 milhões de pessoas foram deslocadas por desastres naturais repentinos.” (ALENCAR, 2013, p. 1).

Outro exemplo foi o terremoto de mais 7 pontos na escala Richter⁴ ocorrido no Haiti em 2010, mais de 3 milhões de pessoas foram afetadas por este desastre ambiental, determinando uma forte imigração para os países latinos e os Estados Unidos. O Brasil se configurou como o principal destino para os haitianos “que buscavam uma nova oportunidade de viver” (ALENCAR, 2013, p. 1), no entanto, encontraram dificuldade de se refugiar, devido à falta ou deficiência em políticas públicas imigratórias, e assim, “ao chegar às fronteiras brasileiras, muitos foram impedidos de entrar no país, tendo em vista que, como não se enquadram na definição de refugiados dita pela Lei, não têm como residir no Brasil.” (ALENCAR, 2013, p. 1).

É importante ressaltar que estes episódios sucederam nos primeiros registros de imigrantes haitianos no País após o terremoto de 2010. O Brasil, acompanhando esta conjuntura, implantou um plano político nacional para imigração que resultou na Resolução Normativa nº 97, de 12 de janeiro de 2012, onde concede aos imigrantes haitianos direitos para ingressar no território brasileiro através de um visto humanitário. Leite; Santin; Dias (2015, p.15) complementam dizendo:

A Resolução Normativa nº 97, de 12 de janeiro de 2012, concede visto especial, de caráter humanitário, ao estrangeiro originário do Estado do Haiti. As indagações trazidas no artigo partem desta resolução e são analisadas segundo a óptica da dignidade da pessoa humana.

Com a implantação desta normativa, os haitianos deixaram de ser caracterizados como refugiados ambientais e passaram a ser configurados pelo Governo brasileiro de imigrantes com vistos humanitários. Certamente, este assunto pode produzir dúvidas quanto à diferenciação de refugiado e imigrantes com vistos humanitários, no entanto, o que diferencia um do outro é que o visto humanitário permite uma regularidade maior no país a qual o imigrante escolheu para uma tentativa de reterritorialização, podendo obter a sua permanência permanente.

Também, é importante destacar que o visto humanitário contempla categorias não atendidas no refúgio, que é a sua aplicabilidade em relação as vítimas de crises econômicas e ambientais. Diante do exposto, segue abaixo o trecho da Resolução Normativa nº 97, de 12 de janeiro de 2012 elaborada pelo Conselho Nacional de

⁴ A escala Richter, é uma escala logarítmica arbitrária, de base 10, utilizada para quantificar a magnitude de um sismo.

Imigração (CNIg), que assegura direitos aos haitianos de acesso ao território brasileiro:

Art. 1º Ao nacional do Haiti poderá ser concedido o visto permanente previsto no art. 16 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, por razões humanitárias, condicionado ao prazo de 5 (cinco) anos, nos termos do art. 18 da mesma Lei, circunstância que constará da Cédula de Identidade do Estrangeiro. Parágrafo único. Consideram-se razões humanitárias, para efeito desta Resolução Normativa, aquelas resultantes do agravamento das condições de vida da população haitiana em decorrência do terremoto ocorrido naquele país em 12 de janeiro de 2010.

Art. 2º O visto disciplinado por esta Resolução Normativa tem caráter especial e será concedido pelo Ministério das Relações Exteriores, por intermédio da Embaixada do Brasil em Porto Príncipe. Parágrafo único. Poderão ser concedidos até 1.200 (mil e duzentos) vistos por ano, correspondendo a uma média de 100 (cem) concessões por mês, sem prejuízo das demais modalidades de vistos previstas nas disposições legais do País.

Art. 3º Antes do término do prazo previsto no caput do art. 1º desta Resolução Normativa, o nacional do Haiti deverá comprovar sua situação laboral para fins da convalidação da permanência no Brasil e expedição de nova Cédula de Identidade de Estrangeiro, conforme legislação em vigor.

Art. 4º Esta Resolução Normativa vigorará pelo prazo de 2 (dois) anos, podendo ser prorrogado.

Art. 5º Esta Resolução Normativa entra em vigor na data de sua publicação. (CNIg, 2012)

Assim sendo, esta normativa trouxe uma certa regularidade no acesso do imigrante ao território brasileiro, permitindo que o mesmo consiga adquirir direitos e políticas públicas a qual ao contrário, não conseguiria por estarem de forma irregular. Pacífico e Pinheiro (2015, p, 115) complementam dizendo que:

Com a concessão do visto humanitário, os haitianos detêm basicamente os mesmos direitos dos brasileiros, como direito à saúde, à educação e autorização para trabalhar. Conforme a Resolução, não apenas quem solicitar o visto será beneficiado, mas também cônjuges e parentes, pois a unidade familiar, conforme visto, é princípio-dever aplicado pelo Brasil aos imigrantes.

Indubitavelmente estes dois exemplos podem se configurar como refugiados ambientais, no entanto, o maior desafio para quem exerce o poder sobre o Estatuto dos Refugiados e Apátridas é que em muitos casos a sua ação necessita de urgência, que o documento que regulamenta a imigração precisa de uma nova análise e atualização considerando os acontecimentos que se sucederam depois de 1954, pois envolvem os direitos humanos, sendo do próprio sujeito, o direito de ser assegurado a um padrão de vida digno para si e sua família como cita a Declaração Universal dos Direitos do Homem – que foi também incorporado na Constituição Federal Brasileira através da Lei nº 8.069/1990 – em seu art. XXV, parágrafo:

1. Toda pessoa tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e a sua família saúde e bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação,

cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis, e direito à segurança em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência fora do seu controle. (BRASIL, 1988).

Agora imaginemos que cada nação tenha que elaborar a sua própria resolução normativa – como fez o Brasil – iremos passar por uma instabilidade social, pois cada país possui uma dinâmica política diferente, ou uma concepção que é contra ou incerta sobre a autorização de entrada de imigrantes em seu território, que poderá produzir conflitos, crimes de xenofobia e vulnerabilidade humana.

Analisando de forma mais meditativa, podemos perceber que o visto humanitário é um pouco mais burocrático aqui no Brasil, pois o país não atende somente aos imigrantes haitianos, nos últimos anos, observamos um grande afluxo de sírios e venezuelanos imigrando para o território brasileiro em busca de melhoria de vida e segurança, ou seja, foram obrigados a se desterritorializar devido a um conflito civil instaurado no país. No entanto, a Resolução Normativa nº 97 de 12 de janeiro de 2012, não atende as necessidades dos sírios que chegam ao Brasil, pois a mesma só possui poder de atender ao imigrante haitiano.

O Ministério da Justiça e o Departamento de Estrangeiros detectou a necessidade de se produzir uma resolução específica para os sírios, aonde instituiu a Resolução Normativa nº 17, de 20 de setembro de 2013 que se consubstanciaria do seguinte modo: A considerar os laços históricos que ligam o Brasil e a Síria; a crise humanitária em andamento na República síria; o alto número de refugiados gerado pelo conflito; a busca por refúgio em território brasileiro; as dificuldades/burocracias de solicitar refúgio ao Brasil; os procedimentos de requerimento de refúgio e entre outros.

Portanto, podemos entender de fato que se produziu uma nova deliberação, e que a falta de uma resolução universal finda em um descumprimento dos direitos humanos, trazendo impedimento de acesso ao país escolhido ou predestinado pelo migrante devido a burocráticos processos que muitas vezes levam anos para se consumar.

Decorrido aos fatos aqui informados, outras convenções foram realizadas, em que vale destacar a Declaração de Cartagena (México), de 1984, que tinha como objetivo ampliar as definições, esclarecer e desenvolver uma aplicabilidade para o Estatuto de 1951. Desta forma, esta convenção regional foi “reconhecida por expandir a definição de refugiado estabelecida pela Convenção de 1951 e já foi confirmada pela Organização das Nações Unidas (ONU), pela Organização dos Estados

Americanos (OEA) e adotada pela legislação nacional de 14 países.” (PACÍFICO; PINHEIRO 2015, p, 109), no entanto, não se discutiu questões quanto às migrações desencadeadas por crises econômicas e ambientais.

Todavia, se houvesse uma regulamentação no Estatuto dos Refugiados e Apátridas de 1951, que abrangesse as vítimas de crises econômicas e ambientais, certamente, o processo de concessão de vistos para refúgio em outros países seria menos complexo, pois este estatuto, o qual é produzido pela Organização das Nações Unidas (ONU) é um documento universal, produzida e necessariamente exercida pelos seus países membros.

Deste modo, podemos compreender através desta reflexão, que o Estatuto dos Refugiados de 1951 trouxe normas e regras para o acolhimento de imigrantes em situação de vulnerabilidade no caso de ameaça política e religiosa, no entanto, não abrangeu as novas mudanças na dinâmica migratória mundial, onde muitos países necessitaram se adequar às novas realidades e assim, normatizando novas regras que, afinal, trouxe prejuízos sociais ao imigrante devido a processos burocráticos e a pouca atenção de políticas públicas para atender com hombridade o desterritorizado.

3 MATERIAL E MÉTODOS

3.1 Plano de Pesquisa

Para melhor compreensão da pesquisa, a sua abordagem de estudo foi desenvolvida através do processo qualitativo, pois além de uma compreensão de certos fenômenos sociais apoiados no pressuposto da maior relevância do aspecto subjetivo da ação social, são necessários dados qualitativos a fim de uma análise mais

profunda da produção do espaço, assim, será empregado na pesquisa o método Dialético.

O método Dialético é empregado especificamente em pesquisas qualitativas; este método busca dialogar através da argumentação e contra argumentação de assuntos não tangíveis, assim, a Dialética nos instiga a pensar a partir de um objeto proposto, proporcionando uma profunda análise dialogada, que resulta em um objeto distinto ao proposto. Em tempo, é importante ressaltar que este fato não pode ser considerado fora do contexto social, como afirma Gil (2002, p. 14):

[...] a dialética fornece as bases para uma interpretação dinâmica e totalizante da realidade, uma vez que estabelece que os fatos sociais não podem ser entendidos quando considerados isoladamente, abstraídos de suas influências políticas, econômicas, culturais etc.

Quanto aos procedimentos, a pesquisa será desenvolvida com base em três metodologias: histórico, observacional e investigativo. Estes métodos foram selecionados devido aos procedimentos de abordagens, pois as coletas de dados e informações serão orientadas através da pesquisa histórica dos sujeitos e do espaço vivido, da observação e descrição da produção espacial e da investigação de necessidades e perspectivas.

Quanto ao seu caráter, será descritivo, pois de acordo com Gil (2002, p. 42) “[...] tem como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis.”

Entende-se ainda que, uma pesquisa qualitativa descritiva visa à qualidade nas informações investigadas, visto que “a teoria surge durante a própria pesquisa e isso ocorre através da interação contínua entre a coleta e a análise de dados.” (BALDI 2009, p. 4). Vale destacar que a ação descritiva “trabalha com dados relativos à atualidade, observando uma determinada realidade para explicar um determinado objeto e o(s) fenômeno(s) relacionado(s) à problemática da pesquisa.” (BALDI, 2009, p. 24).

Em algumas etapas da pesquisa, abordaremos também as técnicas quantitativas, ao qual Baldi (2009, p. 5) afirma que as abordagens qualitativa e quantitativa “fornecem uma compreensão profunda de certos fenômenos sociais, apoiados no pressuposto da maior relevância do aspecto subjetivo da ação social, visto que foca fenômenos complexos e/ou fenômenos únicos.”

3.2 Universo e sujeitos da pesquisa

Para o melhor desenvolvimento da pesquisa, optamos pela escolha da cidade de Cuiabá, capital do estado de Mato Grosso, principal município da região metropolitana do Vale do Rio Cuiabá (constituídos também pelos municípios de Várzea Grande, Santo Antônio de Leverger e Nossa Senhora do Livramento), que de acordo com a Associação de Defesa dos Haitianos Imigrantes e Migrantes em Mato Grosso (ADHIMI-MT) é a cidade com maior número de haitianos do estado mato-grossense, cerca de 3000, propiciando e delineando de forma mais consistente os dados coletados.

Os sujeitos da pesquisa, foram os haitianos, os brasileiros residentes na cidade de Cuiabá; membros da Associação em Defesa dos Migrantes Haitianos em Mato Grosso (ADMH/MT); responsáveis/gestores do Centro Pastoral para Migrantes de Mato Grosso; agentes do Poder Público Municipal da área de assistência social.

3.3 Instrumentos de Pesquisa

Os trabalhos de campo foram realizados em quatro momentos distintos, a saber: o primeiro para observação e descrição, com registro fotográfico do local da convivência cotidiana dos haitianos. O segundo foi destinado a aplicação da entrevista aos haitianos com o objetivo de conhecer seu cotidiano socioespacial e com os brasileiros residentes em Cuiabá a fim de averiguar suas percepções em relação aos haitianos que residem na mesma cidade, na condição de imigrante reterritorializado.

O terceiro campo objetivou buscar informações junto aos representantes de entidades sociais filantrópicas, mas especificamente com os coordenadores do Centro de Pastoral para o Migrante analisando o processo de atendimento, as assistências realizadas com ênfase no apoio dado aos haitianos desde o acolhimento até a sua partida. No quarto campo procedemos o diálogo com o poder público municipal, estadual, federal e Conselho Regional, em específico, a Secretaria Municipal de Assistência Social e Desenvolvimento Humano de Cuiabá (SMASDH), Secretaria de Estado de Assistência Social e Trabalho (SETAS), Polícia Federal (PF), Organização Internacional do Trabalho (OIT) e Organização dos Advogados do Brasil em Mato Grosso (OAB). Ao final, de acordo com o cumprimento das etapas, sistematizamos as fontes.

Ressaltamos que as entrevistas se consolidam por meio de roteiros previamente elaborados (Apêndices 8.2 e 8.3). Ribeiro (2008, p. 141) trata da técnica de entrevista como:

A técnica mais pertinente quando o pesquisador quer obter informações a respeito do seu objeto, que permitam conhecer sobre atitudes, sentimentos e valores subjacentes ao comportamento, o que significa que se pode ir além das descrições das ações, incorporando novas fontes para a interpretação dos resultados pelos próprios entrevistadores.

As identidades dos sujeitos nas entrevistas e nos registros fotográficos não foram reveladas, atendendo a orientação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), da Universidade do Estado de Mato Grosso, criado pela resolução nº 018/2013, Conselho Universitário (Consuni), que estabelece, através da resolução do Conselho Nacional de Saúde (CNS) nº 510/2016, que em pesquisas das áreas das Ciências Humanas, Ciências Sociais, Aplicadas e Afins, quando se expõe seres humanos ao processo, que se preserve e resguarde a sua identidade e integridade, neste caso, como empregamos entrevistas que podem comprometer a segurança do entrevistado, acolhemos a sua identidade ou informações que podem identificá-los. No Apêndice deste projeto, encontra-se o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, onde o entrevistado fica elucidado quanto aos seus benefícios e malefícios em participar das entrevistas, havendo a liberdade de escolha em assiná-lo e de ser entrevistado, como também, de ser identificado.

A escolha dos entrevistados haitianos e brasileiros foi determinada de acordo com o conceito de Quaresma (2005, p. 76), onde “as pessoas que serão investigadas, sendo que, na medida do possível estas pessoas sejam já conhecidas pelo pesquisador ou apresentadas a ele por outras pessoas da relação investigada.” Deste modo, essa proximidade permite que o entrevistado se sinta mais seguro e tranquilo em fornecer as respostas.

As técnicas empregadas de diálogo entre as pessoas investigadas foram de: “entrevistas abertas”, onde, segundo Quaresma (2005, p. 75), “o entrevistador introduz o tema e o entrevistado tem liberdade para discorrer sobre o tema sugerido.” Este processo permite um maior detalhamento ao qual as perguntas as perguntas serão respondidas através de uma conversa informal, “onde o entrevistador interfere minimamente, assumindo uma postura de ouvinte.” (QUARESMA, 2005, p. 75).

Foram totalizadas 62 entrevistas. Este número foi estabelecido durante a execução da pesquisa que objetivou compreender primordialmente o que cada grupo especificado pensa a respeito das territorialidades haitianas na produção do espaço urbano de Cuiabá/MT. De modo específico, entrevistamos 33 haitianos e 29 brasileiros, compreendendo, em geral, imigrantes, líderes de comunidades religiosas,

missionário, presidentes de associações, representantes do poder público, coordenadora de instituição de apoio e brasileiros residentes na capital mato-grossense.

Na pesquisa, não solicitamos dados que identifiquem os haitianos. Em relação à pesquisa no Centro Pastoral dos Migrantes, associações e Poder Público, os dados – nome do entrevistado e instituição – utilizados nos resultados obtiveram autorização. Todas as entrevistas e registros fotográficos foram realizados após a autorização dos sujeitos por meio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Destacamos que parte das respostas ou mesmo respostas completas das entrevistas foram transcritas de forma fiel, com vistas a tornar clara a compreensão dos sujeitos que participaram do estudo, evitando distorções interpretativas.

Após a sistematização das fontes de pesquisas dos trabalhos de campo, foi realizado a coleta de dados através de documentos e informações a fim de unir os dados das entrevistas, das análises prévias, observações locais e perceptivas. Sendo assim, tabulamos e realizamos a análise final de dados e a produção da dissertação.

4. MIGRAÇÕES HAITI – CUIABÁ: OS CONDICIONANTES HISTÓRICO-GEOGRÁFICOS

4.1 O Haiti no contexto socioeconômico latino-americano: matrizes históricas da dependência e as diásporas

Inferimos que ao longo dos anos deu-se o aumento do afluxo de haitianos que cruzaram as fronteiras brasileiras. Este destino, que podemos dizer que é recente, possuindo o seu prelúdio em 2010, transformou o Brasil em uma das principais rotas das diásporas haitianas pela América-Latina. Certamente, falar nesta ocasião do processo de imigração do Haiti para o Brasil pode ser uma antecipação da temática que iremos expor e discutir no tópico a seguir (item 4.2.), no entanto, é apropriado compreender que esta dinâmica de imigração não se resume ao processo supracitado neste parágrafo, mas que procede ao longo da história de formação deste país, “desde os tempos coloniais até os dias de hoje” (SILVA, 2014, p. 4).

A ação de imigrar está na essência histórica do Haiti desde os primórdios, conforme Silva (2014), este processo de se desterritorializar ainda persiste, ao qual tem um significado para os haitianos e que envolvem múltiplas questões, como as causas sociais, econômicas, naturais, culturais ou de efeito. Assim, esses fluxos e refluxos migratórios se estruturam na história deste país, apresentado dinâmicas resultantes destas questões, que se baseiam principalmente no contexto socioeconômico, fator principal, a matriz geradora de sua dependência na América Latina.

Certamente, mesmo já supracitado nesta pesquisa, é válido afirmar através de Moraes, (2013, p. 07), que atualmente o Haiti “é o país mais pobre da América, além de ser marcado pela violência, desigualdade social e instabilidade política, presente desde o início de sua formação.” Assim, acompanhando esta afirmação podemos refletir e compreender os múltiplos fatores que condicionaram esta nação a esta condição.

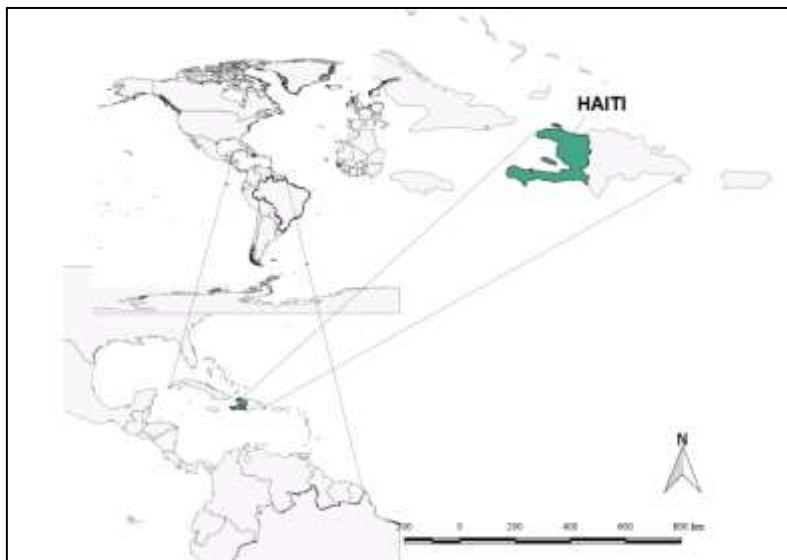
Falar destas pluralidades de formas ao qual conduziram o Haiti a este contexto, pode ser quase impossível, pois envolvem acontecimentos ainda não compreendidos, e iria sobrepujar os objetivos desta pesquisa. Deste modo, iremos realizar análise, levantando informações históricas e bibliográficas, buscando refletir sobre os principais fatos que levaram a este contexto socioeconômico e assim, refletir sobre as formas e as nuances destes acontecimentos. Portanto, iremos examinar o processo de colonização francesa até a sua independência, a ocupação estadunidense, os governos de Papa Doc e Baby Doc e por fim, a Missão das Nações Unidas para a estabilização no Haiti.

O Haiti sempre foi descrito como o país mais pobre do hemisfério ocidental, mas durante muito tempo, segundo Handerson (2015), foi o lugar mais rico das Américas, no entanto, esta riqueza era baseada na escravidão, alicerçando-se no capital humano, pois todos os dias, enquanto houvesse condições climáticas, os escravizados trabalhavam cortando cana-de-açúcar.

Localizado na região caribenha ou América Central, o Haiti “corresponde à parte ocidental da ilha de Hispaniola, como foi nomeada pelos espanhóis, seus primeiros colonizadores” (SILVA, 2014, p. 6). Faz fronteira atualmente com a República Dominicana, possuindo um território com cerca de “27.750 km²” (SILVA, 2014, p. 6). Uma ilha banhada pelo Oceano Atlântico de clima Tropical. Podemos

observar o prospecto em forma de mapa (Figura 1) que apresenta a localização do Haiti no continente americano.

Figura 1 – Mapa de localização do Haiti



Fonte: BATISTA, (2017).

Segundo James (2010), seus primeiros colonizadores foram os espanhóis, chegando à ilha no final do século XIV. Estes mesmos, praticaram ações aos povos nativos semelhantemente às praticadas com os demais povos da América Colonizada. Para não dizer demasiadamente, os europeus “ocuparam” territórios (ao invés de invadiram), tiraram o poder e a identidade de nações, comunidades e pessoas, obrigaram a executarem trabalhos forçados, proibiram de conversarem em sua língua nativa, sendo obrigados a falarem a língua dos europeus, era negado a expressão de sua identidade, sendo exterminados ou morrendo por alguma doença provinda do velho mundo. Considerando estas reflexões, James (2010, p. 19) fundamenta que:

Após um século da chegada dos europeus na ilha de Hispaniola, que ocorreu no ano de 1492, sua população nativa se encontrava quase completamente dizimada em consequência dos males da colonização: extermínio, doenças desconhecidas, trabalho forçado nas minas, fome, entre outros.

Ainda segundo James (2010), em 1695 a Espanha cedeu o território do Haiti para a França através do Tratado de *Ryswick*, ficando sob domínio francês até a sua independência em 1804. No período que estava sob o domínio dos franceses, o Haiti se consolidou e se destacou com umas das maiores e mais prósperas “economias açucareiras” (SILVA, 2014, p. 6), se tornando um dos maiores mercados fora da França.

No entanto, toda esta prosperidade, como citado no parágrafo anterior, teve um custo, primeiro com a dissolução de um território, dizimando quase toda a população nativa, segundo, pela inserção de escravos africanos, “proveniente do golfo de Benim, região dos antigos reinos de Dahomé e de Ouidah” (HURBON, 1987, p. 66), aonde o tráfico de escravos foi tão intenso que no período de exercício do poder da França, o Haiti se “tornou o maior mercado individual para o tráfico negreiro europeu, com cerca de meio milhão de escravos” (SILVA, 2014, p. 6).

Deste modo, podemos observar que a população étnica atual do Haiti foi formada no período da colonização, ou seja, por colonizadores europeus e escravos africanos. A instabilidade no território denominado pelos franceses de Índias Ocidentais de São Domingos, era grande. Segundo Popkin (2008, sem paginação), “os senhores de terra brancos eram numericamente superados por seus escravos em proporção de 1 por 12 escravos”, o que promoveu as primeiras ideias de libertação entre os escravos africanos, partindo-se para os primeiros movimentos de independência.

No período que se sucedeu a Independência do Haiti ou a popularmente conhecida Revolução Haitiana, esta colônia francesa apresentava três características: a primeira por ser grande produtora de açúcar, sendo umas das colônias mais importantes da França; a segunda, seu lucro e toda a sua riqueza era resultado do trabalho escravo e; terceiro, a sua população era discrepante, porque havia uma maioria negra e escrava, enquanto uma minoria branca, que tinha a posse das terras (engenhos), era cerca de “cinco mil brancos para quase 465 mil negros” (POPKIN, 2008, p. 3).

A partir de 1724, segundo Popkin (2008), surge a primeira revolta contra a escravidão no Haiti, e nesta revolta manifesta-se a figura de um líder chamado de François Mackandal, a qual inspirou os escravos a este levante e lutando a favor da liberdade, no entanto, ele é preso e após quatro anos encarcerado é condenado à fogueira, não pelo ato da revolta, mas sim, “por ser considerado um feiticeiro, por ser adepto à Religião Vodou, ao qual sua prática era proibida na Colônia de São Domingos” (SILVA, 2014 p. 7).

A partir de 1789, com o surgimento da Revolução Francesa (1789 - 1799), “manifesta-se através do poder político e social lemas como por exemplo: Liberdade, Igualdade e Fraternidade” (HURBON, 1987, p. 67). Deste modo, todos estes lemas

chegam até a colônia francesa de São Domingos ou Haiti, despertando um sentimento nos escravos, ou seja, tudo o que eles queriam eram a liberdade.

No entanto, é certo que isto resultou em diversos conflitos. Segundo Hurbon (1987), estes lemas não se referiam, ou melhor, não abrangiam aos escravizados. Assim, em 1791, sobrechega um novo líder para os escravos, Toussaint Louverture, que lutou contra a escravidão. Como a França passava por um processo político intenso em meio a Revolução Francesa e seu poder central não conseguia dar a atenção a esta revolta na Colônia, Toussaint consegue se tornar um líder, tomando o poder sobre os senhores de engenho.

Em 1794, no governo dos Jacobinos, é declarado a abolição da escravatura nas colônias francesas. Então, “Toussaint, em 1800, se declara presidente perpétuo da República do Haiti, mas ainda não declarada a independência” (HURBON, 1987, p. 12). Em 1802, o líder francês Napoleão Bonaparte, ciente do ocorrido em sua Colônia, envia para o Haiti o seu exército ao qual iniciou uma batalha intensa. Toussaint Louverture, segundo Popkin (2008, p.12) “é preso, enviado para França e morto em uma prisão”.

Segundo Popkin (2008), após estes acontecimentos, em meio ao conflito, surge outro líder no Haiti, Jean Jacques Dessalines, a qual era aliado de Toussaint e apoiado por mais de 100 mil homens, que consegue se sobressair e vencer o exército napoleônico, alcançando a independência em 1804.

A seguir, iremos observar uma entrevista realizada com um haitiano na cidade de Cuiabá/MT, onde ele relata e fala sobre o processo de independência no Haiti.

A independência do Haiti é pouco conhecida na América-Latina, algo que deveria ser contada a todos os negros da América-Latina e a independência foi muito abafada em toda história. Toussaint Louverture e Jacques Dessalines foi um dos maiores estrategistas que o mundo conheceu durante a Revolução Haitiana, mas que foi escondida dos livros de história tem uma grande importância porque envolve toda a América Latina. O Haiti pegou a independência acho que que 1824 e Simon Bolívar que estava em refúgio no Haiti naquela época porque estava lutando contra os espanhóis, mas que não tinha na cabeça o plano de libertar os escravos e ele se refugiou no Haiti e o presidente na época deu armas e navios de guerras pra ela, na condição que ele liberta os escravizados na América Latina. Ele cumpre a promessa e luta na América Latina ajudando a libertar também os escravos. O Haiti participou, até da questão da Revolução Francesa que a gente não sabe, que as pessoas não falam sobre isso, a academia é ocentrica quanto a isso, não aborda esta questão pra ver que o litígio, o conflito entre os burgueses que saem do Haiti, daquela prosperidade mesmo, da ilha daquela época. Também pela Revolução Industrial que começo pela década de setenta, mais ou menos que pegou força para a independência, porque os ingleses tinha muita inveja quanto aos franceses, e tudo isso foi um motivo para ele boicotarem os franceses para abolir a escravatura, não foi uma questão de

boa-fé da Rainha, foi uma questão econômica, mesmo sabendo que os ingleses não tinham interesse de abolir a escravidão, porque ela está ligada à independência do Haiti que começou a partir da década de quarenta. Enfim, então, essa boicotagem aos franceses deu força para o Haiti ser independente. [sic] (ENTREVISTADO 1, 2017), (Informação verbal).

Analisando todo contexto histórico e a entrevista, podemos compreender que a Revolução Haitiana é o resultado da força da identidade de um grupo social que foi reterritorializada em um novo território, entretanto, a conquista da independência não garantiu uma melhoria de vida para os africanos, antes deste acontecimento, os mesmos viviam em condições de vulnerabilidade, com as guerras e conflitos a fim de adquirir a liberdade e a soberania na produção do espaço latino-americano.

Atualmente, nas entrevistas realizadas com os haitianos em Cuiabá, compreendemos os sentidos e formas destes processos, em que Jean Jacques Dessalines transfigurou-se na personificação do líder que livrou os negros da escravidão, conduzindo o país à independência. A seguir, poderemos corroborar este sentimento através da manifestação de um haitiano entrevistado:

No 17 de outubro, é uma data que fazem a lembrança dos haitianos, que é a data de morte do Jean Jaccques Dessalines, Imperador, que com Haiti é hoje, um país livre, um país independente, um país que é primeiro país negro independente e ele também é capital dos negros, então pra mim, para os haitianos é um grande, grande dia, é uma alegria pra nós comemorar esse dia que faz a conexão das liberdades dos negros na Terra. [sic] (ENTREVISTADO 7, 2017), (Informação verbal).

Após a independência, a condição social e econômica do Haiti se agravou, isso porque os conflitos gerados para a independência trouxeram doenças à população e instabilidade na produção agrícola. Para agravar, “as potências mundiais se limitaram a estabelecer relações comerciais lucrativas” (SILVA, 2014, p. 12), pelo receio de que o ato – Revolução Haitiana – poderia disseminar revoltas em outras colônias semelhantes às ações ocorridas no Haiti. É importante lembrar que, neste período, as principais potências mundiais possuíam colônias e desenvolviam a escravidão negra africana. Silva (2014, p. 10) complementa a seguir:

O Haiti representava uma ameaça para as potências europeias não apenas por ser um exemplo de subversão da autoridade das metrópoles europeias sob suas colônias, mas por simbolizar uma ameaça ainda maior: a inédita revolução das relações raciais assimétricas que, até então, eram alicerces do sistema econômico mercantilista em expansão global.

Portanto, fica evidente que as grandes potências mundiais se negaram a promover relações diplomáticas e encobriram historicamente a “resistência escrava” e a “Revolução Haitiana” (SILVA, 2014, p. 12). Portanto, na América havia uma

República Negra que resistiu e lutou contra a escravidão, conquistou a liberdade, mas foram impugnados pelos colonizadores, ou seja, a “Revolução Haitiana ignorou o poder transformador da agência escrava e seus efeitos na história colonial e metropolitana” (SILVA, 2014, p. 13), pois se mostraram habilidosos, se organizaram e lutaram por liberdade e independência, se contrapondo a ideologia escravagista europeia. Abaixo poderemos observar o relato de um haitiano entrevistado:

A Haiti é símbolo de resistência negra e lanterna da liberdade nas Américas. O Haiti está pagando o preço de sua, sua ousadia até hoje, as antigas países, colonizadores não a perdoaram. [sic] (ENTREVISTADO 7, 2017), (Informação verbal).

Assim, não podemos concluir que as desigualdades sociais e econômicas existentes atualmente em território haitiano são resultados das relações dos dominadores (colonizadores) e dominados (colonizados), pois a dependência haitiana vai muito além dos períodos referidos. Em outro prospecto da história do Haiti, iremos conduzi-los a um outro período importante para compreendermos a sujeição haitiana na América-Latina através das matrizes históricas.

Após a independência, sucederam diferentes governos que pouco fizeram para promover a melhoria de vida dos haitianos, pois além de não buscarem os seus direitos como Estado independente mantiveram a mesma ideologia colonialista explorando a mão-de-obra de sua população. Este processo, como aponta Rosa (2006, p. 07), passou a ser conhecida como “a elite política institucional” reproduzindo as desigualdades de outrora. Pongnon & Rosa (2013, p. 9) descreve a seguir:

Os governos que se sucederiam à independência não se dispuseram a honrar com os interesses coletivos, mantendo o distanciamento entre o Estado e a sociedade, por um lado, e as tensões sociais entre a elite mulata letrada e afrancesada e os camponeses iletrados falantes de *creóle*⁵.

Em 1915, os Estados Unidos da América passam a ocupar o território haitiano, isso se deve, à instabilidade política ao qual o país sofria naquele momento, apresentando constantes conflitos civis, socioculturais e golpes de estado. Segundo Pierre-Charles (1975), as mudanças de modelo de regime trouxeram desestabilização ao país, conduzindo este território a uma vulnerabilidade suscetível à dominação e influência de grandes potências para o período – Estados Unidos, Inglaterra, Alemanha e França – ou seja, entre os muitos conflitos ocorrido, “ora apoiavam com

⁵ O crioulo (*creóle*) haitiano pode ser caracterizado como uma língua mista, no sentido de ser formada por mais de uma base; ademais, considera-se o fato de que os imigrantes haitianos, por serem oriundos de diferentes regiões do Haiti, falam, ou pelo menos têm contato, com mais de uma língua, incluindo o francês, o espanhol e o inglês. (SILVA, Susiele, 2017, p. 48)

fornecimento de armas o governo haitiano, ora os aspirantes ao poder” (PIERRE-CHARLES, 1975, p. 22).

Em vista disto, os Estados Unidos com o intuito de “cumprir a missão civilizadora” (SILVA, 2014, p. 15) no Haiti, com base nos elementos conflitantes aludidos, ocupou militarmente este território, apoderando-se para si o poder e justificando a incapacidade de autogovernar dos haitianos. Para os EUA o Haiti era visto como um país de selvageria e violência, ao qual o seu governo era incapaz de gerir o Estado, promovendo a violência e instabilidade na região caribenha. Silva (2004, p. 169 apud Dayan, 2014, p. 15) fundamenta estes fatos citando um trecho de uma reportagem do Jornal *The New York Post*:

Assim, enquanto o New York Times ao longo de 1889 relatou diariamente a "recaída do Haiti para a selvageria", uma "turba negra que finge ser um governo", "selvageria, marcada pelo massacre e o canibalismo", "um reinado de terror", havia planos pelo menos desde 1888 para a cedência de Mole St. Nicolas aos Estados Unidos, bem como o projeto de obtenção de concessões do Haiti. (Tradução nossa).

O imaginoso Haiti que os Estados Unidos possuíam, promovendo a sua ocupação territorial através das tropas militares, retirando do governo local a autonomia, implicando na perda do poder de liberdade de exercício da identidade, sendo influenciados, provavelmente de forma compulsória (pois havia forças militares envolvidos no processo) por uma cultura, similaridade, meios e formas diferentes. Por outro lado, durante o período de ocupação, “os EUA se tornaram o maior mercado consumidor dos produtos cultivados no Haiti: café, açúcar, agave e banana” (SILVA, 2014, p. 15).

Embora possuísse um comércio com os EUA, que movimentava a principal econômica do caribenho país agrário, compreende-se que o Haiti dependia do capital estrangeiro para se manter, mas, este capital era resultado da força de trabalho escravista, processo que persistia desde o fim da escravidão. “O Haiti já apresentava uma elite agroexportadora que replicava parcialmente o modelo colonial-escravista: grandes propriedades senhoriais de terra cultivadas por arrendatários e por peões domésticos não remunerados” (PIERRE-CHARLES, 1975, p. 30).

Deste modo, podemos observar que a população haitiana era sujeitada a uma “pequena elite agroexportadora” (SILVA, 2014, p. 15), que exercia poder sobre o país. Com técnicas rurais rudimentares que “não gozava do acesso a tecnologias agrícolas de maior produtividade e do vínculo mais intenso com o mercado capitalista global” (PIERRE-CHARLES, 1975, p. 30) de modo que o Estado atribuía poderes a esta elite,

retirando dos dominados o direito à liberdade e principalmente, o acesso à terra para produção familiar.

No entanto, em contraposição à pequena elite agroexportadora, havia os camponeses familiares provindos da ocupação de terras do Estado, formando comunidades que não concorriam economicamente com os agroexportadores, mas sim, na produção agrícola familiar para sua subsistência. Contudo, eram entrave para a pequena elite haitiana que necessitavam de condições e terras para a sua produção. Pierre-Charles (1975, p. 33) confirma estas informações citando: “A oligarquia agrária e mercantilista ainda coexistia e rivalizava com outro sistema produtivo de caráter mais popular, originado a partir da ocupação de terras do Estado por famílias que se dedicavam à economia de subsistência”.

Segundo SILVA (2014), estas comunidades de produção agrícola familiar eram um estorvo para o EUA, pois dificultava a expansão da produção agroexportadora e principalmente, da inserção de tecnologias no campo. Assim, com o objetivo de mudar esta conjuntura, “os EUA iniciaram uma política de incentivo a emigração dos camponeses haitianos, pois assim ocorreria o desejado abandono dos campos” (SILVA, 2014, p. 17). Desse modo, o Haiti passa a exportar mão-de-obra para países Latino-americanos, chegando a 130 mil imigrantes concentrados nos países de Cuba e República Dominicana.

Então, observamos através das análises bibliográficas, que o primeiro registro de desterritorialização haitiana foi realizada no período de ocupação estadunidense na ilha caribenha motivados pelo capital, onde a pequena elite agroexportadora, motivados a expandir o seu poder econômico, juntamente com a necessidade de abastecer os mercados do EUA – seu principal mercado consumidor.

Segundo Silva (2014), em 1934, o Haiti deixou de ser ocupado pelas forças militares dos Estados Unidos, a expectativa era que esta nação, ao final do processo de intervenção militar, estivesse equilibrada, onde os conflitos internos e as desigualdades sociais estivessem limadas do processo de desenvolvimento econômico do país e que o Estado conseguisse gerir-se sem a interferência estrangeira, que a independência pudesse finalmente ser realmente conquistada.

Porém, mesmo com a desocupação militar norte-americana, os EUA continuaram mediando os aspectos econômicos do País, os governos permaneceram explorando a mão-de-obra da população “com recurso indiscriminado à violência” (SILVA, 2014, p. 17). Como resultado da apropriação estadunidense restou uma

pequena classe agroexportadora que demandava a maior parte da economia do Haiti, que detinha grandes quantidades de terras e era extremamente dependente do capital estrangeiro, “em consequência da intensa penetração do capital na forma de empréstimos e investimentos de empresas multinacionais” (PIERRE-CHARLES, 1975, p. 33). Ou seja, o Estado servia ao capital e desassistia a população, promovendo o aumento da desigualdade, pobreza e facultando os haitianos a uma vulnerabilidade social. Silva (2017, p. 17) complementa dizendo:

Se o Estado já não era uma instituição representativa dos interesses das massas, após a ocupação norte-americana, além de ser instrumento costumeiro de uma elite dirigente, ele se converteu em agente direto da dominação externa. Em consequência deste quadro, intensificou-se a grande disparidade de renda e a tendência à deterioração do padrão de vida das massas, com exceção das elites

O impacto da interferência estadunidense foi terrífico, o incentivo da imigração haitiana para conseguirem ocupar as terras de comunidades camponesas de produção agrícola de subsistência levou a população à fome, pois as produções de larga escala voltada para exportação e “centrada na produção de borracha, banana e cana de açúcar” (CONTINGUIBA, 2014, p. 70) levou o país a depender de produtos de importação, ou seja, os EUA deixaram marcas profundas na população haitiana que provavelmente, são sentidas até os dias atuais, sendo que este plano econômico – conforme supracitado – de produção para exportação, culminou no declínio no poder de soberania, tornando o país dependente.

Outra marca deixada foi a produção de uma ideologia da figura do haitiano, como “Bárbaros” (CONTINGUIBA, 2014, p. 70), termo que, segundo Figueiredo (1913, p. 254), significa: “sem civilização; rude, cruel e desumano, [isso] devido às suas crenças, seu modo de vida, sua visão de mundo, enfim, pela sua cultura”, ou seja, a identidade de uma nação subjugada através de um pensamento comum, sem se aproximar especificamente dos símbolos e sentidos históricos do Haiti, sofrendo as marcas da luta por independência, a exclusão e exploração por países imperialistas.

As crenças, modo de vida e visão de mundo da maioria dos haitianos segundo Continguiba (2014), estão ligados à sua principal religião o Voduísmo, uma religião de origem africana trazida para as Américas no período da colonização e rejeitada pelos colonizadores por ser considerada uma religião satânica, ou seja, devido a incompreensão da identidade desta religião, dos sentidos e principalmente do senso comum produzido sobre esta doutrina, sugeriram práticas xenofóbicas, principalmente

pelas religiões cristãs, um dos fatores que levaram a caracterização do haitiano como sujeito “Bárbaro”. Continguiuba (2014, p. 71 e 72) fundamenta afirmando que:

Embora os haitianos tenham sido capazes de se reestruturar economicamente, mesmo contra todas as adversidades e mostrar materialmente sua capacidade, essa estigmatização construiu um imaginário que ainda se faz presente no senso comum e, pior ainda, na mentalidade de parte dos próprios haitianos. E isso é materializado no discurso dos que se convertem ao protestantismo, ao reproduzirem a ideia de que o vodu é algo satânico.

Para agravar toda essa conjuntura, os EUA apoiaram a candidatura de François Duvalier – conhecido posteriormente como Papa Doc – para presidência do Haiti de 1957, que, segundo Silva (2014), deixou a população, na grande maioria os mais pobres receosos, pois o País, segundo seus próprios moradores, estavam entregues ao poder e domínio externo onde “o Estado já não era uma instituição representativa dos interesses das massas” (SILVA, 2014, p. 18), conseqüentemente, Duvalier venceu as eleições e assumiu o cargo de chefe de Estado.

François Duvalier segundo Silva (2014), sucedeu a Paul Magloire, que foi o primeiro presidente eleito em eleições diretas, a qual foi realizada em 1950. Magloire, se recusou a deixar o cargo após o término do mandato, desenvolvendo uma política autocrática, prendendo inimigos políticos, controlando a mídia e fechando jornais. Após uma greve geral que deixou o Haiti em uma condição anárquica, forçaram o governo a organizar novas eleições, sendo Duvalier bem-sucedido em sua campanha eleitoral, conseguindo a vitória neste processo.

Em seu plano político, Duvalier tinha como objetivo “impedir o avanço do comunismo” e “valorização das tradições populares negras” (SILVA, 2014, p. 18 e 19). Certamente, com a sua vitória, o Haiti iria entrar em nova crise, produzindo conflitos sociais ainda maiores chegando ao ponto onde a população sucederia a combates civis. Pois Duvalier, em seu governo assumiu um regime político autocrático, reprimindo o sistema político constitucional do País, permanecendo “no cargo até a data de sua morte, quatorze anos depois” (SILVA, 2014, p. 17). Assim, complementando esta análise, Silva (2014, p. 17) cita que:

Durante o regime autocrático de Duvalier, a tradicional elite mulata teve – pela primeira vez – sua hegemonia política rivalizada, já que o Estado – na tentativa de consolidar seu poder – recorreu ao apoio da emergente classe média urbana negra, que gradualmente desbancou a elite no domínio político, assumindo os altos cargos governamentais e militares, além do funcionalismo público de modo mais amplo.

Conforme citação anterior, compreendemos que o processo político durante o governo de Duvalier foi penoso, pois de certa forma, ele transferiu os direitos de uma classe social para outra, ou seja, retirando privilégios da classe mais elitizada que detinha do poder da parte oeste da ilha caribenha desde os primórdios e transferindo para a classe média que era “composta de assalariados direta ou indiretamente dependentes do Governo tanto para a sua segurança ocupacional” (SILVA, 2014, p. 17), deste modo, a elite se tornou oposição do governo.

Através da análise de todo contexto histórico da produção socioespacial haitiano, é certo em dizer que as desigualdades de classe, mais o exercício de poder ditatorial de Duvalier produziu uma instabilidade civil, pois mesmo apoiando a classe média, que não era tão expressiva – conforme veremos na citação a seguir – os mais pobres, constituídos por camponeses se tornaram cada vez mais desfavorecidos, sendo aliados da atenção do poder público, mesmo sendo o grupo com maior contribuição para a economia do País. Continguiça (2014, p. 71) cita como era constituído as classes sociais haitianas neste período:

A sociedade haitiana, na década de 60, era composta por quatro classes sociais: 1) a elite mulata e urbana – também denominada de burguesia pela literatura acadêmica – que tradicionalmente exerceu o monopólio do Estado e do poder econômico, não ultrapassava 2% da população; 2) a classe média negra, composta em sua maior parte por assalariados, representava aproximadamente 4% da população; 3) o proletariado urbano, composto por trabalhadores temporários, informais e desempregados, correspondia a 6% da população; 4) os camponeses, aproximadamente 88% da população, constituíam a classe mais desfavorecida de todas, embora a economia haitiana dependesse quase inteiramente de sua força de trabalho.

O Período da Ditadura do Papa Doc François Duvalier perdurou até 1971. Com a sua morte, seu filho Jean-Claude, conhecido como Baby Doc, assumiu o poder da ilha caribenha. Segundo Silva (2014, p. 18) o novo imperador manteve o regime exercido pelo pai, ao qual sofria denúncias de comunidades internacionais de violação dos direitos humanos. Em 1986, após um levante da população haitiana e a realização de protestos pedindo a sua renúncia, culminou na sua saída do governo. Continguiça (2014, p. 71) fundamenta que: “o período da ditadura, que compreendeu o governo de François Duvalier (1957-1971), também conhecido como Papa Doc, e o de seu filho, Jean-Claude Duvalier (1971-1986), o Baby Doc, foi um marco na intensificação dos fluxos emigratórios de haitianos”.

Entrevimos até então, através deste levantamento histórico bibliográfico as adversidades sofridas pelo Haiti, que conduziriam a uma vulnerabilidade social que

resultaria em processos migratórios para outros países, processos que sucederam a quebra do elo de ligação como o seu país, sucedendo a sua desterritorialização e a busca por melhoria de vida. No entanto, mesmo com o fim da ditadura os haitianos e principalmente a economia ainda se encontravam instáveis, permanecendo até os dias atuais conforme veremos em seguida.

A ditadura no Haiti deixou o país em uma situação aterradora e era difícil reestabelecer a ordem e reestruturar um país imerso em conflitos e desigualdades sociais – desde o período da colonização – ao qual se produzia grupos sociais que não se compreendiam, conforme cita Télémaque (2012, p. 33):

A situação do país após o fim da ditadura era alarmante: a crise econômica mergulhava a população haitiana em miséria e os movimentos políticos não conseguiam superar as tensões sociais que dividiam a população do país com a finalidade de articular um governo minimamente estável.

De certo, é que os golpes de estado continuariam, que ainda haveriam conflitos entre “a oligarquia ruralista, as elites urbanas e membros das forças armadas” (ESCOTO, 2009, p. 13), onde a separação por classes ainda era relevante, ou seja, todos queriam o poder, e a busca por este poder levava a uma pobreza generalizada na população, pois uma pequena elite que detinha o poder econômico do País, receavam sofrer interferências caso um governo social popular vencesse as eleições.

Segundo Silva (2014), os presidentes no Haiti são eleitos por voto popular para mandato de cinco anos. Após a saída de Jean-Claude Duvalier da presidência, em 1986, outros 21 presidentes assumiram o poder da Ilha Caribenha até 2018, um número muito excessivo para analisarmos neste curto período de tempo (32 anos), sendo que se sucederam processos onde o presidente não conseguiu cumprir o mandato até o final, neste sentido, foram constituídos 21 presidentes entre 1986 e 2018.

Dos 21 presidentes, somente René Garcia Préval (que presidiu entre os períodos de 1996-2001 e 2006-2011) e Michel Joseph Martelly (presidindo o Haiti entre 2011-2016), conseguiram terminar seus mandatos e entregaram o cargo voluntariamente. Os demais presidentes se alternaram entre se negar a deixar o cargo, renunciar por pressão popular, por não conseguir gerir o Estado por algum conflito entre classes/grupos sociais resultando em golpe de estado ou na condição de interinos (quando assumia um presidente provisório até a realização de novas eleições). A seguir observaremos um quadro que demonstra os presidentes haitianos entre 1986 e 2018:

Quadro 1 – Lista de presidentes do Haiti a partir de 1988

Nº	PRESIDENTES	INÍCIO DE GOVERNO	FINAL DE GOVERNO
1	Henri Namphy	6 de fevereiro de 1986	7 de fevereiro de 1988
2	Leslie Manigat	7 de fevereiro de 1988	20 de junho de 1988
3	Henri Namphy	20 de junho de 1988	17 de setembro de 1988
4	Prosper Avril	17 de setembro de 1988	10 de março de 1990
5	Herard Abraham	10 de março de 1990	13 de março de 1990
6	Ertha Pascal-Trouillot	13 de março de 1990	7 de fevereiro de 1991
7	Jean-Bertrand Aristide	7 de fevereiro de 1991	30 de setembro de 1991
8	Raoul Cédras	30 de setembro de 1991	8 de outubro de 1991
9	Joseph Nérette	8 de outubro de 1991	19 de junho de 1992
10	Marc Bazin	19 de junho de 1992	15 de junho de 1993
11	Jean-Bertrand Aristide	15 de junho de 1993	12 de maio de 1994
12	Émile Jonassaint	12 de maio de 1994	12 de outubro de 1994
13	Jean-Bertrand Aristide	12 de outubro de 1994	7 de fevereiro de 1996
14	René Préval	7 de fevereiro de 1996	7 de fevereiro de 2001
15	Jean-Bertrand Aristide	7 de fevereiro de 2001	29 de fevereiro de 2004
16	Boniface Alexandre	29 de fevereiro de 2004	14 de maio de 2006
17	René Préval	14 de maio de 2006	14 de maio de 2011
18	Michel Martelly	14 de maio de 2011	7 de fevereiro de 2016
19	Evans Paul (interino)	7 de fevereiro de 2016	14 de fevereiro de 2016
20	Jocelerme Privert (interino)	14 de fevereiro de 2016	7 de fevereiro de 2017
21	Jovenel Moise	7 de fevereiro de 2017	presente

Fonte: ROGOZINSKI (2017).

De acordo com o Quadro 1, podemos concluir que possivelmente ocorreu inúmeros conflitos, a qual poderíamos especificá-los individualmente, porém, explicitamos somente as conjunturas de maior repercussão, para vincular aos processos migratórios, promovidos pela instabilidade de gestão do Estado por alguns presidentes durante a história do Haiti.

Receosos com a situação em que o país se encontrava começaram a emigrar-se para países vizinhos, pois segundo Cotinguiba (2014), foi no governo ditatorial de Baby Doc que iniciou um intenso fluxo de haitianos, principalmente para o Estado da Flórida nos Estados Unidos, Canadá e França. Certamente, foi um período histórico mais marcante no que se refere as diásporas.

O perfil dos haitianos que se reterritorializaram em outros territórios através das migrações, segundo Silva (2014, p. 19), eram “letrados, estudantes, universitários, intelectuais, comerciantes, gerentes,” entre outros; sujeitos que detinham de um certo poder aquisitivo, que moravam no espaço urbano e que estavam intrinsecamente ligados a uma pequena classe mais elitizada do Haiti. Ainda, segundo Silva (2014), em seguida ao início do processo de emigração pela classe elitizada, surgiu um novo processo migratório, desta vez desenvolvido pela “classe média urbana” (SILVA,

2014, p. 19), a diferença, é que a desterritorialização desta classe era mais sutil, pois a mesma possuía um elo de ligação muito forte com a cultura haitiana, seu território e a sua pátria. Também, eles refutavam certas ações que os comparassem com a classe elitizada. Então fica evidente que no processo de emigração – durante o governo de Baby Doc – os haitianos que se desterritorializavam fugindo do “ambiente de insegurança e desestabilização econômica e social” (SILVA, 2014, p. 19) eram majoritariamente ricos e/ou com certa condição financeira.

Assim, nos faz refletir e nos questionar sobre o seguinte ponto, e os mais pobres, os camponeses, será que não sentiram a necessidade de se desterritorializar e partir em diáspora, de serem obrigados a se dispersar e se separar e partir para um novo território e buscar nele uma melhoria de vida? Se o reterritorializar em um novo espaço é muito penoso, principalmente em questão da adaptação em uma nova identidade. Portanto, se desterritorializar pode ser mais difícil, pois envolvem a quebra de laços de similaridade construídos durante uma vida toda e a incerteza do futuro, sobretudo, dos que ficam, são esses que muitas vezes pagam pelo indivíduo que se desterritorializou. Sobre estes pontos, iremos apresentar de forma mais detalhada no tópico a seguir (4.2), onde iremos compreender através do resultado das pesquisas de campo que os perfis dos imigrantes haitianos nos dias atuais se assemelham com os episódios supramencionados a mais de duas décadas.

A crise política levou a uma pobreza extrema, que forçaram muitos haitianos a migrarem, neste período – após a saída dos EUA da ilha caribenha – se tornou frequente o registro de chegada de grupos de haitianos em regiões da litorânea do Estado da Flórida, nos Estados Unidos que, segundo Silva (2014), utilizavam pequenas embarcações para atravessar o Mar do Caribe, certamente, este processo ilegal resultava quando os haitianos não conseguiam o visto para adentrar legalmente em território estadunidense.

Ainda segundo Silva (2014), os EUA retornaram ao solo haitiano na metade da década de 1990, no entanto, através de missões de pacificação e ordem sobre o comando da Organização das Nações Unidas (ONU). Isso se deve, porque não houve uma atenuação dos conflitos internos, principalmente entre grupos políticos com interesses divergentes, que ao final refletia na população, aumentando a pobreza e o desequilíbrio econômico, pois devido a esta crise econômica, países vinculados a ONU aplicaram embargos a produtos haitianos. O crescente desequilíbrio político resultou em um enorme fluxo migratório, “os quais alarmaram os países

desenvolvidos, que se recusavam a recebê-los” (SILVA, 2014, p. 20). Escoto (2009, p. 22) complementa dizendo:

A Organização dos Estados Americanos (OEA) e a Organização das Nações Unidas (ONU) impuseram um embargo à venda de petróleo e derivados, armamentos e outros equipamentos militares ao Haiti, assim como impediram a entrada nos portos haitianos de navios que transportassem esses itens.

A ONU, começou a discutir uma intervenção no Haiti após o fim da ditadura militar de Baby Doc, isso porque, após a sua renúncia, o presidente que sucedeu o seu cargo, eleito democraticamente, sofreu um golpe de estado, outro golpe que fragilizou ainda mais Haiti. Silva (2014, p. 19) complementa dizendo que:

O presidente eleito era um ex-padre católico (Jean-Bertrand Aristide) de esquerda e adepto da teologia da libertação. Seu governo durou poucos meses, sendo interrompido por um golpe de estado articulado por militares, com o apoio de setores importantes da elite do país, os quais temiam uma reestruturação econômica que beneficiasse as camadas mais empobrecidas e obstruísse os privilégios das classes dominantes.

O ambiente de insegurança piorou, pois, este novo golpe de estado perdurou cerca de “três anos ao qual foram extremamente violentos” (SILVA, 2014, p. 20). A ONU aplicou embargos econômicos, a fim de pressionar o governo a estabilizar a crise, que amenizaria as imigrações, aliviando a fome e os conflitos civis. Sem sucesso nas negociações e nas pressões multilaterais, a ONU, segundo Escoto (2009, p. 44), “autorizou – apoiada pelo capítulo VII da Carta da ONU – o envio de uma força multinacional liderada pelos EUA para, através de intervenção militar, restaurar o governo do presidente deposto pelos militares, Aristide, e restabelecer a segurança e a paz.”

Mesmo Aristide retornando ao poder em 1994, ele exerceu o cargo de presidente até 1995, quando houve eleições ao qual pela constituição impedia o mesmo de se reeleger, sendo o vencedor “René Préval, o candidato da coalizão multipartidária pró-Aristide liderada pela Organização Política Lavalas (OPL).” (ESCOTO, 2009 p. 44). No entanto, mesmo perante a intervenção militar denominada pela ONU de “Força Multinacional” ao qual tinha como objetivo manter a paz, a segurança e buscar meios de constituir novas forças militares que pudessem ser geridas pelo governo haitiano, a insegurança persistiu, pois o Estado, devido à falta de estrutura e problemas financeiros se viu impossibilitado de sanar os conflitos, todos eles formados entre grupos de diferentes classes sociais, militares, apoiadores de René Préval e contra apoiadores do governo.

Nas eleições seguintes, mais especificamente no ano de 2000, Aristides retornou ao poder, Segundo Escoto (2009), o novo presidente eleito, antes de vencer as eleições, criou o Partido da Família Lavalas (PFL) ao qual possuía um forte apoio popular, no entanto, sua vitória nas eleições foi bastante criticada pelos partidos opositores e pela comunidade internacional que realizava intervenção militar no Haiti – EUA, a União Europeia, o Banco Mundial – em função de corrupção e adulterações de votos. “Uma guerra foi instaurada no país, na qual diversas facções políticas armadas se enfrentavam violentamente, resultando em mortes e caos entre os civis” (SILVA, 2014, p. 22).

A ONU interviu, e as forças militares estadunidense, a pedido do próprio presidente, retirou Aristides do país, que renunciou ao cargo, refugiando-se na República Centro Africana. Sendo assim, a Suprema Corte Haitiana, segundo Silva (2014) assumiu o poder no Haiti, solicitando apoio da comunidade internacional para conter a crise que instaurara no país. A ONU enviou para o território haitiano uma nova formação militar, substituindo a existente, criando uma nova organização denominada de Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti (MINUSTAH), mantendo-se até o ano de 2017.

A MINUSTAH, era constituído por um grupo de países e o Brasil esteve envolvido neste processo que buscava estabelecer a paz na ilha caribenha, segundo Kenkel & Moraes (2012, p. 33), “a missão era complexa, pois não se tratava apenas de manutenção da paz, mas de imposição da paz, já que o cenário era de violência generalizada e não existia um prévio cessar-fogo.” Deste modo, era evidente que o ambiente de insegurança proporcionava as diásporas pelo continente americanos, é neste período que o Brasil entra na missão afim de auxiliar na conciliação entre grupos rivais e assim, promover a paz.

Em 31 de maio de 2004, o Brasil passa a assumir o comando geral da MINUSTAH, passando a exercer um processo de influência na população haitiana. Silva (2014, p. 23) complementa citando que:

De 2004 até 2010, o Brasil ofereceu um contingente de 1.200 militares, com rotação semestral. Esse contingente se tornou maior após o terremoto, que atingiu o país em janeiro de 2010, aproximadamente 2.200 soldados e oficiais. Em outubro de 2013, o Conselho de Segurança da ONU renovou o mandato da missão internacional por mais um ano, com a observação de que o treinamento da polícia haitiana ainda não era suficiente para prepará-la adequadamente, existindo desafios a vencer.

Um fato que ficou registrado na história da MINUSTAH, foi o jogo de futebol entre o Brasil e o Haiti, em uma partida amistosa na capital Porto Príncipe, onde o Brasil, buscava a estima da população haitiana em relação a MINUSTAH, ao qual foi denominada de "O jogo da paz", conforme podemos observar na Foto 1.

Foto 1 – Jogo da Paz: Brasil e Haiti



Fonte: REIS (2004)⁶

Em janeiro de 2010, um terremoto de mais de sete pontos na escala Richter, atingiu mais de 3 milhões de habitantes no Haiti, destruindo boa parte do país resultando na desestabilização econômica e social, devido à fome, a falta de recursos para reconstrução país e principalmente equipamentos médicos para o tratamento dos feridos.

Muitas pessoas pensam que o terremoto em Haiti, no ano 2010, foi em todo país, mas não é verdade, o centro do terremoto foi na capital, na capital Porto Príncipe, onde vivem a maioria dos haitianos, destruindo quase toda cidade. [sic] (ENTREVISTADO 4, 2017), (Informação verbal).

Neste caso, se a situação do Haiti já era penosa, com o terremoto de janeiro de 2010 condicionou os haitianos a uma situação degradante, pois um país onde a população vivia em situação de extrema pobreza por consequência de instituições públicas incapazes de promover a união da população e estabelecer a paz, com o

⁶ : Disponível em: <https://conteudo.cbf.com.br/cdn/thumbs/974x0/201510/20151009095728_7.jpeg>. Acesso em out. 2017.

sismo, o Estado perdeu ainda mais o poder e controle dos acontecimentos provindo deste desastre.

Ainda em 2010, uma epidemia de cólera atingiu o País, causando mais de 9.000 mortes. Esta doença, segundo Besen (2013, p. 8), “não era documentada no país em décadas, então um dos motivos levantados foi o terremoto” que acarretou problemas de saneamento de água, esgoto, lixo, infraestrutura e higiene, casos presentes e resultante do sismo ocorrido naquele ano. No Entanto, mesmo com todos os problemas apresentados neste parágrafo, para que ocorra o surto da doença é necessário que alguém esteja contaminado, “a cólera deve estar presente na população. Por mais que não seja claro como a cólera foi introduzida no país.” (BESEN, 2013, p. 8). Para os haitianos, esta doença foi introduzida pela ONU através da MINUSTAH, segundo estudos realizados pela ONU, foi comprovado que a própria Organização das Nações Unidas introduziu o vírus através de “um contingente de 1075 homens do Nepal que foi cedido à MINUSTAH. A tropa havia recebido treinamento na região do vale do Kathmandu, onde ocorreu um surto de cólera, tendo sido a situação informada pelas autoridades nepalesas.” (SOARES, 2016, p. 3).

A seguir, iremos refletir, através de depoimentos de haitianos entrevistados ao qual relatam a sua percepção quanto as operações da MINUSTAH:

A ONU trouxe essa doença para cá, para o Haiti. Minha mãe que ficou no Haiti hoje sofre, ela não consegue andar direito, nem levantar peso. Não consegue fazer nada. [sic] (ENTREVISTADO 13, 2017), (Informação verbal)

Eles (a MINUSTAH), não são nossos amigos. Eles não nos fazem bem. A cólera e a MINUSTAH nos maltrataram muito. Perdão não cura a doença. [sic] (ENTREVISTADO 14, 2017), (Informação verbal)

Ao refletirmos sobre esses depoimentos, podemos pensar que talvez esse sentimento ou essa revolta pelos pesares trazidos pelo ONU a um país marcado por conflitos, onde a população sobrevive em uma situação de extrema vulnerabilidade, que provavelmente, a ajuda externa, que poderia ser benéfica, se tornou maléfica.

Em outubro de 2017, a missão de pacificação do Haiti, promovida pela MINUSTAH foi encerrada, em entrevista ao Canal TV Folha (2017, sem paginação)⁷, o General Comandante da MINUSTAH, Ajax Porto Pinheiro relata as ações da MINUSTAH nestes 13 anos de intervenção brasileira na ilha caribenha:

Eu admito o que a ONU admite, ela não atuou com a eficácia, que devia ter atuado após a epidemia, é algo, se foi, não... não se justifica, esse país já tem problema demais, eles não precisam que traga mais problemas pra cá. Nós

⁷ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Dwqs-E3rub0>>. Acesso em ago. 2017

viemos aqui, principalmente para resolver o problema da segurança e estabilidade. Resolvemos! O país está estável, talvez pela presença maciça de tropas. Os geradores de instabilidade continuam como grave crise que falta de energia, e água potável, o sistema de saneamento aqui é fraquíssimo, o emprego eles têm poucos empregos. Outro gerador de instabilidade era os choques violentos entre os grupos políticos, se eles voltarem a agir como agiam, eles vão causar instabilidade de novo. (PINHEIRO, 2017, não paginado).

Fica tangível o reconhecimento da ONU de não atuar com eficácia em relação a missão de paz, onde ele elucida que a epidemia de cólera foi um fator marcante e decisivo ao qual definiu os rumos e as relações entre a MINUSTAH e os Haitianos. Certamente, não generalizando, mas a Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti contribuiu para a segurança e que há de alguma forma a aceitação de uma parte da população. Como podemos observar o relato de um entrevistado:

Os brasileiros que chegaram foi recebidos com muita violência. Mas com os dias, vemos que eles não eram inimigos. [sic] (ENTREVISTADO 2, 2017), (Informação verbal)

Achamos os soldados brasileiros diferentes, porque eles pareciam entender nossos problemas. [sic] (ENTREVISTADO 12, 2017), (Informação verbal)

Em contraponto, foi observado através Canal TV Folha (2017, sem paginação) o relato de três haitianos – que residem no Brasil atualmente – que detiveram experiências negativas do período em que estavam sob intervenção da MINUSTAH. Na narrativa, eles relataram que a MINUSTAH chegara armados, apavorando a população, porém, o que os moradores da Ilha caribenha queriam era escola e hospital. Em outro momento, presenciamos a explanação de pessoas que foram baleadas, crianças e mulheres violentadas, militares que tiveram filhos com as haitianas e depois as abandoaram. Portanto, sabemos que para alguns haitianos a Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti trouxe sofrimento e alguns casos, desrespeito aos Direitos Humanos.

Analisando estas expressões, é possível compreender e refletir que a apropriação do Haiti através da MINUSTAH trouxe contradições, ou seja, para determinados grupos, foram alcançados os objetivos e em outros grupos, faltou assistência – como é admitido pela ONU – e sendo assim, podemos entender que a ONU adentrou em território haitiano para solucionar alguns conflitos, mas, em contrapartida, trouxe outros problemas para uma nação vulnerável, aonde o próprio governo – sem a ajuda externa – não consegue gerir e solucionar sob sua responsabilidade.

Considerando todo contexto histórico apresentado neste tópico, podemos entender através da análise das matrizes históricas que, o país caribenho – Haiti – além de ser a primeira nação negra americana e conseguir a independência, é um símbolo de resistência, contudo, a impressão de que o Haiti ainda não conseguiu a sua independência, pois em grande parte de sua trajetória sofreu influências de nações externas.

Nos dias atuais, segundo Besen (2013, p. 8), o Haiti “se encontra em 5º lugar no ranking de Estados falidos, de acordo com o *The Failed States Index* 2011. Essa posição piorou nos últimos anos: em 2008 o país se encontrava em 14º, em 2009 em 12º, e em 2010 em 11º.” Isso mostra o quanto o Estado caribenho é dependente, onde parte da população migrasse, buscando melhoria de vida e sobrevivência, se desterritorializando, não por vontade própria, mas por necessidade, por estarem condicionados a uma vulnerabilidade extrema.

4.2 O processo de emigração do Haiti para o Brasil: Caminhos entre Porto Príncipe e Cuiabá

Para muitos haitianos, o Brasil é/foi o término de uma viagem, ao qual para maioria dos sujeitos foi dispendiosa, produto de uma série de consternações, ou seja, estar na condição de desterritorializado e não ter uma perspectiva concreta de onde enfim, se reterritorializar. Este sentido produz sentimentos e ressentimentos de como alguém que “o mundo lhe deu as costas” (ENTREVISTADO 18, 2017) irá se reestruturar e recomeçar uma nova vida. Esta frase foi enunciada em uma entrevista por um haitiano que mora em Cuiabá, buscando retratar as dificuldades de se constituir-se em um novo território, em ser recebido na condição de refugiado, sendo compreendido como quem está no topo do estado de vulnerabilidade social e necessita de resguardo. Este entrevistado está no Brasil desde 2013 e mesmo passados aproximados cinco anos, ele ainda tem a dificuldade de se estabelecer neste País.

Compreender a dinâmica dos processos migratórios pelo mundo pode nos fazer refletir sobre o sentido de fronteira, que segundo Ratzel (1990), exerce um grande poder, que define, que forma e que produz a sociedade. Nela – a fronteira – pode mudar o destino de um indivíduo. Assim, em um exemplo claro sobre este argumento, podemos questionar o por que não possuímos o livre direito de nos apropriar do espaço mundial? Por que é preciso de autorização para imigrar-se? Ou, por que o direito de ir e vir – em alguns casos – se restringe a um espaço demarcado

pela fronteira? Certamente, nem todos os indivíduos tem os mesmos direitos e o Estado, representado pelo território, produz contradições de direitos, onde uns possuem mais privilégios que os outros. Provavelmente, estes questionamentos poderão não ser respondidos por completo, mas poderemos pensar através do ponto de vista dos sujeitos implicados na pesquisa.

É neste sentido que introduzimos este tópico, ao qual apresentaremos os resultados através de relatos e experiências produzidos pela pesquisa de campo entre os haitianos que moram/vivem em Cuiabá, que descreveram o processo de migração entre a capital do Haiti, Porto Príncipe, e Cuiabá, capital do Mato Grosso, Brasil. Deste modo, buscaremos compreender o que se passou com haitianos durante a sua vinda, as expectativas, as preocupações e principalmente o desejo de buscar uma melhoria de vida; ação de quem decidiu se desterritorializar, de romper o elo de ligação com sua essência, e produzir-se/reproduzir-se em um novo espaço.

Os termos mais frequentes utilizados nas entrevistas foram: “Não foi fácil”, “tenho medo do Peru”, “Odeio o Peru”, “Achei que iria morrer naquele dia”, de modo que em muitos relatos, essas frases não foram enunciadas exatamente como citadas, mas semelhantemente, representando o significado do sentido da informação narrada. Informações que expressam o que adveio durante a diáspora.

Enfim, poderíamos começar a entrevista perguntando aos haitianos: “quem são vocês?” pergunta que provavelmente seria a essência da pesquisa e o caminho para compreender o passado que resultou no presente, produzindo perspectivas para o futuro, pois imigrar-se está enraizado no seu ser – em sua natureza – conforme já apresentados nesta preleção (Tópico 4.1). De acordo com o exposto, é necessário compreender quem são os haitianos? Provavelmente como resposta, poderíamos apreender que a sua identidade não se restringe a uma espaço físico, pois são sujeitos que no seu cerne está o sentimento de imigrar, de adquirir novas identidades, ou seja, não sendo necessário tal resposta, porque Bauman (2005, p. 25) em sua obra esclarece o sentido desta pergunta ao afirmar que, “perguntar “quem você é” só faz sentido se você acredita que possa ser outra coisa além de você mesmo; só se você tem uma escolha, e só se o que você escolhe depende de você.”

De acordo com o perfil dos haitianos que se reterritorializaram em Cuiabá, a maioria são letrados, estudantes universitários, artistas, comerciantes entre outros. Todos provindos da Capital Porto Príncipe e, de certo modo, possuíam algum poder aquisitivo, ligados a uma classe social mais favorecida, a qual poderemos classificá-

la como uma pequena classe elitizada, se consideramos que os imigrantes possuíam condições financeiras para viagem, além de recursos para se proverem em território brasileiro.

Certamente, o início do fluxo de haitianos para o Brasil, deu-se a partir de 2010, ano que ocorreu, um dos maiores desastres naturais da história do Haiti, que segundo Coggiola (2010) foi um terremoto de sete pontos na escala Richter, atingindo aproximadamente três milhões de habitantes da ilha caribenha. A área mais afetada do Haiti foi a capital Porto Príncipe, onde concentrava a maior parte de seus habitantes. Uma nação marcada pela crise política e a pobreza, provavelmente não esperavam por este sismo, não estavam preparados para suportar este cataclismo.

Com uma “população aproximada de 1,3 milhões de habitantes” (BESEN, 2013, p. 10), parte da capital haitiana Porto Príncipe, epicentro do terremoto, foi destruída pelo tremor, deste modo, além da crise política, doenças causadas pelo desastre, pela falta de água potável, moradia e alimentos, além de serviços básicos de saúde precários resultou no agravamento da crise que consternava a vida dos haitianos.

O Brasil, sob o comando da MINUSTAH, esteve diretamente envolvido no processo de ajuda humanitária, auxiliando na reestruturação do País – mesmo não sendo a sua principal função – que foi bem vista pelos moradores da ilha, apesar dos conflitos entre eles, era possível diferenciar os brasileiros em relação as outras nações que formavam a Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti, ou seja, o Brasil, em missão de paz se tornou influente para os haitianos. Faria (2012, p. 85 e 86) assegura essa informação apresentando algumas hipóteses:

[...] algumas hipóteses levantam que a participação do Brasil na força de paz no Haiti, através da MINUSTAH, tenha despertado o interesse pelo país. Outra hipótese é de que ante o fechamento da fronteira da Guiana Francesa – destino privilegiado dos haitianos na América do Sul – os mesmos foram impelidos a dirigir-se ao Brasil, onde esperam encontrar mais oportunidades de trabalho, dado seu crescimento econômico, às obras de infraestrutura com vistas à Copa do Mundo de 2014 e às Olimpíadas de 2016, à construção de hidrelétricas e ainda à repercussão midiática que vem adquirindo nos últimos anos.

Uebel (2016, p. 8), complementa apontando outra hipótese e corroborando com a nossa análise:

[...] motivações econômicas e laborais para o ato de imigrar, em virtude de o país estar em guerra civil desde o fim do século passado e a ocorrência de um terremoto em janeiro de 2010 que matou aproximadamente 300 mil pessoas, segundo estatísticas oficiais, e desabrigou, não apenas no sentido original da palavra, mas também de forma social e econômica mais de um

milhão de habitantes, que encontraram no Brasil a oportunidade de um recomeço social que os demais vizinhos do país não proporcionariam.

Os haitianos detinham de uma abstração sobre o Brasil, propiciando expectativas na aquisição de prosperidade, sucedendo o sentimento ilusório que emigrar para o território brasileiro, permitiria o ganho de dinheiro de forma rápida. “O Brasil apresentou-se no imaginário deles como um país grande e próspero, onde é possível ganhar dinheiro rápido, o que nem sempre correspondeu às expectativas [dos imigrantes haitianos]” (FACHIN; JUNGES, 2012. p. 9)

A perspectiva de emprego, a influência exercida pelo Exército Brasileiro através da MINUSTAH, promoveu e incentivou a produção de uma grande rede imigratória do Haiti para o Brasil. Na esperança de conseguir emprego, principalmente nas grandes obras dos eventos esportivos, a busca por melhoria de vida e o desejo de ajudar seus familiares, muitos haitianos seguiram em fluxo para o Brasil, muitos deles de forma ilegal, outros “configurados como refugiados”, mas com a expectativa de alcançar uma nova vida de acordo com as informações relatadas:

[...] Todo o mundo falava né, que Brasil era terra próspera, próspera, que tinha muito trabalho, por causa da Copa e ser um povo muito bom com o migrante. [sic] (Informação verbal), [sic] (ENTREVISTADO 3, 2017), (Informação verbal).

[...] então o nosso critério de deslocamento é procurar uma vida melhor, em procura de uma vida melhor a gente não sabe o que vai encontrar no meio do caminho, não vai ser fácil, não cair nada do céu, a gente tem que correr atrás e o Brasil deu oportunidade pra gente. [sic] (ENTREVISTADO 4, 2017), (Informação verbal).

[...] Lá todo mundo gosta do Brésil por causa do jogo, sempre o Brésil sempre tem um jogador bom e sempre ganho jogo também. [sic] (ENTREVISTADO 11, 2017), (Informação verbal).

Conforme a perspectiva do General Comandante da MINUSTAH, Ajax Porto Pinheiro, em entrevista oferecida a Reportagem “O Haiti é aqui!” (UNIVEL, 2014, não paginado), promovido pelos acadêmicos de Jornalismo do Centro Universitário de Cascavel (UNIVEL, 2014, não paginado), relatam o entendimento da escolha do Brasil para imigrar-se a seguir:

Eles admiram o Brasil, admiram muito, já tinham conhecimento nosso, as crianças, falam Português lá. É essa ligação que tem com as tropas brasileiras que fez com que eles fossem atraídos depois do terremoto para o Brasil.

Portanto, o processo de imigração até o Brasil era árduo, em outras palavras, exigia do imigrante muito trabalho. O primeiro entrave era na aquisição de visto na Embaixada Brasileira, pois havia restrições na emissão das autorizações para entrar

no Brasil, formato atrelado a Resolução Normativa do Conselho Nacional de Imigração (CNIg) nº 97 de 12 de janeiro 2012, sendo “1.200 (mil e duzentos) vistos por ano, correspondendo a uma média de 100 (cem) concessões por mês.” (BRASIL, 2012, não paginado). No Apêndice 4, destacamos a Resolução completa, que institui o “visto humanitário” que figura ser excludente devido a quantidade mínima de concessões.

Com a restrição desta Resolução e o aumento da demanda que foi resultado de terremoto de janeiro de 2010, muitos haitianos imigraram para o Brasil sem a aquisição do visto, pois a ação era necessária e urgente devido as condições vividas naquele momento, além do número de solicitantes serem maiores que a quantidade de vistos permitidos a serem concedidos. Porém, segundo Thomaz (2013), até a corroboração desta Resolução, todo trajeto do Haiti até o Brasil, passando pelo Equador, Peru e Bolívia era livre, sem a necessidade de solicitar visto de entrada e passaporte.

No entanto, com a promulgação desta Resolução a questão da legalidade no processo de diáspora dificultou a entrada nos países que eram o percurso, e que propiciavam o acesso até o Brasil, além da autorização que permitia a própria entrada em território brasileiro. Disposto a isso, um entrevistado relata:

[...] a questão de deslocamento nós muitos haitianos não tinham documentos corretos, eles viajavam sem documentos, alguns que já tive chances, porque nós viajamos de uma forma ilegal, chegavam do Haiti para República Dominicana legalmente, depois chegava no Equador legalmente, porque nos tinha visto para viajar para esses país sem passaporte, agora para entrar no Peru para entrar em Bolívia, esse rota que foi feita né, então passando mais ou menos para chegar no Brasil pela República Dominicana, Equador, Peru, Bolívia e Brasil, bem cinco países, está rota desde Equador, Peru e Bolívia passa ser uma forma ilegal. [sic] (ENTREVISTADO 4, 2017), (Informação verbal).

[...] eu vim em 2013 para o Brasil, eu e meu irmã, e a gente sabia que era difícil chegar no Brasil, mas não imaginava o perigo, era perigoso demais porque até Quito era seguro e estava tudo certo, a gente saiu de República Dominicana e foi para Equador, depois ninguém sabia mais nada, se era perigoso e era perigoso, no Peru eu não quero passar mais perto, fiquei com muito medo lá, porque a polícia nos roubava e tinha ilegalidade [...] nós não tinha visto. [sic] (ENTREVISTADO 5, 2017), (Informação verbal).

Os haitianos em condição ilegal – em relação ao visto – encontraram no trajeto supracitado no relato anterior uma facilidade de acesso até o Brasil, pois mesmo com a restrição, parte do trecho da viagem até o Equador, estavam em situação legal. A partir desse país, seguiam de forma ilegal, produzindo uma rede de fluxo de transporte condicionada à ilegalidade em relação as leis imigratórias peruanas, bolivianas e brasileiras. A viagem se tornou onerosa, um desafio para todas as pessoas envolvidas

neste processo, onde em alguns casos, para poder realizá-la era preciso a família dos imigrantes venderem seus pertences pessoais, sua moradia – ou o que sobrou dela – e produzir uma expectativa de um futuro melhor, acreditando que em algum dia iria conseguir adquirir novos bens, ou recomeçar a vida em um novo país, a qual é complementada a seguir:

Minha família vende até a casa, vai pro banco pede emprestado dinheiro para que nós possamos chegar aqui para trabalhar. Depois que a família vendeu a casa não tem onde viver e tem esperança na gente para que possamos trabalhar para levar dinheiro para que recupere a casa. [sic] (ENTREVISTADO 4, 2017), (Informação verbal).

Eu tinha dinheiro que minha família guardou por muitos ano, eles me deram, para eu vim, agora tenho que ajudar meu irmão que ficou no Haiti também vim. [sic] (ENTREVISTADO 8, 2017), (Informação verbal).

[...] e meu pai falou que era bom vim para Brasil, que vai ser bom, porque tem que tem trabalho e tem dinheiro pra mandar pra ele e meus irmãos, a pega emprestado o dinheiro no Haiti pra vim para Brasil e agora eu to juntando pra minha família vim pra Cuiabá trabalhar, o salário é pouco mas a gente dá um jeito e vivendo essa a vida, a gente perde as coisa e conquista tudo de novo. [sic] (ENTREVISTADO 11, 2017), (Informação verbal).

Para Oliveira (2011, p. 26) “(...) a desterritorialização implica na deslocção do indivíduo que sofreu um processo de desterritorialização.” A vista disto, esses fatores nos fazem considerar que provavelmente o sujeito que se envolveu no processo de desterritorialização está socialmente vulnerável e se reterritorializar é o procedimento necessário e imediato para sobreviver/viver e reproduzir a sua identidade. A partir deste ponto, apresentaremos um conjunto de resultados desta temática fundamentado nas entrevistas e pesquisa de campo com a finalidade de buscar descrever em detalhes o processo migratório do Haiti para o Brasil.

Inicialmente, é importante evidenciar que todos os sujeitos envolvidos na pesquisa (no caso dos haitianos), declaram ser precedentemente moradores do Haiti e que partiram deste país. A preferência dos haitianos em migrar-se para o Brasil resultou em dois processos de fluxo de redes e transportes sendo o aéreo e o terrestre. Segundo os haitianos, – através de entrevista citada a seguir – o modo mais viável de adentrar no território brasileiro e com pouca fiscalização da imigração:

[...] a gente viu e conversou entre a gente e percebi que para ir até Brasil, não podia ir de avião tinha que ir até Quito e depois ir por Terra, [...] porque a Guiana fecho fronteira para gente e não tinha outro caminho fácil [...] pra ir e a gente ainda estava ilegal. [sic] (ENTREVISTADO 4, 2017), (Informação verbal).

Quem não tinha o visto, tinha que tentar entrar no Brasil por Peru [...], é o caminho mais fácil de entrar. [sic] (ENTREVISTADO 10, 2017), (Informação verbal).

Segundo dados do Jackson⁸ (2011 apud Assis 2012, p. 8) após o terremoto de 2010, “estima-se que aproximadamente 10% da população do país teria emigrado (1.009.400 pessoas), mas outras fontes indicam que a diáspora haitiana já tenha ultrapassado a casa de 3 milhões de pessoas”. No Brasil, segundo a Defensoria Pública da União, DPU (2015, p. 1), o “CNIg editou um normativo que permitiu a concessão de permanência para os haitianos. Em decorrência desse fato, o fluxo de haitianos aumentou consideravelmente, culminando com a autorização de permanência de 44 mil haitianos no final de 2015”, que indica somente os imigrantes que conseguiram a permanência até a data informada, podendo ser um número muito maior de haitianos vivendo/sobrevivendo em território brasileiro.

De forma mais minuciosa sobre os aspectos informados no parágrafo anterior, e de acordo com relatos, a diáspora se configura em duas formas, a primeira, dividindo-se em dois processos migratórios, onde o primeiro, saindo de Porto Príncipe via transporte terrestre até Santo Domingo, que neste caso, são ações realizadas quando os haitianos não conseguiam adquirir passagens a preços acessíveis e/ou quando excediam a quantidade de vistos brasileiros no Haiti – Fornecidos pela Embaixada do Brasil – desta forma, recorria-se ao país vizinho que não requeria visto de entrada em seu território sendo possível o acesso via fronteira terrestre. Saindo de Santo Domingo, seguiam sentido Panamá – realizando conexão na Cidade do Panamá – e em seguida até a cidade de Quito (Capital do Equador), a qual não solicita visto de entrada e nem passaporte, ou em Lima no Peru – quando os haitianos com passaporte e visto conseguiam entrar na condição de turistas. O segundo processo se refaz como o primeiro, a diferença é que a partida se inicia diretamente de Porto Príncipe sentido Panamá, finalizando em Quito ou Lima. Respalhando nesta análise, Lois; Rodrigues (2012, p. 6) reiteram afirmando o processo de imigração utilizando a rota informada:

Na rota migratória para o Brasil, os coíotes intermediaram o ingresso dos haitianos e, posteriormente, de outras nacionalidades. Na maioria dos casos, o trajeto dos haitianos é realizado por via aérea, pela companhia “Copa Airlines” que sai de Porto Príncipe com escalas na República Dominicana, Equador e Peru - países que não exigiam visto para haitianos-, em seguida, por via terrestre ou fluvial aportam nas cidades fronteiriças da amazônica brasileira, principalmente, Tabatinga (AM), Assis Brasil (AC) e Brasiléia (AC). Segundo informações do responsável da Secretaria de Direitos Humanos do Estado do Acre pela assistência e acolhimento dos imigrantes na cidade de

⁸ JACKSON, R. O. (Ed.). **Geographies of the Haitian diaspora**. Routledge, 2011.

Brasília, estima-se que através dessa rota já ingressaram pessoas de pelo menos vinte e cinco nacionalidades, além dos haitianos.

Após a Resolução Normativa 97/12, viajar até Lima – como destacado – passou a ser burocrático, pois para ingressarem no Peru decorreu de requisitar visto e passaporte, contudo, ao contrário do Equador, que não solicitava estes documentos para adentrar ao país. Segundo um entrevistado, que de certa forma possuía uma grande representatividade na comunidade haitiana em Cuiabá, e que imigrou Brasil após a aprovação da Resolução supracitada, tal procedimento:

Tinha um acordo entre os governos brasileiros, peruanos e equatorianos para permitirem a entrada de imigrantes em seus países até o Brasil, quando a gente não conseguia tirar o visto brasileiro no Haiti ou Santo Domingo, a gente pedia a autorização na Embaixada Brasileira em Quito, em Equador, a autorização para entrar no Peru. [sic] (ENTREVISTADO 8, 2017), (Informação verbal).

Sobre o acordo realizado entre os governos brasileiros, peruanos e equatorianos para permitirem a entrada em seus territórios a fim de prosseguirem até o Brasil, não encontramos arquivos, resoluções e/ou leis que comprovam a veracidade das informações, contudo, este entrevistado nos informou que todos os haitianos que cruzaram o Peru, possuíam autorização para entrar no país e seguir entre as províncias peruanas até o Brasil.

Nada obstante, há uma possível contradição sobre o acordo realizado. Segundo Thomaz (2013), o Brasil não possuía intenções de receber os haitianos em seu território e diligenciou junto ao Peru e ao Equador ações para impedir/dificultar a entrada de imigrantes provindos da ilha caribenha, “pressionado pelo Ministério da Justiça brasileira, o Peru passou a exigir visto aos haitianos chegando em seu território. Em contraste, o Equador, ainda que exposto à mesma pressão do Brasil, recusou-se a exigir esses documentos dos haitianos.” (THOMAZ 2013, p. 140).

Deste modo, considerando tais eventos, podemos compreender que este processo desencadeou conflitos humanitários, onde o haitiano era forçado a imigrar-se ilegalmente para Brasil, pois o número de vistos era insuficiente para um grande contingente de haitianos, desta forma os mesmo sofriam atrocidades de agenciadores, que “garantiam” ilegalmente transporte até a fronteira brasileira, mas que não especificavam as dificuldades que os desterritorializados sofreriam durante o processo e do impedimento de entrar em território brasileiro ao chegar em Iñapari (Peru), fronteira com o Brasil – ao qual observaremos mais especificamente nos parágrafos a seguir.

Após Resolução Normativa nº 97 de 12/01/2012, passou a ser disponibilizado 100 vistos para os Haitianos ao mês, sendo inferior a demanda, e esse documento permitia que imigrantes evitassem essa rota, pois autorizava o livre acesso até o Brasil pela rede de transporte aeroportuária. Fugindo assim, dos agenciadores, pois se embarcava em um avião em Porto Príncipe e desembarcava em alguma cidade brasileira.

Contudo, é importante destacar que esta Normativa somente surgiu devido a um conflito com o país equatoriano, pois segundo Thomaz (2013), o Brasil reforçou a fronteira para os imigrantes ilegais, não permitindo a entrada dos haitianos e, observando a recusa do Equador em dificultar o acesso dos imigrantes, criou e publicou a Resolução Normativa 97 do CNIg, publicada no dia 12 de janeiro de 2012.

No entanto, os vistos concedidos após esta Resolução, não beneficiavam os haitianos conforme a sua condição, ou seja, de refugiado ambiental, nem os configuravam como refugiados políticos, de guerra, ou seja, mesmo vivendo em condições de guerra cível em seu país, para a ONU os haitianos não estavam em situação de vulnerabilidade não sendo dispostos como refugiados. Para o Ministério das Relações Exteriores do Brasil, “determinava que vistos especiais ainda seriam concedidos aos haitianos por motivos humanitários” (THOMAZ, 2013 p. 140), mas que teriam uma validade de cinco anos, sendo necessário renová-lo sempre que completar o período informado, ou seja, em nenhum momento, o imigrante haitiano, já em território brasileiro, conseguiria o visto permanente (cidadania brasileira), dificultando o desterritorializado a se reterritorializar, um haitiano em uma entrevista especificou a sua condição:

Então esse documento a gente recebe, só que diz que é permanente, só que não é permanente porque tem uma data de validade até 2020. Então eu me informei isso. Eu sou membro de um comitê nacional acompanhamento da sociedade civil do Ministério da Justiça em Brasília, aí eu puxei essa assunto, falei que o visto é permanente de cinco anos eu nunca vi isso, porque são de certa maneira, permanente é indeterminado, então não é permanente, é temporário, mas a verdade tem como é renovar facilmente esse aqui, 2020 vai ter como renovar, poderei renovar o tempo que você quiser. [sic] (ENTREVISTADO 4, 2017), (Informação verbal).

A restrição na concessão de vistos através da Resolução Normativa de 97 do CNIg, segundo Thomaz (2013), para o Governo Brasileiro, se justificava para diminuir a ação inescrupulosa de agenciadores no Peru, que extorquiam os haitianos e que “estavam sujeitos a violências e abusos” (THOMAZ, 2013 p. 141). No entanto, restrição da concessão de vistos não diminuiu e nem assegurou o fluxo migratório,

mas intensificou o transporte ilegal promovido pelos agenciadores, garantindo ao migrante ilegal o transporte até fronteira brasileira. Para adquirir o visto era necessário realizar os seguintes procedimentos conforme especificado a seguir por Thomas (2013, p. 140):

A fim de obter esse visto, o nacional haitiano deve pagar a taxa de US\$ 200,00 e entregar três documentos: um passaporte atualizado, prova de residência e comprovante de que não tem antecedentes criminais. Os vistos são válidos por cinco anos, após os quais o haitiano deve comprovar situação laboral para obter a permissão para permanecer no país por mais tempo.

De acordo com as informações apresentadas, podemos concluir que se o Brasil considera-se na condição de nação que exerce uma influência sobre uma outra nação, onde sua população necessita de proteção, de refúgio humanitário, se não houvesse tais restrições que recaem sobre a fronteira física, provavelmente não haveria conflitos no trajeto do Haiti para o Brasil, possivelmente, o percurso seria até diferente, podendo ser somente pelas vias aéreas saindo de Porto Príncipe para as principais cidades brasileiras.

Se houvesse uma preocupação humanitária e um entendimento da condição do imigrante como indivíduo refugiado ambiental não se definiria um número específico de concessões, considerando o grande contingente que ultrapassava os 100 vistos ao mês, pois não iria evitar o processo migratório ilegal, iria dar garantias aos agenciadores.

Se ocorresse a preocupação em proteger a vida humana independente de sua nacionalidade, poderia haver um planejamento para facilitar a sua imigração e uma estrutura para recebê-los ao chegarem no Brasil, pois o desterritorializado não se desterritorializou por vontade própria, foram ações ocorridas em seu território que promoveram esses atos.

Uma questão apresentada por Assis (2012), a qual pode resumir esta análise, é a questão das barreiras migratórias, pois se observássemos nestes quase 514 anos de história do Brasil, poderíamos compreender que este país é formado e constituído por imigrantes, perceptível através de uma miríade de identidades reproduzidas em nosso território, portanto, a questão que o autor coloca e que compartilhamos de acordo com este tópico “é que se o Brasil é um país de imigração, por que ser seletivo justamente com os que mais necessitam de políticas de acolhimento?” (ASSIS, 2012, p. 15).

O Comitê Nacional para Refugiados (CONARE), seguindo as resoluções da ONU em relação à Convenção de 1951, não considerou os haitianos como refugiados. Segundo Thomaz (2013, p. 138), o Comitê “chegou à conclusão de que os deslocados haitianos não poderiam ser considerados refugiados, a despeito da legislação nacional ampla sobre a questão.” Mais adiante, o comitê ainda conclui que os haitianos “não podiam demonstrar claramente a existência de uma ameaça a sua vida, segurança ou liberdade.” (THOMAZ, 2013, p. 138). Portanto, para o Brasil, os haitianos não poderiam ser “classificados” como refugiados, porque não estavam em situação de vulnerabilidade no Haiti, ou seja, viver no país mais pobre do Continente Americano, muitos em campos de refugiados (pois perderam suas moradias no terremoto de 2010) e onde o Governo não conseguia gerir o estado produzindo crises políticas, não se introduziam como indivíduos vulneráveis.

Continuando a análise do processo imigratório, a segunda forma de transporte até o Brasil partindo do Equador era o terrestre. Porém, havia ocorrências de imigrantes que adentravam no Equador legalmente e entravam ilegalmente no Peru após a Resolução Normativa 97, conforme os aspectos evidenciados ao explorar as seguintes entrevistas:

[...] Como você sabe, não precisa de visto para entrar no Equador, porque tem um acordo do governo do Equador com o governo do Haiti e receber todos haitiano sem visto, é um acordo entre os países. [sic] (ENTREVISTADO 4, 2017), (Informação verbal).

[...] Antes de vir a Brasil eu peguei visto para entrar no Brasil, como não consegui visto para entrar no Peru na fronteira do Peru, eu estava ilegal e a polícia do Peru não quer saber se é legal ou não, pra passar tinha que pagar. [sic] (ENTREVISTADO 6, 2017), (Informação verbal).

Em Quito não pede passaporte e não pede visto, só Peru, mas a gente paga para Polícia e o transporte e passa. [sic] (ENTREVISTADO 8, 2017), (Informação verbal).

[...] sabe o Peru, o Peru é um país que não sabia que seria difícil e a gente ficou nas mãos de desconhecidos e não podia mais desistir. [sic] (ENTREVISTADO 21, 2017), (Informação verbal).

[...] eu vim de Porto Príncipe para Panamá, de Panamá para Quito de Quito para Porto Acre. Fiquei a dois meses no Peru depois para o Acre [...] depois Cuiabá. [sic] (ENTREVISTADO 22, 2017), (Informação verbal).

Ae eu entrar na República Dominicana e pegar avião lá, depois da República Dominicana correr o avião para o Panamá passei pelo Peru entrei no Acre. [sic] (ENTREVISTADO 23, 2017), (Informação verbal).

Passou o terremoto né e nois ouvimos falar que o Brasil estava ajudando o povo haitiano eu disse pro meu pai que vou para o Brasil, mas não era fácil né! tinha que tê visto, ainda né, mas dá prá passar para outros países e fui na República Dominicana e fui para Quito depois fui Peru e fui para Brasil. [sic] (ENTREVISTADO 25, 2017), (Informação verbal).

Examinando os relatos, podemos destacar algumas informações significativas para a pesquisa como o haitiano que mesmo com o visto de entrada para Brasil, realizou o trajeto passando pelo Peru, na entrevista, ao perguntá-lo do porque não preferiu vir de avião direto para Brasil, ele respondeu dizendo que “era mais barato ir por Peru e Quito, mas ficou caro porque não sabia que tinha que pagar pra passar no Peru e a Polícia pegou quase todo meu dinheiro em Porto Maldonado” [sic] (ENTREVISTADO 21, 2017), (Informação verbal).

Observamos também o desconhecimento dos percalços que poderiam ocorrer no Peru, como a cobrança inescrupulosa de dinheiro para poder liberá-los para seguirem viagem, dos assaltos que estavam suscetíveis a sofrerem e principalmente, do sentimento de estar sobre o poder do agenciador, perdendo a liberdade de ir vir.

O Peru é o território que, neste processo, segundo relatos transcritos, havia pouca fiscalização nas fronteiras, mas muitas fiscalizações no percurso até ao Brasil. Outra conjuntura observada, foi a ocorrência da falta de documentos legais, como o passaporte, pois até em um trecho da viagem, mais especificamente até o Equador, os haitianos estão em condição legal, pois estes documentos não são requisitados, sendo necessária a sua aquisição a partir do Equador, pois nos países seguintes ao qual precisam atravessar, como o Peru e a Bolívia estes comprovativos são obrigatórios.

Ainda sobre a legalidade, mesmo passados alguns anos desde a entrada no Brasil, a maior parte dos haitianos entrevistados se restringiam a dar maiores detalhes sobre o processo de imigração, devido aos desgastes emocionais sofridos durante o processo ao qual não possuindo boas lembranças sobre as circunstâncias vividas. De certo, compreendemos que em grande parte, o processo de diásporas ocorreu de forma ilegal, ao qual conseguimos realizar um conjunto de características que imprimem o trajeto via terrestre até o Brasil. Em muitos momentos, ao perguntar sobre o processo migratório, muitos entrevistados exprimiam “não quero falar do Peru”, “quero passar longe do Peru”.

Para adentrar em território brasileiro, no período onde ocorreu o maior fluxo migratório, eram utilizadas duas rotas, a primeira findava na fronteira da Colômbia com o estado do Amazonas e a segunda, pelas fronteiras do Peru e Bolívia com o estado do Acre. Na pesquisa, identificamos que todos os sujeitos envolvidos no processo, utilizou a rota da segunda fronteira informada.

Após chegar em Quito, os haitianos contratam agenciadores (popularmente conhecidos como coiotes) nas proximidades dos terminais rodoviários da capital equatoriana para levá-los através de veículos até a fronteira do Brasil, houve um relato a qual descreveremos a seguir, que era possível realizar um primeiro contato com os coiotes a partir do Haiti, deixando parcialmente planejado a viagem pelo Peru e a Bolívia, em específico até o estado do Acre. Segundo Silva (2015, p. 121) neste trajeto, “além dos gastos com a passagem é preciso enfrentar a intimidação e, em alguns casos, a violência de agentes policiais que atuavam em barreiras de fiscalização no Peru, tirando dos haitianos dinheiro e objetos pessoais.” Abaixo, quatro narrações que constitui este efeito:

Nós conseguimos sair do Haiti para o Brasil de avião, como não temos o visto, fazemos o trajeto pelo Peru, como eu odeio o Peru! [sic] (ENTREVISTADO 5, 2017), (Informação verbal).

A Polícia do Peru pedia passaporte, mas eu não tinha passaporte, e o transportador falou em Quito que não pedir no Peru, mas quando parou a gente eles pediram, [...] e só deixou passar depois que pague US\$ 100,00. [sic] (ENTREVISTADO 3, 2017), (Informação verbal).

Eu saí do Haiti, cheguei no Panamá e fui de avião até o Quito e procuramos um agenciador e pagamos para ele levar para o Brasil. Ele nos colocou em um carro preto, pediu para fechar as janelas com a cortina e viajamos para o Brasil, escondidos de todos, da polícia, porque não podia fazer isso lá, a gente tinha que subornar a polícia do Peru. [sic] (ENTREVISTADO 7, 2017), (Informação verbal).

No Haiti, tem alguém que nos ensina como chegar no Brasil pelo Peru, nos fala com quem procurar quando chegar no Peru, o ruim é que no Peru é perigoso, a gente está ilegal, mas legal. [sic] (ENTREVISTADO 25, 2017), (Informação verbal).

Segundo Assis (2012, p. 13) a “atuação de redes de tráfico de migrantes chegavam a cobrar US\$2.000,00 para trazer imigrantes”. No entanto, no trajeto, havia custos não fixos que aumentavam os gastos, onde barreiras físicas eram impostas pela polícia peruana e grupos vinculados aos agenciadores que cobravam taxas exorbitantes, quem não detinha condições financeiras para seguir viagem – o pagamento era em Dólar estadunidense – era proibido de prosseguir, ficando em cidades próximas até obter condições financeiras para continuar o deslocamento. De acordo que estas ocorrências, observamos os relatos a seguir:

A viagem foi um pouco difícil, nós não tinha os documentos para cruzar o Peru. Eles tiraram o nosso dinheiro no caminho, porque nós não tem os documentos legais. [sic] (ENTREVISTADO 1, 2017), (Informação verbal).

A polícia peruana pegou meu dinheiro, minhas malas e tudo que tinha, aí fiquei no caminho mas meus irmãos haitianos que ainda tinha dinheiro meu

ajudou a chegar no Brasil. [sic] (ENTREVISTADO 9, 2017), (Informação verbal).

De Quito até Brasil me cobraram 2000, mas ficou mais caro, porque toda hora pedia dinheiro e mais dinheiro, a polícia do Peru nos para e falava que pra passar tem que pagar (...) se a gente falava que não tinha dinheiro eles procurava na coisas nossas. [sic] (ENTREVISTADO 11, 2017), (Informação verbal).

(...) minha vida corria risco. (...) a polícia peruana nos seguia e nos tirava dinheiro. (...) uma vez me tiraram \$400,00 (Dólares Americanos) para poder dormir quarto. Aí temos que pagar o que nos pedem pra sair de Peru. [sic] (ENTREVISTADO 12, 2017), (Informação verbal).

Cheguei no Bresil sem dinheiro, porque todo dinheiro paguei para os coiotes. [sic] (ENTREVISTADO 23, 2017), (Informação verbal).

O que eu tinha, eles pegaram tudo (coiotes), aí eu cortei a minha calça para esconder um pouco de dinheiro, para ninguém ver. [sic] (ENTREVISTADO 26, 2017), (Informação verbal).

A cidade de Porto Maldonado (Peru), próxima à fronteira com a Bolívia e o Brasil, segundo os haitianos, é um dos pontos críticos da viagem, onde são obrigados a se abrigarem em instalações precárias oferecidas pelos agenciadores peruanos. Até este ponto eles já seguiram de norte a leste do Peru, sendo que alguns chegam praticamente sem condições financeiras de prosseguir viagem e são obrigados a aguardarem a aquisição de recursos financeiros que na maioria dos casos são adquiridos através de ajuda dos próprios haitianos que também chegam ao local a caminho do Brasil. Compreendemos que não há um valor fixo de quanto são consumidos financeiramente, os valores variam da quantidade de vezes que são interceptados e/ou parados ou intimidados pela Polícia Peruana que impõe taxas e valores para permitir que eles sigam viagem. Segundo depoimentos:

E aí temos que pagar o que nos pedem para chegar aqui, aí toda parada a polícia peruana pedia dinheiro até 200 dólares cobraram da gente e a gente negocia porque não temos muito dinheiro. [sic] (ENTREVISTADO 1, 2017), (Informação verbal).

A minha viagem custou 2.500 Dólares do Haiti até aqui. [sic] (ENTREVISTADO 7, 2017), (Informação verbal).

Tem gente que gasta uns 5.000 Dólares para chegar a cá. [sic] (ENTREVISTADO 9, 2017), (Informação verbal).

Quando saí do Haiti, minha família juntou dinheiro, uns 10.000 Dólares, pra ir para o Brasil, cheguei em Brasil com acho que 10.000 Reais. [sic] (ENTREVISTADO 21, 2017), (Informação verbal).

Tinha um hotel em Porto Maldonado que que a gente ficava, não podia sair, porque a polícia podia prender todos, então, eles trancava e não podia mais voltar pra traz, pra casa, tinha que arrumar um jeito de ir pra frente e chegar no Brasil. [sic] (ENTREVISTADO 23, 2017), (Informação verbal).

Após a cidade de Porto Maldonado, seguem em direção ao Brasil, no entanto, neste percurso há duas rotas de acesso, a primeira, continuando em território peruano até a cidade de Iñapari, que é fronteira com o Brasil e está praticamente conurbada com a cidade de Assis Brasil no território acreano, separado apenas pelo rio Acre. É através deste percurso que os haitianos chegam em Brasiléia onde recebem a primeira ajuda humanitária, que é exercida pela Igreja Católica Apostólica Romana – fornecendo abrigo e alimentação – até disporem de autorização do Governo Brasileiro para entrar no Brasil.

Entretanto, é nesta rota que barreiras físicas são impostas pela Polícia Peruana, e o Governo do Brasileiro, através da Polícia Federal, estabelecendo um obstáculo, já destacada neste tópico, que é o impedimento de entrar em território brasileiro, sobre o preceito da Resolução Normativa 97, ou seja, após partirem do Haiti e passarem por toda uma complexidade de situações no trajeto, são impedidos de adentrar no país de destino, sem condições de seguir em frente ou voltar, se colocando em situação de possível insegurança, os condicionando como sujeitos indefensáveis, são impedidos de seguirem e sem condições financeiras de voltarem, ficando abrigados em Iñapari.

Para maior clareza das informações produzidas, analisamos algumas fontes noticiadas pelo Brasil que especificaram de forma mais ampla, o que sobreveio em Iñapari. Segundo Correio Brasiliense (2012), muitos haitianos, ficaram abrigados em um Centro de Pastoral para o Migrante em Iñapari (Peru), recebiam do governo brasileiro cerca de R\$13,00 de diária. O Abrigo possuía pouca estrutura, como a falta de energia e água. Alguns haitianos forneceram informações a reportagem relatando o temor de procurar emprego no Peru (em Iñapari) e não conseguirem entrar no Brasil, além das dificuldades enfrentadas no abrigo como a falta de estrutura e segurança.

Segundo o trecho da reportagem do Correio Brasiliense (2012, não paginado), os haitianos (não identificados) expressaram-se dizendo que não queriam trabalhar no Peru, queriam adentrar o Brasil, pois ganharia um pouco mais de dinheiro para manda para a sua família. Em outro momento foi relato que o governo peruano estava os tratando como animais, que não estava oferecendo apoio, não havia tratamento médico, que estavam doentes e estressados, um dos migrantes, falou até no desejo de se matar.

De acordo com a observação desta reportagem, podemos destacar que o Governo Brasileiro prestou suporte, dando uma diária de R\$13,00 aos haitianos que

ficaram retidos no Peru, mas o entendimento de ação é complexa, pois quem deveria exercer o poder de ajudar humanitariamente os haitianos era o Governo do Peru, a qual fica claro que este Governo não os queria sobre seu território, não os aceitava, deixando a cargo do Brasil a responsabilidade pelo cuidado da vida do imigrante que só queria se refugiar e recomeçar uma nova vida.

As dificuldades encontradas pelos imigrantes foram significativas e preocupantes, conforme retratado nas informações verbais anteriores, pois no período que foi promulgada a Resolução Normativa nº 97 de 12 de janeiro de 2012, que só permitiria a entrada de haitianos com o visto, esta normativa não levou em conta que enquanto era decretada, centenas de haitianos estavam em trânsito pelo Peru, sendo impedidos de cruzar a fronteira. Assis (2012 p. 14 e 15) em sua análise complementa:

Após a publicação da Resolução nº. 097/2012 pelo CNIg situações ainda mais dramáticas ocorreram, pois, vários haitianos que se encontravam em trânsito no momento de publicação das medidas permaneceram na fronteira peruana, aguardando três meses na fronteira peruana na cidade de Iñapari, no Peru, um grupo de 245 imigrantes haitianos para obter permissão de entrada no Brasil. O grupo em Iñapari estava a caminho do Brasil quando, em 12 de janeiro, o governo mudou os procedimentos migratórios para haitianos e passou a barrar nas fronteiras os que não tivessem vistos.

Outro ponto a considerar é que “desde a Segunda Guerra Mundial o país não estabelecia uma medida que impedisse uma nacionalidade específica de solicitar refúgio ao país.” (ASSIS, 2012 p. 14). Deste modo, fica perceptível que o Governo Brasileiro através desta Resolução, buscou impor cotas para acesso de imigrantes em situação de refúgio ao Brasil, agravando ainda mais a crise humanitária.

A segunda rota, partindo de Porto Maldonado, é feita através da Bolívia, a qual passou a ser utilizado como rota de fuga dos postos de fiscalização de fronteira, ou seja, quem estava em situação ilegal e que não conseguiriam adentrar o Brasil por Iñapari seguia este trajeto. Em uma notícia veiculada pelo Portal G1 (2012, não paginado), é descrito e caracterizado esta segunda rota passando por território boliviano até a cidade brasileira de Brasiléia, no Acre. Neste curso, os haitianos precisavam atravessar a fronteira Bolívia e Brasil ilegalmente pela mata/floresta, em alguns casos, ocorriam a ação de criminosos que realizam assaltos aos imigrantes nesta travessia.

A viagem é penosa e após chegarem ao Brasil, na cidade de Brasiléia, segundo Thomaz (2013, p. 136) “a maioria dos migrantes haitianos procuraram imediatamente, requisitar refúgio”. Mesmo com outros destinos acessíveis para se tentar chegar ao Brasil, a rota pelo estado do Acre – apesar dos pesares – se tornou

a mais utilizada, pois ao chegar à fronteira, encontram de forma fácil o acesso à assistência social de entidades públicas e filantrópicas. Porém, devido ao grande fluxo de migrantes, a ajuda humanitária em Brasília não consegue atender a todos. A seguir, exibiremos relatos dos haitianos ao chegarem ao Brasil:

[...] quando cheguei no Acre, a maior dificuldade é que não tinha onde dormir, eu cheguei e dormi numa quadra por cima dos bancos que o pessoal sentavam para assistir, nos papeus, eu paguei um papelão e dormi, dormi e eu falei se eu tô procurando uma vida melhor eu não vou reclamar ainda mas não é o Brasil que eu vi pela internet, que eu já pesquisei, que eu vi o Brasil maravilhoso, aí tem que passar por certo processo de documentação, não pode viajar sem documentação aí eu passei, a dificuldade também pela comida, porque a gente passa muita fome, não gostei da comida, a comida era muito diferente, a comida do Equador não era muito boa, no Peru não podia passar perto, cheguei em Brasília, tem lugar que o pessoa faz comida boa, mas a comida que o pessoa trazia pra gente não era boa aí eu falei, eu prefiro comprar do que comer aqui de graça aí foi assim. Eu não tinha ninguém aqui no Brasil. [sic] (ENTREVISTADO 4, 2017), (Informação verbal).

[...] de noite, saímos de Porto Maldonado para Brasil aí a gente entrou no carro e tinha mais cinco de nós eu acho, outros ficaram porque não tinha dinheiro e a gente foi para o Brasil, mas pensamos que era o caminho certo e não era porque a gente foi para Bolívia e para chegar no Brasil andamos pela floresta, naquela noite eu pensei que morreria, porque não nos disseram nada, só mandaram a gente ir. [sic] (ENTREVISTADO 5, 2017), (Informação verbal).

Em Brasília tinha muito haitiano e a gente chegava e tinha que ir no abrigo e tinha que dormir na quadra de futebol e não tinha banheiro para todo mundo, nem comida e nem colchão. [sic] (ENTREVISTADO 18, 2017), (Informação verbal).

Veio eu e meu irmão a gente dormia no Centro de Pastoral, mas lá era difícil, não pensei que era difícil o Brasil, porque sem documento a gente não podia sair do Acre então a gente ficou até sair o documento. [sic] (ENTREVISTADO 20, 2017), (Informação verbal).

Eu ficá dois meses no Acre, pra consegui documento pra viajar. [sic] (ENTREVISTADO 21, 2017), (Informação verbal).

Em complemento, observaremos nas fotos 2, 3 e 4 algumas imagens que retrataram o abrigo humanitário oferecido aos haitianos em Brasília no período de grande fluxo, a qual destacamos a superlotação e a falta de estrutura oferecida pelo Poder Público. De acordo com o exposto, relacionamos os sujeitos entrevistados a esta conjuntura, pois todos alegaram terem vivenciado esta experiência.

Nas fotografias referenciadas, podemos observar a condição degradante do imigrante recém-chegado ao Brasil. Impedidos de seguir viagem pelo território brasileiro, aguardavam a aquisição de documentos.

Foto 2 – Acre teme superlotação de haitianos em Brasília.



Fonte: PONTES (2014).⁹

FOTO 3 – Acre teme superlotação de haitianos em Brasília.



Fonte: PONTES (2014).¹⁰

FOTO 4 - Acre teme superlotação de haitianos em Brasília.



⁹ Disponível em: <https://s3.amazonaws.com/fotospublicas.com/files/2014/01/Haitianos-Acre20140115_0008-1024x682.jpg>. Acesso em out. 2017.

¹⁰ Disponível em: <https://s3.amazonaws.com/fotospublicas.com/files/2014/01/Haitianos-Acre20140115_0004-1024x682.jpg>. Acesso em out. 2017.

Fonte: PONTES, L. (2014).¹¹

Havia uma estrutura precária, sendo insuficiente para atender a todos, não conseguiam se manter, principalmente em relação a assistência social e aos serviços de saúde de Brasília, que no período – até o final de 2015 – atendia em prioridade os imigrantes, pois havia uma preocupação em relação às condições vividas e a preocupação com o surgimento de doenças ocasionadas pela higiene, falta de estrutura dos dormitórios e principalmente pelo surgimento de novas doenças e epidemias. A seguir, refletimos sobre os seguintes relatos:

A comida não era boa não, as vezes tinha dor de barriga [risos], [...] como eu ainda tinha dinheiro preferia comer no restaurante, o almoço era barato e a comida brasileira era bora. [...] no início demorei para acostumar com a comida brasileira, porque a gente não come arroz e feijão, mas hoje a gente já acostumou, mas a gente faz do nosso jeito bem temperado. [sic] (ENTREVISTADO 4, 2017), (Informação verbal).

A gente se organizava e fazia grupo pra limpar cada coisa da Pastoral, limpar banheiro, e tudo lá. As vezes saía briga porque tinha muita gente e poucas pessoas pra limpar. [sic] (ENTREVISTADO 5, 2017), (Informação verbal).

Eu cheguei em Brasília e vi tudo gente parada, sofrendo e pensei, será que é esse o Brasil que todo mundo falava no Haiti, não não é esse o Brasil, então eu pensei que tenho que sair de lá. [sic] (ENTREVISTADO 7, 2017), (Informação verbal).

Parece que o sofrimento continuava no Brasil, porque a gente ficou preso em Brasília e não era bom o lugar. [sic] (ENTREVISTADO 5, 2017), (Informação verbal).

[...] a gente gritava o Haiti é aqui! O Haiti é aqui! [sic] (ENTREVISTADO 22, 2017), (Informação verbal).

[...] não importava como todos estavam, estavam feliz de chegar no Brasil. [sic] (ENTREVISTADO 11, 2017), (Informação verbal).

Tinha muita confusão lá, era gente muito cheio e tinha que esperar documentos chegar. [...] eu só dormia lá, durante dia ficava andando na cidade. [sic] (ENTREVISTADO 12, 2017), (Informação verbal).

Todo mundo estava com medo de ficar em Brasília, porque os documentos demora pra sair, e não podia viver naquela condição, não tinha médico pra cuidar dos doentes, não tinha comida boa, mas tinha a esperança de ir embora e entrar no Brasil, pra trabalhar e ajudar minha família. [sic] (ENTREVISTADO 20, 2017), (Informação verbal).

De acordo com os relatos, podemos observar que a permanência dos haitianos no Estado do Acre se relaciona a sua regularização quanto a sua estância no Brasil, ou seja, “enquanto aguardam a tramitação do pedido de refúgio, os imigrantes recebem uma documentação provisória (Cadastro de Pessoa Física - CPF

¹¹ Disponível em: <https://s3.amazonaws.com/fotospublicas.com/files/2014/01/Haitianos-Acre20140115_0001-1024x682.jpg>. Acesso em out. 2017.

e Carteira de Trabalho) que lhes permite circular pelo País na busca por trabalho.” (ASSIS, 2012 p. 13).

Mesmo recebendo assistência da Igreja Católica Apostólica Romana através do Centro de Pastoral em Brasília, muitos “haitianos continuavam chegando e sem amparo ficavam à espera de uma decisão que garantisse seu acolhimento.” (ASSIS, 2012 p. 13), este acolhimento se resumia a disposição dos documentos provisórios. Segundo Patarra (2012), até o início do ano de 2012 foram emitidos cerca de 2.296 vistos humanitários e 4.543 carteiras de trabalho, aumentando para aproximados 25 mil documentos no primeiro trimestre de 2013, segundo dados do CNig. Segundo Lois; Rodrigues (2014, p. 6) o visto de refúgio está respaldado na Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997, artigos 7º e 8º, que esclarecem:

Art. 7º Estrangeiro que chegar ao território nacional poderá expressar sua vontade de solicitar reconhecimento como refugiado a qualquer autoridade migratória que se encontre na fronteira, a qual lhe proporcionará as informações necessárias quanto ao procedimento cabível.

Art. 8º O ingresso irregular no território nacional não constitui impedimento para o estrangeiro solicitar refúgio às autoridades competentes.

Porém, partindo desta análise, onde observamos panoramas particulares dos haitianos e de instrumentos de comunicação que se faz necessário complementar esta investigação, em uma reportagem da Rede Bandeirantes de Comunicação, apresentado pelo programa Rede Bandeirantes (2013, não paginado)¹², mostrou o cotidiano dos haitianos que chegaram pela fronteira do Acre e das dificuldades para chegar em território Brasileiro. De acordo com esta reportagem que supõe ser a real situação destes haitianos que imigraram no período de grande fluxo, apresentaremos a descrição do material jornalístico, analisando e discutindo os pontos que norteiam nossa pesquisa, que dará uma complementação, apresentando novos fatos e informações, facultando autenticidade para discussão já realizada.

Segundo Rede Bandeirantes (2013, não paginado), a adaptação ao Brasil é outro desafio, principalmente em relação ao idioma, existindo uma possível preocupação para a sua sobrevivência em um novo território, com língua e culturas diferentes. Na reportagem jornalística, eles retratam o que afirmamos até este momento, que os haitianos sobreviventes do terremoto, sofrem com uma crise política além de doenças e acontecimentos que decorreram destes fatos e mesmo passados

¹² REDE BANDEIRANTES DE TELEVISÃO. A Liga: “Refugiados no Brasil”. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Vto0UhZCbsE>>. Acesso em: 17 fev. 2018.

oito anos desde o desastre natural, este País ainda vive em ruínas, com pouca probabilidade de se restabelecer rapidamente.

Os repórteres da Rede Bandeirantes (2013, não paginado), destacam características e formas usadas pelos haitianos para enfrentar o percurso pelo Peru, e busca fugir do assédio da polícia, além dos assaltos sofridos durante o trajeto. Um haitiano, hospedado em um albergue de Porto Maldonado, mostrava ao repórter os bolsos falsos para poder guardar dinheiro, pois havia o risco do mesmo ser revistado pela Polícia Peruana em busca de dinheiro, na entrevista, o haitiano responde: “O que eu tinha, eles pegaram tudo” (REDE BANDEIRANTES, 2013, não paginado).

Através de uma câmera escondida, a reportagem da Rede Bandeirantes (2013, não paginado), registrou o momento em que a Polícia Peruana, impõe o valor de US\$400,00 para permitir que o imigrante prossiga viagem, esquema planejado junto ao agenciadores (ou coiotes), explorando a miséria do haitiano, que relata: “Não tem direitos humanos, não tem democracia.” (REDE BANDEIRANTES, 2013, não paginado).

Em Brasília, ainda segundo Rede Bandeirantes (2013, não paginado), podemos observar o sentimento de refúgio dos haitianos, pois desde a sua saída do Haiti estiveram desprotegidos e o sentimento aparente de alegria e expressado no olhar do imigrante, pois é a confirmação da perspectiva de busca de uma vida melhor no Brasil. O repórter, apresenta o Coordenador da Secretaria de Direitos Humanos do Acre, Borges (2013, não paginado), à frente do abrigo de refugiados em Brasília sob apoio da Pastoral do Migrante, relata em entrevista, as condições em que os haitianos se encontravam naquele local, em 2013:

No mínimo 50 pessoas chegam ao dia aqui em Brasília, aqui ele faz a inscrição e a partir do momento que ele faz aquela ficha aí nós damos o documento para eles pedirem Refúgio à Polícia Federal. Deus tem abençoado eles de chegarem aqui e terem isso aqui, se eles tivessem chegado a três meses atrás eles iam pegar um lugar que eles iriam dormir do lado de fora porque não tinha espaço, passaram 6 meses sem comer porque o nosso Estado não tinha condições de ajudar. R\$14.500,00 por de dia de alimentação, então chegou um momento que não tinha condições, aí que o Governo Federal começou a ajudar e melhorou, mas depois, dobrou a entrada de haitianos aqui no acampamento. [...] tem gente que chega sem nada, porque a Polícia Peruana toma tudo que eles têm. Quando eles não têm dinheiro tem que dar o que tem na mala.

Os haitianos, mesmo vivenciando ocorrências complicadas no percurso até o Brasil, além das conjunções enfrentadas em Brasília, o sentimento de gratidão por

chegar em território brasileiro é superior, transcendendo obstáculos do processo de reterritorialização, conforme os seguintes relatos:

Fiquei muito feliz de chegar ao Bresil, fiquei emocionado [...] pensei que não chegaria no Bresil, o Peru é muito perigoso. [sic] (ENTREVISTADO 11, 2017), (Informação verbal).

É que passei por tanto, por tanta coisa, tantos problemas, está feliz. [sic] (ENTREVISTADO 14, 2017), (Informação verbal).

Estou contente, porque irei ajudar minha família, que esperam por mim. [sic] (ENTREVISTADO 15, 2017), (Informação verbal).

Chegar em Brasil foi uma alegria. [sic] (Informação verbal). [sic] (ENTREVISTADO 23, 2017), (Informação verbal).

Se reterritorializar é saciar um sentimento invisível que desponta pelo desejo de se realizar, de ser feliz. Não é compreensível nos desterritorializar para sermos infelizes em outro território, desta forma, buscamos sempre uma melhoria de vida, no entanto, para alcançarmos este resultado, é necessário passar por situações penosas, uma vez que o ato de se mudar para um novo espaço – uma nova territorialidade – não irá dizer que iremos nos adaptar facilmente.

Criar vínculo com o novo território “poderá ser mais ou menos moroso, tudo dependerá da capacidade de resiliência do indivíduo e também da sua vulnerabilidade”. (OLIVEIRA, 2011, p. 43). Todo processo dependerá de como o sujeito irá se adaptar uma nova identidade, o idioma, por exemplo, é um fator implicador para criar laços em um novo espaço. Observaremos na Figura 2 o trajeto especificado pelos sujeitos entrevistados que descreveram o processo imigratório do Haiti para o Brasil.

Figura 2 – Rota migratória entre o Haiti e o Brasil



Fonte: BATISTA (2018).

De acordo com o prospecto explicitado neste tópico, analisamos os relatos dos haitianos que seguiram em diáspora pela América-Latina até o Brasil, no qual apresentamos em forma de redação e concluído na Figura 2, através de um desenho cartográfico que traceja o percurso entre o Porto Príncipe e Brasília no Acre. No entanto, procuramos compreender este processo e ponderar sobre as vivências, enfim, entendemos que as narrativas apresentadas é somente alguns fragmentos de quem sabe, uma miríade de situações que se sucederam em todo esse processo imigratório.

Observamos durante a pesquisa de campo, onde entrevistamos os haitianos, e notamos que o ápice da vulnerabilidade, da periculosidade, de todo processo migratório foi no percurso terrestre, principalmente no território peruano, pois para os sujeitos envolvidos nesta ação, aparenta um sentido de comoção envolvido em uma ansiedade em descrever tais fatos ao qual foi apreciado pelo entrevistador em deixá-los descontraidamente e isentos das respostas mais detalhadas.

No entanto, conseguimos chegar a algumas conclusões que, desterritorializar e partir em busca de um novo território pode produzir incertezas, temores e ansiedades. Os haitianos, ficam sob controle de sujeitos desconhecidos, esses desconhecidos, denominados de “coiotes, agenciadores ou atravessadores” assumem de certa forma o poder sobre suas vidas, onde se perde o direito de liberdade, o direito de escolha em seguir em frente ou voltar para casa. Se o migrante tem recursos financeiros ele segue viagem, se não possuir, ficam no caminho sob o poder e pressão dos coites para conseguir mais dinheiro a fim de concluir a viagem.

Entre os migrantes que chegaram ao Brasil, “a maioria são homens jovens entre 25 a 34 anos de idade, atualmente, observamos o aumento de idosos, mulheres e crianças migrando para o país” (XIMENES; ALMEIDA, 2014). Nos dias atuais, para muitos haitianos, a intenção não é voltar para o Haiti e sim dar oportunidade à família de se reterritorializar no Brasil, alguns entrevistados mencionaram esta intenção:

Minha família pegou dinheiro e me ajudou a vim para o Brasil, agora vem o meu irmão para o Brasil. [sic] (ENTREVISTADO 15, 2017), (Informação verbal).

Não me vejo voltando para o Haiti, me vejo vivendo no Brasil. [sic] (ENTREVISTADO 18, 2017), (Informação verbal).

Hoje vivo para meus filhos que estão não Haiti. [...] ainda não tenho dinheiro para ver eles, mas quero um dia buscar eles. [sic] (ENTREVISTADO 20, 2017), (Informação verbal).

Certamente, a cidade de Brasília é/era somente o início da busca por melhores condições de vida. Ao conseguir a documentação necessário e principalmente auxílio de entidades sociais como o Centro de Pastoral para o Migrante, seguem para as diversas regiões do Brasil, mais especificamente os centros urbanos do Sudeste e Sul, além das cidades sedes da Copa do Mundo de 2014.

Quem ainda possuía recursos financeiros seguia viagem, quem não dispunha, seguia em procura de emprego para a capital Rio Branco, no Acre, porém, o Governo do Estado do Acre, a fim de minimizar os gastos com a ajuda humanitária, passou a fretar ônibus e enviar os migrantes haitianos para o Estado de São Paulo, bem como

de empresas privadas, principalmente da área de prestação de serviços e da construção dos estados de Rondônia e Mato Grosso que enviavam seus colaboradores para oferecer emprego e contratar mão de obra para a construção das Usinas Hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau em Porto Velho (Rondônia), além de empresas provenientes de Cuiabá (Mato Grosso), que ofereciam vagas de emprego na construção civil, obras da Copa do Mundo de 2014 e construção e de uma usina da cimentos na Região Metropolitana do Vale do Rio Cuiabá. Analisemos na Figura 3 o trajeto realizado pelos haitianos partindo do Estado do Acre até a cidade de Cuiabá.

FIGURA 3 – Rota migratória entre os Estados do Acre e Mato Grosso.



Fonte: BATISTA (2018)

Outrossim, muitos haitianos, souberam que presumivelmente, Cuiabá possuía uma população muito receptiva, o que chamou a atenção, motivando a vinda para a capital mato-grossense, além de possuir – período de preparação para a Copa do Mundo de 2014 – oferta de emprego, para quem precisava recomeçar a vida no Brasil.

Por fim, a capital do Estado de Mato Grosso, por sub-sediar o evento futebolístico mundial, exerceu influência regional, a qual uma grande reforma urbana era anunciada pelo Poder Público a fim estruturar a cidade para receber o evento. Diversas frentes de trabalhos foram abertas, o que fez aumentar a demanda de vagas de empregos e motivaram a vinda de milhares de haitianos para Cuiabá.

De acordo com estes entendimentos, reterritorializar-se provocaria grandes implicações, pois quando há esta oportunidade, ocasiona na desconstrução e mudanças culturais, políticas e econômicas. Esta desconstrução se conclui com a reterritorialização, pois nesta ação o indivíduo se apropria de particularidades no novo espaço vivido, resultando em uma miscigenação de identidades. A seguir ordenamos um conjunto de relatos dos entrevistados haitianos que moram em Cuiabá a fim de assegurar as informações relatadas nestes últimos parágrafos apresentados:

No Acre, muita gente me falou que Cuiabá é muito bom, gente de Cuiabá é muito bom e depois que chego em Cuiabá vi que era muito feliz. Eu chegá aqui e tenho muito boas pessoas e me ajudá. [sic] (ENTREVISTADO 1, 2017), (Informação verbal).

Bom, eu pessoalmente escolhi Cuiabá, eu num ouvi falar de Cuiabá, nada né. Eu ia São Paulo, ou Santa Catarina ou Curitiba, essas cidades que tava na minha cabeça. Mas, das dificuldades que eu passei, quando eu cheguei no Acre, encontrei uma pessoa lá falando que eles precisavam pessoal pra trabalhar e eu fui né, e quando cheguei lá era um circo, era o Circo Disney, então eu fui, mais era muito forçado, tipo um trabalho escravo, porque não tinha carteira assinada e não tem um salário bom né, a gente passou lá um trabalho, a gente montou aquele circo, aquele globo de moto, o globo de ferro, a gente montou. Depois pra gente desmontar tudo pra colocar no caminhão pra ir no outro lugar montar. Aí eu peguei e não, eu não tinha carteira de trabalho, fui pra Rio Branco e tirei a carteira, aí eu levei a carteira pra eles, aí que eles fica assustado porque eu pedi pra eles assinar a carteira, eles não podem assinar a carteira, aí mandar a gente embora. Ainda em Rio Branco eu e meus amigos encontramos um senhor e ele perguntou para onde estamos indo, a gente falou que a gente ainda não tem um destino, vamo num lugar que tem serviço, porque eu preciso trabalhar, porque eu preciso desenvolver também, aí ele falou vai pra Cuiabá no Mato Grosso, aí eu peguei e vim pra cá, porque o Senhor falou que essas pessoas são hospitaleiras e são pessoas bem acolhedor, então eu falei, eu vou pra esse lugar, aí que eu peguei e vim pra cá, aí quando eu cheguei e vi realmente que são pessoas acolhedor, porque um senhor que me pegou, e me levou na casa dele, deu moradia, comida, eu não conhecia ele, e eu era estranho né! E ele me acolheu, aí a gente passou um tempo na casa dele, aí ele ajudou a gente a arrumar um serviço, ajudou a gente trabalhar numa empresa de transporte. [sic] (ENTREVISTADO 4, 2017), (Informação verbal).

Tinha muitos ônibus que chegava em Brasília e levava quem queria pra São Paulo e muito gente vai pra São Paulo, porque dizia que tinha muito serviço, mas eu não queria ir pra São Paulo porque tinha também Cuiabá, que tinha muito serviço, e foi um empresa de Cuiabá oferecer serviço, no início eu desconfiei, tinha ônibus pra levar, aí eu veio Cuiabá e trabalhei e Usina [...]. [sic] (ENTREVISTADO 5, 2017), (Informação verbal).

Eu fiquei dois meses no Acre, aí eu falei com meus amigos que mora a Cuiabá eles falou pra mim vim pra Cuiabá, tem emprego, tem jeito pra estudar é uma cidade quente, igual Haiti. [sic] (ENTREVISTADO 26, 2017), (Informação verbal).

Então passei Porto Velho, trabalhei na construção da usina né, aquele que fica rio de Porto Velho e depois chego a Cuiabá até hoje estou a Cuiabá, então Cuiabá é um estado pra mim, boa, a natureza de Cuiabá, a temperatura é mais forte que Haiti, é quente. Estou bem a Cuiabá. [sic] (ENTREVISTADO 27, 2017), (Informação verbal).

Previamente, é importante destacar, que atualmente todo sistema de recebimento do imigrante haitiano no Estado Acre foi descontinuado, isso é devido a diminuição do grande fluxo de haitianos pela fronteira, resultado das dificuldades econômicas enfrentadas pelo Brasil nos últimos anos que reduziram o número de ofertas de empregos, desestimulando a vinda de novos refugiados. Também, pela Resolução Normativa nº 97 de 12/01/2012, que não permite a entrada do imigrante haitiano sem o visto, ou seja, atualmente, continuamos recebendo haitianos em situação de refúgio, mas somente possuindo o visto de entrada no país, assim, com este documento em mãos, é viável e seguro ao imigrante de ilha caribenha realizar a viagem via aérea, embarcando na capital Porto Príncipe e desembarcando no Brasil.

5. TERRITORIALIDADES HAITIANAS

5.1 O processo de reterritorialização mediante ao Centro de Pastoral para o Migrante de Mato Grosso.

Segundo o dicionário da língua portuguesa (Portugual) regido pelo autor Figueiredo (1913, p. 2096) a palavra vida significa “Ter vida. Estar em condições de vida. Existir. Consagrar a vida. Dedicar-se. Coabitar. Residir. Alimentar-se. Estar em relações habituais, ter contato habitual. Passar aos vindouros” (Tradução nossa), similarmente, ele também apresenta a palavra sobreviver, que significa “continuar a viver depois de outra coisa ou de outra pessoa.” (Tradução nossa) (FIGUEIREDO, 1913, p. 1879). Certamente, estas duas palavras, viver e sobreviver, pode-se parecer para mais leigos os mesmos significados, mas possuem em sua essência conteúdos diferentes.

Assim sendo, estas duas palavras resumem o que iremos (abordaremos) refletir neste tópico, onde o haitiano, nas condições adversas as suas expectativas encontraram ao se reterritorializarem em Cuiabá, que em muitos casos, o desejo de viver, se transforma em necessidade de sobreviver, onde a realidade, em alguns casos, é totalmente diferente do esperado. Os resultados aqui apresentados seguem conforme as respostas dos sujeitos entrevistados, mais especificamente da Coordenadora do Centro de Pastoral Para o Migrante (CPM) e dos haitianos que moram, ou vivem/sobrevivem em Cuiabá.

Localizado na Avenida Gonçalo Antunes de Barros, nº 2785, no Bairro Carumbé, Zona Norte de Cuiabá, o Centro de Pastoral para o Migrante (Foto 5) é uma fração importante do processo de produção das territorialidades haitianas na capital mato-grossense. O CPM é uma entidade de apoio ao migrante em trânsito por Cuiabá, regido pelo Igreja Católica Apostólica Romana, que segundo a sua coordenadora, Eliana Aparecida Vitaliano (2017)¹³ está ligada a Ordem dos Missionários Scalabrinianos e Arquidiocese de Cuiabá-MT.

¹³ Eliana Aparecida Vitaliano, Coordenadora do Centro de Pasto para o Migrante. Entrevista realizada em 19/08/2017.

Foto 5 – Centro de Pastoral para o Migrante de Mato Grosso (CPM)



Fonte: BATISTA (2017)

Fundada em 17 de agosto de 1980, com o objetivo inicial de atender ex-trabalhadores em condição de escravidão resgatados em situação de vulnerabilidade, oferecendo moradia através dos alojamentos, alimentação, amparo judicial, auxílio em passagens para que o atendido possa retornar para sua família ou ao lugar origem. A qual Vitaliano (2017) especifica:

Por que é assim, a casa do migrante é assim, uma casa de abrigo né, uma casa abrigo, então a função primeira dela é acolher, é dar refeição, o espaço pra pessoa descansar repor as energias e seguir viagem. [sic] (Informação verbal).

Em outro momento a coordenadora do CPM caracteriza a estrutura para o atendimento dos egressos de trabalho escravo, conforme citado a seguir:

(...) e do lado direito lá nos temos três quartos com capacidade pra trinta pessoas, dois quartos agora grandes e um banheiro também né, grande, que é pra onde os egressos do trabalho escravos, quando tem algum encaminhamento eles ficam aqui também, aqui é casa só de passagem, pessoa vinha recuperava sua energia. [sic] (Informação verbal) Vitaliano (2017).

No entanto, desde início das atividades, esta instituição passou a atender não somente ao público supracitado, mas principalmente viajantes de outros estados brasileiros e do interior do Estado de Mato Grosso buscando emprego ou tratamento médico. Assim, com passar dos anos, o “público foi se diversificando, e nos últimos anos tem também atendido em sua maioria imigrantes vindos de diferentes países e continentes.” (MAZETTO, PELLIZARI, MAZARO, 2017, p. 2).

Atualmente, o público atendido ao qual tem se sobressaído em números, são de haitianos, obtendo seus primórdios ao final de 2012, quando um grande fluxo chegou a Cuiabá em busca de emprego, estimulado pela oferta de trabalho nas obras da Copa do Mundo de 2014 e pela construção civil que foi intensificado devido a este evento mundial. O CPM é, segundo Vitaliano (2017), a única instituição que atende aos haitianos recém-chegados à Cuiabá, conforme fundamentado seguidamente:

(...) quando os haitianos chegaram finalzinho de 2012, aí eles já vinham com a intenção de permanecer no município. A gente recebia e recebe até hoje, porque somos aqui em Cuiabá a única instituição de realização desta função, de acolher o recém-chegado. [sic] (VITALIANO, 2017), (Informação verbal).

Em complementação, iremos observar através das Tabelas 1, 2, 3, 4 e 5, o número de atendimentos pelo CPM dos imigrantes provindos de outros países, subdividido em cinco tabelas que apresentam o prospecto desde o período de 2013 até o primeiro semestre de 2017. Assim, poderemos analisar o fluxo de haitianos que chegaram a instituição e refletir com base no depoimento da coordenadora do CPM e dos haitianos. De acordo com estas indicações, iniciaremos através da Tabela 1, apresentando as primeiras referências:

Tabela 1 – Naturalidade dos imigrantes atendido pelo CPM em 2013

Países	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
Equador	1	1		1									3
África do Sul	1												1
Argentina										1			1
Haiti	16	11	50	104	172	240	232	206	122	106	82	69	1410
Portugal											1		1
Bolívia		1									1		2
Peru		1					1						2
Holanda											1		1
Colômbia	1	10	10							2	3		26
TOTAL	19	24	60	105	172	240	233	206	122	109	88	69	1447

Fonte: CPM (2017).

Na Tabela 1, podemos observar dados do ano de 2013, distribuídos em meses, onde apresenta o período onde iniciou e ocorreu o maior fluxo de haitianos, ou seja, ano onde verificou-se o primeiro atendimento de migrantes da Ilha Caribenha que chegavam a Cuiabá em busca de emprego e acolhimento transitório. Em sua maioria, não possuía contato com nenhum outro morador da cidade mato-grossense, chegavam no Terminal Rodoviário Engenheiro Cássio Veiga de Sá, e ao pedir

informações, eram orientados pelos funcionários a procurar/dirigir-se ao CPM a qual são relatados a seguir:

Quando cheguei Cuiabá perguntei, perguntei na rodoviária e me mandou para a dona Eliana. [sic] (ENTREVISTADO 14, 2017), (Informação verbal)

Fui bora de Porto Velho, me falaram que tinha um lugar que recebia quem chegava na Cuiabá. [sic] (ENTREVISTADO 16, 2017), (Informação verbal)

O CPM por sua vez realizava o acolhimento, uma vez que, conforme informado, os haitianos recém-chegados, não possuía nenhum contato com a população de Cuiabá, Vitaliano (2017), exemplifica o processo de recebimento do imigrante, onde a instituição atendia por um período máximo de sete dias, conforme regimento do Centro de Pastoral, sendo um único atendimento, não podendo repetir-se novamente para mesma pessoa. No entanto, com as novas dinâmicas de públicos, o CPM, precisou realizar mudanças no quadro de atendimento, conforme especificado pela Vitaliano (2017) a seguir:

hoje a média de atendimento é então quanto tempo ela fica, em média de atendimento aqui na casa ela ainda permanece em cinquenta pessoas dia né, 40 e 50 pessoas, já chegamos a atender 180 pessoas por dia, o tempo de permanência era menos, pra pessoa recuperar as energias é com 7 ou 8 dias pra ele tá deixando a instituição né, agora não, agora a gente dá um prazo de 45 dias né, e ai conforme as necessidades a gente vai ajudando, então, a gente vai conversando e tentando ver qual que é a situação da pessoa, porque que não tá conseguindo emprego, se tá procurando ou não né, hoje na casa nós temos 38 pessoas, e tem gente que tá aqui desde o mês de dezembro, tem alguns aqui né, mas a gente vai conversando com eles, tem que se organizar, tem que deixar a casa porque outros estão chegando né? Depois que eles deixam a casa, eles não podem mais volta, a gente a até explica pra eles que a casa do migrante atende uma vez, atende bem pra atender uma vez, más é claro, se chegar um haitiano pela segunda vez, ou terceira vez, que tem a necessidade né, ou não sabia que não podia voltar a gente tenta deixa essa pessoa permanecer um pouquinho, mas um tempo menor, ela tem que ser mais rápida e mais agiu, a gente sempre fala para os haitianos, tem gente vem pra cá né, em 2013, 2014 né, já teve 2015, 2016 e 2017, teve três anos já de Brasil, então com três já deu tempo pra se estabilizar. [sic], (Informação verbal)

De acordo com a Tabela 2, observamos no ano de 2014 que houve uma redução significativa de atendimentos no CPM, porém, vale ressaltar que essa redução de atendimentos não demonstra a redução do fluxo migratório entre o Haiti e o Brasil, em específico Cuiabá. Neste período, muitos haitianos que chegavam a capital mato-grossense já possuíam um contato, um destino, um amigo, parente, ou conhecido lhe esperando para dar abrigo/moradia, desta forma, muitos haitianos não solicitaram atendimento (abrigo) do Centro de Pastoral para o Migrante, mas somente para solicitar atendimento a fim de emitir os documentos oficiais, como Carteira de Trabalho e orientações trabalhistas e sociais.

Tabela 2 - Naturalidade dos imigrantes atendido pelo CPM em 2014

Países	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
África do Sul	3		3		1	1							8
Cuba				1								1	2
Haiti	87	59	68	93	69	63	53	57	53	39	25	64	730
Rep. Dominicana	1			1	2	2							6
Bolívia										1	1	2	4
Colômbia					1	2						1	4
Chile			1										1
TOTAL:	91	59	72	95	73	68	53	57	53	40	26	68	755

Fonte: CPM (2017).

Segundo a coordenadora do Centro de Pastoral, era esperado a diminuição no número de atendimento de haitianos (conforme Tabela 2), pois os que eram atendidos pelo CPM, ao conseguirem emprego, deixava a instituição pois passavam a ter certa condição financeira para alugar uma casa, ou uma Quitinete. Vitaliano (2017) ainda complementou dizendo:

(...) continua chegando haitianos, mais em número menor, alguns ainda chegam e ainda precisam da casa pra dormir, que não tem parente e não tem ninguém, mas muitos já chegam com endereço certo pra casa de amigos e familiares, e até no interior no estado, passa em Cuiabá pra fazer seu documentos depois segue pra cidade no interior ou ficam mesmo em Cuiabá, ou então já chega em Cuiabá e já fica na casa de parente e vem aqui só pra gente auxiliar e organizar a questão de documentação, não são todos que precisa que ficar na casa, casa do migrante é para o migrante que precisa, que necessita né. [sic] (Informação verbal).

Em conformidade com estas análises, a Tabela 3 irá apresentar que em 2015 houve um pequeno aumento no quantitativo de atendimentos de migrantes haitianos pelo CPM, mesmo observando através do relato de Vitaliano (2017) que neste período já existiam haitianos residindo em Cuiabá com endereço próprio.

Na Tabela 3, e em análise dos dois prospectos a seguir (Tabelas 4 e 5), podemos observar que 2015 foi o último ano deste período onde havia um grande número de atendimentos de haitianos pela instituição, considerado que a média de acolhidos no abrigo, segundo a Coordenadora do CPM, era em torno de 40 a 50 pessoas, se analisássemos por exemplo, o mês de junho de 2015, foram recebidos 90 imigrantes, seria em média de 3 haitianos chegando ao dia, mas é necessário considerar os atendimentos de migrantes brasileiros (dados não fornecidos pelo CPM) e o período que os abrigados ficavam na casa de apoio, que pode ser de 07 a 45 dias e também, notamos na tabela que possivelmente não existe motivos específicos para o aumento ou diminuição do número de atendimentos de acordo com CPM. Vitaliano

(2017) justifica que “não existe fatores que explique os números de abrigados ao mês.” [sic] (Informação verbal).

Tabela 3 - Naturalidade dos imigrantes atendido pelo CPM em 2015

Países	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
África do Sul				1	1	1	1						4
Cuba													0
Argentina			1	2									3
Paraguai													0
Haiti	84	68	89	82	71	90	83	76	52	58	55	35	843
Bolívia	1	1	1	3	1	1					1		9
Colômbia					1								1
Suíça					1								1
Peru							1						1
Alemanha									1	1	1		3
Equador											1		1
Chile				1									1
TOTAL:	85	69	91	89	75	92	85	76	53	59	58	35	867

Fonte: CPM (2017).

Sendo assim, conforme análise geral das informações obtidas no Centro de Pastoral para o Migrante, podemos concluir que os acolhimentos tendem a diminuir, pois a população haitiana em Cuiabá passa por uma estabilização, ou seja, muitos já possuem uma moradia, um emprego, um meio de assegurar-se financeiramente para buscar sair do quadro de vulnerabilidade social. O desejo de muitos agora, não é mais voltar para seu país de origem e sim, buscar seus familiares que ficaram no Haiti.

Hoje não penso na volta para Haiti, gosto de Bresil, aqui sou mesmo dificuldade, sou feliz, quero buscar minha esposa e meu filho. [sic] (ENTREVISTADO 11, 2017), (Informação verbal)

A gente espera a vida melhorar mais um pouco pra vim o meu irmão, aqui já tem onde ele morar, vai mora aqui. [sic] (ENTREVISTADO 21, 2017), (Informação verbal)

Tabela 4 - Naturalidade dos imigrantes atendido pelo CPM em 2016

Países	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total	
Cuba										7	2		9	
República do Haiti		41	25	21	24	39	36	34	35	31	38	31	39	394
Colômbia							1				1	1	3	
Peru						1							1	
Venezuela					2	2	1	1	1	1	1	1	10	
Chile			2	1						1			4	
TOTAL:		41	25	23	25	41	39	36	36	32	47	35	421	

Fonte: CPM (2017).

Nos dias atuais, o CPM passou a adquirir uma nova função, que vai além do fornecimento de abrigo para recompor as energias, mas assumiu o papel de orientar e desenvolver assistências sociais a fim de auxiliar os haitianos a se adaptarem em um novo território, a poderem recomeçar a vida em Cuiabá. Na Tabela 5, poderemos observar:

Tabela 5 - Naturalidade dos imigrantes atendido pelo CPM em 2017

Países	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
África do Sul							1						1
Cuba			7	4	2								13
Camarões			1										1
República do Haiti	19	28	35	25	28	32	31	24					222
Bolívia						2							2
Colômbia			1										1
Suriname			1										1
Equador				2	2								4
Guiana Francesa				1									1
Venezuela			2	2	2								6
Chile					1								1
TOTAL:	19	28	47	34	35	34	32	24	0	0	0	0	253

Fonte: CPM (2017).

No ano de 2017, segundo a Tabela 5, a média de atendimentos aos imigrantes haitianos caiu quase pela metade. Segundo análise, é observado o retorno de haitianos que já residiram em Cuiabá, ou seja, do seu retorno a capital mato-grossense por sentirem uma certa “simpatia” pela cidade. Vitaliano (2017) contribui dizendo:

Ainda hoje, podemos observar que muitos haitianos que chegam em Cuiabá, não são de outras Regiões do Brasil, mas do Haiti. Tem alguns casos que são assim, esses que falei de retorno que são pessoas que já tiveram em São Paulo, que já tiveram em Santa Catarina e tal, não deu certo a questão de trabalho e voltam porque a princípio tinha ficado em Cuiabá e tem simpatia por por Cuiabá, ou tem um grupo de haitianos que pode auxiliar, tem mais confiança no município, mas a maioria que tá chegando, que chega é do Haiti. Eu atendo todo dia pra regularizar documentação em torno de 3 e 4 pessoas todo dia chegando é, hoje mesmo, nós recebemos um pra cá. [sic] (Informação verbal).

Segundo dados e informações da Associação em Defesa dos Migrantes Haitianos em Mato Grosso (ADMH/MT), atualmente em Cuiabá, moram cerca de 3000 haitianos. Para alguns entrevistados, ao pergunta-los sobre o que acham da capital mato-grossense, muitos afirmam:

Cuiabá é uma cidade tranquila, parece com a minha cidade no Haiti, Cabo Haitiano. Gente de Cuiabá hospitaleiro. Eu estou feliz por morar em Cuiabá e gosto. [sic] (ENTREVISTADO 1, 2017), (Informação verbal).

Para mim Cuiabá é o melhor lugar para morar. Cuiabá não tem muito crime, mas em Cuiabá sempre tem pessoas nas ruas todas as horas. Cuiabá é muito linda. A noite cuiabana é muito brilhante com as luzes. Os brasileiros sempre falam assim "os haitianos somos iguais" em Cuiabá os haitianos são bem tratados. [sic] (ENTREVISTADO 3, 2017), (Informação verbal).

Cuiabá do meu coração! Aqui é quente igual meu país, você é quente igual. Eu sinto confortável aqui porque eu me sinto tá em casa, O povo é muito gentil. Povo de Cuiabá recebe bem os estrangeiros. [sic] (ENTREVISTADO 17, 2017), (Informação verbal).

Para mim, Cuiabá é melhor que as cidades. Aqui não tem frio e tem escola para imigrantes. Cuiabá é uma cidade muito tranquila e eu prefiro Cuiabá do que as outras cidades. [sic] (ENTREVISTADO 18, 2017), (Informação verbal).

Tem muito calor aqui, muito Sol, tem muita alegria também. Há muito estrangeiro de diferentes nações haitianos, africanos. Todos são bem tratados nessa terra. Brasil abriu a porta de oportunidade para quem quer conseguir trabalho. Tem curso gratuito para aprender e preparar futuro e para fazer um curso profissionalizante. Para mim, é bem maravilhoso, bem estruturado. Cuiabá, estou vivendo aqui. [sic] (ENTREVISTADO 20, 2017), (Informação verbal).

Para mim, eu acho Cuiabá é muito bom, porque não tem muita violência, para mim Cuiabá é muito tranquilo, não acho discriminação de pessoas, tem muito trabalho, muita comida, muita menina bonita, muito calor, muita carne bovina. Tem escola para estudar. Eu sinto muito bem aqui porque aqui tem muita gente boa, e pela graça de Deus eu não acho nada de problema. Eu gosto muito Cuiabá porque sinto um prazer para morar sem dificuldade, mais aqui eu tenho muito amigo, na escola, na igreja, no trabalho. Aqui sempre me ajudou todos. [sic] (ENTREVISTADO 28, 2017), (Informação verbal).

Conforme os depoimentos, podemos confirmar que existe uma "simpatia" por Cuiabá, e que a cidade pode oferecer uma melhoria de vida aos imigrantes, sendo considerado como um lugar onde seus moradores são bem receptivos, amigáveis e hospitaleiros. Uma característica apresentada pelos haitianos para definir Cuiabá é o clima quente, que se assemelha ao clima de seu país. No último relato, nos chama a atenção o depoimento que afirma que a capital mato-grossense "não tem muita violência" [sic] (Informação verbal) Entrevistado 28 (2017), neste caso evidenciado em comparação com o Haiti.

Em contrapartida, buscamos compreender as perspectivas dos brasileiros residentes em Cuiabá sobre os haitianos, onde fundamentamos três perquirições a qual as duas primeiras perguntas realizadas ("O que você acha dos haitianos? Como você os caracteriza?") resultaram nas seguintes respostas:

Acho um povo trabalhador. A grande característica desse povo é a determinação de ficar aqui em Cuiabá trabalhando para mandar dinheiro para seus familiares e alguns até constituindo famílias aqui em Cuiabá. Pois quando observamos os Haitianos sempre estão em companhia de suas

esposas Haitianas ou brasileiras quase sempre grávidas. [sic] (ENTREVISTADO 34, 2017), (Informação verbal).

São pessoas que deixaram seu país de origem para buscar uma melhor qualidade de vida. [sic] (ENTREVISTADO 35, 2017), (Informação verbal).

Acho pessoas trabalhadoras igual aos brasileiros. [sic] (ENTREVISTADO 36, 2017), (Informação verbal).

Os haitianos são pessoas como qualquer outra, que chegaram no Brasil em busca de melhores condições de vida. Não fiquei espantada nem surpresa com a vinda deles para Cuiabá, acredito que nossa cidade foi escolhida por eles devido à expectativa de emprego. [sic] (ENTREVISTADO 37, 2017), (Informação verbal).

É um povo massacrado por catástrofes naturais, descaso social e político. [sic] (ENTREVISTADO 38, 2017), (Informação verbal).

Acho que procuram sobrevivência, coisa que no país deles não oferece. [sic] (ENTREVISTADO 39, 2017), (Informação verbal).

São pessoas que sonham ter melhor qualidade de vida, assim como qualquer outro estrangeiro que migram para outros países. [sic] (ENTREVISTADO 40, 2017), (Informação verbal).

Acho que são muitos sofridos devido à falta de políticas públicas em seu país. São seres humanos que apesar das dificuldades tem esperança por dias melhores. [sic] (ENTREVISTADO 41, 2017), (Informação verbal).

Acho que se trata de um povo sofrido devido as catástrofes naturais e com a escassez presentes em seu país. [sic] (ENTREVISTADO 42, 2017), (Informação verbal).

Cuiabá é uma cidade de todos, Cuiabá abraça todo mundo, Cuiabá recebe bem todo mundo, por que não os haitianos? São seres humanos que buscam a evolução dentro do planeta então eu concordo deles virem para cá buscar uma melhoria de vida pra eles. [sic] (ENTREVISTADO 43, 2017), (Informação verbal).

Pessoas que vieram pra cá por causa da miséria que existe no país que nasceram. [sic] (ENTREVISTADO 28, 2017), (Informação verbal).

Nunca parei pra pensar sobre isso. [sic] (ENTREVISTADO 44, 2017), (Informação verbal).

São pessoas que buscam melhor qualidade de vida. [sic] (ENTREVISTADO 45, 2017), (Informação verbal).

Os haitianos aqui no Brasil é um benção, que eles que também são filhos de Deus e nós somos filhos de Deus nós temos que acatá-lo, temos que recebê-los no nosso país, uma vez que eles vieram pra cá para alcançar um refúgio melhor, uma benção, uma vida melhor, Aqui é um país que eu acho que é um país acolhedor, um país que Deus abençoou, então ele vai abençoá-los, em nome de Jesus, amém? [sic] (ENTREVISTADO 46, 2017), (Informação verbal).

São pessoas muito batalhadoras, tive oportunidade de conhecer 3 famílias enormes, todos eles são pessoas honestas e trabalhadoras. Chegaram aqui apenas com algumas roupas, hoje já compraram até casa própria. São muitos espertos também aprenderam bem rápido a se comunicar por aqui. [sic] (ENTREVISTADO 47, 2017), (Informação verbal).

Para mim vejo eles como pessoas que estão tentando sobreviver, e já que o nosso país é aberto e receptivo acredito que eles vejam isso como uma nova chance para o recomeço, longe da miséria, guerra, pobreza extrema, etc. Eu

os caracterizo como sobreviventes e corajosos, não têm medo de enfrentar o trabalho pesado prova disso são o grande número de contratações dos mesmo em grandes obras do nosso Estado. [sic] (ENTREVISTADO 48, 2017), (Informação verbal).

Acho que são pessoas que saíram de seus países em busca de novas oportunidades e condições de vida melhor, porém o Brasil não está conseguindo lidar nem com o desemprego dos inúmeros brasileiros que aqui nasceram. [sic] (ENTREVISTADO 49, 2017), (Informação verbal).

(...) que são pessoas que somente estão em busca de uma vida melhor pra si e sua família. Caracterizo como pessoas fortes e batalhadoras porque na maioria só estão atrás de trabalho e condições de vida melhores que no país deles não seria possível ter. [sic] (ENTREVISTADO 50, 2017), (Informação verbal).

Eles falam demais, se você começa a conversa com ele, não param nunca. Sério! [sic] (ENTREVISTADO 54, 2017), (Informação verbal).

Eu acho que são pessoas que veio para o nosso país em busca de uma oportunidade. Que sonho com uma vida melhor para sua família. [sic] (ENTREVISTADO 59, 2017), (Informação verbal).

Para mim os haitianos são pessoas que estão em busca de melhores condições de vida e que preza sua humildade diante das dificuldades. [sic] (ENTREVISTADO 60, 2017), (Informação verbal).

Sobre os haitianos não sei muito sobre eles, mas eles aparentam ser pessoas bem reforçadas e determinadas pois vieram para um país totalmente diferente do deles é mesmo assim eles estão vencendo aqui. [sic] (ENTREVISTADO 62, 2017), (Informação verbal).

Analisando as primeiras respostas, podemos observar que há uma receptividade aos haitianos, e existe uma certa preocupação com a sua condição de vida, do sujeito vulnerável, desterritorializado, que encontrou em Cuiabá um lugar para viver. Constatamos também, que os entrevistados possuem um resumido conhecimento do que aconteceu e acontece no Haiti, que justifica o processo imigratório, expressando solidariedade que conduz a um sentimento de igualdade.

A seguir, poderemos aferir os depoimentos referente a terceira pergunta (Qual foi a sua primeira impressão ao ver muitos haitianos morando em Cuiabá?), onde os entrevistados detalharam de forma mais acentuada seus pontos de vista:

Quando os haitianos chegou em Cuiabá a primeira impressão que eu tive foi a que eles não iria ficar aqui e que quando terminasse a obra da copa eles iriam embora. [sic] (ENTREVISTADO 34, 2017), (Informação verbal).

Sem nenhuma surpresa, assim como brasileiros buscam oportunidades em outros países, e principalmente nos Estados Unidos, eles vieram em busca dessa melhoria, e eles vieram legalmente, tanto é que tiveram apoio do Governo para entrar no país sem nenhuma restrição, muitos foram trabalhar na construção civil, e até conseguiram enviar dinheiro para as famílias, porém infelizmente muitos acabaram perdendo o emprego nos últimos anos e acabam dependendo das casas e amparos e igrejas em que foram batizados, mas nem por isso deixam de ser exemplos, pois sempre buscam emprego em qualquer área e não exigem salários altos, apenas o suficiente para se manterem em Cuiabá, a maioria deles residem em regiões como Leblon,

Planalto e principalmente Sol Nascente. [sic] (ENTREVISTADO 35, 2017), (Informação verbal).

Estranhei a língua deles. Quando os vi achei normal, porque são gente como a gente e tem o direito de querer melhorar sua qualidade de vida. [sic] (ENTREVISTADO 36, 2017), (Informação verbal).

Pensei se tratar de algum intercâmbio. [sic] (ENTREVISTADO 40, 2017), (Informação verbal).

Achei injusto, porque aqui temos muitos brasileiros passando fome. Com a vinda de pessoas de fora pra cá poderia piorar a situação de quem já é daqui e não consegue oportunidade, pois aumentou a concorrência. [sic] (ENTREVISTADO 42, 2017), (Informação verbal).

Achei curioso a vinda de tantos haitianos para cá e que possivelmente a estada deles aqui pudesse ser em decorrência de algum benefício dado pelo Governo que fez com que eles enxergassem o Brasil como um país de oportunidades. [sic] (ENTREVISTADO 43, 2017), (Informação verbal).

A primeira impressão que tive foi de sentir que eles estavam buscando uma vida melhor assim como milhares de brasileiros estão indo para países desenvolvidos de primeiro mundo, buscando uma vida melhor. [sic] (ENTREVISTADO 45, 2017), (Informação verbal).

Que eles tinham saído de seus país em busca de algo melhor. O fato de o Brasil ter mandado tropas para pacificar o país e ter uma política voltada para facilitar a vida dos haitianos aqui, contribuíram para a vinda dos haitianos em nosso país, inclusive em Cuiabá. [sic] (ENTREVISTADO 50, 2017), (Informação verbal).

Eu, pra mim, os haitianos são pessoas que gostam de trabalhar, precisa de trabalhar e ter o direito de viver bem, então por isso eles estão vindo pra cá. [sic] (ENTREVISTADO 51, 2017), (Informação verbal).

Eles vieram para trabalhar nas obras da Copa, alguns voltaram e outros permaneceram. [sic] (ENTREVISTADO 54, 2017), (Informação verbal).

Pensei que para eles trabalhar no país que moram seria melhor que aqui. [sic] (ENTREVISTADO 55, 2017), (Informação verbal).

Que iria aumentar o contingente de desempregados, por esse motivo, aumentar a concorrência por uma vaga de emprego. [sic] (ENTREVISTADO 56, 2017), (Informação verbal).

O Povo haitiano que vieram para Mato Grosso, assim, como todos que vieram para outros estados, em Cuiabá, a população teve assim como surpresa, porque era uma novidade, porque nunca ninguém viu, povo europeu negro, aqui na cidade de Cuiabá. Então foi uma admiração, outros acharam bonito, outros queria entender a fala deles, chegava mais perto para ver a linguagem deles, como é que era, o dialeto que é diferente do nosso e a gente não entendia nada, então pra nós foi uma novidade, como para todos dos outros estados. [sic] (ENTREVISTADO 57, 2017), (Informação verbal).

A minha primeira impressão foi de assustada pois nunca tinha visto tanto deles, mas ao mesmo tempo impressionada pois eles são de raça mesmo vir para um lugar sem saber nem mesmo a língua daqui eu tiro o chapéu para eles. [sic] (ENTREVISTADO 60, 2017), (Informação verbal).

É claro que é um choque no começo, mesmo porque eles são muitos o que preocupou seria o grande número de doenças que poderia aparecer como a AIDS e outras doenças sexualmente transmissíveis. [sic] (ENTREVISTADO 61, 2017), (Informação verbal).

No começo eu achava que seria muito ruim porque estavam aqui em busca de serviço e ao meu ver ocuparia espaço dos cuiabanos no mercado de trabalho. [sic] (ENTREVISTADO 62, 2017), (Informação verbal).

Nestes relatos, podemos compreender que de modo geral, os haitianos para os brasileiros produziram uma certa suspeição pelo desconhecido, pelo novo ou pelos motivos que levaram a vinda de uma nova identidade para a cidade de Cuiabá. Esta suspeição observada nestas narrativas configurava-se com o pouco conhecimento dos motivos que promovera a imigração haitiana para o Brasil, juntamente com a curiosidade de observar um grupo de pessoas produzindo relações cotidianas diferenciadas, desde a forma como falar, ou se comunicar, ao consumir ou expressar sua cultura.

Inicialmente, alguns entrevistados expressaram a preocupação quanto ao medo dos haitianos ocuparem o mercado de trabalho que poderia ser destinado aos brasileiros, promovendo uma concorrência no mercado de trabalho, como também o medo de doenças que poderia surgir, como a AIDS, mesmo compreendendo que esta doença também está presente no Brasil, houve casos de acusarem os haitianos que residiam em Cuiabá de serem portadores de Ebola, mesmo o Haiti estando a milhares de quilômetros de distância do epicentro do local onde a doença se disseminou, meramente por desconhecerem geograficamente a localização da ilha caribenha. De acordo com as interlocuções, houve inicialmente um sentimento de xenofobia com os imigrantes haitianos, devido ao não conhecer o desconhecido, que ao passar do tempo e do conhecer o desconhecido, esse sentimento foi se dissipando.

5.2 Os imigrantes haitianos em Cuiabá: da segregação socioespacial e vida cotidiana para uma nova centralidade

Partindo da ideia, de que os cuiabanos expressam uma simpatia pelos haitianos, uma vez que, são considerados e denominados como “os novos cuiabanos”, destacamos que existe uma certa contradição, pois há uma outra realidade que provavelmente não seja tão positiva, ou que não seja tão explicitamente compreendida pelos mesmos, que é a segregação socioespacial.

De acordo com Sposito (2013) a segregação socioespacial pode ser compreendida pela fragmentação espacial, que caracteriza o que produz o aprofundamento das desigualdades e os limites que distinguem as diferenças da sociedade no espaço geográfico ao que compreendemos em dois processos na

formação das territorialidades haitianas em Cuiabá, que é a segregação imposta e a auto segregação.

Após deixarem o Centro de Pastoral para o Migrante, muitos haitianos optaram por residirem nas proximidades da instituição, nos bairros do Carumbé, Sol Nascente, Itamarati e Jardim Eldorado (Figura 4).

A escolha pelos bairros informados se dá por três aspectos: a proximidade do Centro de Pastoral para o Migrante, pela acessibilidade nos preços dos alugueis nos bairros informados na Figura 4 e pelo objetivo de se unirem a fim de se protegerem e ajudarem uns aos outros. Deste modo, analisaremos os processos que produzem a segregação socioespacial haitiana.

As segregações caracterizadas anteriormente segundo Sposito (2004) configura um apontamento que a autora qualifica como que a Segregação é resultado da natureza espacial, ou seja, que se constituem no “social, o econômico, o político, o cultural.” (SPOSITO, 2004, p. 113). Sendo assim, é na produção do espaço urbano que a segregação socioespacial se revela, sendo a localização dos trabalhadores produto da segregação socioespacial, Leal; Fonseca (2012, p. 5) discorre “que território é a base espacial onde se encontram dispostas formas, objetos e ações, transformados pela sociedade a partir de um modo de produção.”

Figura 4 – Configuração dos bairros Carumbé, Sol Nascente, Itamarati e Jardim Eldorado.



Fonte: BATISTA (2017)

Morar próximo ao Centro de Pastoral para o Migrante se tornou para a comunidade haitiana uma ação primordial devido a sua exiguidade quanto a falta de assistência do Poder Público. Deste modo, ter o CPM próximo a sua moradia, ou de fácil acesso, permitia que ao necessitarem de assistência, poderia recorrer a essa instituição, como observamos nos relatos da coordenadora da instituição destacando casos do retorno de haitianos ao CPM.

O temor de morar longe desta instituição, a dificuldade com o idioma brasileiro e principalmente a condição de vulnerável social privou muitos haitianos de escolherem um lugar mais adequado para se viver, onde passaram a representar uma forma particular de segregação, isto é, viver longe do CPM se tornou penoso, pois a instituição exercia um poder de acolhimento, independente do abrigo, mas de buscar suprir as necessidades dos que carecem, condicionando-os a se segregarem em bairros com estruturas deficitárias se posicionando como dependente de amparo, condições sociais, econômicas e políticas que os impôs a uma segregação espacial. Segundo os entrevistados:

Dona Eliana me recebeu, deu lugar de dormir, comida e me ajudou a ter emprego. [sic] (ENTREVISTADO 20, 2017), (Informação verbal).

Tinha curso de português pra aprender falar português e facilitar no arrumo trabalho. [sic] (ENTREVISTADO 25, 2017), (Informação verbal).

Era muito de nós pra tirar o visto, muitos não veio regular, a gente vai na Polícia Federal e depois aqui, dona Eliana, faz pedido pra documento de visto pra mim e meu irmão. [sic] (ENTREVISTADO 29, 2017), (Informação verbal).

(...) mas o que acontece, qualquer imigrante que chega na cidade hoje, como o o o Órgão onde ele tem que ir, se não nem questão de se apresentar é, regularizar, mostrar documento é a Polícia Federal, a Polícia Federal e o Ministério do Trabalho hoje eles atendem tudo por agendamento, hoje tudo é online né, tudo também tá na internet hoje, o migrante que chega não tem acesso na internet, não tem nem casa né, num tem esse acesso ainda, então o que a Polícia Federal faz, eles encaminha pra ca, pra Casa dar esse suporte de entrar no sistema, preencher formulário, retirar guia de pagamento, orientar as pessoas, e que documento tem que levar, então a gente faz tipo dá orientação, não necessariamente tem que passar na casa do migrante, né, porque quem tem acesso à internet, faz na sua casa, então por aqui também, pra facilitar a embaixada aquele que passaporte expirou, venceu, ele pode vir aqui ligar para embaixada pra mandar o formulário para sua residência, não precisa passar casa do migrante, mas pelas dificuldades até de endereço que não ficam muito, eles preferem vim fazer isso na casa do migrante, então a casa do migrante eles entram em contato com a embaixada e a embaixada manda formulário, então questão documento eles vem tudo pra cá. Migrante que vem pelo questão do Mercosul, aquele que quer ir atrás de cidadania, aquele que quer fazer sua permanência por filho, já tem filho brasileiro, então são várias maneiras né, várias formas, várias necessidades, então vem aqui procurar, então, nós somos uma instituição que tem apenas seis funcionários só, né, de vez em quando aqui, aqui na secretaria que é onde fica mais, que a gente atende os da casa e os de fora né, os da casa quando chegam igual a esse rapaz que chegou, ele não tá com o documento

dele, visto, então ele vai ter que ser acolhido, vai ter que ter a orientação para documentação e retirada de novo visto, ai encaminha pra cá né, não precisava né, poderia ter um balcão de atendimento lá na Polícia Federal né, isso aí. [sic] (VITALIANO, 2017), (Informação verbal).

Considerando as interlocuções anteriores, apresentamos através de registros fotográficos o atendimento realizado pelo Centro de Pastoral para o Migrante, na Foto 6, Eliana Vitaliano realizando atendimento a um Haitiano, após, na Foto 7, um grupo de haitianos aguardam atendimento no CPM, próximo a sala da Coordenação da Instituição:

Foto 6 – Atendimento no Centro de Pastoral para o Migrante



Fonte: FERRAZ (2016)¹⁴

Foto 7 – Imigrantes haitianos fazem fila para serem atendidos no Centro de Pastoral para o Migrante



Fonte: SOUZA (2016)¹⁵

¹⁴Disponível em: <<http://www.olhardireto.com.br/conceito/imgsite/noticias/013547/EDIT-0639.JPG>>. Acesso em ago. 2017.

¹⁵ Disponível em:

<http://s2.glbimg.com/H9h9qPxsD6ePIWAzhfL00t8o488=/620x465/s.glbimg.com/jo/g1/f/original/2016/01/18/pastoral_haitianos_620x465_andre_souza_g1.jpg>. Acesso em ago. 2017.

Mas para compreendermos com mais clareza estes três aspectos que promoveram segregação haitiana nestes bairros, é importante interligarmos os condicionantes. Em vista disto, outro fator que levaram aos haitianos e morarem nos bairros citados anteriormente, foi a facilidade de acesso aos imóveis devido ao preço dos alugueis, que segundo os haitianos, em dois momentos durante as entrevistas, foi relatado dois valores de alugueis, um com o valor de R\$ 350,00 e outro R\$ 500,00, sendo as Quitinetes (quarto e sala), preferenciais entre eles. Para o CPM, onde a sua coordenadora possuía mais contato com o cotidiano dos haitianos, afirmou a preferência por alugar moradia nas proximidades da instituição devido ao valor mais em conta. Continuamente, observamos alguns relatos de entrevistados que assegura esta análise:

Na época de 2013 e 2014 tinha uma oferta maior de trabalho, então havia encontro com uma Auditora Fiscal e companhias de fora, quando chegavam não tem local pra ficar, algumas empresas ofereciam alojamento, outras não, então havia uma facilidade quando tinha um alojamento, era melhor. Bom, mas aí conseguiam um trabalho, por isso que a gente coloca um prazo de 45 dias, conseguiam um trabalho, 30 dias recebe seu dinheiro, pega uns cinco dias, e eles conseguiam alugar um quartinho, as comunidade né, sabiam da dificuldade manda pra cá colchão, cama, fogão, fazem essas doações, quando eles saiam, saiam sempre com um sacolão para alimentação e o que a gente tinha aqui, alguns davam sorte e tinham fogão, outros tinham geladeira, outros tinham cama né, não dava pra sair com tudo, era o que tinha, e aí eles começaram alugar os quartos, saiam da casa, começaram a procurar quarto no entorno, porque nestes bairros aqui perto o aluguel naquela época era mais em conta. [sic] (VITALIANO, 2017), (Informação verbal).

Eu cheguei sem orientação sem ninguém e eu encontrei mas eu encontrei um senhor que me ajudou bastante, ele era bem de idade, me deu moradia na sua casa, então ele não tinha muito orientação para mim, do jeito que os jovens poderiam me orientar, a procurar um bom emprego, ele não tinha um contato muito com a sociedade assim, mas ele tinha contato com as Igreja, os irmãos com boa vontade me ajudou. Depois que arrumou emprego consegui alugar uma casa pequena, mas estava bom muito bom! [sic] (ENTREVISTADO 4, 2017), (Informação verbal).

No Itamarati o aluguel era mais fácil, R\$350,00 mas era lugar pequeno, dá pra viver, tem que lugar melhor mais caro, aí chamo companheiros e moramos juntos pra dividir aluguel (...) já morei que outros quatro amigos. [sic] (ENTREVISTADO 18, 2017), (Informação verbal).

Tinha casa, e minha família mora tudo aqui, dois irmão, cunhado e irmã crianças da minha irmã, a gente paga caro R\$500,00 mas todo mundo dá um pouco e a vamos vivendo. [sic] (ENTREVISTADO 19, 2017), (Informação verbal).

Morar próximos, resultou na produção de novas territorialidades em Cuiabá, onde uma comunidade haitiana mostrou-se para a população cuiabana, expressando suas peculiaridades e modos de vida cotidiana. Estes bairros, ofereceram o primeiro acesso à moradia, bairros onde o Estado induziu a sua população a segregação para

não resultar na produção da favelização, conforme cita Zandonadi (2008, p. 152) “[...] já que poder vir a ser a única forma de certos segmentos socioeconômicos solucionarem seus problemas de moradia, sem partir para opções precárias, como favelas”. Ainda neste contexto, Spósito (2013, p. 69) complementa afirmando que “Essa dinâmica de afastamento socioespacial dos segmentos de médio e baixo poder aquisitivos tem gerado, também, piora em situação geográfica dos mais pobres, que tende a se afastar mais e/ou a se precarizar”.

Em outro ponto, segundo Spósito (2013), caracteriza os espaços urbanos com conteúdos de áreas produzidas distantes das áreas centrais, que não dispõem de recursos coletivos, produzindo ambientes de vulnerabilidades sociais. Spósito (2013, p. 73) configura:

Sua origem associa-se ao reconhecimento de um conteúdo social em áreas residenciais distantes do centro, marcadas pela presença de moradias precárias e inacabadas, pela ausência ou insuficiência de meios de consumo coletivo, resultantes de um processo de produção do espaço urbano orientado pelos interesses de implantação de loteamentos regulares ou irregulares em áreas distantes, cujos terrenos são mais baratos, tornando espaços não-urbanos em espaços que podem ser colocados no mercado como urbanos, ainda que não sejam dotados das condições mínimas para tal.

Contudo, essa proximidade estimulou a ajuda entre os haitianos, desde auxílio em alimentação, moradia (quando oferecia abrigo aos recém-chegados em Cuiabá ou pós atendidos pelo CPM), proteção quanto aos impactos de identidade entre os haitianos e os brasileiros e principalmente, a comunicação entre os mesmos, conduzindo a uma segregação socioespacial imposta, centrado nos aspectos culturais.

E esta segregação imposta, produziu uma nova centralidade, mais especificamente nos bairros supracitados neste tópico (Carumbé, Jardim Itamarati, Jardim Eldorado e Sol Nascente), produzida por haitianos para o uso predominantemente dos haitianos. Esta centralidade incluí comércios de vestuários, de rua (camelôs), igrejas evangélicas, barbearias, *lan house* e bares, também, também nestes bairros que encontramos os Centro de Pastoral para o Migrante (CPM), a Organização de Suporte das Atividades dos Migrantes no Brasil (OSAMB) e da Associação em Defesa dos Migrantes Haitianos em Mato Grosso (ADMH/MT).

Destacamos na Foto 8 o resultado desta produção espacial e podemos observar uma loja de roupas, ao adentrá-la, os produtos são peculiares ao conjeturar dos brasileiros, isso porque os produtos vendidos neste estabelecimento são trazidos

do Haiti, ou seja, roupas tradicionais haitianas, de segunda mão. Ainda podemos observar que no mesmo local, realiza-se ligações internacionais. O dono de estabelecimento, chamado de Micael, escreveu na fachada da loja em dois idiomas, o *Creole* e o Português, sendo o que chama a atenção são os dizeres: “*apel pou ayiti*” que em português quer dizer: “ligue para o Haiti”.

Foto 8 – Estabelecimento comercial constituído na nova centralidade, Bairro Sol Nascente



Fonte: Pesquisa de campo, julho de 2017

Observamos quatro denominações religiosas (igrejas) nos bairros referidos, a Igreja Presbiteriana do Brasil Comunidade Haitiana (bairro Jardim Eldorado), Igreja Cristo é a Resposta (bairro Sol Nascente), Igreja Evangélica Assembleia de Deus Comunidade Haitiana (bairro do Carumbé) e a Igreja Batista Nacional Peniel (bairro do Carumbé), igrejas onde a sua membresia era formada por brasileiros, porém, com o passar dos anos e com a vinda dos haitianos para Cuiabá e localidades próximas, foram suprimidas por haitianos, hoje a sua membresia é formada majoritariamente ou totalmente por haitianos, onde os cultos sendo realizados em línguas *Creole* e Português.

Quando mencionamos no parágrafo anterior a palavra “suprimidas”, não nos referimos que os membros brasileiros destas igrejas foram forçados a deixar as instituições religiosas, porém, buscaram frequentar os cultos nas mesmas denominações, mas em outros endereços, pois o perfil das igrejas aqui informadas

precisou mudar para atender aos haitianos que chegaram e buscavam congregar nestas instituições, e as mesmas precisaram se adaptar a língua e identidade dos novos membros.

No caso da Igreja Presbiteriana do Brasil Comunidade Haitiana, a denominação estava quase sendo desativada pela falta de membros brasileiros, hoje, podemos observar esta instituição religiosa funcionando plenamente através Foto 9:

Foto 9 – Escola Dominical na Igreja Presbiteriana do Brasil Comunidade Haitiana, Bairro Jardim Eldorado



Fonte: Página da Igreja Presbiteriana do Brasil Jardim Eldorado no Facebook¹⁶

Esta nova centralidade se tornou espaço de convivência, onde os haitianos se encontram e se socializam, na Foto 10, iremos observar o principal local desta centralidade onde muitos haitianos se encontram, às margens da avenida Dante Martins de Oliveira, no Bairro Sol Nascente, onde fica o Supermercado Dia a Dia (o maior da região) e acontece a feira de rua aos sábados e muitos haitianos vendem seus produtos através do comércio de rua.

Próximo a este Supermercado, na mesma rua, ficava o mais famoso ponto de encontro da comunidade haitiana em Cuiabá, o Bar do Haitiano, conforme Foto 11, que lotava quase todos os dias à noite, entretanto, fechou as portas em 2016 após a ocorrência de uma tentativa de homicídio, quando um brasileiro tentou obrigar um haitiano a pagar uma cerveja, o mesmo intimidado pagou a bebida, porém o brasileiro

¹⁶ Disponível em: <https://www.facebook.com/Igreja-Presbiteriana-Haitiana-de-Cuiaba-329757733879903/?ref=br_rs> Acesso em ago. 2017.

queria que o mesmo pagasse mais, sendo negado pelo imigrante, segundo Lira¹⁷ (2017), “o brasileiro foi em casa e pegou uma arma e voltou pro bar para tentar matar o haitiano e na confusão, quatro haitianos foram baleados, inclusive o dono do bar que é haitiano [sic] (Informação verbal). Neste mesmo ano, antes de fechar, ocorreu neste estabelecimento um evento que repercutiu em quase todo Mato Grosso, o Carnaval Haitiano, uma festa que conglomerou duas culturas, do Brasil e do Haiti.

O Carnaval Haitiano, ocorreu em fevereiro de 2017 no bairro Planalto (zona Norte de Cuiabá), a festa aconteceu no Bar do Haitiano (Bar *Reveurs*) e reuniu centenas de migrantes da parte oeste da ilha caribenha e alguns brasileiros. Havia uma barraca e em baixo dela uma *Launchpad*, popularmente conhecida como Picapes de Manola e/ou Picapes de *Djs*, equipamentos para som e um jogo de luzes coloridas. O *Dj* era um haitiano que hoje não reside mais em Cuiabá, mudou-se a pouco tempo para o estado do Paraná. O gênero musical era o *Kompa*, muito popular no Haiti.

O Bar *Reveurs* não tinha como finalidade principal ser um estabelecimento comercial de bebidas alcoólicas e não alcoólicas, mas um lugar de encontros para reuniões entre a ADHIMI-MT, a OSAMB e também para consumir a “Sopa Haitiana”, considerada por eles “a melhor sopa do mundo” (ENTREVISTADO 7, 2017) [sic] (Informação verbal). Alguns haitianos em entrevista destacaram:

A gente criou o bar pra ter nossa cultura, porque a gente não gostava muito de bar brasileiro, porque bar brasileiro era diferente do nosso, aí é a gente criou o bar pra cuidar da nossa cultura. (ENTREVISTADO 7, 2017), (Informação verbal).

Todo sábado tem a Sopa Haitiana é um muito boa, vem brasileiro provar também. (ENTREVISTADO 10, 2017), (Informação verbal).

Além do Bar *Reveurs* no bairro Sol Nascente, havia outro bar no bairro vizinho, no Jardim Eldorado, denominado de “Bar do Haitiano,” que era ponto de encontro entre os reterritorializados da ilha caribenha. No entanto, os dois estabelecimentos fecharam, o Bar do Haitiano em 2016 (a qual não conseguimos informações dos motivos que levaram o encerramento das atividades) e *Reveurs* em 2017.

Com o fechamento destes estabelecimentos, os encontros de haitianos aos finais de semana se dispersaram, a partir desta dispersão, surgiu uma nova dinâmica nas relações de sociabilidade, onde os haitianos passaram a consumir em outros

¹⁷ Rafael Lira, Trabalhou como missionário no Haiti e interprete de *Creóle*. Reside atualmente em Cuiabá – MT. Entrevista realizada em 19/08/2017.

bares, de maioria brasileira, onde a identidade haitiana aparentou perder significado por não tem um lugar fixo para suprir as relações culturais.

Foto 10 – Feira Livre no Bairro Sol Nascente



Fonte: Pesquisa de campo, julho de 2017

FOTO 11 – Bar do Haitiano, Bairro Sol Nascente



Fonte: FRIEDLANDER (2017)¹⁸

Com relação as feiras de rua, nos bairros aqui mencionados, em dois dias da semana (terças e sábados entre as 16 e 22 horas) duas das principais avenidas do bairro Planalto e Sol Nascente são interditadas para veículos, respectivamente, a Rua Pararaima e a Avenida Dante Martins de Oliveira (antiga Avenida dos Trabalhadores),

¹⁸ Disponível em:

<<http://www.midianews.com.br//storage/webdisco/2016/01/29/886x590/546ae031df78bd65cfb034a0c5025258.jpg>> Acesso em ago. 2017.

pois são realizadas as feiras de rua que são consideradas umas das maiores da Zona Norte de Cuiabá. Para os Haitianos, são lugares de encontro para conversar, comer, se divertir, comprar, vender produtos como meias, relógios, roupas, pulseiras entre outros.

Para os haitianos, o trabalho tem muito valor e é prioridade, pois eles trabalham durante a semana, na maioria das vezes até sábado ao meio dia e a tarde (aos sábados), eles “colocam” a vida em dia, como por exemplo: lavando as roupas, fazendo uma faxina geral em casa, preparando comida que pode ser congelada para a semana, realizam compras, cortam ou trançam o cabelo e a noite, se encontram, em espaços públicos, bares, em casas de amigos (na grande maioria de haitianos), produzindo relações de identidade no espaço cuiabano.

Divergindo dos contextos impessoais, cabe a esta análise descrever certo acontecimento observado através da pesquisa de campo e observação. Em 2014, em um ônibus coletivo da Empresa Pantanal Transportes, sob a linha 306 (Terminal do CPA III, UFMT, UNIC via Bairro Grande Terceiro), esta linha segue sentido Rio Cuiabá, área onde no período fora da Piracema muitos moradores da capital mato-grossense se reúnem para pescar. Neste dia, embarcou no ônibus três haitianos, com uma caixa de isopor aparentemente média, ao aproximar-se dos bairros aqui já mencionados presenciamos certa conjuntura, cada ponto havia um, dois ou três haitianos aguardando os ônibus parar. Quando parado, os haitianos dentro do coletivo distribuíaam os peixes entre eles.

Tal evento faz-se refletir neste contexto analisado, que é a assistência entre os seus companheiros de identidade, resulta em um sistema de organização socioespacial nos bairros supraditos, principalmente após surgimento de instituições de apoio geridos pelos próprios haitianos, como a OSAHB (Organização da Atividades dos Haitianos no Brasil) promovendo cursos de capacitação profissional para os haitianos residentes em Cuiabá e com a criação da (ADMH/MT) Associação em Defesa dos Migrantes Haitianos em Mato Grosso.

Os bairros Sol Nascente, Carumbé, Jardim Itamarati e Jardim Eldorado ainda expressam em seu cotidiano o modo de vida da identidade haitiana – mesmo ocorrendo a dispersão desta comunidade para outros bairros de Cuiabá – através de manifestações culturais, mais restritas a reuniões e encontros particulares, em casa/residência, em espaços privados e eventualmente no Bar Mangueira localizando entre as ruas Oito e Nove (Bairro Jardim Eldorado) a qual observamos o uso da área

do estabelecimento para o lazer, através de jogos de cartas, bozó e sinuca, atividades que decorrem aos sábados à tarde, que se compreende como ações de apropriação do lugar vivido através de novas relações de sociabilidade. CARLOS (2007, p. 17) afirma que “o lugar é a porção do espaço apropriável para a vida — apropriada através do corpo — dos sentidos — dos passos de seus moradores, é o bairro, é a praça, é a rua”.

De acordo com o que foi referido por Carlos (2007, p. 17) e ao observar a apropriação dos bairros mencionados neste tópico através do corpo, dos sentidos e acompanhando seus passos, notamos que rua exerce uma função significativa para os haitianos, pois é peculiar ao andar pelas ruas destes bairros e vivenciar como atividade usual o idioma falado pelos seus moradores, que mesclam o Português, o Crioulo e o Francês.

Também é perceptível a diferença e o valor dado ao uso e apropriação da rua para o desenvolvimento do consumo e sociabilidade entre brasileiros e haitianos. Se compararmos estas duas identidades, compreendemos que, para os brasileiros, de certo modo, a rua e os espaços públicos perderam relevância.

Hoje a internet traz novos elementos para a constituição do espaço social, de um lado, estamos cada vez mais dentro de nossas casas e dificilmente saímos à rua; por outro lado, a internet pode trazer uma abrangência de informações e criar novos canais de comunicação, como as redes sociais, inclusive nas recentes manifestações políticas como a greve dos caminhoneiros e a Eleições de 2018. Partindo deste ponto de vista, três haitianos em Cuiabá, Clivens dos Santos, Eniel Gachette e Michelet Noel, criaram uma página no *Facebook* em 14 de junho de 2017 chamado *CLENMI-Selfieshow*, com o objetivo apresentar o cotidiano dos haitianos residentes na capital mato-grossense aos seus familiares no Haiti. Com aproximadamente 700 curtidas, a página possui conteúdos áudio visuais, com história do dia-a-dia, informações sobre a situação da comunidade haitiana e notícias. Na Foto 12, podemos observar a gravação do Programa *SelfieShow* onde Eniel (direita) e Michelet (esquerda), entrevistam Rafael Lira (centro), missionário Protestante que desenvolveu atividades humanitárias no Haiti após o terremoto de 12 de janeiro de 2010.

Foto 12 – Gravação do Programa *SelfieShow* no Parque das Águas em Cuiabá.



Fonte: Pesquisa de campo, outubro de 2017

Enfim, observamos no processo de segregação socioespacial, onde os agentes envolvidos nestes modos foram condicionados a se segregarem de forma induzida, em bairros precários, pois tivessem condições de renda melhores, buscariam residir em bairros com melhor infraestrutura e esse encadeamento que decorre numa luta pela sobrevivência no espaço urbano desigual, aonde o viver a vida perde o sentido pela necessidade de sobreviver, pela luta cotidiana para ser aceito na produção do espaço cuiabano, buscando igualdade de direitos.

Não há uma dimensão sobre o que realmente aconteceu no processo de reterritorialização haitiana no Brasil, ou seja, vivenciar esta realidade é completamente diferente do que as ouvir através de depoimentos em entrevistas, pois os haitianos vieram de um momento de extremo sofrimento e vulnerabilidade social, com a finalidade de buscar melhoria de vida para si e seus familiares que ficaram que no Haiti.

É através desta persistência que podemos refletir sobre o sentido das Territorialidades Haitianas em Cuiabá, aonde a necessidade de adquirir direitos e igualdade na sociedade impele em um desejo de unidade a fim de buscar os direitos, adquirir acesso à educação, saúde e melhoria de vida, ainda, lutar contra a xenofobia e a segregação socioespacial.

Imigrar para um novo país é árduo, principalmente quando as relações culturais são diferentes, e o que mais dificulta é a ação que promoveu está imigração. Certamente, na maioria dos casos, o processo de imigração não ocorreu por vontade própria do indivíduo, mas devido a ações que obrigaram a sua desterritorialização.

Portanto, com base nestas perspectivas, compreendemos que o lugar é todo ambiente/comunidade onde as dimensões das relações de proximidade são perpassadas pelas determinações gerais da sociedade e nessas relações de proximidade, estão a identidade e o sentimento de pertencimento. Em vista disto, estas relações se tornam necessárias para constituição de grupos sociais a fim de buscar métodos, identificar necessidades e possibilidades para manter a sua cultura e continuar imprimindo a sua marca no espaço vivido.

5.3 Mercado de trabalho e moradia como processo de inserção na produção do espaço urbano de Cuiabá

De acordo com o tópico anterior, compreendemos que residir próximo ao CPM resultou na produção de uma nova territorialidade em Cuiabá, onde uma comunidade haitiana mostrou-se para a população cuiabana, expressando suas peculiaridades e modos de vida cotidiana. Essa proximidade estimulou a ajuda entre os haitianos, desde o auxílio em alimentação, moradia (quando oferecia abrigo aos recém-chegados em Cuiabá ou após serem atendidos pelo CPM), proteção quanto aos impactos de identidade entre os haitianos e os brasileiros e principalmente, a comunicação entre os mesmos.

Todavia, o mercado de trabalho é o principal objetivo ao ser ascendido, pois compreendemos até aqui, que o principal fator que contribuiu para a sua imigração são indubitavelmente econômicos, mesmo possuindo em seu histórico a vivência de outros fatores como políticos, étnicos-raciais, religiosos e naturais, não se destacam superior ao econômico, pois a busca por melhoria de vida, considerando que vivemos e/ou sobrevivemos em um sociedade majoritariamente capitalista e este fator se torna a essência motivadora para migrar-se, os demais elementos contribuem para este processo, agregando o sentimento de alcançar uma vida melhor.

Esta afirmação aparenta uma certa contradição com o que analisamos até este momento, pois destacamos, de acordo com as pesquisas de campo, bibliográficas e dos relatos dos próprios sujeitos envolvidos neste processo, que o terremoto ocorrido em 2010 foi o principal precursor do processo de imigração, contudo, agregando todos os processos históricos ocorridos no Haiti, nos resulta nesta condição, que a real busca por melhoria de vida é a econômica, que o terremoto ocorrido em 2010 foi somente o agente motivador, o estímulo para o surgimento desde processo de diáspora.

Neste tópico, iremos compreender que a moradia é o resultado do trabalho, o principal agente promovedor da reterritorialização haitiana em Cuiabá, pois com um emprego, há recursos financeiros para buscar uma independência financeira, a conquista de uma moradia – mesmo que alugada – e a sua anexação na cidade Cuiabá, produzindo a territorialidade.

Destacamos na Foto 13 que popularmente foi denominado pelos próprios moradores de “Vila haitiana”, que alugaram as quitinetes a aproximadamente quinhentos metros do CPM pelo preço de R\$ 350,00, onde a maioria dos quartos-salas, era dividido por entre dois a cinco haitianos, com o objetivo de dividir desde o aluguel, a alimentação e as contas mensais (água e luz), produto da tentativa de se estabelecer em Cuiabá e reterritorializar-se. Observamos também, escrito no muro em idioma Crioulo, que naquele local realiza-se ligações para o Haiti.

Foto 13 – Vila Haitiana, Bairro Carumbé



Fonte: Pesquisa de campo, junho de 2017

Complementando, observamos os relatos a seguir:

(...) morou eu, irmão meu e dois amigos, a gente chamava quem chegava em Cuiabá, meu irmão e eu trabalhava e dividia e ajudava até todos conseguirem trabalho e é assim, todos se ajudando. [sic] (ENTREVISTADO 9, 2017), (Informação verbal).

(...) tem o Atacadão né? Todos vai no Atacadão fazer compra e todos divide, porque a gente se ajuda, na porque na hora da necessidade a gente se ajuda, é na comida, no aluguel nós une e dá um jeito a gente acha uma solução. [sic] (ENTREVISTADO 14, 2017), (Informação verbal).

Eu morava com mais dois, hoje moro sozinho porque ganho melhor, porque quando cheguei tinha que ter dinheiro para enviar para meus pais. [sic] (ENTREVISTADO 18, 2017), (Informação verbal).

As diferenças socioeconômicas entre o território de origem e o de chegada inseriu os haitianos em uma condição de maior vulnerabilidade, dificultando a criação de laços/vínculos com o novo lugar de vida, pois findaram “a uma qualidade de vida muito precária” (OLIVEIRA, 2011, p. 43), sendo exprimido em algumas áreas da sociedade, como a moradia, mercado de trabalho e as sociabilidades. Haesbaert (2004, p. 372) contribui afirmando que:

[...] o que está dominando é a complexidade das reterritorializações, numa multiplicidade de territorialidades nunca antes vista, dos limites mais fechados e fixos da guetoificação e dos neoterritorialismos aos mais flexíveis e efêmeros territórios-rede ou “multiterritórios” da globalização. Na verdade, seria mais correto afirmar que o grande dilema desse novo século será o da desigualdade entre as múltiplas velocidades, ritmos e níveis de des-reterritorialização, especialmente aquela entre a minoria que tem pleno acesso e usufrui dos territórios-rede capitalistas globais que asseguram sua multiterritorialidade, e a massa ou “aglomerados” crescentes de pessoas que vivem na mais precária territorialização ou, em outras palavras, mais incisivas, na mais violenta exclusão e/ou reclusão socioespacial.

O mercado de trabalho é um dos principais elementos que assegura e auxilia na produção territorial. Chegar a um novo território requer uma assistência, em muitos casos, o indivíduo reterritorializar-se com poucas condições de viver/sobreviver, o emprego é a ferramenta que contribui para amenizar as perdas e criar vínculos com o novo território, pois as sociabilidades e a moradia resultam da inserção do indivíduo no trabalho, inegavelmente esta é a realidade.

Para muitos haitianos, a maior dificuldade para se inserir no mercado de trabalho é o idioma; no Haiti – como já enunciado - pronuncia-se duas línguas, o Francês – devido à colonização francesa – e o Crioulo – formada através de um conjunto de línguas – sendo assim, foi observado que no início do processo imigratório, principalmente quando começaram a chegar um grande número de haitianos em Cuiabá, havia pouca compreensão e comunicação entre o empregador e o empregado, que em alguns casos, deixavam o imigrante em situação vulnerável. A dificuldade de comunicação através da Língua Portuguesa e a falta de políticas públicas – pois não há assistência do poder público - ocasionou na desvalorização da mão-de-obra do imigrante, encontrando acesso somente aos trabalhos penosos, como por exemplo: na construção civil, prestação de serviços, comércios de rua (camelôs) e entre outros. A seguir três haitianos relataram:

Uma fábrica foi buscar haitianos em Rio Branco e levou a gente pra cá, pra trabalhar na Votorantim pra fazer cimento, (...) a gente dormia no alojamento da fábrica. Trabalhei um ano e sai para buscar coisa melhor e ter mais

dinheiro para enviar para a Família. [sic] (ENTREVISTADO 2, 2017), (Informação verbal).

(...) trabalho na materiais de construção, lá é muito bom, todos brincam e eles brincam muito comigo lá (...) trabalho no estoque e pego produtos pra colocar no caminhão. [sic] (ENTREVISTADO 3, 2017), (Informação verbal).

Eu chegue a Cuiabá pra trabalhar na construção, porque no Haiti a gente faz tudo um pouco, então seria mais fácil! Trabalhei construindo prédio e no início eu não falava o português, ele apontavam pega ali, faz assim, com o tempo fui aprendendo a falar o português e a comunicar com brasileiro. [sic] (ENTREVISTADO 5, 2017), (Informação verbal).

(...) nós, a gente, não conseguia trabalho aqui na Cuiabá, então falou pra gente, um amigo nosso, que na Bolívia podia comprar produtos para vender aqui na Cuiabá e que podia passar, nós foi em comprou relógio, anel, corente, meia pra vender e ter dinheiro para viver. [sic] (ENTREVISTADO 10, 2017), (Informação verbal).

(...) tem as feiras que fazem na rua e a todo dia estou lá, vendendo meus relógios, tem dia que vendo um, tem dia que vendo mais, dois, três. Aí tem relógio de R\$ 20,00, de R\$ 30,00 e R\$ 35,00, a gente vai vivendo com o pouco que ganha. [sic] (ENTREVISTADO 12, 2017), (Informação verbal).

Veio muito haitiano na Copa e tinha muito trabalho, hoje está mais difícil para os meus companheiros conseguir emprego. Quando cheguei tinha trabalho na construção, depois saí de lá, porque acabou a construção e arrumei até rápido um emprego em uma tapeçaria. [sic] (ENTREVISTADO 25, 2017), (Informação verbal).

Atualmente, podemos observar que esta conjuntura está mais amenizada, pois a maioria dos imigrantes haitianos já pronunciam o Português – visto os relatos aqui descritos. Segundo a coordenadora do CPM, “chegam em Cuiabá muitos haitianos graduados e/ou com experiência profissional, mas não conseguem exercer a sua profissão devido as burocracias do Poder Público, que regulamenta processos que dificultam a regularização dos diplomas e certificações” (VITALIANO, 2017). Observamos um jovem haitiano de 27 anos atendido pelo CPM que mesmo graduado em Medicina, não conseguia exercer a sua profissão em Cuiabá, segundo Cotinguiba (2014, p. 73): “(...) chamou-nos a atenção o caso de um rapaz que havia estudado e concluído o curso de medicina na República Dominicana e portava toda a documentação e, no entanto, não podia exercer sua profissão devido aos entraves burocráticos”.

Um das críticas mais observadas, foi a obrigatoriedade de voltar a estudar, a maioria dos haitianos, relataram que possuem um nível de formação que representa o Ensino Médio brasileiro, porém, não conseguiram regulamentar seu diploma, sendo obrigados a cursarem o Ensino Médio na modalidade Jovens e Adultos, em consequência da dificuldade do acesso do imigrante ao mercado de trabalho. Em entrevista, um haitiano articulou como é o processo de ensino/formação no Haiti:

O Haiti é um país, é, na educação, no conhecemos como uma país, nós podemos comparar a educação do Haiti com o Brasil, mesmo uma cultura diferente, mas quando uma pessoa estuda no Haiti e termina o ensino médio, já ele acha que tem um nível de estudo e que é muito alto, então essas pessoa já, é como se fosse uma faculdade que já fez, porque são 14 anos de estudo, a gente faz 14 anos na escola estudando, e ultimamente teve quatro provas nacionais, quer dizer que a gente poderia dizer que aqui tem um Enem, então tem quatro Enem lá, se você não consegue a pontuação, você não vai passar nacionalmente, então, eu desde já, a pessoa já tem, mais ou menos doze anos já vai passa nessa prova, porque já é uma prova que prova que você já passou e a gente fala oitavo aqui, oitavo e lá fala certificado, a gente passa nessa prova, e você recebe um certificado, como prova nacional que você tem o certificado, segundo no 9º ano, você vai passar por outra prova, você já vai para o 3º ano, diz que é ensino médio, vai passa o 3º ano, digamos aqui o segundo ano, você já fez uma prova nacional, di novo, você passou e tem um certificado, segundo filo, que é filosofo, já quando você termina o ensino médio. Lá a gente fala filosofo, porque não é na faculdade que você já estudou primeiramente, mas estuda na escola certinho, você filosofo, você vai falar do jeito, tudo muda, porque depois que uma pessoa está no filosofo no Haiti, a gente fala que essa pessoa é filosofo, já termina o ensino médio. Não é porque a pessoa estuda especificamente na faculdade filosofia né, mas a pessoa já termina como uma pessoa fez filosofia. O nome da turma é filo, que é filosofia, a última turma, já essa pessoa já, é bacaloeá, a gente diria que é uma forma de dizer se você passa nessa prova você é uma pessoa fantástico, inteligente, não como passa nessa prova assim, tão fácil, porque eu tenho um primo, eu tenho um primo eu tenho outras pessoas que eram professores da turma, quer dizer, quem não entende química bem, matemática, física essas coisas, quem não entende bem, ele é professor pra te explicar na cabeça tudo né, então ele provou que os alunos passaram, todos tem que tá com inteligência pra passar nessa prova, então, esse faz o que, desde lá, primeira prova a gente tem o costume de estudar noite e dia. [sic] (ENTREVISTADO 4, 2017), (Informação verbal).

O Centro de Ensino de Jovens e Adultos Almira Amorim Silva (Ceja Almira), localizado no bairro do CPA III, Zona Norte de Cuiabá, desde 2013 passou a realizar atendimentos para imigrantes, em específico aos haitianos, fornecendo o Ensino Médio e curso de idioma para a língua portuguesa. O Ceja Almira, desenvolve o ensino regular em modalidade Jovens e Adultos com intérpretes fluentes em língua Crioula e Francês, que inicialmente era realizado por um missionário que desenvolveu trabalhos humanitários no Haiti após o terremoto e aprendendo a falar fluentemente o Crioulo. Hoje, o interprete/tradutor da Escola é um haitiano que fala fluentemente o Português, a qual contribuiu com relatos e informações nesta pesquisa. A seguir, observaremos na Foto 14 uma sala de aula do Ceja Almira durante uma aula no período noturno.

Foto 14 – Sala de aula do Centro de Educação de Jovens e Adultos Almira Amorim Silva (CEJA ALMIRA)



FONTE: Página do CEJA Almira no Facebook¹⁹

Prosseguindo na imagem, observamos na Figura 5 um *banner* informativo do Ceja Almira, em idioma Crioulo convidando os haitianos a se matricularem no Ensino Médio de Jovens e Adultos da escola, em complemento, consideramos alguns relatos do cotidiano dos haitianos e a sua relação quanto ao retorno dos estudos:

(...) hoje eu trabalho de dia e a noite estudo. [sic] (ENTREVISTADO 7, 2017), (Informação verbal).

(...) disseram que não ser o meu estudo que tinha que fazer tudo de novo. [sic] (ENTREVISTADO 9, 2017), (Informação verbal).

A dona Eliana falo que precisar conversar em português para conseguir trabalho e pediu pra estudar de novo que melhora meu currículo. [sic] (ENTREVISTADO 10, 2017), (Informação verbal).

Ao caminharmos pelas calçadas do Centro Histórico de Cuiabá, em outras palavras, do centro comercial da capital mato-grossense, observamos uma grande quantidade de trabalhadores autônomos, que toda manhã dispõe de uma simples mesa de madeira e ferro desmontável, onde expõe uma grande variedade de produtos como relógios, meias, roupas íntimas masculinas, pulseiras, brincos, carregadores de celulares, entre outros.

¹⁹ Disponível em: <https://scontent-gig2-1.xx.fbcdn.net/v/t1.0-9/17098336_735968743235978_8804927052236456408_n.jpg?_nc_cat=0&_nc_eui2=AeG-> Acesso em ago. 2017.

Figura 5 – Banner informativo do CEJA ALMIRA



FONTE: Página do CEJA Almira no Facebook²⁰

Muitos destes produtos são vendidos pelos haitianos, devido à dificuldade de conseguir emprego formal no Brasil, em análise, constatamos que todos os entrevistados encontraram dificuldades em conseguir emprego, seja pela dificuldade em comunicação, pela falta de qualificação, por questões burocráticas nas regularizações dos diplomas, por não possuírem as documentações de registros oficiais brasileiros e principalmente pela alta falta de oferta de vagas de trabalho. Também, expressaram que muitos haitianos foram embora de Cuiabá para outros estados pois aqui não havia trabalho, declarando que ser imigrante é difícil. Sendo assim, muitos haitianos buscaram novas alternativas através do trabalho informal, desenvolvendo atividade autônoma e assim, buscando oferecer uma melhoria de vida para sua família.

Dentre a análise do trabalho informal, destacamos quatro episódios, a qual os imigrantes haitianos conseguiram através do trabalho autônomo dispor de sua própria empresa, e hoje emprega os próprios haitianos, ajudando na reterritorialização e

²⁰ Disponível em: <https://scontent-gig2-1.xx.fbcdn.net/v/t1.0-9/17022013_735967823236070_746363289995085217_n.jpg?_nc_cat=0&_nc_eui2=AeF-aPiYwOBGMyZ9imqnvWWHLpu3vAjBL85QPilVE8a6x0cpHUpk_CCYQBxAK5fYX8RWwVRf0NQtdQ5YifbK-H-mzTG8_oKrE74dRiDslCoXgA&oh=a5a8dba44e15e0e5021a480197d8c5d1&oe=5BAC6EE6> Acesso em ago. 2017.

oportunizando renda para auxiliar no processo de adaptação. Na Foto 15 observamos o haitiano Delima Zilma, dono de uma pequena empresa de frutas e verduras que após anos de planejamento juntando dinheiro, conseguiu realizar o seu sonho, empregando atualmente quatro haitianos:

Foto 15 – Delima, dono do estabelecimento comercial “Beraca”, frutaria e verduraria em geral.



Fonte: FONTENELE, J. (2017)²¹

Observando o cotidiano do comércio de frutas e verduras do Delima, observamos que os consumidores predominantes são de haitianos, contudo é diversificado, atraindo a comunidade local para consumir no estabelecimento. A casa comercial recebeu um nome em Crioulo de “*Baraca*” que em português significa “abençoado por Deus” e localiza-se na Rua Amaral Moreira, no Bairro Areão. Segundo a mídia de notícias do O Livre²², Delima (2017) afirma dizendo: “Eu pensava em trabalhar e ter um negócio, para nós haitianos trabalharmos juntos”.

De acordo como o tópico anterior, destacamos o surgimento de uma nova centralidade entre os bairros Carumbé, Itamarati, Jardim Sol Nascente e Jardim Eldorado e, é pertinente repisar novamente, mas em contexto que corresponde ao que nós observamos neste temática, que ser refere ao Micael Loja (Foto 8) no Bairro

²¹ Disponível em:

<<http://www.folhamax.com.br//storage/webdisco/2017/12/20/395x253/87a159933df7889cdb46dfef99aed7ea.jpg>>. Acesso em: abr. 2018.

²² Intitulada “Imigrante haitiano supera dificuldades e abre o próprio negócio em Cuiabá”, o artigo completo do O livre pode ser encontrado em: <<https://olivre.com.br/imigrante-haitiano-supera-dificuldades-e-abre-o-proprio-negocio-em-cuiaba/>>. Acesso em: abr. 2018.

Sol Nascente, que através de análises e pesquisas de campo atentamos que foi o primeiro empreendimento sob gestão de um haitianos em Cuiabá após 2013.

Próximo a esta nova centralidade supracitada, no bairro vizinho denominado de Pedregal, mais especificamente na avenida Dante Martins de Oliveira, um salão de cabeleireiro, onde o dono chamado de Eniel Gachette, um haitiano de Porto Príncipe e alguns amigos trabalham e é um dos lugares que é ponto de encontro para a comunidade provinda da Ilha Caribenha. Na imagem a seguir, extraímos do *Facebook* do dono que denomina seu estabelecimento de *Mike Designer*, que observamos na Figura 6:

Figura 6 – Anúncio do Salão de Cabeleireiro *Mike Designer*

MIKE
DESIGNER

SALÃO DE CABELEIREIRO
Trancinha & Manicure
Retrato & Quadro

(65)21290883
(65)98406-3494 / (65)981189596

www.mikedesigner.com.br
E-mail: eniel1@hotmail.com

Avenida Dos Trabalhadores, nº 354 Pedregal - Cuiabá-MT-CEP:78060-287
Em frente da energisa

Fonte: Página do *Mike Designer* no Facebook²³

Podemos aferir que além de cortes de cabelo, realiza-se serviços de penteados, manicure, além ser um *atelier*, a qual Eniel, produz pintura em quadros e desenhos em formato retrato. Em grande parte, as obras são reproduções de personalidades importantes para os haitianos, ou ilustrações que representa a vida no Haiti. Na Foto 16, Eniel destaca uma das obras produzidas em homenagem a Jean-Jacques Dessalines – Líder da Revolução Haitiana que proclamou a independência do país em 1 de janeiro de 1804:

²³ Disponível em: <https://www.facebook.com/Mike-DESIGNER-1644876469121241/?ref=br_rs>. Acesso em: abr. 2018.

Foto 16 – Eniel exibindo o quadro produzido em homenagem a Jean-Jacques Dessalines



Fonte: Pesquisa de campo, junho de 2017

Ao lado do salão de cabeleireiro *Mike Designer*, localiza-se a *Lan House* do haitiano Michelet Noel, conforme a Foto 17, que além de desenvolver serviços de acesso à internet, jogos e digitação de trabalhos e documentos, procedia-se também manutenção de microcomputadores. Michelet era estudante de Publicidade e Propaganda e trabalhava na área produzindo conteúdos publicitários além de conteúdos audiovisuais e fotográficos. Entretanto, infelizmente, uma fatalidade ocorreu em 22 de abril de 2017, onde Michelet Noel veio a falecer em um acidente de carro na Rodovia MT-251 (Estrada da Chapada). A seguir, observamos Michelet enquanto trabalhava:

O emprego oferece ao ser humano oportunidades, mesmo que o trabalho oferecido/exercido ofereça poucos direitos sociais, oportuniza a conquista de bens e produz um sentimento de realização para a sociedade e para os seus familiares - que em alguns casos, vivem no Haiti e dependem da ajuda financeira. Para os haitianos, o emprego resulta na conquista da moradia, onde encontram condições para alugar uma casa ou quitinete e começar a se organizar, proporcionando um sentimento de vida nova e pertencimento a um novo lugar, promovendo mudanças na dinâmica territorial, direcionando ou incluindo novos sistemas de redes de passagens de fluxos

e práticas socioespaciais no cotidiano que concretizam ações capazes de alterar o seu ritmo ocupacional.

Foto 17 – Michelet, editando arquivos de vídeo



FONTE: Perfil do Michelet no Facebook²⁴

Transcorre que muitos haitianos enviam ocasionalmente dinheiro para seus familiares no Haiti, o principal serviço utilizado para transferência de valores do Brasil para o Haiti é a empresa Western Union, companhia estadunidense que oferece serviços financeiros. Cuiabá possui uma unidade no Goiabeiras Shopping, que na Foto 18 podemos observar a caracterização da empresa e dos haitianos solicitando serviços de movimentação financeira.

Foto 18 – Western Union Goiabeiras Shopping



Fonte: SILVA (2018)²⁵

²⁴ Disponível em: <https://www.facebook.com/Noelmichelet60/photos_all> Acesso em: jun. 2018.

²⁵ Disponível em: <<file:///C:/Users/paran/Desktop/westunion%20goiabeiras%20shopping%20-%20Pesquisa%20Google.html>>. Acesso em: jun. 2018.

Em entrevista, a coordenadora do CPM Eliane Vitaliano, apresentou projetos de capacitação e formação de haitianos para o mercado de trabalho, um dos destaques apresentados com maior relevância para a entidade foi o projeto de capacitação de migrantes haitianas em culinária mato-grossense. Vitaliano (2017), destacou uma conjuntura que discorria a alguns anos, onde haitianos abandonavam suas esposas haitianas, que as configurava em um quadro grave de vulnerabilidade.

O projeto iniciou no Centro de Pastoral para o Migrante com apoio da Organização Internacional do trabalho (OIT), que se expandiu, recebendo apoio e estrutura da Universidade de Várzea Grande (UNIVAG), oferecendo sua estrutura física do curso de Gastronomia para realização de cursos para produção do “Francisquito”. Segundo a OIT (2017), o curso de 11 dias, capacitou 32 haitianas e a sua produção passou a ter espaço de venda ao final das missas na Comunidade do Divino Espírito Santo nos bairros do CPA I (Zona Norte de Cuiabá). A seguir (Foto 19), observamos o registro deste processo de formação:

Foto 19 – Curso de gastronomia para mulheres haitianas



Fonte: OIT (2017)²⁶

Segundo relatório do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) (2017), em relatório divulgado em 13 de dezembro de 2017, substanciando através de estudos com base no Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra) e da Universidade de Brasília (UnB), onde foram atribuídas informações referentes a conjuntura dos haitianos no mercado de trabalho. Foram reunidas estatísticas estruturadas nos dados

²⁶ Disponível em: <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2017/07/wcms_565260-1024x576.jpeg>. Acesso em: jun. 2018.

da Relação Anual de Informações Sociais (Rais) e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged).

No relatório, segundo o MTE (2017), entre 2015 e 2016, 25.782 haitianos trabalhavam formalmente, sendo observados dados quantitativos abrangentes, todavia, não encontramos especificidade de dados referente a estados e/ou regiões brasileiras. De acordo com as análises constatamos que o setor econômico que mais admitiu no período de 2014 a 2016 foi a agroindústria, contratando haitianos principalmente na indústria frigorífica, como podemos visualizar os dados na Tabela 6.

Sob outra perspectiva, se analisássemos as ocupações dos haitianos no Brasil, se destacaria a área de “alimentador de linha de produção, servente de obras, magarefe (açougueiro), abatedor e faxineiro” (MAGALHÃES; BAENINGER, 2016, p. 12). Cuiabá, segundo CAGED/MTE (2016), admitiu no mercado formal em 2014 cerca de 600 haitianos, demitindo em torno de 250.

Tabela 6 – Principais atividades econômicas que admitiram 2014 – 2015

Admissões:	Números:
Frigorífico	3.591
Construção de edifícios	1493
Restaurantes e Similares	999
Serviços de limpeza	423
Varejo	334
Transporte	294
Outros	10122

Fonte: MTE/CAGED, (2017)

De acordo com os dados obtidos e apresentados, podemos concluir que, os haitianos se concentram, em grande parte, nas áreas/setores que necessitam do uso da mão-de-obra pesada, os condicionando “em setores mais precários do mercado de trabalho formal no Brasil atesta, em realidade, não apenas as estratégias clássicas de utilização do trabalho imigrante para um emprego sub-remunerado”. (MAGALHÃES; BAENINGER, 2016, p. 12).

Segundo Magalhães e Baeninger (2016), conforme o relatório do MTE/CAGED de 2017, houve a diminuição do trabalho formal entre os imigrantes haitianos no período de 2015 a 2016, registrando 127.166 em 2015 para 112.681 em 2016, o que indica que muitos imigrantes foram acometidos pela crise econômica a qual o

Brasil vem enfrentado nos últimos anos. Sendo assim, esses migrantes que perderam seus empregos formais, buscam novas alternativas, como o trabalho informal.

Mesmo passado a “explosão” das obras da Copa do Mundo de 2014, ainda é comum encontrarmos haitianos na cidade, principalmente no Centro da Capital e nos bairros informados. A conclusão de algumas obras e a paralisação de vários serviços reduziu o número de empregos, passando a preocupar os moradores de Cuiabá. No entanto, mesmo com a diminuição da oferta de trabalho, os haitianos produzem um sentimento de pertencimento ao novo espaço vivido.

Indubitavelmente, de acordo com as reflexões realizadas neste tópico e as ponderações empreendidas em toda dissertação, podemos compreender que houve e há a dificuldade de acesso do migrante haitiano no mercado de trabalho, principalmente pela falta de profissionalização na área objetivada, formação escolar e a língua. Se comparado com os brasileiros, a busca por emprego formal é mais excruciante para o haitiano, porque não possui um livre acesso a políticas públicas, ser imigrante é conviver na burocracia do Estado.

Concluimos também, através das entrevistas que os haitianos com trabalhos formais, gostavam do que faziam, da profissão alcançada, porém, foi encontrado hesitação nas respostas a análise de dados. Isso se deve porque muitos entrevistados não se sentiram à vontade em falar especificamente do seu trabalho, de como era o cotidiano, a relação com o empregador tornando estes resultados indistintos.

Segundo Redon (2017, sem paginação), um acontecimento ocorrido em junho de 2017 nos faz considerar uma possível contradição, um fato sucedido pela haitiana Najeda Redon, que no Haiti, sua profissão era modelo, mas ao imigrar para o Brasil – em específico Cuiabá – conquistou um emprego formal em uma Padaria de Cuiabá denominada de “Moinho” e sete meses depois cansada de presenciar a opressão de seu opressor, decidiu denunciar a empresa pelas condições degradantes.

Lamentavelmente, não foi possível realizar contato, pois as informações era que a Najeda estava na cidade de São Paulo – SP. Contudo, logramos algumas informações de redes de comunicações que podem relatar o ocorrido. Segundo notícia veiculada no Portal G1 Mato Grosso²⁷ por Barbosa (2017, sem paginação) relatou que Najeda protocolou no Ministério Público do Trabalho (MPT), uma denúncia

²⁷ Intitulada “Trabalhadora que era modelo no Haiti denuncia padaria de Cuiabá”, o artigo completo do Portal G1 Mato Grosso pode ser encontrado em: <<https://g1.globo.com/mato-grosso/noticia/jovem-que-era-modelo-no-haiti-denuncia-padaria-de-cuiaba-por-situacao-analoga-a-escravidao.ghtml>>. Acesso em: jul. 2018.

de maus tratos e abuso de poder do dono do estabelecimento, um dos casos, a haitiana só poderia ir ao banheiro e tomar água com autorização da chefia, "Uma vez pedi ao filho do dono e ele disse que eu não poderia ir [ao banheiro]. E eu não fui. Quando voltei ao caixa, percebi que ele estava rindo de mim. Eu passava horas sem ir ao banheiro" (REDON, 2017)²⁸.

Segundo Barbosa (2017, sem paginação), Najeda "trabalhava como operadora de caixa, mexendo diretamente com dinheiro, e por isso sempre que precisava se ausentar do checkout, avisava a fiscal de caixa", porém, era lhe tirado o direito de descanso, considerando que (Ela) trabalhava das 11h às 20h, havia casos que a funcionária precisa trabalhar cerca de 10h ao dia. Também, segundo relatos, a ex-funcionária não era autorizada a conversar com os clientes, era monitorada constantemente descrevendo até a falta de privacidade no vestiário, onde havia câmeras de monitoramento conforme Foto 20, havia casos onde a ex-funcionária era oprimida de expressar sua identidade, sofrendo racismo, a qual não podia usar penteados afro, "Eles disseram que a padaria não era carnaval. Eu pedi desculpas e tirei o aplique" (REDON, 2017, sem paginação). A seguir, selecionamos as descrições de Najeda na entrevista ao Portal G1 Mato Grosso.

Foto 20 – Foto anexada à denúncia feita ao MPT que mostra a câmera no vestiário.



Fonte: Portal G1 Mato Grosso – Reprodução (2017)²⁹

²⁸ REDON, N.; **trabalhadora que era modelo no Haiti denuncia padaria de Cuiabá**. Cuiabá, 2017. Entrevista. Pode ser encontrado em: <<https://g1.globo.com/mato-grosso/noticia/jovem-que-era-modelo-no-haiti-denuncia-padaria-de-cuiaba-por-situacao-analoga-a-escravidao.ghtml>>. Acesso em: jul. 2018.

²⁹ Disponível em: <<https://g1.globo.com/mato-grosso/noticia/jovem-que-era-modelo-no-haiti-denuncia-padaria-de-cuiaba-por-situacao-analoga-a-escravidao.ghtml>> Acesso em jul. 2018.

Segundo Barbosa (2017)³⁰, houve um caso que o gerente da Padaria do Moinho que pediu para outra funcionária falar para Najeda que ela fedia, "Nesse dia eu fiquei muito triste, foi muito constrangedor. Eu cheguei em casa e não parava de chorar" (REDON, 2017).

Analisando estes fatos, observamos durante o relato de Najeda que ela "ficou muito feliz ao ser contratada na padaria e que tudo correu bem durante a primeira semana, mas depois as humilhações começaram a acontecer" (REDON, 2017). Percebeu também que havia muita rotatividade de funcionários – majoritariamente haitianos – "mas achou que talvez fosse normal por causa da diferença cultural. A haitiana afirmou ter suportado as opressões calada por sete meses." (REDON, 2017), pelo medo de não conseguir sobreviver em um novo país e das dificuldades que o imigrante sofre ao se reterritorializar Redon (2017), resistiu a opressão pois "Tinha medo de perder o emprego, não sabia como ia conseguir me manter em um país diferente, sem minha família".

Najeda, pode ser a primeira haitiana em Cuiabá a denunciar casos de condições degradantes de trabalho, o que podemos pressupor que o mesmo ocorrido com esta ex-funcionária, ocorria também com os outros haitianos que trabalhavam no estabelecimento, visto a grande rotatividade de funcionários. O temor de não conseguir subsistir em um novo país, condiciona o imigrante – em muitos casos – a situações degradantes.

As condições penosas de trabalho, principalmente tem deixado os haitianos em situação de vulnerabilidade. Ao analisar, muitos não conseguem manter-se no trabalho formal, vivendo uma peleja diária em busca de dignidade. De acordo com o Presidente da Associação de Defesa dos Haitianos Imigrantes e Migrantes em Mato Grosso (ADHIM-MT), Clesius Monestine, em entrevista, informou que em 2017 cerca de 80% das mulheres haitianas que residem em Cuiabá estão desempregadas. Segundo relato a seguir da coordenadora do CPM Vitaliano (2017)³¹:

A dificuldade maior é das mulheres, pois muitas delas só falam crioulo e não conseguem se comunicar. Diferente dos homens que, geralmente, falam

³⁰ BARBOSA, B.; trabalhadora que era modelo no Haiti denuncia padaria de Cuiabá. Cuiabá, 2017. Repórter do **Portal G1 Mato Grosso**. Pode ser encontrado em: <<https://g1.globo.com/mato-grosso/noticia/jovem-que-era-modelo-no-haiti-denuncia-padaria-de-cuiaba-por-situacao-analoga-a-escravidao.ghtml>>. Acesso em: jul. 2018.

³¹ VITALIANO, E.; Sem emprego, haitianos começam a deixar Cuiabá e Pastoral precisa de ajuda, 2016. Entrevista para o site **Hiper Notícias**. Pode ser encontrado em: <<http://hipernoticias.com.br/cidades/sem-emprego-haitianos-comecam-a-deixar-cuiaba-e-pastoral-precisa-de-ajuda/65867>>. Acesso em: jul. 2018.

crioulo, espanhol e francês. Tem a crise também que está atingindo todo mundo e dificultando ainda mais a vida dos haitianos.

Com a crise econômica que atinge praticamente todas camadas sociais do Brasil, há a diminuição de oferta de trabalho, que influencia tanto os brasileiros quanto aos imigrantes desde 2015. O ano de 2017 indicou um período onde registrou o maior número de desempregados no país, registrando no ano seguinte (2018) uma queda conforme registrado pela Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios (Pnad), órgão ligado ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e conforme informação a seguir é citado:

O desemprego no país foi de 12,7%, em média, no trimestre encerrado em maio, de acordo com dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). O índice é considerado estável em relação ao trimestre anterior (12,6%), mas houve queda na comparação com o mesmo trimestre do ano passado (13,3%). Segundo o IBGE, o número de desempregados no Brasil foi de 13,2 milhões de pessoas no período. O resultado, segundo o IBGE, também é considerado estável em relação ao trimestre anterior (13,1 milhões). No confronto com o mesmo trimestre de 2017, quando havia 13,8 milhões de desocupados, houve queda de 3,9%. (IBGE, 2018, Não paginado).

Sendo assim, podemos concluir que o trabalho promove renda financeira, que auxilia na adaptação ao novo território, a conquista da primeira moradia (mesmo alugada), a uma certa independência, promovendo a socialização e a produção de novas territorialidades. Ser brasileiro e desempregado não é mais penoso que ser imigrante desempregado, porque ainda existem uma facilidade de acesso às políticas públicas pelos brasileiros além da preferência de contratação por muitos empregadores, a qual para os haitianos é mais difícil. Carbaló; Nerukar (2001, não paginado) complementa e fundamenta dizendo a seguir:

Os imigrantes em geral são mais vulneráveis social e economicamente, sobretudo os recém-chegados, que se submetem mais facilmente a postos de trabalho insalubres, a salários baixos e a moradias precárias. Tais fatores propiciariam maior risco de quadros de subnutrição, doenças laborais e doenças infecciosas como tuberculose, hepatites e HIV, além de transtornos psicossociais decorrentes das mudanças sociais e do afastamento da família, como depressão, alcoolismo e consumo de drogas. (Tradução nossa).

Em complemento ao exposto anteriormente, a haitiana Lira Frisa (2017)³² relata dizendo: “Da mesma forma, se uma empresa optar por contratar alguém e houver um candidato haitiano e um brasileiro, ela prontamente escolherá o segundo,

³² FRISA, L. Reportagem do site Água Boa News: Haitianos sofrem com desemprego em Cuiabá, 2017. Entrevista. Disponível em: <http://www.aguaboanews.com.br/noticias/exibir.asp?id=9519¬icia=haitianos_sofrem_com_desemprego_em_cuiaba>. Acesso em: 17 jun. 2018.

por exemplo”. Para o haitiano Clesius Monestine (2017)³³ a situação não é diferente, tanto que a alternativa para sobreviver na capital mato-grossense foi trabalhar como autônomo, “Estou buscando meio de trabalhar como autônomo, vender pão, vender coisas. Tenho que pagar o aluguel e dar de comer a minha família. Essa minha situação muitos haitianos estão vivendo, ter que depender de amigos para não passar fome”.

Pelas deficiências nas políticas públicas ao que se refere a assistência para o imigrante, em específico ao haitiano em Cuiabá, morar próximos uns dos outros possibilita o auxílio nos momentos de necessidade, ajudando uns aos outros, o CPM desperta um sentimento de segurança e morar em sua proximidade oferece uma melhoria de vida, pois é através desta entidade que os seus anseios permeiam até o poder público. Queiróz (2016, p. 10) complementa apresentando alguns exemplos comuns nestes casos:

Quanto à moradia, todos afirmaram viver em casas alugadas. À exceção de um que vive sozinho, os demais (11) dividem moradia com amigos ou familiares (primos) de origem haitiana, em grupos de 3, 4 e até sete pessoas. Em média, o total geral das despesas com moradia, água, luz, gás e alimentação está em torno a R\$ 400,00. Nenhum deles recebe benefícios dos programas de seguridade social do Estado.

Através da moradia, os haitianos expressam a sua identidade no novo espaço vivido, podemos até refletir em uma reterritorialização em Cuiabá, onde a cultura e o cotidiano cria o espaço urbano, trazendo novas características e peculiaridades. Certamente, o espaço em que vivemos passa por transformações, refletindo na vida das pessoas que ali vivem, pois segundo Carlos (2004, p.51) “é através de seu corpo e de seus sentidos que o homem constrói e usa os lugares (...), e neste processo vão se identificando nos lugares da vida, marcando/apoiando a relação com o outro.”.

Mediante a reterritorialização, os haitianos se apropriam de particularidades no novo espaço vivido, resultando em uma miscigenação de identidades, abaixo, Medeiros (2006, p. 283) complementa dizendo que “(...) o viver em grupo lhes permitirá um enraizamento não tão doloroso quanto foi o desenraizamento e, assim, a construção da sua identidade com o novo.”, desta forma, a importância da vida em

³³ MONESTINE, C. Reportagem do site Água Boa News: Haitianos sofrem com desemprego em Cuiabá, 2017. Entrevista. Disponível em: <http://www.aguaboanews.com.br/noticias/exibir.asp?id=9519¬icia=haitianos_sofrem_com_desemprego_em_cuiaba>. Acesso em: 17 jun. 2018.

grupo contribui para a construção de um sentimento de pertencimento a uma identidade, que auxilia na melhoria de vida e na adaptação em um novo território.

Consequentemente, foram nos bairros Sol Nascente, Jardim Eldorado, Itamarati e Carumbé onde produziram suas territorialidades, pois ofereceram acesso/estrutura (mesmo que precária) para moradia dos haitianos alterando o ritmo das relações cotidianas e de poder, relações que são exercidas através da identidade exercida no novo espaço vivido.

5.4 Políticas Públicas para migrações: necessidades e desafios aos haitianos no acesso a assistência em políticas públicas

Apreendemos que os fluxos migratórios são processos universais, que não é uma ação peculiar que ocorrem somente de modo local, ou característico do Brasil, ou de Cuiabá. Os fluxos migratórios não uma atividade dos senegaleses, haitianos, cubanos, venezuelanos e mexicanos, ele se dá por vários motivos, seja por questões políticas, ambientais, econômicas entre outros. O que precisamos ter em vista é que o migrante reterritorializado tem necessidade de assistência em políticas públicas, para que possam suprir as necessidades básicas e recomeçar a vida em um novo território.

Inicialmente, destacamos o evento ocorrido nos dias 08 e 09 de novembro de 2018 na Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) denominado de Seminário Fluxos Migratórios (Foto 21). Neste acontecimento reuniram-se aproximadamente 140 pessoas entre brasileiros e migrantes haitianos, venezuelanos, cubanos e senegaleses. Organizado e promovido pelo Centro de Pastoral para o Migrante (CPM), o Fórum de Direitos Humanos da Terra (FDHT) e outras entidades de apoio. Segundo Pasquis (2018, não paginado):

O objetivo foi analisar os fluxos migratórios para o Brasil dos últimos anos, frutos de uma crise global, de origem econômica, política, social e ambiental. Nesse sentido, o evento procurou analisar as características e realidades das populações migrantes, o amparo legal e social que o país lhes oferece, considerar os riscos, desafios e oportunidades existentes para, finalmente, determinar compromissos do Estado e da sociedade civil, considerando a conjuntura sócio-política pela qual o país está passando.

Juntamente com entidades, poderes públicos e comunidade local, o Seminário tratou do tema fluxos migratórios, esclarecendo dúvidas e principalmente, como configura o migrante na sociedade brasileira/cuiabana. Compreendemos neste evento que há uma distinção entre migrantes e refugiados, que segundo Pasquis (2018, não paginado), “a migração, mesmo que forçada pelas circunstâncias, implica

uma certa voluntariedade e a possibilidade de voltar para o país de origem. No caso dos refugiados, existe uma perseguição e ameaça direta à vida, com provável violação de Direitos Humanos.”

Foto 21 – Seminário Fluxos Migratórios



Fonte: Pesquisa de campo, novembro de 2018

De acordo com estas distinções, podemos afirmar que, todos os haitianos pesquisados nesta dissertação se acolhem como migrantes e não como refugiados, pois a vinda para o Brasil, mesmo que forçada por diversas circunstâncias foi, de certo modo, voluntária, obtendo a possibilidade de retorno ao Haiti. O que implica nestas ações são os aspectos dos compromissos humanitários dos países para receber o migrante e/ou refugiado. No caso do Brasil, segundo Pasquis (2018, não paginado):

Até 2017, o amparo legal era obsoleto, já que se enquadrava no ‘Estatuto de Estrangeiro’ oriundo da ditadura militar. Em novembro do mesmo ano foi aprovada a nova Lei de Migração cuja essência é considerar que migrar é um direito fundamental. Seu eixo central é o reconhecimento da universalidade, indivisibilidade e interdependência dos direitos humanos com base na proteção da dignidade humana.

Segundo SENADO (2017, não paginado), a Lei Nº 13.445, promulgada em 24 de maio de 2017, denominada de Estatuto do Migrante, dispõe dos direitos e deveres do migrante e visitante no período em que estiver no Brasil. No entanto, mesmo possuindo uma lei que ampara e protege o imigrante ao chegar ao Brasil, em específico em Cuiabá, estas populações se configuram em uma situação de extrema

vulnerabilidade, a começar pelo idioma, cultura e o desconhecimento de seus direitos como imigrante.

A falta de conhecimento dos direitos do migrante pode resultar no agravamento da vulnerabilidade, tornando a vida no novo território precária, dificultando o acesso ao mercado de trabalho, moradia, educação e saúde, “ficam expostas a todo tipo de exploração, principalmente sexual, do trabalho e o tráfico de pessoas.” (PASQUIS, 2018, não paginado).

Neste sentido, dispusemos da oportunidade de ouvir o poder público e entidades sociais através de palestra e de forma pessoal a fim de compreender as políticas públicas de migrações desenvolvidas aos haitianos residentes em Cuiabá. No caso, iremos analisar o relato dos representantes da Secretaria Municipal de Assistência Social e Desenvolvimento Humano de Cuiabá (SMADSDH), Secretaria de Estado de Assistência Social e Trabalho (SETAS), Centro de Pastoral para o Migrante (CPM), Ministério do Trabalho de Mato Grosso (MTb-MT), Organização de Suporte das Atividades dos Migrantes no Brasil (OSAMB), Polícia Federal (PF), Organização dos Advogados do Brasil em Mato Grosso (OAB-MT).

É importante ressaltar que buscamos entrar em contato e solicitar entrevista com os gestores e/ou representantes da SMADSDH, SETAS, MTb-MT, OAB-MT, PF, porém, os ofícios encaminhados e/ou tentativas de diálogos não obtiveram respostas e em algumas circunstâncias, uma negativa verbal, caso comum quando o poder público se encontra cauteloso em proceder informações para pesquisas científicas, no caso, da OSAMB, obtivemos imediata resposta e atenção, pois envolve uma entidade gerida por haitianos, possuindo interesses importantes, buscando serem ouvidos.

Desta forma, o Seminário Fluxos Migratórios se tornou uma ferramenta importante para elucidar algumas informações, onde além das palestras e diálogos coletivos, buscamos de forma individual aclarar algumas dúvidas, no entanto, facultamos a prioridade para os migrantes presentes no evento, pois eram os que mais necessitavam de auxílio e atenção naquele momento.

Estabelecemos inicialmente a análise das palestras e diálogos do Seminário Fluxos Migratórios com a Secretaria Municipal de Assistência Social e Desenvolvimento Humano de Cuiabá (SMADSDH), onde a sua representante anunciada como representante da Secretaria, mas não nominada e devido à grande procura pelos imigrantes ao final da palestra tornou-se trabalhoso o contato, deste

modo, iremos denomina-la de “Janaina”, que mencionou inicialmente em sua fala da importância do Centro de Pastoral para o Migrante e de sua coordenadora Eliana Vitaliano, de acordo com interlocução a seguir:

A Eliana Vitaliano me abriu as portas com o primeiro trabalho na assistência social, comecei com os imigrantes e que bom que estamos trabalhando juntos e prol da violação dos Direitos Humanos e sempre estivemos presentes. Sobre a política de assistência aos migrantes, desde o início estivemos com as portas abertas para o acolhimento do público. Eu não estava aqui entre 2013 a 2014 quando chegou os haitianos, mas agora eu estou acompanhando a vinda e a vida dos imigrantes, o Centro de Pastoral, o padre, sentamos todos, pra tentar pensar estratégias de atendimento do público que estava chegando e na medida do possível da Política de Assistência que é a política do Sistema Único de Assistência Social, que eu costumo comparar ao Sistema Único de Saúde, no nível de proteção básico e proteção especial. [sic] (Informação verbal) Janaina (2018)³⁴.

Progredindo a interlocução, a representante da SMADSDH afirma a seguir que a Secretaria por meio do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), desenvolver políticas assistência aos haitianos, como o Cadastro Único e o Bolsa Família, além de uma maior aproximação com o CPM para intermediar e facilitar processo de atendimento aos migrantes.

Temos hoje em Cuiabá quatorze CRAS que atende dentro do nível de proteção básico e dois CREAS para proteção média especial e complexidade e três unidades de acolhimento para população, sendo o Centro de Pastoral específico para o migrante, temos tido dificuldade de acolher o migrante devido as especialidades do atendimento, pois o público não migrante já demanda outra especialidade, que sobrecarrega o sistema e quando é o caso recorremos ao Centro de Pastoral que a gente tem tentado esse elo e fazemos em conjuntos as políticas públicas, então a gente tem garantido ao migrante políticas de assistência social, como o Bolsa Família, o Cadastro Único, ou seja, todos que chegaram foram cadastrados no Cadastro Único. A Grande maioria conseguiu o benefício do Bolsa Família, quando já tinham filhos, para começar um pequeno passo de caminhada dentro do nosso município, ou atendimento junto ao CRAS, eu mesmo tenho feito o atendimento junto a algumas famílias para encaminhar ao CRAS de referência, tem o CRAS do Planalto que é próximo ao Centro de Pastoral para o Migrante, então a gente tem tentado atender na medida do possível e dentro de nossas limitações, sabemos e reconhecemos nossa fragilidade, mas a gente tem tentado avançar cada vez mais. Nossas unidades do CRAS estão abertas diferentemente de muitas no Brasil que tem fechado as suas portas por redução de gastos, cortando recursos de políticas de assistência. Todos podemos acessar esses serviços, nosso Secretário está nesse momento em Brasília para alinhar questões de fluxos migratórios a fim de criar estratégias de prestação de serviços. [sic] (Informação verbal) Janaina (2018).

Em outro momento, foi convidado a fala o representante da Secretaria de Estado de Assistência Social e Trabalho, que na ocasião não compareceu ao evento,

³⁴ “Janaina”, representante da Secretaria Municipal de Assistência Social e Desenvolvimento Humano de Cuiabá (SMADSDH). Cuiabá, 2018. Palestra.

mesmo possuindo um papel importante para as políticas de assistência social para os migrantes, considerando que este departamento do Governo do Estado de Mato Grosso tem como missão “garantir a inclusão socio produtiva, por meio da promoção e articulação de Políticas Públicas efetivas, visando a redução das desigualdades e a melhoria da qualidade de vida.” (SETAS, 2018, não paginado).

Ainda que estivéssemos dialogado sobre o processo de atendimento do Centro de Pastoral para o Migrante, sua coordenadora, Eliana Vitaliano, em fala, reforçou a importância da instituição como mediadora para facilitar a inclusão dos migrantes na produção do espaço cuiabano, principalmente oferecendo cursos de língua portuguesa, encaminhamentos de crianças para a creche, escolas e mercado de trabalho, como também descreve a estrutura organizacional da instituição. Vitaliano (2018) retrata:

No Centro de Pastoral para o Migrante nós temos uma grande equipe, muito grande, que sustenta nossa casa. Temos também desafios e dificuldades na casa do migrante, tem muita coisa que a casa fez que não é função dela, mas que tem muitos voluntários que ajuda neste processo. O município atende brasileiros e o Centro de Pastoral o imigrante estrangeiro, mas também brasileiros. A casa era pra ser fechada em 2013, pois mudaríamos para outro campo, porém, quando ela ia ser fechada chegaram os imigrantes haitianos e aprendemos muitas coisas para dar assistência além da acolhida, pois se tornou um outro disparador de políticas públicas, a casa recebe e encaminha para a assistência pública. O Serviço Público não da conta de capacitar o migrante, nós passamos a fazer, olha só, a casa tem três professores de português voluntários, o português é necessário, temos também curso de formação de trabalho, encaminhamento de criança para escola pública, a maior dificuldade é a creche, documentação e regulamentação, temos o Ministério do Trabalho dentro do Centro de Pastoral para promover o acesso ao trabalho e qualificação e documentação e temos mais de 100 funcionários para esse serviço. [sic] (Informação verbal) Vitaliano (2018).

Para o Ministério do Trabalho do Estado de Mato Grosso (instituição que foi extinta pelo Governo Federal em 2019), há uma relação intrínseca com o Centro de Pastoral para o Migrante. Representada pela agente pública Marilene Girardi, que falou sobre a aproximação com a Pastoral a fim de atender ao grande fluxo de haitianos que estavam chegando a capital de Mato Grosso a partir de 2013, foi destacado os desafios e perspectivas sobre o atendimento, encaminhamento do migrante ao mercado de trabalho, destacando que o principal desafio é auxiliar na permanência dos haitianos no emprego formal e a busca por novas vagas de trabalho. Sendo assim, Girardi (2018)³⁵ relata afirmando que:

³⁵ Marilene Girardi, representante do Ministério do Trabalho do Estado de Mato Grosso (MTb-MT). Cuiabá, 2018. Palestra.

O Ministério do Trabalho continua até o final do ano de 2018 e precisamos nos mobilizar para manter o Ministério do Trabalho e a nossa preocupação é o desmantelamento dos processos de fiscalização. Primeiramente, atuamos providenciando os documentos, garantimos a regulamentação do trabalho formal para todos, com todos os direitos trabalhistas, para brasileiros e estrangeiros. A partir de 2013, nessa época estávamos no Centro de Pastoral ajudando como voluntários e começamos a sentir a necessidade de um trabalho mais afetivo por parte do Ministério do Trabalho, onde o Centro de Pastoral conseguiu um Termo de Cooperação Técnica entre o CPM e MT para permanecer na Pastoral por mais tempo. Esse termo tem como finalidade garantir ao migrante orientação de direitos e deveres na Legislação Trabalhista, pois sentimos a necessidade que esses trabalhadores entrassem no mercado de trabalho sendo orientados através de palestras, acompanhamos também nas rescisões de trabalho, na emissão de Carteira de Trabalho, fizemos cadastro de empresas de forma espontânea ou não, para promover a inserção do imigrante para contrato nas empresas. Depois da Copa de 2014 diminuiu muito as vagas de emprego, agora com a crise, que foi exposta em 2017, como mais de 13 milhões de empregados. A Organização Internacional do Trabalho nos ajudou muito no acesso ao emprego, principalmente para a comunidade haitiana, mediando também o acesso ao emprego por meio de cursos com parceria com SENAI, empresas voluntárias para capacitar o migrante para trabalhar por conta própria. O Ministério do Trabalho no Centro de Pastoral encaminha só para trabalho formal, diárias, contratos irregulares não fazemos. Atualmente, conseguimos encaminhar para o trabalho uma média de 70% dos migrantes. Também monitoramos o migrante para que consigam permanecer no trabalho, o nosso desafio hoje é conseguir vagas de trabalho. [sic] (Informação verbal) Girardi (2018).

Podemos observar através deste espaço de diálogos entre as entidades e migrantes, que o CPM se tornou uma instituição mediadora de políticas assistenciais, para isso, observamos a ligação destes órgãos públicos com a Pastoral, ou seja, os haitianos reconhecem que a SMADSDH e o MTb-MT tem desenvolvido os serviços assistenciais conforme relatado nos debates e que na maioria dos casos, não conseguiriam ter acesso a essas assistências se não houvesse mediação do Centro de Pastoral.

Jacques Duckson³⁶, presidente da Organização de Suporte das Atividades dos Migrantes do Brasil (OSAMB), expôs a principal preocupação dos haitianos residentes em Cuiabá, que se refere as políticas públicas de permanência dos migrantes no Brasil, pois o principal desafio da comunidade haitiana é a sua regularização em relação ao Visto de Permanência em território brasileiro. Foi destacado a burocracia na aquisição do documento e após conseguirem, percebem que o Visto Permanente não é permanente, pois no documento é registrado uma data de validade. Com base neste anseio, Duckson, mediou a criação da OSAMB a fim de

³⁶ Jacques Duckson, Presidente da Organização de Suporte das Atividades dos Migrantes no Brasil (OSAMB). Cuiabá, 2018. Palestra.

buscar junto ao Poder Público a criação/promoção de leis que resguardam os migrantes. Duckson (2018) relata a seguir:

A Osamb é uma instituição que trabalha para fazer a capacitação dos Haitianos em Mato Grosso, criamos leis e mandamos para o Poder Público validar, ajudar o migrante a trabalhar sem ser escravizado, saber os direitos e deveres dos migrantes na sociedade, por isso estamos discutindo até hoje, todo mundo tem o direito de uma vida digna, a Osamb ajuda não só o haitiano, mas todo migrante a ser reconhecido como ser humano, trabalhamos sob três palavras: união, comunicação e ação, tem ligação com a Defensoria Pública e OAB, essa parceria para ajudar a chegar numa lei de migração passa ser comunicada a todas as instituições para nos defender e isso a Osamb tá fazendo. [sic] (Informação verbal) Duckson (2018).

Em entrevista realizada com Jacques Duckson em 2017 e transcrita logo após, o Presidente da OSAMB descreveu como processa-se os procedimentos de aquisição do visto permanente, caracterizando as etapas e a frustração ao descobrir que o documento não é permanente:

Entrando no Brasil, mas o Brasil tem um acordo com o Haiti feito eu acho que em 1997, que foi um acordo que no momento que o haitiano pisou no território do Brasil, essa pessoa vai ser analisada, vai ser um processo na Polícia Federal, essa pessoa vai receber um protocolo, esse protocolo é analisado na CONAR, então o CONAR é Comitê Nacional de Refúgio e Migração, então eles vão estudar a possibilidade e depois vai a a oportunidade de uma permanência no país, aí eu peguei quando todo mundo vem, é um processo que demora mais ou menos um ano, mas tem pessoa que passa cinco meses e já publicou no Diário Oficial, o nome da pessoa tem que ser publicado no Diário Oficial, aí que você tem, que você pega o documento que é a permanência, que se chama cédula. Então esse documento a gente recebe, só que diz que é permanente, só que não é permanente. [sic] (Informação verbal) Duckson (2017).

O OSAMB, surgiu da preocupação de Duckson em se ver e observar um grande fluxo de haitianos chegando ao Brasil e passando por dificuldades, sobrevivendo a um quadro de vulnerabilidade social a qual motivou a criação da OSAMB, instituição que atende no âmbito nacional, com sede em Cuiabá, atendendo os imigrantes de todas as nacionalidades. Duckson (2017) relata:

Então aí que eu vi que eu passei tanta dificuldade, eu passei tanta dificuldade, aí eu peguei, falei não, a gente vai organizar até porque nós podemos conquistar muita coisa, aí depois eu peguei e falei tudo bem e fiquei um tempo, mais ou menos uns cinco meses, eu tava falando um pouco melhor, aí nós fomos organizar, procuremos outros haitianos, nós procuramos outros, e já montamos a ong, a OSAMB, Organização de Suporte das Atividades dos Haitianos no Brasil, e aí continuando, continuando até surgiu essa conferência e depois foi participando e me dou essa oportunidade e fui eleito delegado nacional para participar em São Paulo, cheguei em São Paulo, aí a metodologia tinha um conceito, ele escolheu uma pessoa para representar a sua nação, cada nação tinha um representante, aí eu fui representante de todos os haitianos do Brasil. [sic] (Informação verbal) Duckson (2017).

E foi através da OSAMB, que Duckson conseguiu mediar ações para promoção de políticas públicas a fim de beneficiar o imigrante, buscando desenvolver ações para diminuir os processos burocráticos, a criação de uma nova lei para o migrante que hoje, resultou na Lei 13.684 de 21 de junho de 2018 (descrita no Apêndice 5), que dispõe do acolhimento a pessoas em situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária. Duckson (2017) ilustra

Teve umas conferencias livres, então essas conferencias só pra a gente reivindicando, ou seja, procura uma forma na realidade dos migrantes as necessidades pra ver como que pode resolver a situação burocrática e tal, então e daí nós montamos umas propostas no brasil todo e já até chegou em uma resolução e transformou em um ante projeto, e essa ante projeto, está no Ministério da Justiça e tem uma comissão com umas pessoas que ficaram de analisar esse ante projeto, que já entregou para ministro da justiça, ele recebeu e faz o que, levar analisar esse processo e depois sair um relatório final, eu fui e acompanhei e tal, até tinha esta constituição estrangeira, mas este anta projeto se transformou em um projeto e já entrou na Câmara dos Deputados, passou no senado, passou na Presidência e ele ja sancionou essa lei, que vai essas nova lei migração no brasil, essa nova lei, vai ter mais oportunidade para os migrantes. (...) aprendi com eles, escutar a realidade, o sofrimento deles, a burocracia que eles passaram e que estão passando necessidades e tals, e o centro pastoral para o migrante, uma casa lá, eles também apoiaram o nosso movimento. [sic] (Informação verbal) Duckson (2017).

Segundo Duckson, a OSAMB em parceria com a OAB-MT, conseguiu orientações e auxílio para buscar junto ao poder público uma possibilidade de relatar as dificuldades encontradas pelos haitianos e seus desafios a fim da obtenção de melhoria de vida através de leis que aparam o migrante. Flavio Ferreira³⁷, representante da Ordem dos Advogados do Brasil em Mato Grosso expõe o vínculo entre a OSAMB e a OAB-MT:

Quando a gente viu essa questão dos migrantes haitianos em Mato Grosso, principalmente a partir de 2013, entramos em contato com o Duckson da OSAMB para fomentar diálogos, pois muitas vezes o Poder Público está omisso nessas discussões. Buscamos elucidar os migrantes juntamente com a OSAMB sobre as leis de migração através das leis 13445 e 13684 de 2018 e a lei de refugiados número 9474. Buscamos elucidarem para tenham acesso ao trabalho, educação e saúde para que o Estado não ache que está fazendo um favor, mas que cumpra sua obrigação para atender o migrante, acolher o migrante e criar leis para isso, com base na Declaração Universal dos Direitos Humanos. [sic] (Informação verbal) Ferreira (2018).

O Policial Federal Germano Guarim³⁸, também relatou sobre a importância do CPM para intermediação dos haitianos com a instituição policial e citou os desafios encontrados pela Órgão Público, principalmente pela falta de agentes, que torna o

³⁷ Flavio Ferreira. Representante da Ordem dos Advogados do Brasil em Mato Grosso (OAB-MT). Cuiabá, 2018. Palestra.

³⁸ Germano Guarim, representante da Polícia Federal (PF). Cuiabá, 2018. Palestra.

processo de solicitação de refúgio e/ou permanência mais burocrático, conforme caracterizado:

A PF em Cuiabá não é porta de entrada do imigrante, a porta de entrada é a fronteira, na verdade, a porta de entrada dos imigrantes aqui é a aérea e aqui ao entrar consegue o refúgio, mas a PF não tá preparada para receber muitos migrantes, quando o migrante chega, tem que agendar, não é pra agendar é pra atender de imediato, mas não temos estrutura para pessoa chegar e ganhar seu refúgio de imediato, o refúgio é na entrada mas infelizmente o que podemos fazer estamos fazendo, é difícil, é difícil, nos trabalhamos só com duas pessoas para atender todo mundo, é quase impossível, o Centro de Pastoral é o brilho em Cuiabá é o apoio maior, a Defensoria Pública da União também ajuda a gente. A PF no momento só pode no momento registrar Carteira de Trabalho ou Refúgio, essa é a obrigação da PF, é o protocolo da Instituição. Se a gente pudesse fazer tudo de uma vez seria até melhor e ajudar todos, da até de fazer multirão, mas temos a falta de funcionários para isso. Hoje Cuiabá não não temos consulados, isso deixa mais difícil todo processo, a PF parece polícia mas ela não é só polícia, ela buscar ajudar a todos. [sic] (Informação verbal) Guarim (2018).

O Seminário Fluxos Migratórios encerrou com a produção de um documento denominado de Carta de Migração de Mato Grosso (Apêndice 6), a qual os palestrantes advertiram sobre o contexto atual pelo qual o Brasil está passando, onde observamos a perda de direitos e das dificuldades para o estabelecimento de políticas públicas, além do aumento da intolerância para com os migrantes. A Carta, segundo Pasquis (2018, não paginado) tem como objetivo:

Demandar e orientar a construção de Políticas Públicas adequadas ao redor de quatro eixos principais. O primeiro eixo é o de Políticas Públicas Migratórias adequadas, considerando as questões de acolhimento, saúde, trabalho, educação e moradia. O segundo eixo, de Políticas Públicas Educativas, procura garantir a integração e inclusão na cultura brasileira, começando pela aprendizagem do idioma, mas respeitando sempre a interculturalidade. O terceiro eixo trata de Políticas Públicas de Saúde para todas e todos e o quarto eixo aborda Políticas Públicas de Direitos Humanos, que além de todos os aspectos já citados, precisa considerar relações de gênero, direitos das crianças e adolescentes, idosos, pessoas com deficiência e todos os grupos em situação de vulnerabilidade.

Em entrevista com o presidente da Associação de Defesa dos Haitianos, Imigrantes e Migrante em Mato Grosso (ADHIMI-MT), Clesius Monestine, que relatou os desafios da entidade perante a falta de recursos, porém, encontrou apoio e parceria junto a Centro de Pastoral para Migrante e a Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso conforme apontado subsequentemente:

A casa Pastoral para o Migrante é uma das parcerias que temos, que trabalhamos junto né, pra melhorar as condições dos haitianos, nós também tem alguns limite que a casa do Migrante tem apoio da Igreja Católica e também financeiramente, que facilita as coisas, então, talvez, a precisa de uma coisa lá, a gente pede, pra ver o que pode fazer, tem também da Defensoria Pública que a gente tem parceria, que dá curso pra gente vence

a barreira, encontrando no dia a dia deles. [sic] (Informação verbal) Monestine (2018).

A ADHIMI-MT, segundo Monestine (2017) “surgiu a partir de outubro de 2014, então, daí, dia 31 de dezembro de 2014 a gente determina de funda essa Associação para poder apoio mais o haitianos.” [sic] (Informação verbal). A entidade ainda não possui estrutura para atender todos os municípios de Mato Grosso, possuindo uma abrangência mais próxima a capital mato-grossense. Monestine (2017) afirma esta informação e caracteriza o processo de atendimento:

Nós sempre fica quase entender todos os casos dos haitianos que estão aqui em Mato Grosso, principalmente a cidade mais perto de Cuiabá, porque hoje eu não consegui chegar em todo município de Mato Grosso. Buscamos ajudar todos os haitianos, na justiça, em geral, no trabalho, na questão pena, saúde, na educação. Então a gente sempre fica trazendo o que pode trazer pra ajuda eles, pra melhorar a vida dele, a gente vê os problemas e busca as soluções. [sic] (Informação verbal) Monestine (2018).

De acordo com os relatos apresentados e as análises realizadas, podemos compreender o papel do Centro de Pastoral para Migrante como mecanismo mediador para políticas públicas de assistência a qual tem atendido aos haitianos através ações que tem ajudado a minimizar as diferenças sociais e facilitar o processo de adaptação no processo de reterritorialização.

O principal destaque quando analisamos as necessidades e desafios aos haitianos no acesso a assistência em políticas públicas é que há burocracia, os serviços públicos ainda são precários, observamos a falta de funcionários, a precarização de instituições, os retrocessos do novo Governo Federal que no dia 08 de janeiro de 2019 saiu do pacto de migração da ONU, como também da extinção da Ministério do Trabalho.

No momento atual, a principal preocupação dos haitianos se refere a sua regularização no Brasil, pois o visto permanente tem data de validade, o que ocasiona o temor ao findar da validade, o que faz muitos migrantes questionarem se conseguirão ou não a renovação do documento. A apreensão de serem obrigados a deixarem o Brasil, a passarem novamente por um processo de desterritorialização que poderá ou não ser traumático como ocorreu com muitos haitianos ao emigrarem para o Brasil.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em 1998, foi lançado uma das maiores obras cinematográficas brasileiras, sendo indicado a maior premiação do cinema mundial, o “Oscar”. O filme é “Central do Brasil”³⁹, de Walter Salles, conta a história de Dora, uma professora que escreve cartas para analfabetos na Estação Central do Brasil na cidade do Rio de Janeiro (RJ), e por uma tragédia ela conhece um garoto que acabara de perder a mãe em um atropelamento. Certamente, muitos brasileiros conhecem e/ou assistiram esse filme, mas, qual a sua relação com esta dissertação que trata das territorialidades haitianas em Cuiabá (MT)?

Este filme demonstra o processo de busca pela família do garoto que mora na região Nordeste do Brasil, Dora, viu que o garoto não possuía família no Rio de Janeiro e decidiu ajudá-lo a encontrá-la, a qual era o pai que ele nunca conheceu. “Central do Brasil” é uma mistura de sensações e sentimentos, principalmente pelo desconhecido, onde Dora e o garoto, não sabiam o final de suas histórias, mas tinham esperança. É nesta conjuntura que nos deparamos com este trabalho, pois compreendemos que um país (Haiti), localizado no Mar do Caribe, em toda sua história, foi marcada por desventuras, desde o momento onde os primeiros colonizadores/exploradores adentraram seu território, oprimindo os nativos, escravizando e produzindo conflitos que perduram até hoje.

Todas estas contrariedades produziu na população haitiana o desejo de imigrar-se, não por vontade própria, mas pelo desejo de buscar uma vida melhor, ou seja, está enraizado na identidade dos haitianos o querer imigrar, partir em diásporas, é resultado de séculos de opressão imperialistas, que tornou este país no mais pobre do continente americano, ou seja, não foi o terremoto ocorrido em 2010 o precursor deste processo, mas fatos históricos que levaram a sua população a imigrar. Poderíamos comparar os haitianos ao garoto do filme “Central do Brasil”, sem perspectiva de futuro, viu em Dora uma esperança de conseguir um futuro melhor e partir em busca de um lugar, de alguém em comum ou que aceite as suas similaridades.

A MINUSTAH foi o órgão motivador que influenciou os haitianos a se desterritorializarem da ilha caribenha e se reterritorializarem no Brasil após o

³⁹ CENTRAL do Brasil. Direção: Walter Salles, Produção: Arthur Cohn; Martine de Clermont-Tonnerre. Brasil; França: Europa Filmes; Sony Pictures Classics, 1998, 1 DVD.

terremoto de 2010. Todo processo de diáspora até o território brasileiro não foi fácil! Principalmente no início, onde havia uma grande quantidade de haitianos querendo imigrar para este país, sendo que não havia políticas públicas para recebê-los em condição de refugiados ambientais, ou seja, poucos vistos de acesso ao Brasil e milhares de haitianos buscando a sobrevivência, os condicionando em situações precárias, de ilegalidade, sofrendo arbitrariedades de agenciados no Peru e sendo impedidos de atravessarem a fronteira brasileira.

Nos dias atuais, diminuiu-se o número de haitianos imigrando para o Brasil, o que observamos que os que já residem neste território, buscam seus familiares para vir morar aqui, no entanto, o processo imigratório está mais justo, pois a maioria adentrar em território brasileiro portanto o visto de entrada e a rota utilizada nos primórdios (após do terremoto de 2010) não mais se utiliza.

Em nenhum momento observamos a resistência de brasileiros com os haitianos, mas especificamente em Cuiabá. Certamente, quando os primeiros imigrantes da ilha caribenha chegaram a capital mato-grossense, ocorreu um certo estranhamento, mas devido as condições não claramente compreendidas pelos brasileiros, como o porquê de os haitianos estarem aqui? Após compreensão desta questão, houve uma sensibilização, tanto que todos sujeitos entrevistados apresentaram uma “simpatia” entre os cuiabanos e os haitianos.

O Centro de Pastoral para o Migrante é o principal instrumento de apoio e ajuda aos estes imigrantes, que hoje nós o denominamos de “novos cuiabanos”, mesmo passados oito anos deste o terremoto, até os dias atuais observamos a influência desta instituição e a sua grande representatividade no apoio ao haitiano no estado de Mato Grosso. Não encontramos nenhum órgão, comissão, coordenação do poder público que estivesse ligado diretamente ao atendimento dos haitianos. O atendimento em geral, foi deixado sob responsabilidade do CPM, o que observamos atualmente é um apoio do Estado, sem reponsabilidade e iniciativa social.

A união da identidade haitiana foi importante, pois formou-se uma comunidade que passou a produzir territorialidades no espaço urbano de Cuiabá, reconstruindo e/ou reproduzindo sua identidade, a fim de minimizar a condição de vulnerável social. Foi através dos espaços públicos que houve o fortalecimento desta identidade, é mediante a uma centralidade produzida para fortalecer esta comunidade, por intermédio dos encontros, da socialização, do auxílio, de debates e reuniões; facilitando o processo de reterritorialização.

A religião foi um dos principais instrumentos que auxiliaram os haitianos a se adaptarem a este novo espaço, pois além dos espaços públicos e centralidade mencionados no parágrafo anterior, as instituições religiosas permearam ajuda humanitário e sociabilidades entre haitianos e brasileiros, quando muitas igrejas se adaptaram a identidade dos novos cuiabanos, para o processo reterritorialização não ocorresse de forma penosa.

Se analisarmos, compreenderemos que a principal ação motivadora para produção do processo de desterritorialização é a condição financeira. Os seres humanos não nascem fadados a deixar o seu território, é necessário que exista um fator de conflito que promova esta ação, sendo que não buscamos outros territórios iguais ou piores aos territórios de onde partimos, buscamos melhoria de vida, e o emprego é instrumento que auxilia neste processo de reterritorialização, pois é através da sua colocação no mercado de trabalho que promove a melhoria da vida, que é conquista da moradia, condições financeiras para se alimentar, sociabilizar e entre outros; obtendo condições de deixar o aspecto de sobrevivente para vivente.

Entendendo o processo de desterritorialização no Haiti e sua reterritorialização no Brasil - em específico Cuiabá – nos permite analisar a persistência dos haitianos em manter a sua identidade em um território, desenvolvendo um sentimento de pertencimento ao novo espaço vivido e assim, produzindo/reproduzindo a sua identidade.

As políticas públicas de assistência aos haitianos em Cuiabá é uma realidade, mesmo de forma precária é possível observar entidade filantrópicas, ongs, e órgãos públicos mediando ações para minimizar a vulnerabilidade social, no entanto, o principal temor é a questão do acesso ao visto permanência, que tem data de validade e a sua aquisição é burocrática.

É através desta persistência que podemos refletir sobre o sentido das Territorialidades Haitianas em Cuiabá, aonde a necessidade, de adquirir direitos e igualdade na sociedade impele em um desejo de unidade a fim de buscar os direitos, adquirir acesso à educação, saúde e melhoria de vida, ainda, lutar contra a xenofobia.

Imigrar para um novo país é árduo, principalmente quando as relações culturais são diferentes, e o que mais dificulta é a ação que promoveu esta imigração. Certamente, na maioria dos casos, o processo de emigração não ocorreu por vontade própria do indivíduo, mas devido a ações que obrigaram a desterritorialização. A

migração deve ser administrada e não combatida, pois o migrante é um ser humano em busca de melhoria de vida e não um criminoso.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENCAR, A. P.; **Análise da condição jurídica dos caracterizados refugiados ambientais do Haiti no Brasil**. 2013. Disponível em:

<<https://jus.com.br/artigos/24288/analise-da-condicao-juridica-dos-caracterizados-refugiados-ambientais-do-haiti-no-brasil/3>>. Acesso em: 18 jun. 2017.

ALVAREZ, M. L. O. A.; In: Revista Intercâmbio, 2012. **(Des) Construção de Identidade Latino-americana herança do passado e desafios futuros**. Disponível em: <<http://unb.revistaintercambio.net.br>>. Acesso em: 01 jun. 2017.

ASSIS, G. O.; A “diáspora” Haitiana rumo ao Brasil e os desafios à política migratória brasileira: migrantes indesejados? **Faed**. 2012. Disponível em:

<http://www.faed.udesc.br/arquivos/id_submenu/1416/artigoglauciahaitianosnobrasil2012.pdf>. Acesso em 21 out. 2017, p. 1-16.

BADIE, B.; **O Fim dos Territórios – ensaio sobre a desordem internacional e sobre a utilidade social do respeito**. 1. Lisboa: Instituto Piaget (Brasil), 1995.

BALBI, J. C. S.; In: Slide Share, 2009. **Tipos de pesquisa**. 2009. Disponível em: <<https://pt.slideshare.net/joaobalbi/20-mtodos-e-tcnicas-de-pesquisa>>. Acesso em: 28 mar. 2013.

BARBOSA, B.; 2017. Intitulada “**Trabalhadora que era modelo no Haiti denuncia padaria de Cuiabá**”, o artigo completo do Portal G1 Mato Grosso pode ser encontrado em: <<https://g1.globo.com/mato-grosso/noticia/jovem-que-era-modelo-no-haiti-denuncia-padaria-de-cuiaba-por-situacao-analoga-a-escravidao.ghtml>>. Acesso em: ago. 2018.

BARROS, R. P. de; HENRIQUES, R.; MENDONÇA, R.; Desigualdade e pobreza no Brasil: retrato de uma estabilidade inaceitável. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. v.15, n.42, p.123-142, 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v15n42/1741.pdf>> Acesso em: 25 jun. 2017.

BARTHELEMY; **TV Folha: O fim da MINUSTAH**. Haiti, 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Dwqs-E3rub0>>. Acesso em: 17 fev. 2018.

BAUMAN, Z.; **identidade: entrevista a Benedetto Vecchi**. 2005. Rio de Janeiro: J. Zahar.

BESEN, D. C. **O Haiti nos tempos de cólera: A segurança humana e o papel das organizações não governamentais nas tragédias haitianas**. 2013. Disponível em: <<https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/23756/23756.PDFXXvmi=>>>. Acesso em 06 nov. 2017.

BONI, V.; QUARESMA, S. J.; Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Em tese: Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**, v. 2, n. 1, p. 1-13, jan./jul. 2005. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/viewFile/%2018027/16976>>. Acesso em: 18 jan. 2018.

BORGES, D.; Entrevista para o Programa A Liga: **Refugiados no Brasil**. Brasília, 2013. Entrevista. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Vto0UhZCbsE>>. Acesso em: 17 fev. 2018.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição**: República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 18 jan. 2018.

_____, **Resolução Normativa do Conselho Nacional de Imigração n. 97, de 12 de janeiro de 2012**. Dispõe sobre a concessão de visto permanente previsto no art. 16 da Lei n. 6.815, de 19 de agosto de 1980, a nacionais do Haiti. Brasília. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 18 jan. 2018.

BETHWELL, A. O.; **História Geral da África: África do século XVI, ao XVIII**. 8. Brasília: UNESCO, 2010. Disponível em: <<http://portaldoprofessor.mec.gov.br/storage/materiais/0000015108.pdf>>. Acesso em: 18 jan. 2018.

BRISKIEVICZ, M.; Territorialidade e identidade: um patrimônio no desenvolvimento territorial. **Caderno Prudentino de Geografia**. n. 31, v.1, 2009 Presidente Prudente, p. 03-16, 2009.

CALLAI, H. C.; Aprendendo a ler o mundo: a geografia nos anos iniciais do ensino fundamental. **Caderno Cedes**, Campinas, vol. 25, n. 66, p. 227-247. mai./ago. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32622005000200006&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 18 jan. 2018.

CANCLINI, N. G. **Culturas Híbridas**: Estratégias para entrar e sair da modernidade. 4. São Paulo: EDUSP, 2008.

CARBALLO, M.; NERUKAR, A. Migration, refugees, and health risks. **Emerging Infectious Diseases**, v.7, n.3, p.556-560. 2001. Disponível em: <https://wwwnc.cdc.gov/eid/article/7/7/01-7733_article> Acesso em: 25 jul. 2018.

CARLOS, A.F.A. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. **A cidade. Repensando a Geografia**. 6ª ed., São Paulo: Contexto, 2001.

_____. **Espaço-tempo na metrópole**: a fragmentação da vida cotidiana. São Paulo: Editora Contexto, 2001. 368p. ISBN: 85-7244-185-9.

_____. **O Espaço urbano**: novos caminhos escritos sobre a cidade. São Paulo: Contexto, 2004.

_____. **O lugar no/do mundo**. 1. São Paulo: Labur Edições, 2007.

CASTROGIOVANI, A. C.; **Ensino de geografia: práticas e textualizações no cotidiano**. 1. Porto Alegre: Mediação, 2000.

CAVALCANTI, L. S.; **Geografia, escola e construção de conhecimentos**. 5. Ed. Campinas: Papirus, 2003.

CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIVERSITÁRIO DE CASCAVEL (UNIVEL). Faculdade de Jornalismo: **O Haiti é aqui!** 2014. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=rkTHzZfhbgM>>. Acesso em: 17 fev. 2018

CHELOTTI, M. C.; PESSÔA, V. L. S. Reterritorialização e Identidade Territorial: os camponeses construindo novas territorialidades na fronteira Brasil/Uruguai. In: **12^a Encontro de Geógrafos de América Latina**, 2009, Montevideo, Uruguai. Anais do 12^a EGAL, 2009. p. 1-17. Disponível em: <<http://www.lagea.ig.ufu.br/biblioteca/artigos/egal2009.pdf>> Acesso em: 16 out. 2014.

_____. A Dinâmica territorialização-desterritorialização-reterritorialização em áreas de reforme agrária na Campanha Gaúcha. **Campo – Território: Revista de Geografia Agrária**. v. 8, n. 15. 2010. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/22080/12054>>. Acesso em 16 set. 2016.

COGGIOLA, O.; Haiti: terremoto, colonização e resistência. **Olho na História**. Salvador (BA), n.14. 2010. Disponível em: <<http://oohodahistoria.ufba.br/wp-content/uploads/2016/03/coggiola-2.pdf>>. Acesso em: 17 out. 2015.

COMITÊ NACIONAL PARA OS REFUGIADOS. **Resolução Normativa n. 17**, de 20 de setembro de 2013. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/dl/resolucao-siria-refugiados.pdf>>. Acesso em: 07 out. /2017.

COTINGUIBA, G. C. **Imigração Haitiana para o Brasil** – a relação entre trabalho e processos migratórios. 2014, 155 f. Dissertação (Mestrado em História e Estudos Culturais), Programa de Pós-Graduação História, Universidade Federal de Rondônia – UNIR. Disponível em: <http://www.migrante.org.br/images/arquivos/dissertacao_geraldo_castro_2014.pdf>. Acesso em: 10 out. 2017.

CORRÊA, R. L.; **Território: Globalização e fragmentação**. 5. São Paulo: Hucitec/Anpur, 2002.

CORREIO BRASILIENSE; 2012. Intitulada “**Imigrantes haitianos que tentam entrar no Brasil vivem situação crítica**”, o artigo completo de Correio Brasiliense pode ser encontrado em: <http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/mundo/2012/08/18/interna_mundo,317965/imigrantes-haitianos-que-tentam-entrar-no-brasil-vivem-situacao-critica.shtml>. Acesso em: fev. 2018

CRESPO, M. P.; Um estudo sobre o conceito de território na análise geográfica. In. Encontro de Geografia, 3., 2010, Semana de Ciências Humanas, 6., 2010, Campos

dos Goytacazes, **Anais...** disponível em:
<<http://www.essentiaeditora.iff.edu.br/index.php/ENGEIO/article/download/1680/863>>
. Acesso em 15 mai. 2017.

DANTAS, E. M.; MORAIS, I. R.; **Território e territorialidade: abordagens conceituais**. 1. João Pessoa: Ideia, 2008, p. 1-17. Disponível em:
<<https://pt.scribd.com/document/343286526/07-Territorio-e-territorialidade-pdf>>.
Acesso em: 12 mar. 2017.

Defensoria Pública da União; Refúgio, migrações e os desafios da Defensoria Pública da União. **Revista Diplomacia Civil**. 2015. GT Migrações e Refúgio. 1 f. Disponível em:
<http://www.dpu.def.br/images/esdpu/jornaldpu/edicao_3/Artigo_4_-_Ref%C3%BAgio_migra%C3%A7%C3%B5es_e_os_desafios_da_Defensoria_P%C3%BAblica_da_uni%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2018.

DREYER-EIMBCKE, O.; **O descobrimento da Terra: história e histórias da ventura cartográfica**. São Paulo: Edusp; 1996.

ESCOTO, R. **Construção do Estado e democratização do Haiti: uma análise das intervenções da ONU sob o enfoque da segurança humana (1993-1996 e 2004-2008)**. 2009, 150 f. Dissertação de mestrado, (Área de concentração: Política Internacional e Concentrada). Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, UnB. Brasília. Disponível em:
<http://www.repositorio.unb.br/bitstream/10482/4933/1/2009_RobertoEscoto.pdf>.
Acesso em: 10 out. 2017.

FARIA, Andressa V. **A diáspora haitiana para o Brasil: o novo fluxo migratório (2010-2012)**. 2012. Tese de Doutorado. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia–Tratamento da Informação Espacial da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Belo Horizonte/MG.

FARRET, R. L.; PINTO, S. R.; América Latina: da construção do nome à consolidação da ideia. **Topoi**. v.12. n. 23. p. 1-13. 2016. Disponível em:
<<http://www.scielo.br/pdf/topoi/v12n23/1518-3319-topoi-12-23-00030.pdf>>. Acesso em 24 abr. 2017.

FACHIN, P.; JUNGES, M. “Haitianos: os novos imigrantes do Brasil. Entrevista especial com Duval Magalhães e Sidney da Silva”. In: Centro Scalabriniano de Estudos Migratórios. **Novos fluxos migratórios: uma nova questão social**. 2012. **Resenha MIGRAÇÕES NA ATUALIDADE**, Ano 23, nº 88, set. 2017. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/45912-haitianos-os-novos-imigrantes-do-brasil-entrevista-especial-com-duval-magalhaes-e-sidney-da-silva>>. Acesso em: 12 nov. 2017.

FRANCETTE; TV Folha: **O fim da MINUSTAH**. Haiti, 2017. Disponível em:
<https://www.youtube.com/watch?v=Dwqs-E3rub0>>. Acesso em: 17 fev. 2018.

FERNANDES, J. L. J.; Implantação de projetos de desenvolvimento, desterritorialização e vulnerabilidade das populações: o caso da construção de

barragens. In Encontro Internacional sobre Pobreza, 4, 2008, Málaga, Espanha. **Anais....** Disponível em: <<https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/13831/1/Desterritorializa%C3%A7%C3%A3o%20e%20barragens.pdf>>. Acesso em 19 set. 2017.

FERNANDES, D.; CASTRO, M. C. G.; RIBEIRO, C. **Migração Haitiana para o Brasil: Minas Gerais como destino, a fala dos haitianos**. XVI Seminário sobre Economia Mineira. CEDEPLR/UFMG. Diamantina 16 a 20 de setembro de 2014. São Paulo. Disponível em: <<http://diamantina.cedeplar.ufmg.br/2014/site/arquivos/migracao-haitiana-para-o-brasil.pdf>>. Acesso em: 12 jan. 2018.

FERREIRA, D. S.; Território, Territorialidades e seus Múltiplos enfoques na ciência Geográfica. **Campo – Território**: Revista de Geografia Agrária. v. 9, n. 17. 2014. Disponível em: <seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/19883/14380>. Acesso em: 10/7/2017.

FIGUEIREDO, C. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. 1913. Disponível em: <dicionario-aberto.net/dict.pdf>. Acesso em 18/10/2017.

GIL, A. C.; **Como elaborar projeto de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

_____. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, P. C. C.; O conceito de região e sua discussão. In: CASTRO, I. E. de.; _____.; CORRÊA, R. L.; **Geografia: conceitos e temas**. 5. Ed. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2003.

GOTTMANN, Jean. política estadual e geografia. **Boletim Campineiro de Geografia**. Campinas, v. 2, n. 3, p. 1-23, 2012. Disponível em: <http://agbcampinas.com.br/bcg/index.php/boletim-campineiro/article/viewFile/86/2012v2n3_Gottmann>. Acesso em: 12 set. 2017.

GUIMARÃES, H. V. F.; O desassossego jesuítico: Resistência indígena a colonização Cristã na América portuguesa do XVI. Encontro de História Anpuh-Rio, 13, 2008, Rio de Janeiro. **Anais...** Disponível em: <http://encontro2008.rj.anpuh.org/resources/content/anais/1212975222_ARQUIVO_ApresentacaoANPUHRJ2008.pdf>. Acesso em: 24 abr. 2017.

HAESBAERT, R.; O binômio território-rede e seu significado político-cultural. In: **A Geografia e as transformações globais: conceitos e temas para o ensino**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1995.

_____. **Des-territorialização e identidade: A rede “gaúcha” no Nordeste**. Rio de Janeiro: EDUFF, 1997.

_____. Identidades Territoriais. In: CORREA, R. L.; ROSENDAHL, Zeny (org.). **Manifestações da Cultura no Espaço**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999. P. 167 a 190.

_____. **Territórios Alternativos**. Niterói: Ed. UFF; São Paulo: Contexto, 2002

_____. **O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

_____. **Territórios Alternativos**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2006. 173p.

_____. LIMONAD, E.; O território em tempos de globalização. In **etc, espaço, tempo e crítica – Revista Eletrônica de Ciências Sociais Aplicadas**; n. 2 (4), v. 1, 2007. Disponível em: <http://www.academia.edu/25386490/O_territ%C3%B3rio_em_tempos_de_globaliza%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: 12 jun. 2017.

_____. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. 2 ed. rev. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

HALL, S.; **A Identidade cultural na Pós-Modernidade**, Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HANDERSON, J. **Diáspora: As dinâmicas da mobilidade haitiana no Brasil, no Suriname e na Guiana francesa**. 2015, 430 f. Tese de doutorado defendida no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional- UFRJ, Rio de Janeiro. Disponível em: <laemiceppac.files.wordpress.com/2015/06/tese-de-joseph-handerson.pdf>. Acesso em: 10 out. 2017.

HARRIS, J. E.; A diáspora africana no Antigo e Novo Mundo. In. OGOT, B. A.; (editor). **História Geral da África: África do século XVI, ao XVIII**. Brasília: UNESCO, 2010. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0019/001902/190253POR.pdf>>. Acesso em: 11 abr. 2017.

HURBON, L. **O Deus da resistência negra: o vodu haitiano**. São Paulo: Edições Paulinas. 1987.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Brasília, 2018. **Indicadores conjunturais (2018)**. Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa_resultados.php?id_pesquisa=149>. Acesso em: 5 jul. 2018

ITABORAHY, N. Z.; **A Geografia, o conceito do Território e os processos de Territorialização das Comunidades Quilombolas: primeiras aproximações**. 2015. Disponível em: < <http://www.ufjf.br/nugea/files/2010/09/A-Geografia-o-conceito-do-territ%C3%B3rio-e-os-processos-de-territorializa%C3%A7%C3%A3o-das-comunidades-quilombolas.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2016.

JAMES, C. L. R. 2010. **Os jacobinos negros: Toussaint L'Ouverture e a revolução de São Domingos**. São Paulo: Boitempo Editorial.

JOSEPH; TV Folha: **O fim da MINUSTAH**. Haiti, 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Dwqs-E3rub0>>. Acesso em: 17 fev. 2018.

KENKEL, K. M. & MORAES, R. F. de (org.). 2012. **O Brasil e as operações de paz em um mundo globalizado**: entre a tradição e a inovação. Brasília: Ipea.

KOZENIESKI, E. M.; MEDEIROS, R. M. V. (2008) O Processo de Reterritorialização dos moradores no condomínio Campos do Cristal em Porto Alegre/RS. Encontro Nacional de Grupos de Pesquisa EGRUP. 4, 2008, São Paulo. **Anais...** Disponível em:

<http://www.geografia.fflch.usp.br/inferior/laboratorios/agraria/Anais%204ENGRUP/trabalhos/kozenieski_e_medeiros.pdf>. Acesso em 01 jun. 2017.

KLIKSBERG, B.; **América Latina**: uma região de risco, pobreza, desigualdade e institucionalidade social / Bernardo Kliksberg; tradução de Norma Guimarães Azeredo – Brasília: UNESCO, 2002. 78p. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001308/130853por.pdf>>. Acesso em: 18 jun. 2017.

LEAL, C.; FONSECA, G. S.; Território: Categoria Geográfica das múltiplas perspectivas. In: **12ª Encuentro de Geógrafos de América Latina**, 2009, Montevideo, Uruguai. Anais do 12ª EGAL, 2009. p. 1-12. Disponível em: <<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Teoriaymetodo/Conceptuales/10.pdf>> Acesso em: 16 out. 2017.

LEFEBVRE, H.; **Espaço e política**. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2008, 192 p.

LEITE, F. P. A.; SANTIN, J. R.; DIAS, J. A.; **Objetivos e metas desenvolvimento do milênio ONU**. Encontro Nacional da CONPED. 4, Florianópolis, 2015. **Anais...** Disponível em: <<https://www.conpedi.org.br/publicacoes/c178h0tg/091ud5at/uuA0HOvMOQ74aJp3.pdf>>. Acesso em: 18 jun. 2017.

LINDÓN, A. **Geografías de la vida cotidiana**. In: HIERNAUX, D.; LINDÓN, A. (dirs.): Tratado de Geografía Humana. Barcelona: Anthropos Editorial-México: Universidad Autónoma Metropolitana-Iztapalapa, 2006. p. 356 – 400.

LOIS, C. C.; RODRIGUES, J. de S. **A construção de uma resposta à imigração irregular haitiana**: uma análise sobre a formulação da Resolução Normativa nº 97/12 no Conselho Nacional de Imigração (CNIG). Direito internacional e direitos humanos II [Recurso eletrônico on-line] organização CONPEDI/UFPB; coordenadores: Andrea Maria Calazans Pacheco Pacífico, Susana Camargo Vieira. – Florianópolis: CONPEDI, 2014. Disponível em: <<http://publicadireito.com.br/artigos/?cod=ef926983fef6f9c7>> Acesso em: 31 out. 2017. p.66-91.

MARX, K.; **Crítica do Programa de Gotha**. 1. Gotha: Boitempo, 2012.

MEDEIROS, R. M. V.; Camponeses, cultura e inovações. In: LEMOS, A. I. G.; ARROYO, M.; SILVEIRA, M. L. (Org.) **América Latina: cidade, campo e turismo**. Buenos Aires: CLACSO; São Paulo: USP, 2006. p. 281-293.

MICHELET; **TV Folha**: O fim da MINUSTAH. Haiti, 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Dwqs-E3rub0>>. Acesso em: 17 fev. 2018.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. Conselho Nacional de Imigração. **Resolução Normativa nº 97, de 12 de janeiro de 2012**. Dispõe sobre a concessão do visto permanente previsto no art. 16 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, a nacionais do Haiti. Diário Oficial da União. Seção 10, n.10, 13 de jan. de 2012. p.59. Disponível em: <http://www.in.gov.br/imprensa/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=59&data=13/01/2012>>. Acesso em: 04 out. 2018.

MAGALHÃES, L. F. A.; BAENINGER, R. Trabalhadores Imigrantes: haitianos e haitianas em Santa Catarina – SC. VII Congreso de la Asociación Latino-Americana de Población e XX Encontro Nacional de Estudos Populaiconais, realizado em Foz do Iguaçu/PR – Brasil, de 17 a 22 de outubro de 2016, **Anais...** disponível em: <http://abep.org.br/xxencontro/files/paper/739-302.pdf>>. Acesso em 15 mai. 2018.

MAZETTO, T.; PELLIZARI, K.; MAZARO, R. E.; **Um relato de experiência no CPM de Cuiabá-MT**: Aspectos básicos de gestão. Trabalho apresentado VI Seminário Internacional de Gestão de Projetos, Inovação e Sustentabilidade. 2017. São Paulo. Disponível em: < <https://singep.org.br/6singep/resultado/365.pdf>>. Acesso em: 12 jan. 2018.

MEZZADRA, S.; O Dossiê: "Migrações e fronteiras". **Revista Interdisciplinar de Mobilidade Humana**. n. 44, p. 11-30, jan./jun. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/remhu/v23n44/1980-8585-REMHU-23-44-011.pdf>>. Acesso em 26 mai. 2017.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA DO BRASIL. **Resolução Normativa nº 17, de 20 de setembro de 2013**. 2013. Disponível em: <https://www legisweb.com.br/legislacao/?id=258708>>. Acesso em 18 jun. 2017.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO (MTE). **Brasil registra 13% a menos de trabalhadores imigrantes no mercado formal**. Brasília, 2017. Disponível em: <http://trabalho.gov.br/noticias/5323-brasil-registra-13-a-menos-de-trabalhadores-imigrantes-no-mercado-formal>>. Acesso em: 5 jul. 2018.

MORAES, A. C. R. de.; **Ideologias Geográficas: espaço, cultura e política no Brasil**. 5. São Paulo: Ed. Anablumme, 2005.

MORAES, I. A.; ANDRADE, C. A. A.; MATOS, B. R.. B.; A imigração haitiana para o Brasil: Causas e desafios. **Conjuntura Austral**. v. 4, n. 20, Out./Nov. 2013. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/ConjunturaAustral/article/view/35798/27329>>. Acesso em 16 out. 2014.

MOREIRA, R.; **O que é geografia**. v. 1. São Paulo: Brasiliense, 1981.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948**. Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.onu.org.br/img/2014/09/DUDH.pdf>>. Acesso em 18 mai. 2017.

_____. **Carta das Nações Unidas de 1951**. Rio de Janeiro. Disponível em: <www.nacoesunidas.org/carta/>. Acesso em: 13 abr. 2017.

_____. **Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados. Convenção e Protocolo relativos ao status de refugiado de 1951**. Disponível em: <<http://www.unhcr.org/3b66c2aa10.html>>. Acesso em 18 jun. 2017.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **Integração de culinárias do Brasil e Haiti abre caminho para inserir imigrantes no mercado de trabalho**. Cuiabá/Várzea Grande, 2017. Disponível em: <http://www.ilo.org/brasilia/noticias/WCMS_565262/lang--pt/index.htm>. Acesso em: 5 jul. 2018.

O'DWYER, E. C.; Terras de Quilombos - identidade étnica e os caminhos do reconhecimento. **TOMO Revista de Pós-graduação em Sociologia**. n. 11, jul./dez. 2007. Disponível em: <<https://seer.ufs.br/index.php/tomo/article/view/446/363>>. Acesso em 24 abr. 2017.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. **Declaração de Cartagena de 1984**. Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.acnur.org/fileadmin/scripts/doc.php?file=fileadmin/Documentos/portugues/BD_Legal/Instrumentos_Internacionais/Declaracao_de_Cartagena>. Acesso em 18 mai. 2017.

OLIVEIRA, A. M. C. V. dos S.; **Processos de desterritorialização e filiação ao lugar: o caso da Aldeia da Luz**. 2011. 171 f. Dissertação (mestrado em Geografia Humana, Ordenamento do Território e Desenvolvimento), Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, Coimbra, 2011. Disponível em: <<https://estudogeral.sib.uc.pt/jspui/bitstream/10316/19136/1/Processos%20de%20desterritorializa%C3%A7%C3%A3o%20e%20Filia%C3%A7%C3%A3o%20ao%20Lugar%20-%20o%20ca.pdf>>. Acesso em: 01 abr. 2017.

PACÍFICO, A. P.; PINHEIRO, T. K. F.; O *status* do imigrante haitiano no Brasil após o terremoto de 2010 sob a perspectiva do pós-estruturalismo. In **Revista Perspectiva em Desenvolvimento**. n. 1, v. 1, 2015. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/perspectivasdodesenvolvimento/article/view/9837>>. Acesso em 18 jun. 2017.

PASQUIS, A. **Seminário 'Fluxos Migratórios'**. Disponível em: <<http://olma.org.br/2018/12/19/seminario-fluxos-migratorios/>>. Acesso em: 5 jan. 2018.

PARISENTI, R.; **Estudo de Análise Dinâmica e Métodos da NBR 1521 para projeto de edifícios submetidos a sismos**. 2011, 219 f. Dissertação (mestrado em

Engenharia Civil), Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil, Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/96022/295653.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 07 out. 2017.

PATARRA, N. Brasil: país de imigração? **e-metropolis**. nº 09, ano 3. junho de 2012, p. 6-18.

PEREIRA, R. S.; **Geografia, (Coleção a reflexão e a prática no ensino)**, São Paulo: Blucher, 2012. V. 07.

PINHEIRO, A. P. TV Folha: O fim da MINUSTAH. Haiti, 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Dwqs-E3rub0>>. Acesso em: 17 fev. 2018.

PONT, C.; **A América Latina é um conceito em expansão**. Porto Alegre: Adverso UFRGS, n. 145, p. 10-11, jan. 2007.

POPKIN, J. D. “Uma revolução racial em perspectiva relatos de testemunhas oculares da Insurreição do Haiti”. **Varia História**, Belo Horizonte, 2008. Vol.24, Nº 39, p. 293-310. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/vh/v24n39/a14v24n39.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2017.

PORTAL G1; 2012. Intitulada “**Acre sofre com invasão de imigrantes do Haiti**”, o artigo completo de O Globo pode ser encontrado em: <<http://oglobo.globo.com/pais/acre-sofre-com-invasao-de-imigrantes-dohaiti-3549381>>. Acesso em: fev. 2018.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C.; **Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico**. 2. – Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

QUEIRÓZ, I. D.; Processo Migratório e Direitos Humanos de Imigrantes Haitianos Residentes em Cuiabá. 4º Encontro Internacional de Política Social, 11º Encontro Nacional de Política Social. Vitória (ES, Brasil), 6 a 9 de junho de 2016, **Periódicos...** disponível em: <<http://periodicos.ufes.br/EINPS/article/viewFile/13350/9493>>. Acesso em 15 mai. 2018.

QUIJANO, A.; Colonialidade do poder, euro centrismo e América Latina. In: LANDER, E.; **A colonialidade do saber: euro centrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires, Colección Sur Sur, 2005, p.118-142. Disponível em: < bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/lander/pt/Lander.rtf>. Acesso em: 12 out. 2017.

RAFFESTIN, C.; **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

RATZEL, F. Geografia do homem. In: Ratzel. MORAES, A. C. R. (Org.). São Paulo SP: Ed. Ática, 1990. (Col. Grandes Cientistas Sociais.)

REDE BANDEIRANTES (BAND). **Programa A Liga**: Refugiados no Brasil; 2013. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Vto0UhZCbsE>>. Acesso em: 17 fev. 2018.

RESSTEL, C. C. F. P. Fenômeno migratório. In: Desamparo psíquico nos filhos de dekasseguis no retorno ao Brasil [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: **Cultura Acadêmica**, 2015, pp. 35-52. ISBN 978-85-7983-674-9. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/xky8j/pdf/resstel-9788579836749-04.pdf>>. Acesso em: 17 fev. 2018.

RIBAS, A. D.; SANTOS, D. E. P.; RIBEIRO, J. C.; SOUZA, M. T. R.; **Marxismo e Geografia**: Paisagem e Espaço Geográfico - Uma contribuição para o entendimento da sociedade contemporânea. Disponível em: <<http://agbpbp.dominiotemporario.com/doc/ribasn21.pdf>>. Acesso 10 mai. 2017.

ROGOZINSKI, J. (2017). **A Brief History of the Caribbean** (em inglês). Nova Iorque: Facts on File. 220 páginas

ROSA, R. de M. "A Construção da Desigualdade no Haiti". **Universitas. Relações Internacionais** (Impresso), Vol.4, p. 5-30, 2006. Disponível em: <<https://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/relacoesinternacionais/article/view/160/297>>. Acesso em: 10 out. 2017.

SANTAMARÍA, E. (2002) **La incógnita del extraño**: una aproximación a la significación sociológica de la inmigración no comunitaria. Barcelona: Anthropos Editorial.

SANTOS, M.; **Pobreza urbana**. São Paulo: HUCITEC, 1978.119p.

_____. **Espaço e Método**. 4. ed. São Paulo: Nobel, 1997.

_____. Entrevista. **Território e Sociedade**, p. 32-39, fev/mar. 1999. Entrevista concedida a José Corrêa Leite.

_____. **A natureza do espaço**. São Paulo: Edusp. 2006.

_____. **A natureza do espaço: técnica e tempo. Razão e emoção**. São Paulo: Edusp, 2002.

_____. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: HUCITEC, 2008.

_____. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo. Razão e Emoção**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

SAQUET, M. A.; **Abordagens e concepções sobre território**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

_____. **Abordagens e concepções de território**. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

SARAMAGO, J. (1999), **O Conto da Ilha Desconhecida**. Lisboa: Editorial Caminho.

SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E TRABALHO (SETAS). **Institucional**. Cuiabá, 2019. Disponível em: <<http://www.setas.mt.gov.br/missao>>. Acesso em: 5 jan. 2019.

SENADO FEDERAL. **Projeto de Lei Nº 13.445**. Brasília, 2017. Disponível em: <<https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=7327971&disposition=inline>>. Acesso em: 5 jan. 2019.

SERPA, Â. **O Espaço Público na Cidade Contemporânea**. São Paulo: Contexto 2013.

SIRION; TV Folha: **O fim da MINUSTAH**. Haiti, 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Dwqs-E3rub0>>. Acesso em: 17 fev. 2018.

SOUSA, V. (2013). O conceito de diáspora em tempo de globalização. A relação entre império, lusofonia e 'portugalidade': um contrassenso?. In LEDO, M.; LÓPES, X.; SALGUEIRO, M.; **Anuário Internacional de Comunicação Lusófona - Comunicación na diáspora e diásporas na comunicação**. Santiago de Compostela: Lusocom/Agacom, (17-29). 2009. Disponível em: <<https://drive.google.com/uc?id=0BxLtn18tEr0XMWJKYXhjNmZrTFE&export=download>>. Acesso em 10 mai. 2017.

SILVA, T. T.; **Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2005.

SILVA, S. A. da.; Fronteira Amazônica: Passagem Obrigatória para os haitianos. **Revista Interdisciplinar de Mobilidade Humana**. n. 44, p. 119-134, jan./jun. 2015. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/remhu/v23n44/1980-8585-REMHU-23-44-119.pdf>>. Acesso em 12 mai. 2017.

SILVA, S. M. da; Aprendizagem do Português por imigrantes Haitianos: Percepção das Consoantes Líquidas /l/ e /r/. **Ilha Desterro**. vol. 70 n. 3 Florianópolis Set./Dec. 2017. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ides/v70n3/2175-8026-ides-70-03-00047.pdf>>. Acesso em: 12 jan. 2018.

SILVA, P. K. M. da. **Seguindo rotas**: reflexões para uma etnografia da imigração haitiana no Brasil a partir do contexto de entrada pela tríplice fronteira norte. 2014, 157 f. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade de Brasília - UNB. Disponível em: < http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/15727/1/2014_PalomaKaruzaMaronidaSilva.pdf>. Acesso em 18 out. 2017.

SOARES, A. O. **A Violação de Direitos Humanos pelas missões de paz da ONU: O caso do Haiti**. 2016. Disponível em: <<http://homacdhe.com/dialogossobredireitoshumanos/wp-content/uploads/sites/5/2017/02/A-viola%C3%A7%C3%A3o-de-Direitos-Humanos->

pelas-Miss%C3%B5es-de-Paz-da-ONU-Andressa-Oliveira.pdf>. Acesso em 06 nov. 2017.

SOUZA, M. J. L. de.; O Território: sobre o espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E. de (Org.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

SOUZA, M. L. de.; **ABC do Desenvolvimento Urbano**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

SPOSITO, M. E. B. Reflexões sobre a natureza da segregação sócioespacial nas cidades contemporâneas. **Revista de Geografia**. Dourados, n. 4, set-dez, 1996. p. 71-85.

SPOSITO, E. S. **Geografia e Filosofia: contribuição para o ensino do pensamento geográfico**. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

SPOSITO, M. E. B.; GOES, E. M.; **Espaços residenciais fechados e cidades: insegurança urbana e fragmentação sócioespacial**. São Paulo: Editora da Unesp, 2013.

TÉLÉMAQUE, J. **“Imigração haitiana na mídia brasileira: Entre fatos e representações”**. 2012, 95 f. Rio de Janeiro, UFRJ/ECO. Monografia. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://oestrangero.org.files.wordpress.com/2012/08/jenny-haitianos-mono.pdf>>. Acesso em: 12 out. 2017.

TERENSE, A. C. F.; FILHO, E. E.; **Abordagem quantitativa, qualitativa e a utilização da pesquisa-ação nos estudos organizacionais**. In. ENEGEP, 26, 2006, Fortaleza CE, 1-9 f. Disponível em: <https://www.abepro.org.br/biblioteca/ENEGEP2006_TR540368_8017.pdf>. Acesso em 18 jan. 2018.

THOMAZ, D. Z.; Migração haitiana para o Brasil pós-terremoto: indefinição normativa e implicações políticas. **Revista Primeiros Estudos**, São Paulo, n. 4, p. 131-143, 2013. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/primeirosestudios/article/download/56732/59875>> Acesso em: 25 jun. 2017.

TUAN, Y. F.; (1980): **Topofilia : um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**; São Paulo: Difel, Brasil. 1980.

UEBEL, R. R. G.; **Aspectos Gerais da Dinâmica Imigratória no Brasil no Século XXI**. Trabalho apresentado Seminário “Migrações Internacionais, Refúgio e Políticas”, 2016. São Paulo. Disponível em: <http://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/anais/arquivos/1_RRGU%20OK.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2018.

VAINER, C. B.; Deslocados, reassentados, clandestinos, exilados, refugiados, indocumentados... as novas categorias de uma sociologia dos deslocamentos

compulsórios e das restrições migratórias. In: CASTRO, M. G. (organizador). **Migrações internacionais: contribuições para políticas**. Brasília: CNPD, 2001.

VITALIANO, E.; **Sem emprego, haitianos começam a deixar Cuiabá e Pastoral precisa de ajuda**, 2016. Entrevista para o site Hiper Notícias. Pode ser encontrado em: <<http://hipernoticias.com.br/cidades/sem-emprego-haitianos-comecam-a-deixar-cuiaba-e-pastoral-precisa-de-ajuda/65867>>. Acesso em: jul. 2018.

XIMENES, D.; ALMEIDA, G.; Brasil de volta ao imaginário de imigrantes. **Labor-Revista do Ministério Público do Trabalho**. v. 2, n. 5, p. 26-32, 2014. Disponível em: <<http://www.pgt.mpt.gov.br/flipping/flipping5/files/assets/basic-html/page28.html>>. Acesso: 20 jan. 2018.

ZANDONADI, J. C. **Novas Centralidades e Novos Habitats**: Caminhos para a Fragmentação Urbana em Marília (SP). Presidente Prudente: FCT/UNESP, 2008. Dissertação (Mestrado em História e Estudos Culturais), Programa de Pós-Graduação em Geografia da Faculdade de Ciência e Tecnologia de Presidente Prudente - UNESP, Universidade Estadual Paulista. Disponível em: <http://200.145.6.238/bitstream/handle/11449/96729/zandonadi_jc_me_prud.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 10 out. 2017.

ANEXOS

RESOLUÇÃO NORMATIVA DE DO CONSELHO NACIONAL DE IMIGRAÇÃO (CNIG) Nº 97 DE 12 JANEIRO DE 2012

O Conselho Nacional de Imigração, instituído pela Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980 e organizado pela Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 840, de 22 de junho de 1993,

Resolve:

Art. 1º Ao nacional do Haiti poderá ser concedido o visto permanente previsto no art. 16 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, por razões humanitárias, condicionado ao prazo de 5 (cinco) anos, nos termos do art. 18 da mesma Lei, circunstância que constará da Cédula de Identidade do Estrangeiro.

Parágrafo único. Consideram-se razões humanitárias, para efeito desta Resolução Normativa, aquelas resultantes do agravamento das condições de vida da população haitiana em decorrência do terremoto ocorrido naquele país em 12 de janeiro de 2010.

Art. 2º. O visto disciplinado por esta Resolução Normativa tem caráter especial e será concedido pelo Ministério das Relações Exteriores.

Parágrafo único. Poderão ser concedidos até 1.200 (mil e duzentos) vistos por ano, correspondendo a uma média de 100 (cem) concessões por mês, sem prejuízo das demais modalidades de vistos previstas nas disposições legais do País.

Art. 3º Antes do término do prazo previsto no caput do art. 1º desta Resolução Normativa, o nacional do Haiti deverá comprovar sua situação laboral para fins da convalidação da permanência no Brasil e expedição de nova Cédula de Identidade de Estrangeiro, conforme legislação em vigor.

Art. 4º Esta Resolução Normativa vigorará pelo prazo de 2 (dois) anos, podendo ser prorrogado.

Art. 5º Esta Resolução Normativa entra em vigor na data de sua publicação. (BRASIL, 2012, não paginado)

LEI Nº 13.684, DE 21 DE JUNHO DE 2018.

Dispõe sobre medidas de assistência emergencial para acolhimento a pessoas em situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária; e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre as medidas de assistência emergencial para acolhimento a pessoas em situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária.

Art. 2º As ações desenvolvidas no âmbito desta Lei observarão os acordos internacionais concernentes à matéria, dos quais a República Federativa do Brasil seja parte, bem como os dispositivos das Leis nos 9.474, de 22 de julho de 1997, e 13.445, de 24 de maio de 2017.

Art. 3º Para os fins do disposto nesta Lei, considera-se:

I – situação de vulnerabilidade: condição emergencial e urgente que evidencie a fragilidade da pessoa no âmbito da proteção social, decorrente de fluxo migratório desordenado provocado por crise humanitária;

II – proteção social: conjunto de políticas públicas estruturadas para prevenir e remediar situações de vulnerabilidade social e de risco pessoal que impliquem violação dos direitos humanos; e

III – crise humanitária: situação de grave ou iminente instabilidade institucional, de conflito armado, de calamidade de grande proporção, de desastre ambiental ou de grave e generalizada violação de direitos humanos ou de direito internacional humanitário que cause fluxo migratório desordenado em direção a região do território nacional.

Parágrafo único. A situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária, no território nacional, será reconhecida por ato do Presidente da República.

Art. 4º As medidas de assistência emergencial para acolhimento a pessoas em situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária têm o objetivo de articular ações integradas a serem desempenhadas pelos governos federal, estaduais, distrital e municipais, por meio de adesão a instrumento de cooperação federativa, no qual serão estabelecidas as responsabilidades dos entes federativos envolvidos.

Art. 5º As medidas de assistência emergencial para acolhimento a pessoas em situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária visam à ampliação das políticas de:

I – proteção social;

II – atenção à saúde;

III – oferta de atividades educacionais;

IV – formação e qualificação profissional;

V – garantia dos direitos humanos;

VI – proteção dos direitos das mulheres, das crianças, dos adolescentes, dos idosos, das pessoas com deficiência, da população indígena, das comunidades tradicionais atingidas e de outros grupos sociais vulneráveis;

VII – oferta de infraestrutura e saneamento;

VIII – segurança pública e fortalecimento do controle de fronteiras;

IX – logística e distribuição de insumos; e

X – mobilidade, contemplados a distribuição e a interiorização no território nacional, o repatriamento e o reassentamento das pessoas mencionadas no caput deste artigo.

§ 1º Caberá à Comissão Intergestores Tripartite de que trata a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, no tocante à ampliação das políticas de que trata o inciso II do caput deste artigo, pactuar as diretrizes, o financiamento e as questões operacionais que envolvam a ampliação da demanda por serviços de saúde, mediante proposta ao Ministério da Saúde de valores per capita em cada bloco de financiamento do Sistema Único de Saúde compatíveis com as necessidades dos Estados e dos Municípios receptores do fluxo migratório.

§ 2º Caberá à Comissão Intergovernamental de Financiamento para a Educação Básica de Qualidade de que trata a Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, no tocante à ampliação das políticas de que trata o inciso III do caput deste artigo, revisar as ponderações aplicáveis entre diferentes etapas, modalidades e tipos de estabelecimento de ensino da educação básica, o limite proporcional de apropriação de recursos pelas diferentes etapas, modalidades e tipos de estabelecimento de ensino da educação básica e a parcela da complementação da União a ser distribuída para os fundos por meio de programas direcionados à melhoria da qualidade da educação básica, bem como respectivos critérios de distribuição.

§ 3º No âmbito da administração pública federal, a promoção das políticas de que trata o caput deste artigo ocorrerá de forma integrada entre os Ministérios competentes, que poderão valer-se, para isso, da celebração de:

I – acordos de cooperação ou instrumentos congêneres com organismos internacionais; e

II – acordos de cooperação, termos de fomento ou termos de colaboração com organizações da sociedade civil que desenvolvam atividades relevantes na defesa dos direitos dos migrantes, em especial dos imigrantes e refugiados, observado o disposto na Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014.

§ 4º A implantação das medidas relacionadas à política de mobilidade de que trata o inciso X do caput deste artigo observará a necessidade da anuência prévia das pessoas atingidas em estabelecer-se em outro ponto do território nacional, retornar ao seu país de origem ou estabelecer-se em um terceiro país, conforme o caso.

§ 5º (VETADO).

Art. 6º Fica instituído o Comitê Federal de Assistência Emergencial para acolhimento a pessoas em situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária, e sua composição, suas competências e seu funcionamento serão definidos em regulamento.

§ 1º Além das competências definidas em regulamento, caberá ao Comitê de que trata o caput deste artigo:

I – estabelecer as diretrizes e as ações prioritárias da administração pública federal para a execução das medidas de assistência emergencial;

II – representar a União na assinatura do instrumento de cooperação federativa de que trata o art. 4º desta Lei,

a ser firmado com os entes federativos que queiram aderir às medidas de assistência emergencial previstas nesta Lei; e

III – promover e articular a participação das entidades e organizações da sociedade civil na execução das medidas de assistência emergencial.

§ 2º Os órgãos e as entidades da administração pública federal obedecerão às diretrizes e priorizarão as ações definidas pelo Comitê de que trata o caput deste artigo.

§ 3º O Estado ou o Município receptor de fluxo migratório poderá, quando for convidado, enviar representante para participar, com direito a voz, das reuniões do

Comitê de que trata o caput deste artigo destinadas a discutir medidas de assistência emergencial a serem implementadas em seu território.

§ 4º As organizações da sociedade civil que desenvolvam atividades relevantes na defesa dos direitos dos migrantes, em especial dos imigrantes e refugiados, poderão participar, com direito a voz, das reuniões do Comitê de que trata o caput deste artigo.

Art. 7º Em razão do caráter emergencial das medidas de assistência de que trata esta Lei, os órgãos do governo federal priorizarão os procedimentos e as formas de transferências de recursos e de contratação mais céleres previstos em lei.

§ 1º As transferências de que trata o caput deste artigo serão realizadas para conta específica do instrumento de cooperação firmado, e os recursos correspondentes somente poderão ser utilizados para pagamento de despesas relacionadas às medidas de assistência emergencial previstas nesta Lei.

§ 2º As contratações a serem realizadas por Estados e Municípios receptores de fluxo migratório poderão ocorrer de forma direta, nos termos do inciso IV do art. 24 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Art. 8º As ações realizadas em razão das medidas de assistência emergencial, enquanto durar a situação que desencadeou a emergência, correrão à conta dos orçamentos dos órgãos e das entidades participantes.

§ 1º A execução das ações previstas no caput deste artigo fica sujeita às disponibilidades orçamentárias e financeiras anuais.

§ 2º Os créditos adicionais abertos em razão do disposto no § 1º deste artigo serão exclusivamente destinados à execução das medidas de assistência emergencial e das ações descritas no art. 5º desta Lei.

§ 3º Os recursos de que trata este artigo deverão ser aplicados prioritariamente nas ações e serviços de saúde e segurança pública.

§ 4º Fica a União autorizada a aumentar o repasse de recursos para os fundos estaduais e municipais de saúde, de educação e de assistência social dos entes afetados, na forma fixada pelo Poder Executivo federal, após a aprovação do crédito orçamentário para essa finalidade.

Art. 9º As informações relativas à execução de recursos destinados a medidas de assistência emergencial previstas nesta Lei receberão ampla transparência, com obrigatoriedade de sua divulgação em sítios oficiais da rede mundial de computadores.

Art. 10. Qualquer cidadão poderá representar aos órgãos de controle interno e externo e ao Ministério Público contra irregularidades relacionadas a medidas de assistência emergencial previstas nesta Lei.

Art. 11. A União poderá prestar cooperação humanitária, sob a coordenação do Ministério das Relações Exteriores, a fim de apoiar países ou populações que se encontrem em estado de conflito armado, de desastre natural, de calamidade pública, de insegurança alimentar e nutricional ou em outra situação de emergência ou de vulnerabilidade, inclusive grave ameaça à vida, à saúde e aos direitos humanos ou humanitários de sua população.

Parágrafo único. O Poder Executivo regulamentará a prestação de cooperação humanitária, inclusive a participação dos órgãos da administração pública federal em suas ações.

Art. 12. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 21 de junho de 2018; 197º da Independência e 130º da República.

MICHEL TEMER

Gilson Libório de Oliveira Mendes

Joaquim Silva e Luna

Gustavo do Vale Rocha

Eliseu Padilha

Sergio Westphalen Etchegoyen

CARTA DA MIGRAÇÃO DE MATO GROSSO

CARTA DE MIGRAÇÃO DE MATO GROSSO Fórum de Fluxos Migratórios

Só se enxerga bem a ilha
Quando se sai da ilha
~ José Saramago

Intensificado e num dos momentos mais marcantes da história civilizatória, o processo de migração bate os recordes mundiais em número, e qualitativamente, assemelha-se mais às remoções (movimentos forçados) do que os deslocamentos opcionais. Trata-se de movimentos locais, nacionais e internacionais, que demanda políticas públicas dos países que acolhem os refugiados, os removidos ou os migrantes.

Esta Carta da Migração é fruto do Fórum Fluxos Migratórios, que reuniu organismos do governo e da sociedade civil, com estudiosos e militantes, além de migrantes de Cuba, Haiti, Venezuela, Senegal, Peru, Chile, México, Indonésia, Vietnam, Libéria e também descendentes de migrantes do próprio Brasil. Por meio de depoimentos, palestras e debates em fórum por todos os participantes, o diálogo buscou um pacto de pensamentos, ações, sentimentos e políticas que pudessem subsidiar a construção de fortes políticas públicas que considerassem as migrações de maneira inclusiva, e sobremaneira, justa.

Diversos outros temas perpassam a dimensão migratória, como um aumento considerável do sexo feminino na pauta, entretanto, sofrendo mais assédio moral e sexual. Além disso, o processo migratório deve ampliar o debate para acolhimento dos grupos em situação de vulnerabilidade, como as crianças, idosos, Pessoas com Deficiência (PcD), povos indígenas, ciganos, comunidade LGBTIQ, quilombolas, favelados e demais grupos que estão mais expostos com o crescimento do fascismo, com claros pilares do autoritarismo, armamentos, racismo, misoginia, homofobia e xenofobia.

O fluxo migratório da atualidade supera todos os recordes anteriores e o relatório mundial da Organização das Nações Unidas (ONU)[1] acusa que em 2017 tivemos cerca de 258 milhões de pessoas transitando entre um país e outro. Embora os países do hemisfério norte sejam aqueles que mais recebem migrantes, aumentam a frequência e número de migrações em todo o mundo, inclusive no Brasil. As causas principais são econômicas, políticas, religiosas e conflitos civis, aumentando a migração climática em todo o mundo.

Consideramos que seja fundamental construir políticas públicas de migração que sejam transparentes, que possibilitem a participação e o controle social por parte da sociedade civil e das diversas comissões de Direitos Humanos existentes em MT. Devem ser incluídas o acolhimento linguístico e à educação, de forma plena, ampla e irrestrita. Os processos legais da residência, que inclui a mobilidade e trabalho, além

de outros aspectos relevantes da garantia da boa alimentação, saúde, acesso digital e moradia são essenciais à democracia da migração, com assistências e diálogos articulados dos órgãos públicos, sociedade civil e agências nacionais e internacionais.

Esta Carta da Migração quer fomentar marcos legais que tratem da legislação migratória que fortaleça e garanta o acolhimento, o espaço de refúgio, o trabalho, a educação, a saúde e o bem-viver das populações. Uma especial atenção às crianças e adolescentes, que garanta uma juventude digna, inclusive com inclusão da dimensão lúdica, ao lume dos fatos de que as mulheres e as crianças são as que mais sofrem nos processos de migração.

Para além dos sofrimentos humanos, há um ambiente que foi destruído, devastado pelo clima, gerando o desgaste da natureza que inibe a agricultura camponesa, a ausência de falta de água ou desastres que destroem outras formas de vida, além da aridez da terra, escassez da água ou desastres relativos à atmosfera do planeta. Por isso, as políticas públicas migratórias devem estar em consonância com as políticas ambientais, nos diálogos inseparáveis entre cultura e natureza.

Os participantes do fórum debatem a migração como responsabilidade do Estado, como abertura democrática e participativa, para construir as políticas públicas, principalmente em alguns eixos principais:

1) **POLÍTICAS MIGRATÓRIAS** – Recomenda-se a regulamentação da Lei Federal 13.445/2017 no âmbito do estado de MT. Fortalecer uma forte política pública de migrantes, garantindo a mobilidade e trabalho; com a criação de mais centros, refúgios ou casas de acolhimento que consigam atender os migrantes. Encorajar e estimular as atividades já existentes, como cursos de formação profissional, empreendedorismo social, idiomas, ou cidadania, além de um “balcão” de direitos trabalhistas com orientações gerais sobre o trabalho. Abrir diálogos com empregadores para fortalecer a possibilidade de contratação de migrantes estrangeiros. Sob o guarda-chuva da Lei de Migração (2017), é essencial construir legislações específicas do estado e dos municípios de Mato Grosso. Recomenda-se para que os municípios criem seus meios e redes para articulação política, conforme as singularidades, limites e possibilidades de cada território, a exemplo de Conselhos Municipais de Migração, de Fóruns Participativos e de Observatório da Migração, entre outras possibilidades.

2) **POLÍTICAS EDUCATIVAS** – garantia da aprendizagem da língua portuguesa, reforço da educação de forma ampla, irrestrita e multilíngue, para todos os níveis e idades, para todos os credos, orientação sexual, religião ou etnia. Uma aprendizagem que considere a formação, a extensão e a pesquisa num ciclo permanente que possibilite a comunicação, o acesso digital, políticas específicas de inclusão e a construção da interculturalidade na “com-vivência” com os diferentes.

3) **POLÍTICAS DE SAÚDE** – com boa alimentação, combate ao agrotóxico, acesso ao Sistema Único de Saúde (SUS) e inclusive com apoio odontológico e, na eminência do mal do século, atendimento psicológico que vise cuidados com a depressão e outras inquietudes emocionais.

4) **POLÍTICAS DE DIREITOS HUMANOS** – de forma geral, que abarque as dimensões prévias, incluindo as relações de gênero, direitos das crianças e

adolescentes, idosos, Pessoas com Deficiência (PcD), e demais grupos em situação de vulnerabilidade. Uma política que fomente a criação de redes com várias conexões e intersectorialidades, e que por meio de diálogos, consigam frear o tráfico de pessoas, o trabalho escravo e as demais situações que comprometam o bem-viver. Uma rede de fluxos e conexões que promovam uma lei de migração mais democrática, o trabalho digno, o acesso a moradia, a livre mobilidade, o direito da informação, da educação, da saúde e também do lazer. E porque somos conectados, a garantia do ambiente protegido, com direitos que possam promover a proteção dos povos humanos, dos não humanos e de toda porções da água, terra, fogo e ar que consigam manter a felicidade de uma Terra sustentável.

Cuiabá, 8 e 9 de novembro de 2018.

Auditório Setec, UFMT

Participantes do Fórum Fluxos Migratórios

APÊNDICE 1 – MODELO DO TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO

Você está sendo convidado (a) para participar, como voluntário, em uma pesquisa.

Após ser esclarecido (a) sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, em que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra do pesquisador responsável.

Em caso de recusa você não será penalizado (a) de forma alguma. Em caso de dúvida você pode procurar o Comitê de Ética em Pesquisa da Unemat pelo telefone: (65) 3221-0067.

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA

Título do projeto: Territorialidades Haitianas em Cuiabá - MT

Responsável pela pesquisa: Danilo Paranhos Batista

Endereço e telefone para contato: Rua Cinquenta e oito, nº 10, bairro CPA III, Cuiabá, Mato Grosso

Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade do Estado de Mato Grosso

Eu, _____, estou sendo convidado a participar de um estudo denominado “Territorialidades Haitianas em Cuiabá - MT, cujos objetivos e justificativas são: conhecer o dia-a-dia dos haitianos que vivem na Capital mato-grossense, desde a chegada a cidade de Cuiabá, o mercado de trabalho, a moradia, o consumo e as sociabilidades. A minha participação no referido estudo será através de entrevista contendo 10 perguntas a fim de transmitir o meu dia-a-dia.

Fui alertado de que, da pesquisa a se realizar, posso esperar alguns benefícios, tais como: Ter um rico material de pesquisa sobre o cotidiano dos haitianos que vivem em Cuiabá, e assim, ter esses dados e informações como instrumento de identificação de necessidades e possibilidades a fim de buscar direitos e igualdades.

Recebi, por outro lado, os esclarecimentos necessários sobre os possíveis desconfortos e riscos decorrentes do estudo, levando-se em conta que é uma pesquisa, e os resultados positivos ou negativos somente serão obtidos após a sua realização. Assim, mesmo não identificando os entrevistados, parte das minhas

respostas ou mesmo respostas completas das entrevistas serão transcritas de forma fiel, também, a pesquisa irá resultar em um trabalho que ficará público para o livre acesso de qualquer pessoa.

Estou ciente de que minha privacidade será respeitada, ou seja, meu nome ou qualquer outro dado ou elemento que possa, de qualquer forma, me identificar, será mantido em sigilo.

Também fui informado de que posso me recusar a participar do estudo, ou retirar meu consentimento a qualquer momento, sem precisar justificar, e de, por desejar sair da pesquisa, não sofrerei qualquer prejuízo à assistência que venho recebendo. Foi-me esclarecido, igualmente, que eu posso optar por métodos alternativos, que são: onde pesquisado possa transcrever de forma escrita as minhas respostas ou gravá-las.

Em relação ao registro fotográfico, fui esclarecido que o mesmo é opcional e que caso autorize o registro em foto, terei minha identidade preservada.

O pesquisador envolvido com o referido projeto são: Danilo Paranhos Batista, discente do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade do Estado de Mato Grosso UNEMAT, e com eles poderei manter contato pelos telefones: (65) 99922-3294.

É assegurada a assistência durante toda pesquisa, bem como me é garantido o livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas consequências, enfim, tudo o que eu queira saber antes, durante e depois da minha participação.

Enfim, tendo sido orientado quanto ao teor de todo o aqui mencionado e compreendido a natureza e o objetivo do já referido estudo, manifesto meu livre consentimento em participar, estando totalmente ciente de que não há nenhum valor econômico, a receber ou a pagar, por minha participação.

No entanto, caso eu tenha qualquer despesa decorrente da participação na pesquisa, haverá ressarcimento na forma seguinte: Dinheiro ou mediante depósito em contracorrente. De igual maneira, caso ocorra algum dano decorrente da minha participação no estudo, serei devidamente indenizado, conforme determina a lei.

Local e data: _____

Nome _____

Endereço: _____

CPF _____

Assinatura do sujeito ou responsável: _____

Responsável pela Pesquisa: _____

APÊNDICE 2 – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM OS HAITIANOS

Roteiro de entrevista com os Haitianos

Pergunta 1 – O que te motivou vir para o Brasil?

Pergunta 2 – Como foi a viagem até o Brasil? E por que a escolheu Cuiabá para morar?

Pergunta 3 – Ao chegar em Cuiabá, teve alguma assistência?

Pergunta 4 - Poderia descrever como aconteceu a busca por emprego em Cuiabá?

Pergunta 5 – Poderia falar um pouco do lugar onde você mora? Houve dificuldades para consegui-la? Como foi a adaptação a uma nova moradia?

Pergunta 6: Como é o seu dia-a-dia? Comunica-se com a família no Haiti?

Pergunta 7: Como é a relação com a sua família?

Pergunta 8: Como é seu relacionamento como os colegas e amigos aqui em Cuiabá?

Pergunta 9: Participa de festas? Vai a lugares convivência (Igrejas, associações, clubes, lanchonetes e bares)?

Pergunta 10: Busca preservar as tradições e identidades do Haiti aqui no Brasil? Como vocês expressam essa atividade?

APÊNDICE 3 – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM ENTIDADES, ASSOCIAÇÕES E PODER PÚBLICO

Roteiro de entrevista com entidades, associações e poder público

Pergunta 1 – Qual o trabalho desenvolvido pela Instituição / Associação / Secretaria / Organização?

Pergunta 2 - Quais as necessidades encontradas e as possibilidades oferecidas aos haitianos em relação a assistência e políticas públicas?